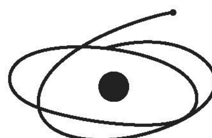
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano X nº 39-40 1967



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano X n° 39-40 Setembro-Dezembro 1967

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretário:

CEZAR C. HAROUCHE

Direção e Administração:

Praia de Botafogo, 186 s/213 — Tel. 246-9542

Rio de Janeiro — GB

Assinatura anual — NCr$ 20,00. Para o exterior — US$ 12.00

Número duplo — NCr$ 10,00. Número avulso — NCr$ 5,00.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano X — N.º 39/40 — Set./Dez. 1967 — págs. 1 a 182

SUMÁRIO

NOTA LIMINAR

Êste número 39/40, correspondente ao segundo semestre de 1967, é dedicado ao tema do financiamento internacional cuja atualidade foi ressaltada pela realização no Rio de Janeiro, em setembro de 1967, da Reunião conjunta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Em homenagem ao Embaixador Dias Carneiro, publicamos um dos seus trabalhos de anos atrás contendo uma análise ainda não ultrapassada sôbre a estrutura econômico-financeira nacional e os organismos internacionais.

Entre os Documentos, publicamos os discursos mais importantes pronunciados durante a reunião do Fundo Monetário Internacional e as exposições do Presidente Felipe Herrera na Reunião do Banco Inter-Americano em Washington em abril de 1967.

Por autorização especial do Professor Dragoslav Avramovic divulgamos o seu excelente estudo sôbre fontes externas do financiamento para o desenvolvimento da América Latina, apresentado numa reunião que teve lugar na Universidade de Cornell em 1965.

Além das Resenhas de livros, publicamos a lista dos livros editados no Brasil em 1966-1967 sôbre relações Internacionais, história política e direito internacional.

Também na *Bibliografia* aparece uma lista dos livros mais importantes sôbre Relações Internacionais publicados no estrangeiro no primeiro semestre de 1967.

ESTRUTURAS ECONÔMICAS NACIONAIS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O. A. Dias Carneiro

Êste estudo ainda inédito, realizado em 1958, foi utilizado por Dias Carneiro em conferências e aulas proferidas em várias ocasiões, inclusive no Instiuto Rio Branco e na Escola Superior de Guerra.

Embora decorridos quase dez anos, muitos dos conceitos são ainda válidos.

A *Revista* ao divulgar êste trabalho de Dias Carneiro presta uma homenagem à inteligência, cultura e excepcional capacidade didática do eminente economista, diplomata e professor tão prematuramente desaparecido.

I — *INTRODUÇÃO*

A. *Definições e Conceitos Fundamentais*

O tema dêste estudo consiste no exame dos efeitos que sôbre as relações internacionais causam as estruturas econômico-financeiras nacionais. Êste título precisa de ser interpretado, não só quanto à sua significação como quanto ao que sugere sôbre o modo pelo qual deverá ser tratado o tema.

Entende-se por "estruturas econômico-financeiras nacionais", para os efeitos dêste estudo, a maneira pela qual, nos vários países, se organizam as atividades de produção, distribuição e consumo, a fim de que sejam preenchidos determinados objetivos sociais. Tal interpretação indica a diretriz segundo a qual se poderá desenvolver o tema proposto. Assim definidas, as estruturas econômico-financeiras nacionais se subdividem, entre os tipos extremos da estrutura liberal e da estrutura socialista, nas várias gradações de interferência do poder público em limitar a liberdade individual de consumir, produzir, investir poupanças e empregar mão-de-obra.

Tal interferência poderá ser estimada pela intensidade e extensão em que na economia são empregados os *contrôles invisíveis* do mercado e os *contrôles visíveis* instituídos pelo Estado, sob forma de planejamento governamental deliberado. Com efeito, a diferença fundamental que existe entre a organização liberal da sociedade e a organização socialista é apenas que naquela predominam os contrôles invisíveis exercidos pelo mercado sôbre os vários planejamentos particulares dos indivíduos ou pessoas jurídicas de direito privado, ao produzir, consumir, empregar mão-de-obra e investir capital nesta ou naquela atividade econômica. Na organização socialista, pelo contrário, predominam os contrôles estatais visíveis a serviço do planejamento predeterminado.

Planejamento existe sempre na ação econômica. Planejar é agir com objetivo; é escolher entre os meios disponíveis os mais adequados à ação que se pretende realizar; é combiná-los dentro das condições do problema, para se atingir no futuro certo estado de coisas que se almeja obter. A função do Estado na vida econômica é a de coordenar os planejamentos dos indivíduos e das emprêsas privadas dentro de uma determinada organização social. O Estado liberal limita sua ação à imposição, por fôrça de autoridade moral e pelo exercício do poder coercitivo, de um quadro de lei e ordem, que é entendido como suficiente para disciplinar as combinações contratuais espontâneas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado, ao procurarem satisfazer suas necessidades e interêsses legítimos. O Estado socialista emprega a mesma autoridade e poder coercitivo para substituir o planejamento individual e os contrôles invisíveis do mercado pelo planejamento governamental e seus contrôles visíveis, alegando assim proceder para corrigir os defeitos e imperfeições da economia de mercado, com vistas a atingir maior bem-estar da comunidade.

As diferentes estruturas econômico-financeiras nacionais, assim definidas e classificadas pela intensidade e extensão dos contrôles visíveis que contenham, se comunicam mùtuamente, entre outros meios, pelo intercâmbio de bens e serviços e por transferências de capitais e mão-de-obra. Tais relações econômicas internacionais se efetuam entre países soberanos cuja organização econômica e política é heterogênea, onde os estágios de evolução econômica e social não coincidem, e onde os recursos naturais, o capital e o trabalho são de variada qualidade e desigualmente distribuídos por territórios nacionais demarcados pelo puro capricho da história.

De acôrdo com a filosofia política liberal, as relações internacionais de caráter econômico não diferem fundamentalmente das relações econômicas nacionais, inter-regionais ou interurbanas. O intercâmbio de bens e serviços, assim como os movimentos de capital e mão-de-obra entre Pernambuco e São Paulo não suscitariam, de conformidade com êste pensamento político, problemas diversos daqueles que possam surgir das relações econômicas e financeiras entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Esta filosofia política internacionalista foi popular por todo o século XIX até a Primeira Grande Guerra, na pequena comunidade de países que, com exclusão dos

povos de côr, das colônias e dos países atrasados, constituía então o mundo econômico e social civilizado.

Como as estruturas nacionais dêsses países não diferiam fundamentalmente entre si, não havia conflito em suas relações internacionais. Os princípios e normas que regiam a integração social, política e econômica no âmbito nacional de cada um dêsses países, não divergiam fundamentalmente dos princípios e normas que conduziam sua integração internacional. Daí não haver repercussão das estruturas econômico-financeiras nacionais sôbre as relações políticas e comerciais internacionais. Os processos de integração nacional coincidiam com o processo de integração internacional nesse grupo de países econômicamente evoluídos, culturalmente civilizados e politicamente estáveis.

A Primeira Grande Guerra desferiu o golpe inicial perturbador dêsse sistema de fôrças em equilíbrio, baseado no mecanismo do padrão-ouro, no jôgo livre das fôrças de oferta e procura que só limitavam os contrôles invisíveis do mercado, bem como nas instituições do Estado liberal. Seguiu-se a êsse golpe uma seqüência ininterrupta de crises políticas e econômicas que pouco a pouco aboliram mesmo a expectativa de retôrno à normalidade e que definitiva e irremediàvelmente bifurcaram em linhas de evolução independentes as estruturas econômico-financeiras nacionais relativamente à estrutura internacional.

Após o início da Grande Depressão, o mercado internacional de capitais cessou de funcionar. Os movimentos de migração da mão-de-obra passaram a realizar-se apenas inter-regionalmente, reduzindo-se o volume da migração internacional do trabalho a uma fração insignificante do que fôra até 1910. Da mesma forma o comércio internacional de bens e serviços reduziu-se em volume e valor ao impacto de regulamentações nacionais restritivas e discriminatórias. As taxas de câmbio, livres da ação compensadora e automática do padrão-ouro, passaram à categoria dos preços governamentalmente administrados, divorciando-se completamente do valor efetivo das moedas nos mercados internos e externos. A Segunda Grande Guerra tornou ainda mais rigorosas essas regulamentações nacionais e de tal modo têm sido perturbados por sobressaltos os anos de pós-guerra que hoje em dia o retôrno às condições vigentes antes de 1913 é absolutamente impossível.

Esclarecidos certos conceitos fundamentais da análise que se segue, bem como delineado o método de exposição do assunto, convém programar, em divisões, o que vai ser tratado a seguir. Primeiramente serão examinadas as conseqüências sôbre as relações internacionais, do planejamento nacional realizado independentemente de outros planejamentos nacionais. Na segunda parte serão examinadas as soluções propostas para integrar internacionalmente êsses planejamentos nacionais, seja por meio de acôrdos intergovernamentais ou cartéis privados, seja por meio dos organismos e agências especializadas das Nações Unidas. Em conclusão, após resumir-se a matéria tratada, tentar-se-á prognosticar a evolução mais provável dos têrmos do problema, se em direção à solução nacionalista ou internacionalista.

II — *O PLANEJAMENTO NACIONAL INDEPENDENTE E SUAS CONSEQÜÊNCIAS INTERNACIONAIS*

A. *Instrumentos do Planejamento Nacional Independente*

O primeiro e o mais óbvio instrumento de planejamento nacional, cuja adoção como contrôle governamental visível repercute na esfera das relações internacionais, é a tarifa aduaneira. Trata-se de medida de política comercial com o exterior já adotada nos séculos XVII e XVIII pelos mercantilistas, cuja doutrina tinha por essência o planejamento nacional baseado em um comércio ativo e próspero internamente. Por meio da tarifa visavam os mercantilistas restringir as importações e acumular o ouro proveniente das exportações. Êsse ouro serviria de reservas fracionárias para a expansão do crédito e do meio circulante, provocando conseqüente euforia econômica nacional. O êxito de tal política, entretanto, dependia de as outras nações não fazerem o mesmo.

Desde que o planejamento nacional adotado exija a criação ou a manutenção de certas atividades econômicas no mercado interno e isto só seja exeqüível pela exclusão ou restrição das importações concorrentes, a tarifa aduaneira tem sido adotada como instrumento de proteção dessas atividades. Dois motivos têm sido alegados, mesmo pelos Estados liberais do século XIX, para justificarem a imposição de tarifas protecionistas sôbre certas importações. O primeiro dêsses motivos, que se justifica por si mesmo, diz respeito à criação ou manutenção de certas atividades internas, em virtude de razões de segurança nacional, como a continuidade de suprimentos em caso de guerra. O segundo motivo diz respeito à proteção das "indústrias nascentes" e tem por objetivo o desenvolvimento econômico do País.

Êste segundo argumento em favor da tarifa foi proposto inicialmente por Alexander Hamilton e Friedrich List, à base da premissa de que o comércio internacional livre só traz benefícios aos países já industrialmente desenvolvidos. Os países econômicamente subdesenvolvidos necessitam proteger sua industrialização incipiente se quiserem progredir. Adolf Wagner estendeu êste argumento às atividades agrícolas ao pressupor o desenvolvimento econômico equilibrado entre a indústria e a agricultura. Assim, o conselho do século XIX, liberal por excelência, em matéria de planejamento para o desenvolvimento econômico, foi o de que "na dúvida, aumente a tarifa".

Acontece que a tarifa protecionista só não protege as atividades de exportação. Para essas o instrumento adequado é o subsídio. Êste, porém, mais ràpidamente que a tarifa, encontra a resistência do contribuinte de impostos, que teòricamente, nas democracias, tem meios eleitorais de expressar seu desagrado. Essa animosidade contra o subsídio e a leniência em favor da tarifa são contraditórias entre si, pois o produto importado a alto preço reduz a renda disponível da mesma forma que a tributação para pagar o subsídio.

Note-se, entretanto, que a tarifa e o subsídio constituem formas brandas, quase ortodoxas, de planejamento econômico nacional, aceitáveis até pelo Estado liberal. Trata-se de contrôles visíveis, mas que atuam por indução mais do que pela coerção direta na aplicação do capital e no emprêgo da mão-de-obra. Seu efeito indireto cria condições favoráveis à aplicação de fatôres de produção nacionais ou estrangeiros nas atividades protegidas pela tarifa aduaneira ou subsidiadas por fundos de tributação. A produção continua a obedecer às fôrças do mercado e a emprêsa privada não é subjugada.

A tarifa e o subsídio são inteiramente compatíveis com a política econômica do Estado liberal. Já o Estado socialista entende que a organização individualista da produção é ineficiente, dissipadora dos recursos produtivos disponíveis, estado de coisas êsse que a tarifa e o subsídio não bastam para corrigir. Apenas em ocasiões de "calmaria" no progresso tecnológico, seriam êsses meios suficientes para proteger o trabalho contra o desemprêgo ocasionado pelo impacto da concorrência estrangeira. Basta que surjam no exterior produtos manufaturados de acôrdo com novas técnicas para reduzir-se a demanda dos produtos internamente manufaturados pelas técnicas ultrapassadas. Assim, em suplemento da tarifa aduaneira e do subsídio à exportação, e como instrumentos de planejamento do Estado socialista surgem as quotas de importação, as restrições quantitativas, a estatização do comércio exterior.

Nestas ocasiões, não raro ocorrem "nacionalizações" de certas indústrias, que dessa forma se tornam instrumentos mais dóceis da planificação econômica nacional. Como contrapartida das restrições quantitativas à importação e a fim de fiscalizá-las duplamente, adotam-se restrições cambiais e loteia-se o câmbio disponível. Centralizam-se as atividades de exportação e importação a fim de se adquirir o comando das variações das "relações de intercâmbio", cada uma destas medidas reforçando ou tornando irremediável a adoção da medida seguinte. Além disto, torna-se questão de segurança nacional proteger a indústria "nacionalizada" da competição do produto estrangeiro. Finalmente, o estabelecimento de restrições quantitativas à importação, administradas por uma "carteira" expedidora de licenças, leva o govêrno ao contrôle ou à supervisão da produção interna daquelas indústrias que absorvem produtos intermediários, cuja fabricação interna é insuficiente para atender a essa demanda, e que por isto necessitam de ser parcialmente importados.

Além dêstes contrôles existem outros, tais como, por exemplo, o licenciamento de construção das indústrias novas, bem como da expansão das indústrias existentes. Um dos principais objetivos do planejamento nacional contemporâneo é a orientação, regulamentação e dosagem dos investimentos a longo prazo, não só dos provenientes de poupanças internas, como principalmente dos investimentos oriundos do estrangeiro ou já efetuados em moeda nacional, mas de propriedade estrangeira. Não se trata, neste último caso, de algo nôvo em matéria de finanças internacionais. O con-

trôle dos investimentos estrangeiros foi largamente praticado na Europa continental desde a Guerra Franco-Prussiana até a Primeira Grande Guerra. Desde então, apenas modificou-se a motivação dêste contrôle. O que anteriormente era conseqüência de entendimentos políticos e da desconfiança em relação aos resultados da operação do mercado livre, passou a ser causado pela participação crescente do Estado em certos setores básicos da indústria, aliada à seleção e orientação governamental das aplicações do capital privado, nacional e estrangeiro. Daí a exigir-se o registro do capital estrangeiro para fins de remessa de juros, lucros, amortizações, dividendos, repatriações, etc., bastava um passo, para o qual não foi necessário o pretexto das dificuldades de balanço de pagamentos.

Essa tendência ao planejamento do mercado de capital se reforça fortemente por outras tendências na esfera da política monetária, tais como as pressões deficitárias crônicas sôbre o balanço de pagamentos, o desejo de alcançar a autonomia nacional relativamente ao contrôle interno de preços, as políticas internas de pleno emprêgo da mão-de-obra, etc. Assim, são numerosos hoje em dia os motivos que levam ao contrôle central dos investimentos estrangeiros e do mercado de câmbio, mesmo em países de economia liberal.

Finalmente, outra feição do planejamento econômico é sua tendência para o completo contrôle da imigração. A economia planejada quase sempre se baseia no argumento demagógico de que o aumento de emprêgo resultante da realização do "plano" deve caber em primeiro lugar ao trabalho nacional, em nome do qual foi lançado pològicamente o planejamento. Argumenta-se que seria justo o ressentimento do operariado ao assistir o aumento do padrão de vida ocasionado pelo planejamento ser partilhado por imigrantes em detrimento da mão-de-obra local. Êste argumento contra a entrada da mão-de-obra estrangeira é idêntico ao argumento que restringe a entrada do capital estrangeiro em benefício do capital nacional. Os sindicatos operários repetem as mesmas palavras e falam no mesmo tom dos capitalistas mais reacionários.

B. *Conseqüências Internacionais do Planejamento Nacional Independente*

O planejamento nacional assim caracterizado pela imposição de tarifas, quotas, contrôles cambiais, sistemas de seleção de capital estrangeiro e imigração, causa evidentemente perturbações na distribuição internacional de recursos produtivos.

A teoria clássica do comércio internacional pressupõe um equilíbrio estável no balanço de pagamentos de cada país. Existe, de acôrdo com essa teoria, um mecanismo automático que restaura o equilíbrio sempre que êsse é perturbado. Se as importações e as exportações não se contrabalançarem, o resultado do comércio exterior será inflacionário se as exportações exce-

derem as importações e deflacionário no caso contrário. Havendo inflação, aumentam os custos de produção e o volume das exportações se reduz relativamente ao das importações. Se houver deflação, encorajam-se as exportações e restringem-se as importações. O princípio regulador é que todos devem sempre comprar mercadorias e contratar serviços onde forem mais baratos, não importando se no país ou no estrangeiro. O nível de emprêgo interno do capital e mão-de-obra não pode ser aumentado pela redução das importações, pois isto redundaria, na hipótese de pleno emprêgo dos fatôres de produção, na redução das exportações. O nível da renda nacional também não poderá ser elevado pela redução das importações, pois esta redução, como no caso anterior, apenas desviaria recursos produtivos para a produção para o mercado interno, em detrimento das indústrias e atividades de exportação. Tudo isto ocorre porque na teoria clássica do comércio internacional, o mercado de câmbio, consistindo de taxa única, flutua livremente em obediência às fôrças do mercado entre os limites de preço da compra e venda de ouro.

Em têrmos de valor, as importações e as exportações são sempre mantidas em igualdade. Os importadores vendem a moeda nacional para obterem a moeda estrangeira e pagar o que adquiriram no exterior. Os exportadores vendem a moeda estrangeira que receberam pela venda de seus produtos, para se pagarem a si mesmos em moeda nacional. As moedas, por sua vez, estão mùtuamente ligadas pelo seu conteúdo metálico e como o preço do câmbio se move para o nivelamento da procura com a oferta, as importações tenderão a igualar, em têrmos de valor, as exportações. A taxa de câmbio daí resultante flutuará constantemente ao sabor dos impulsos da oferta e da procura, também flutuantes.

Examinada a significação da tarifa pelo ângulo da teoria clássica, verifica-se que seu resultado mais provável é o de desregular o mecanismo pelo qual o equilíbrio, uma vez perturbado, se restabelece. Nesse caso, o efeito lógico da tarifa será o de reduzir o comércio internacional, pela interposição de um obstáculo semelhante a um aumento de custo de transporte. Contraindo a importação em um país, e portanto, reduzindo a exportação de outro país, criará a tarifa zonas de desemprêgo no país exportador, assim como perturbação na distribuição mais eficiente dos fatôres de produção do país importador e, tanto em um quanto em outro, a satisfação menos plena da demanda.

Não sendo o comércio exterior um fim em si mesmo mas um meio de se satisfazer a demanda mais adequadamente, do ponto de vista internacional e observadas as premissas da teoria clássica, os efeitos da tarifa serão necessàriamente o de restringir a aplicação do princípio da divisão internacional do trabalho, com o conseqüente aumento do custo de produção; diminuir a área de emprêgo da mão-de-obra; reduzir a variedade de produtos que de outra forma estariam disponíveis ao consumo, e conseqüentemente rebaixar a taxa de aumento da riqueza mundial. Teòricamente, se todos os países produzissem aquilo que cada um pode produzir melhor e

mais barato relativamente à qualidade e preço da produção dos demais, o conjunto dessas produções constituiria o máximo de produção que poderá ser assegurado com os recursos disponíveis na economia mundial.

Sempre do ponto de vista do bem-estar econômico da comunidade internacional e sempre raciocinando no quadro estatístico da teoria clássica, tudo quanto foi dito acima a respeito da tarifa poderá ser repetido, com mais forte razão, no relativo aos efeitos internacionais das restrições quantitativas e das quotas de importação. Como a tarifa aduaneira, a quota de importção contrai o volume e o valor do comércio internacional e desvia os recursos mundiais de suas aplicações mais produtivas. A tarifa não limita nem impede a importação senão do ponto de vista de preço, ao passo que a quota de importação limita ou impede a importação quantitativamente e de maneira absoluta.

Muitos economistas afirmam que tais efeitos sôbre o bem-estar econômico mundial só se verificam porque os planejamentos nacionais não são totais, mas parciais, insuficientes à sua coordenação harmoniosa no plano internacional. Afirmam êstes economistas que as autoridades nacionais, responsáveis pelo planejamento da produção interna em seus respectivos países, podem continuamente adaptar os fatôres de produção, capital e mão-de-obra, que se acham sob sua jurisdição, às necessidades da divisão internacional do trabalho. Isto, porém, não seria possível sem sacrifício das condições democráticas, contrárias às mudanças compulsórias de ocupação da mão-de-obra e à desapropriação do capital privado.

Com efeito, o planejamento nacional integral só pode ser executado com sacrifício do processo democrático, em favor de govêrno totalitário de esquerda ou direita. Mas mesmo os governos ditatoriais preferiram sacrificar primeiro os imperativos do princípio da divisão internacional do trabalho, antes de procurarem criar atritos internos com a mudança compulsória de ocupação da mão-de-obra. Mesmo admitindo-se que as autoridades planejadoras no âmbito nacional possuam o contrôle absoluto sôbre os recursos materiais e humanos do País, seria extremamente improvável que chegassem a manipular tais recursos com vistas a promover o que seria a forma ótima de cooperação econômica internacional, em prejuízo dos interêsses nacionais.

A forma de organização da produção mundial mais conducente ao benefício dos países participantes tomados individualmente, poderá não coincidir com a organização da produção mundial que seja mais benéfica à comunidade dêsses países como um todo. Tudo depende da *importância* econômica e política de cada país. Um país pouco importante poderá adotar o mais estrito dos planejamentos, que conduza à mais discriminatória das políticas comerciais com o exterior, sem afetar os interêsses dos demais países e sem atrair sôbre si a menor retaliação. Já um país econômica e politicamente importante, ao planejar, mesmo de maneira branda, sua economia nacional, poderá involuntàriamente suscitar contradições graves no mercado internacional, contrárias ao interêsse da coletividade dos demais

países, que não deixarão de se unirem em bloco regional para se defenderem dos efeitos das ações do país importante, substituindo a negociação diplomática ao jôgo das fôrças do mercado.

O pressuposto de que a regulamentação da produção de acôrdo com os ditames do mercado será conducente à harmonia do conjunto, só se verifica na realidade se as unidades componentes do mercado comum assim formado forem países situados no mesmo estágio de desenvolvimento econômico e no mesmo grau de integração política nacional. Caso contrário, a união econômica entre êles se fará à custa do progresso econômico do país menos desenvolvido e integrado, isto é, do país menos importante dentre êles. Dada esta diferença de importância entre países, a organização da economia mundial à base de socialismos nacionais não conduziria necessàriamente à harmonia do socialismo internacional. O socialismo nacional apenas acentuaria, nos países menos importantes, as disparidades das condições econômicas e dos graus de integração política, ao passo que o socialismo internacional seria obstado, na sua internacionalização dos recursos produtivos, pelo objetivo do Estado socialista, contrário à internacionalização dêsses recursos.

Observe-se, por exemplo, o que acontece com os movimentos internacionais de capital. Em condições de liberdade de investimento, o capital deve afluir para o local de rendimento máximo, isto é, deve mover-se dos países onde é abundante, para onde é escasso. As nações, porém, se encontram em vários estágios de desenvolvimento econômico. A evolução histórica não demarcou seus territórios nacionais de modo a abranger em cada um dêles a melhor distribuição de recursos produtivos regionalmente disponíveis, que conduzisse à ótima organização da produção mundial. A formação dos territórios nacionais não foi obra do planejamento econômico racional, e sim efeito do acaso geográfico e histórico. Daí o conflito, sempre presente, entre o planejamento das economias nacionais e o planejamento racional da economia mundial. O primeiro conduz à divisão do trabalho entre as fronteiras nacionais, ao passo que o segundo terá forçosamente de transcender tais fronteiras ao realizar a divisão internacional do trabalho.

Os países econômicamente subdesenvolvidos precisam, para se desenvolverem, de planejar a maneira como serão distribuídos os investimentos no espaço econômico e no tempo. Tais investimentos são necessàriamente efetuados com capitais nacionais e estrangeiros, subordinando-se as inversões a tôda uma gama de possibilidade entre a programação liberal e o planejamento socialista, tendo em vista seus efeitos sôbre a renda nacional e o balanço de pagamentos.

Os efeitos dos movimentos de capital sôbre a renda nacional, tanto do país que o exporta como do que o importa, tendem a ser opostos aos efeitos dêsses movimentos sôbre os respectivos balanços de pagamentos. Tais efeitos tanto sôbre a renda nacional quanto sôbre o balanço de pagamentos, variam de um extremo a outro conforme a natureza do investimento no

país recipiente e a origem do capital no país inversionista. Quando, no país importador, o capital estrangeiro se aplica em empreendimentos de utilidade pública ou pouco acessíveis, técnica e econômicamente, ao capital privado interno, o resultado é em geral um aumento substancioso na renda nacional do país onde se dá a inversão. Mas justamente porque há êsse aumento na renda nacional e portanto um aumento das importações de acôrdo com certa propensão a importar, que poderá permanecer invariável ou aumentar, o efeito dêsses investimentos sôbre o balanço de pagamentos é desfavorável. Contràriamente, quando no país importador o capital estrangeiro se localiza em emprêsas que produzem alimentos e matérias-primas para a exportação ao país fornecedor de capital, sua contribuição à renda nacional é mínima, enquanto que é máxima sua contribuição para a manutenção ou realização de um balanço favorável nas transações correntes com o exterior. Se um dos países fôr socialista e o outro liberal, dificilmente se entenderão sôbre o método e os instrumentos adequados a realizar, sem conflitos, êsses movimentos de capital.

Situação semelhante acontece com os movimentos de mão-de-obra entre fronteiras nacionais. Em um mundo de migração livre, a tendência das correntes migratórias será de moverem-se de regiões de baixa produtividade de trabalho, isto é, de salários reais baixos, para regiões de elevada produtividade. Se os diversos planejamentos nacionais forem independentes uns dos outros, o fluxo migratório tenderá a reduzir-se ao mínimo, o que significa, na presente situação da distribuição mundial de mão-de-obra, considerável sacrifício, tanto mais quanto a tendência para substanciais aumetos demográficos nas regiões mais pobres relativamente às regiões ricas, tornará cada vez mais anômala e desequilibrada a situação da distribuição internacional da fôrça disponível de trabalho.

C. *O Planejamento Nacional Independente e a Estabilidade Internacional*

Assim o planejamento nacional independente tende a reduzir o comércio internacional e os movimentos internacionais de capital e mão-de-obra. A razão profunda dêste estado de coisas é que, consciente ou inconscientemente, por motivo de balanço de pagamentos ou sem motivo, todo planejamento econômico nacional possui forte tendência para a auto-suficiência autárquica, isto é, para a substituição das importações pela produção interna. Esta tendência conduz lògicamente ao sacrifício das vantagens que, para a comunidade das nações, acarretaria a divisão internacional do trabalho, a especialização regional e as economias da produção em massa. Por efeito do planejamento nacional independente, a economia mundial se torna mais pobre.

Entretanto, é muito provável que esta redução do comércio internacional e dos movimentos internacionais dos fatôres de produção não che-

gasse nunca à sua abolição total. De um lado, os países produtores de manufaturas dependem das matérias-primas cujas fontes se acham desigualmente distribuídas. De outro lado, os países produtores destas matérias-primas necessitam da receita de sua exportação para adquirirem no exterior as matérias-primas que não possuem e as manufaturas que não fabricam internamente, indo mesmo, neste desígnio, a certo sacrifício na proteção da indústria manufatureira interna. Finalmente, os movimentos de capital e mão-de-obra não seriam totalmente interrompidos, de vez que sempre haveria capital e mão-de-obra dispostos a correrem riscos para obter maiores rendimentos e mais elevados salários reais.

A propósito desta redução do comércio internacional, tem-se argumentado que o planejamento nacional, causador desta diminuição, exerce em contrapartida influência estabilizadora nas relações econômicas internacionais, em virtude do maior contrôle dos Estados sôbre as condições políticas e econômicas dentro de suas respectivas jurisdições territoriais.

Êste argumento não se verificou na prática da desintegração econômica internacional iniciada com a Primeira Grande Guerra. Pelo contrário, com a maior intervenção estatal os países passaram a manter relações econômicas entre si, seja à base de acôrdos bilaterais, seja pela constituição de juntas ou "carteiras" de exportação e importação, que passaram então a transacionar entre si, sem acôrdo formal, em uma espécie de sindicalismo geográfico. Êste estado de coisas acarretou instabilidade de preços mais acentuada do que se verificara em regimes internacionais anteriores, mais subordinados às influências impessoais do mercado competitivo.

É fácil compreender o motivo dessa instabilidade. Fundamentalmente falta neste mecanismo o elemento equilibrador proporcionado pelo intuito de lucro, o qual é substituído pelo motivo político de satisfazer ou impressionar o povo, a imprensa, as assembléias legislativas, o ministro que esteja no poder, o chefe da nação. Por outro lado, tais juntas ou "carteiras" de comércio exterior são em pequeno número e extremamente poderosas, o que transforma o mecanismo do mercado competitivo em um gigantesco jôgo de azar, onde as ações conscientes cedem lugar a reações em resposta a decisões alheias, acontecimentos históricos, fatos políticos, variações meteorológicas influentes sôbre as safras, enfim, a tôda espécie de motivações aleatórias.

Tal instabilidade de preços no mercado internacional influi sôbre a organização da produção na esfera nacional. Diante das decisões súbitas e inesperadas de tais "carteiras", o produtor nacional não consegue planejar sua emprêsa satisfatòriamente, nem escolher sua linha de produção industrial entre as várias alternativas possíveis de emprêgo de seu capital, de seu acervo técnico e de sua capacidade empresarial. De outra parte, as influências internacionais, em geral equilibradoras, não se fazem sentir nas economias nacionais, pois não só o govêrno reluta em adaptar suas emprêsas às mudanças tecnológicas irradiadas dos países industrializados, como também, nos regimes democráticos, as assembléias legislativa relutam, por

motivo eleitoral, em adaptar a indústria nacional de propriedade do govêrno a tais inovações, impedindo assim o progresso tecnológico que é um processo constante de destruição criadora.

As inovações tecnológicas, as alternâncias no volume das colheitas, as pragas do gado, os aumentos das populações, as descobertas de novos recursos minerais, as variações no suprimento de fundos capitalizáveis, a orientação da pesquisa científica, as flutuações da demanda, tôdas essas modificações, mais ou menos imprevisíveis, afetam os sistemas econômicos nacionais, forçando-os a se adaptarem continuamente, a despeito do isolamento em que se procuram proteger. Essa adaptação, que as fôrças impessoais do mercado acabariam efetuando pelo sacrifício das emprêsas ineficientes e pela conjunção de milhares de decisões individuais, o Estado socialista procura levar a cabo sem o sacrifício do pleno emprêgo interno e exportando o desemprêgo para o exterior.

Assim, o planejamento nacional independente leva não só à diminuição da riqueza mundial pelas restrições a que impõe ao intercâmbio internacional de bens e serviços e à divisão internacional do trabalho, mas também à maior, em vez da menor, instabilidade de preços nas relações internacionais. Além disto, tal *planejamento deriva fàcilmente para a* "politização" das relações econômicas e financeiras entre países. O capital se move e a mão-de-obra se desloca internacionalmente em obediência a vantagens políticas e não a motivações econômicas. Os agentes dêste comércio, ao invés *de serem comerciantes, sujeitos às leis e às sanções de seus próprios países,* ou dos países onde residam, são representantes de Estados soberanos, sujeitos apenas aos preceitos nebulosos do direito internacional público, imunes a sanções em seus atos oficiais. Por isto os conflitos, neste último caso, são *mais duradouros e semeiam mais graves conflitos do que os desentendi*mentos que surgem entre pessoas ou entidades de caráter privado.

III — *FORMAS DE PLANEJAMENTO INTERNACIONAL*

A. *Os Acôrdos Bilaterais de Comércio*

Com o fito de evitar o radical decréscimo do comércio internacional, a crescente instabilidade das condições dêsse comércio e a ameaça de conflitos políticos e guerras econômicas, têm os governos lançado mão de certos instrumentos de planejamento internacional parcial. Um dêsses instrumentos, o mais óbvio, é o acôrdo bilateral de comércio e pagamentos.

Muito empregado pelos mercantilistas até fins do século XVIII, o acôrdo bilateral foi gradualmente perdendo seus atrativos, à medida que o comércio multilateral revelava as vantagens e benefícios insuspeitados pelos *bilateralistas. O hábito pouco a pouco difundido de incluir nos acôrdos* e tratados internacionais a cláusula da nação mais favorecida, pela qual tôda concessão dada a um país automàticamente se tornava extensiva aos demais, acabou por liquidar o bilateralismo mercantilista.

Após a Grande Depressão de 1930 e em conseqüência da geral inconversibilidade das moedas que se seguiu, o multilateralismo tornou-se impraticável e incompatível com as tendências que então surgiram no tocante à disciplina do comércio internacional por meio de contrôles cambiais e restrições quantitativas. Êstes instrumentos do planejamento nacional isolado tiveram suas conseqüências, prejudiciais à divisão internacional do trabalho e conducentes à redução no volume do comércio mundial e à instabilidade nas relações internacionais, agravados pelo bilateralismo renovado no decênio de 1930 até o início da Segunda Grande Guerra. A fim de mitigar os efeitos destas conseqüências do bilateralismo intergovernamental, foi proposto que tais acôrdos bilaterais se firmassem, não de govêrno a govêrno, mas entre grupos privados. Tais entendimentos se tornaram, entretanto, dependentes da tarifas e quotas, de modo que a intervenção, dos governos, em nome da soberania nacional, não pôde ser evitada. Além disto, o simples entendimento entre produtores, cujos custos de produção percorriam tôda a gama de custos possíveis, não foi conducente à melhor distribuição internacional de recursos ou à divisão de trabalho que resultaria de um comércio internacional mais livre.

Outra sugestão para abrandar os efeitos sôbre as relações internacionais do planejamento nacional independente, tem sido a da criação de uniões econômicas. O modo pelo qual essas uniões têm sido propostas é que não tem constituído o melhor ângulo de ataque ao problema. O objetivo, às vêzes expresso mas quase sempre tácito, tem sido o de reunir unidades nacionais de modo a formar um grupo de países que constitua mercado auto-suficiente. Acontece que tal objetivo é tão prejudicial ao comércio internacional quanto os planos de auto-suficiência tentados pelos países individualmente. O ganho neste caso não é o da auto-suficiência possível na união econômica, mas a ausência de auto-suficiência dessa união em face das demais unidades nacionais nela não compreendidas.

Do ponto de vista internacional a união aduaneira não é uma vantagem em si mesma. Ela só é vantajosa, dêsse ponto de vista, se conduzir a mais ampla divisão internacional do trabalho. O fator básico no caso não é a dimensão do território econômico unificado, mas a dimensão dos territórios excluídos. Se o Mercado Comum Europeu, por exemplo, constituir uma zona reservada de comércio, investimento e migração, os países dela excluídos serão prejudicados. Se êsses países excluídos só puderem vender seus produtos aos países membros do Mercado Comum a preços inferiores aos que receberiam sem êsse mercado; se fôr permitido investir capitais dos países componentes do Mercado Comum dentro dos limites dessa zona reservada, e se não fôr dada à mão-de-obra dêsses países a faculdade de emigrar para fora do Mercado Comum ou à mão-de-obra dos países excluídos a faculdade de se empregar nessa zona reservada, então não haverá possibilidade de se atingir por meio do Mercado Comum assim concebido a divisão internacional do trabalho. Neste caso o Mercado Comum

Europeu resultará em diminuição do volume do comércio mundial, da produtividade do capital e do salário real da mão-de-obra. (*)

B. *O Planejamento Internacional Industrial*

A alternativa dos acôrdos governamentais bilaterais é o planejamento internacional de certas indústrias ou atividades produtivas. Os acôrdos intergovernamentais sôbre produtos de base, como os acôrdos do trigo, do estanho, do açúcar, do chá, etc., são exemplos dessa forma de planejamento internacional por atividades. Tais acôrdos, que foram úteis no período de transição que se seguiu imediatamente à cessação de hostilidades da Segunda Grande Guerra, se transformaram pouco a pouco em simples entidades coletoras das estatísticas relativas a essas atividades sob contrôle intergovernamental, desprovidos de qualquer autoridade normativa. Fundamentalmente, o que aconteceu de uma forma ou de outra em todos êsses acôrdos, logo que deixaram de existir as condições anormais do imediato pós-guerra, foi que, ao tentarem manter o preço do produto controlado acima de seu nível de concorrência, viram-se os países membros do acôrdo na contingência de terem de controlar a oferta total, o que não era de seu agrado, pela repercussão política interna que daí proviria. Por outro lado, o contrôle da produção por parte dos países membros do acôrdo intergovernamental tenderia a aumentar a competição dos países não participantes, o que terminaria redundando em superprodução e em queda dos preços que se tentara fixar em nível artificialmente elevado.

De qualquer modo, os acôrdos intergovernamentais sôbre produtos de base são menos prejudiciais do que os acôrdos bilaterais, não porque sejam mais inócuos, mas porque a restrição da produção por quotas impostas aos países produtores é menos prejudicial do que a restrição das áreas de venda, como se pratica nos acôrdos bilaterais. Nos acôrdos multilaterais, uma vez que a oferta se ache determinada pelo contrôle da produção, essa produção pode ser colocada em qualquer país indiscriminadamente, sujeita apenas às limitações impostas pelo custo de transporte. Onde ambas as formas de contrôle, a multilateral e a bilateral, são igualmente prejudiciais é na distribuição dos fatôres de produção pelos diversos setores da atividade econômica, pois ambos os sistemas tendem a beneficiar o produtor a custos elevados, *incentivando-lhe a produção em detrimento dos produtores a custos* baixos, por isto reduzindo a produção total. Além desta desvantagem de *proteger os produtores a altos custos, os acôrdos intergovernamentais sôbre* produtos de base impedem ou dificultam o reajuste dinâmico do mercado. *Assim, estàticamente, em cada momento, tais acôrdos reduzem o volume* da produção, ao passo que, dinâmicamente, de momento a momento, impedem *os produtores mais eficientes de concorrerem com os menos eficien*tes, em prejuízo do bem-estar econômico da comunidade internacional.

(*) Escritas em 1958 (Nota do Editor).

Por outro lado, as restrições conseqüentes dêsses acôrdos, com que se pretende coordenar internacionalmente certas atividades privadas, causam queda, em vez de aumento, no investimento, em virtude do abatimento que tais restrições causam na rentabilidade dos investimentos novos. Assim, o restricionismo, errôneamente defendido pela justificativa de que o aumento de preços que promove é benéfico à atividade econômica, transforma-se no próprio instrumento impeditivo daquele aumento de preços que, proveniente do investimento espontânamente rnovado, seria efetivament benéfico para a economia mundial como um todo.

As desvantagens do planejamento internacional de certas atividades privadas não se limitam ao campo da produção e da distribuição, mas se estendem também ao campo da política, levando à corrupção e ao atrito intergovernamental, assim como a certa estrutura de influência perigosa à manutenção de princípios democráticos. A imposição de quotas e o regime de licenciamento instituídos pelo govêrno forçam quase as emprêsas privadas a se reunirem em "grupos de pressão" que se exerce quase sempre sôbre os membros do Poder Legislativo, os quais, por motivo eleitoral, não contrariam as pessoas influentes de que em geral se compõem tais "grupos de pressão". O mesmo se dá entre governos quando êsses "tomam as dores" de homens de emprêsa nacionais, redundando tais situações não raro em questões de diplomacia e de prestígio nacional magoado.

C. *A Coordenação do Planejamento Internacional pelas Nações Unidas*

Em hipótese alguma o mundo moderno poderá voltar a ser idêntico ao mundo de antes da Primeira Grande Guerra, com seu padrão-ouro, comércio multilateral e livre movimento de capital e mão-de-obra. A comunidade civilizada de então excluía dois terços da população mundial da participação no sistema internacional então existente. No mundo de hoje, qualquer que seja o sistema econômico internacional, liberal ou socialista, que garanta estabilidade, progresso e confiança no futuro, terá de ser estabelecido em novas bases, pois as populações então excluídas não voltarão mais a desempenhar passivamente o papel que lhes coube no século XIX e nos primeiros anos do século XX. Em confronto com tal estado de espírito é que se deve examinar a tendência moderna, cada vez mais pronunciada, para a desigualdade econômica entre as nações ricas e pobres, aquelas em ritmo de progresso jamais atingido e essas em estagnação ou progredindo muito menos ràpidamente. Assim, a tarefa urgente no mundo atual consiste em desenvolver os países econômicamente subdesenvolvidos, a fim de conter no limite do possível essa desigualdade que se amplia, de modo a que se possa construir uma economia mundial mais unificada, mais sólida, onde o espírito dominante possa ser efetivamente democrático e internacionalista.

Nos países pobres, social e econômicamente atrasados, essa tarefa terá de se iniciar pela adoção de medidas que inaugurem o processo de integração nacional, mesmo que tal processo cause prejuízo à evolução do processo de integração internacional. Êsses países necessitam de se integrar internamente de maneira a conquistarem o poder de barganha necessário para atingir, em bases mais amplas do que no passado, o equilíbrio político do mundo moderno, sem o que, por sua vez, não haverá integração internacional possível em bases democráticas.

Por motivos diversos, os países econômica, política e socialmente adiantados ainda não encontraram o ponto de equilíbrio internacional de suas economias nacionais. Não atingiram ainda a integração internacional necessária para atacarem com mais vigor e decisão a tarefa incomparàvelmente maior e mais importante, do ponto de vista da paz mundial, de se desenvolverem as economias dos países atrasados e pobres. Já parece claro, a esta altura, que o problema da integração internacional de estruturas nacionais ainda está longe de sua solução adequada, mesmo entre países adiantados, bastando para confirmar essa impressão contemplar-se o abismo que separa os países soviéticos dos não soviéticos e mais ou menos neutros.

Definindo-se *integração econômica* como um processo de organização social no decurso do qual se abolem barreiras sociais e econômicas, realizando-se assim maior igualdade de oportunidade, estabelecem-se as premissas de que a integração nacional e a integração internacional são estágios mais avançados no processo social do que os estágios primitivos de desintegração nacional e internacional. Em ambos êstes processos de integração, quer nacional quer internacional, desempenham papel importante os sistemas complexos de interferência deliberada no jôgo livre das fôrças do mercado e no mecanismo de preços. O processo de integração nacional vem precedendo, porém, o processo de integração internacional, e tem evoluído à base de atitudes sociais de solidariedade nacional, base essa reforçada pelo próprio processo de integração dela decorrente.

O processo de integração nacional na totalidade dos países vem suplantando e eclipsando o ideal de integração internacional, de tal forma que hoje em dia é absolutamente certo dizer-se que é impossível realizar o Estado mundial, sob um govêrno democrático, socialista ou liberal, que reúna em federação universal todos os povos da terra. São de ordem social e psicológica as razões por que um govêrno democrático mundial não só não é concebível em nosso tempo, como também não é o nosso ideal político, social ou econômico. Tal govêrno, à semelhança dos governos das nações já integradas, teria de estabelecer impedimentos ao livre funcionamento do mercado mundial, sempre que, por êsse meio, fôsse atingido um grau maior de igualdade de oportunidade.

Para os governos nacionais, entretanto, as fronteiras políticas representam limites de autoridade e responsabilidade governamentais. O estabelecimento de barreiras ao intercâmbio internacional de bens e serviços, assim como ao livre movimento de capital e mão-de-obra, estabelecidas ao longo

dessas fronteiras, constituem um dos mais importantes instrumentos da política econômica nacional. Do ponto de vista do ideal de integração internacional, tais barreiras raramente coincidiriam com os obstáculos que o govêrno mundial teria de interpor, em nome de uma política econômica mais racional, a fim de discernir, entre os interêsses locais, regionais e de certas indústrias, o benefício do interêsse geral. Acontece, porém, que os julgamentos de valor são demasiado variados, de indivíduo para indivíduo, de comunidade para comunidade, de país para país. Não existe, no mundo atual, internacionalmente, esta solidariedade que, no Estado nacional, é o resultado do processo histórico de integração e que induz indivíduos e grupos sociais a aceitarem regras de conduta e limitações de liberdade que não lhes acarretam qualquer vantagem imediata.

Nestas condições, hoje em dia, a única via de acesso a um grau modesto de cooperação internacional conducente à mais estreita integração econômica é a via dos acôrdos bilaterais ou multilaterais entre Estados soberanos independentes. O objetivo neste particular é o de se tentar gradualmente atingir certa política coerente entre êsses acôrdos, o que implica em certo grau de coordenação intergovernamental das políticas nacionais. Tal é o objetivo das Nações Unidas no campo econômico: coordenar as políticas econômicas nacionais em escala mundial, por meio de tôda uma estrutura de organizações internacionais.

Destas agências, a mais importante no que concerne ao assunto do presente trabalho é o Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, o GATT. Nasceu essa agência da Conferência do Comércio e Emprêgo, realizada em Havana, em 1947. Inicialmente nada mais era que um apêndice da Organização Internacional de Comércio, que não chegou a existir. O GATT, a despeito disto, tornou-se um centro importante de exame e debate de políticas de comércio exterior, tendo sido assim de algum efeito na preservação de certo grau de estabilidade no nível tarifário e nos sistemas aduaneiros dos países mais adiantados.

Papel semelhante, no tocante às políticas financeiras nacionais, tem desempenhado o Fundo Monetário Internacional, juntamente com sua agência irmã, o Banco Intrnacional de Reconstrução e Desenvolvimento, que, criado para regular o fluxo de capitais a longo prazo, tem procurado preencher seus objetivos, conseguindo-o incompletamente e em pequena escala.

À Organização de Alimentação e Agricultura, à FAO, foi distribuída a incumbência de incentivar a adoção de métodos agrícolas mais produtivos, promover maior prosperidade à mão-de-obra rural, assim como níveis dietéticos mais elevados, lançando mão, entre outros meios, da ação internacional na colocação de excedentes agrícolas. Essa organização, entretanto, não atingiu até agora qualquer solução prática para êstes problemas. A única atividade em que tem surtido certo efeito, embora em escala reduzida,

é no seu programa de assistência técnica para a racionalização dos métodos agropecuários.

O Conselho Econômico e Social e a Assembléia Geral das Nações Unidas têm sido principalmente conferências de caráter político, que constituem "caixas de ressonância" para a demagogia internacional. Embora tal atividade tenha seu mérito em um mundo onde a maior população habita os países atrasados e pobres, divergem essas assembléias da função que lhes atribui a Carta de São Francisco, que é a de iniciar e coordenar a ação internacional no setor econômico e no setor social. No Conselho, mais conhecido por sua sigla, ECOSOC, certas questões importantes, como a luta contra o colonialismo e o desenvolvimento econômico dos países economicamente subdesenvolvidos, têm sido mantidas na ordem do dia, à custa, porém, da objetividade com que, nas primeiras reuniões, foram examinados êsses assuntos.

O Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas tem constituído uma experiência interessante, mas excessivamente limitada por fundos escassos, insuficientes para iniciar mesmo algo mais sério no que diz respeito ao intercâmbio de técnicos. Algumas tentativas, frustradas, foram feitas para a criação no seio das Nações Unidas de um Fundo Especial para o desenvolvimento econômico de países ou regiões que não podem arcar, em seus projetos, com as condições e os encargos financeiros dos empréstimos concedidos pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. A constituição dêsse Fundo, conhecido pela sigla SUNFED, embora aprovada por voto da maioria na última reunião do ECOSOC, realizada em Genebra, em julho de 1957, não se tornará realidade, pois os países industrializados se abstiveram de votar essa proposição.

Mesmo os esforços de integração regional, por meio das Comissões Regionais para a Europa, a Ásia, o Extremo Oriente e a América Latina, embora tenham sido as mais ativas das agências especializadas das Nações Unidas, estão longe de preencher, no clima político dominante, os grandes problemas econômicos de sua alçada. Tais comissões, entretanto, tiveram ação pioneira ao esposar intensa pesquisa econômica em cada país de sua jurisdição, assim como lançaram as primeiras sugestões para a integração regional em bases efetivas e práticas de programação econômica.

Assim, em resumo, pode dizer-se que as Nações Unidas, por intermédio de seus organismos econômicos e agências especializadas, fracassaram, em sentido relativo, ao tentarem atingir o objetivo de promover a integração econômica mundial, pelo método da consulta, coordenação e cooperação sistemática. Isto, entretanto, não deve impedir outras tentativas, nas Nações Unidas, ou fora delas, no sentido de guiar os países, individualmente, a esta integração, obtida por êsse método, que parece ser o único exeqüível no mundo atual.

IV — *CONCLUSÕES*

A. *Resumo do Tema Exposto*

Definiu-se, inicialmente, o conceito de "estrutura econômico-financeira nacional" como denotando o modo pelo qual as atividades de produção, distribuição e consumo se organizam em cada país, a fim de atingir objetivos institucionalmente predeterminados. Subdividiram-se tais "estruturas", entre os tipos extremos de estrutura do Estado liberal e do Estado socialista, de acôrdo com o grau de interferência do poder público em limitar e constranger a liberdade individual ao exercer atividades econômicas de produzir, consumir, inverter poupanças e empregar mão-de-obra.

Tal interferência se exerce por meio de várias modalidades de planejamento econômico nacional, que repercutem com maior ou menor efeito nas relações internacionais por via dos instrumentos de ação que emprega: a tarifa aduaneira, as restrições quantitativas, o contrôle cambial, a seleção dos investimentos e da mão-de-obra estrangeiros. Examinaram-se, assim, as principais conseqüências sôbre as relações internacionais do planejamento nacional independente.

Em seguida, foram estudadas algumas das principais soluções que têm sido aventadas para mitigar tais efeitos perturbadores da economia mundial, terminando-se essa parte por uma análise sumária do processo de solução de conflitos entre interêsses nacionais, pelos órgãos especializados das Nações Unidas.

Verificando-se, porém, que nenhuma das soluções propostas, nem a das Nações Unidas, resolve o problema do impacto perturbador das integrações econômicas nacionais sôbre a integração econômica internacional, indaga-se agora sôbre se o critério de se examinar o planejamento nacional como devendo necessàriamente processar-se de acôrdo com os requisitos da ordem internacional, não será fundamentalmente inaplicável à época atual.

B *Nacionalismo e Internacionalismo*

Ao tentar-se tal exame, procura-se saber em que sentido pode haver conflito entre as necessidades e interêsses dos diferentes grupos nacionais, quando integrados em uma comunidade internacional. Procura-se saber até que ponto a satisfação das necessidades e interêsses nacionais é incompatível com a satisfação das necessidades e interêsses da comunidade mundial entendida como um todo. Até que ponto o planejamento nacional prejudica o desenvolvimento da economia baseada na divisão internacional do trabalho.

Claro está que, no caso particular de se entender que a guerra é um instrumento permanente da política nacional, há razões suficientes que justificam a interferência governamental na divisão internacional do trabalho. O poder nacional, ofensivo e defensivo, é um fim em si mesmo. Neste

caso, torna-se racional sacrificar-se o bem-estar econômico do país, para se atingir o objetivo superior do seu preparo militar.

Abstraindo-se, porém, a questão da segurança nacional, resta saber se existem ou não razões de natureza econômica que justifiquem a política de isolacionismo e auto-suficiência nacional, tal como se manifesta hoje em dia, de modo mais ou menos severo, na maior parte dos países do mundo. Haverá ou não possibilidades de ganho para a economia nacional que, por violação do princípio da divisão internacional do trabalho, consiga produzir internamente aquilo que antes importava? Tal é a pergunta que, a título de conclusão, se vai tentar responder.

É certamente possível conceberem-se casos em que um país possa realizar ganhos a expensas de outros. Mesmo desprezando certas situações em que a imposição de uma tarifa possa acarretar ganhos para o país que a institua, outras possibilidades de ganho são possíveis para o país que detenha posição monopolística em relação a um ou mais produtos de exportação ou posição monopsonista em relação a um ou vários produtos de importação. Assim, se em um país se organiza, com ou sem o beneplácito do govêrno, um monopólio de venda, é possível que, restringindo a exportação do produto monopolizado, se consiga obter receita maior do que se fôsse deixada às fôrças da concorrência a determinação do preço de venda. O mesmo acontece se o país possuir um monopólio de compra, uma monopsonia em relação a certo produto de importação, caso em que a redução de compras resultaria em obter o produto a menor preço. Em ambos os casos seria possível a um país, agindo unilateralmente, obter ganhos substanciais no comércio internacional apenas fazendo com que as "relações de intercâmbio" se voltassem a seu favor. Tais vantagens monopolísticas não poderiam ser obtidas indefinidamente. O alto preço do monopólio terminaria por incentivar a produção, em outros países, do produto monopolizado. O baixo preço da monopsonia acabaria por desincentivar a produção na fonte prejudicada, resultando dessa medida escassez do produto e a elevação de seu preço.

Além da possibilidade de se usarem restrições para se obter certas vantagens do mercado imperfeito, há ainda a possibilidade de se instituírem restrições para se abrandarem as conseqüências de um desequilíbrio a curto prazo no nível de emprêgo da mão-de-obra. Quando se impõe tarifa ou restrição quantitativa a uma importação, o resultado é a expansão de crédito bancário para produzir internamente o que anteriormente se importava, ou o restabelecimento do nível de crédito que de outra forma se contrairia. Ainda neste caso os ganhos seriam temporários, requerendo, então, que essas restrições sejam de tempo em tempo aumentadas para renovar o efeito inicialmente obtido no nível de emprêgo principalmente da mão-de-obra. Torna-se também necessário, para que tais ganhos se materializem, que a política comercial dos outros países não seja modificada em função das restrições impostas por um dêles. Se a tarifa ou a quota de importação, instituída por um país, fôr imitada por outro, os ganhos provenientes

de restrições se dividirão entre os dois, beneficiando sempre em maior grau o país mais industrializado.

O caso mais plausível de vantagens provenientes de restrições surge na esfera da migração e sempre que se trate, não do país como um todo, mas de grupos particulares de interêsses radicados: a restrição da imigração como favorável ao interêsse de certo grupo de mão-de-obra; a restrição da emigração, como favorável ao interêsse de proprietários de terras, latifundiários, proprietários de minas, senhorios, fazendeiros e outros que empregam grande quantidade de mão-de-obra local a salários ínfimos.

Outro caso, onde é também plausível o ganho, ocorre na esfera dos investimentos estrangeiros e em sua seleção de entrada e aplicação, em dadas regiões de países subdesenvolvidos. Entretanto, mais uma vez a condição dos mercados dêsse capital estrangeiro regula seus efeitos, pois em um grupo de países subdesenvolvidos, dependentes para se desenvolverem do capital alienígena, aquêle que menos restrições impuser o maior quinhão receberá de fundos capitalizáveis.

Se tais considerações são corretas, sua conseqüência é de que não há vantagem duradoura na política econômica nacionalista. Não há ganho de comércio, nem de movimentos de fatôres de produção, nem tampouco existe ganho de estabilidade e segurança, decorrentes da política econômica nacionalista, que não fôsse obtida e mesmo ultrapassada sob uma política econômica mundial federalista e internacionalizada. Assim, do ponto de vista exclusivo da análise econômica, o racional será a preferência pelo internacionalismo em detrimento do nacionalismo.

Só um elemento é favorável ao nacionalismo econômico e êste elemento é histórico e sociológico. Trata-se do processo de integração nacional, pelo qual passa atualmente a totalidade dos países econômicamente subdesenvolvidos. O nacionalismo nesses países é todo um processo de descoberta da liberdade, da noção de que por meio de uma política de interferências deliberadas é possível alterar consideràvelmente a direção dos processos de mercado sob os quais tais países permaneceram subjugados por tanto tempo. Na maior parte dêsses países a independência política data de poucos anos. A noção de que podem organizar-se de acôrdo com seus interêsses é algo tão nôvo que, na ausência do Estado mundial, só os pode conduzir ao nacionalismo, que se resume em aumentar o padrão de vida do povo pelo desenvolvimento econômico e a alcançar maior igualdade de oportunidade com o resto do mundo.

Durante a elaboração do presente estudo foi consultada mais freqüentemente a obra de Gunnar Myrdal, *An International Economy, Problemes and Prospects* (Routledge and Kegan Paul, Londres, 1956), que examina a situação atual das relações econômicas internacionais no mundo não-soviético. Outro livro de Gunnar Myrdal, *Economic Theory and Under-Developed Regions* (Duckworth, Londres, 1957) foi também de alguma ajuda.

Foi também consultada obra, infelizmente não atualizada, de Lionel Robbins, *Economic Planning and International Order*, (Macmillan, Londres, 1938), bem como

o texto, hoje clássico, de P. T. Ellsworth, *The International Economy* (Macmillan, New York, 1950).

Para um tratamento mais rigoroso do tema proposto veja-se o livro do Professor J. Timbergen, *International Economic Integration* (Elsevier, Amsterdan, 1954), assim como o texto, mais elementar, de J. E. Meade, *Problems of Economic Union* (George Allen and Unwin, Londres, 1954).

As seguintes publicações das Nações Unidas foram também consultadas: *National and International Measures for Full Employment* (New York, 1949); *Measures for International Economic Stability* (New York, 1951); *Measures for the Economic Development of Under-Developed Countries* (New York, 1951); *Commodity Trade and Economic Development* (New York, 1953).

FONTES EXTERNAS DE FINANCIAMENTO PARA O CRESCIMENTO DA AMÉRICA LATINA (*)

Dragoslav Avramovic

INTRODUÇÃO

Êste documento não contém projeções da possível disponibilidade de financiamento externo para o desenvolvimento da América Latina nos próximos dez anos. Não existe, no momento atual, base para tais projeções. Do mesmo modo, o documento deixa de estimar as necessidades latino-americanas de capital externo, na próxima década: como ainda não existem programas para o desenvolvimento dessa região, relativos a êsse período, também não há base para estimativas sistemáticas dessas necessidades de capital. Há projeções da carência de recursos e dos *deficits* da balança comercial da América Latina, baseadas em diferentes hipóteses e referentes a diferentes períodos: baseiam-se em modelos macroeconômicos de profundidade e refinamento desiguais. O trabalho de Chenery Strout-Vanek, elaborado no verão de 1965 e os esforços dos técnicos das Nações Unidas, em 1964, levaram esta linha de investigação a um tal ponto que, a meu ver, pouco

---

(*) Documento preparado para a Conferência sôbre *"A Próxima Década do Desenvolvimento da América Latina"*, realizada na Universidade de Cornell, Ithaca, New York, de 20 a 22 de abril de 1966. O autor é funcionário do Banco Mundial. As opiniões aqui expressas não são, necessàriamente, as do Banco. O Sr. Eugenio Lari, economista do Banco Mundial, prestou assistência valiosa na compilação analítica do material estatístico. A maior parte das idéias contidas neste documento foram discutidas numa reunião preparatória na Universidade de Cornell, realizada em fins de janeiro de 1966, com o Prof. T. Davis e o Prof. J. Vanek; algumas idéias novas foram acrescentadas. A êles expresso meuprofundo agradecimento pelo estimulante diálogo e contribuições. O Sr. Gerald M. Alter, funcionário do Banco, sacrificou muitos dias para discutir comigo problemas da América Latina e do desenvolvimento em geral. Êle e o Sr. Orvis Schmidt, também funcionario do Banco, tiveram a bondade de ler os originais, num período curto, apresentando-me seus comentários. A responsabilidade pelo documento é inteiramente minha.

se pode acrescentar.[1] Julguei que de pouco ou nada valia, agora, extrapolar *às pressas outras séries de números: de qualquer modo, provàvelmente* já há por aí excesso de números pouco fidedignos e extrapolados.

Ao invés, neste documento se fêz a tentativa de reunir os números já existentes e de mostrar o que êles significam, para depois encetar uma discussão das principais questões com que se defrontam a América Latina e os países doadores, em futuro imediato e mais distante. As opiniões variarão quanto à ênfase que demos a cada questão, e à própria lista delas, o que nos parece provàvelmente inevitável: a maioria dos trabalhos sôbre a América Latina é, por algum motivo, controvertidos.

Meu conhecimento das condições da América Latina é limitado. Êste documento baseia-se sobretudo em noções gerais sôbre o desenvolvimento, o financiamento do desenvolvimento, o problema do endividamento e o problema dos produtos primários, mais do que em informações específicas e detalhadas sôbre o quadro latino-americano.

CAPÍTULO II — OS FATOS

A. *Recursos Mundiais para Financiamento do Crescimento da América Latina: Visão Convencional*

No qüinqüênio 1960-64 o montante global líquido (i.e. deduzidas as amortizações do principal, mas *não* os juros) dos desembolsos feitos a título de assistência oficial às áreas em desenvolvimento, pelos países industriais da Organização Européia de Cooperação para o Desenvolvimento (OECD) e outros órgãos multilaterais, cresceu gradualmente de 4,6 bilhões de dólares para 6,3 bilhões por ano (em números redondos). A parcela destinada à América Latina subiu de 340 milhões de dólares em 1960, para 1 bilhão de dólares, em 1964, e sua participação total subiu de 7% para 16%. Nos últimos dois anos, porém, não houve modificações substanciais. Na verdade, tendo atingido 1.150 milhões em 1963, desceu para 1.018 milhões em 1964.

Além dêsses recursos, os países em desenvolvimento também estão recebendo capitais privados e empréstimos dos países de economia planificada, sobretudo da URSS. A entrada de capitais privados (inclusive os lucros reinvestidos) situa-se, nos últimos cinco anos, em nível que flutua entre 2,2 e 2,9 bilhões de dólares, sem tendência perceptível, quer num sentido, quer no outro. O montante dos créditos soviéticos (e de outros créditos da Europa Oriental) elevou-se de menos de 200 milhões de dólares,

---

1) V. AID, *Summer Research Project*, Washington D.C., 1965 e também Hollis B. Cheneri e Alan Strout, *Development Policies and Assistance Requirements*, Washington D.C., 1965 (mimeografado); United Nations, *Studies in Long-term Economic Projections for the World Economy*, New York, 1964, e Também United Nations, *World Economic Survey* 1964, New York, 1965.

em 1960, para 425 milhões de dólares em 1963 e talvez 500 milhões, em 1964. O fluxo total do financiamento externo para os países em desenvolvimento — deduzidas as amortizações, mas não os juros e lucros — situa-se em cêrca de 9,2 bilhões de dólares em 1963 e talvez 9,7 bilhões em 1964.

QUADRO I

Total Aproximado das Receitas dos Países em Desenvolvimento de 1960 a 1964, de Recursos Bilaterais e Multilaterais; Amortizações, Liquidez e Desembolsos (em milhões de dólares)

		1960	1961	1962	1963	1964[1]
(1)	Fluxo oficial bilateral dos membros da OECD	4.242	5.264	5.388	5.680	5.555
(2)	Fluxo oficial bilateral de outros países industriais	**36**	**49**	**57**	**67**	n.a.
(3)	Fluxo oficial bilateral de economias planificadas.[2]	**186**	**294**	**391**	**425**	n.a.
(4)	Desembolsos de agências multilaterais, amortizações liquidas e subscrições	**283**	**253**	**412**	**654**	780
(5)	Total oficial (1 + 2 + 3 + 4)	**4.747**	**5.860**	**6.248**	**6.826**	**n.a.**
(6)	Investimento privado direto[3]	1.875	1.851	1.437	1.616	(1.630)
(7)	Investimento Bilateral de Carteira	**466**	**631**	**234**	198	(560)
(8)	Créditos Comerciais Garantidos, acima de 5 anos	**93**	**221**	**292**	248	(390)
(9)	Créditos Comerciais Garantidos de 1 a 5 anos	**369**	**272**	**253**	302	(356)
(10)	Total Privado (6 + 7 + 8 + 9)	**2.803**	**2.975**	2.216	2.364	(2.900)
	Total Geral: (5 + 10)	**7.550**	**8.835**	**8.464**	**9.190**	n.a.

1) Preliminar.
2) Fluxo Bruto; os pagamentos em 1963 podem ter atingido $50 milhões.
3) Incluindo lucros reinvestidos.

Não há uma especificação detalhada da distribuição geográfica dos recursos provenientes do capital privado e dos créditos soviéticos. Todavia, sabe-se que a América Latina obteve poucos créditos soviéticos (exceto Cuba). Comparada com o resto do mundo subdesenvolvido, a América Latina recebe uma proporção bem substancial de recursos oriundos do capital privado, particularmente de lucros reinvestidos. Admitindo-se, *grosso modo,* certa quantia para a distribuição geográfica dos recursos oriundos do capital privado e da ajuda soviética, e somando esta quantia à distribuição conhecida da assistência oficial dos países do Comitê de Assistên-

cia ao Desenvolvimento o (DAC) e dos organismos internacionais, pode-se dizer, com razoável grau de certeza, que a proporção da América Latina na soma global líquida dos recursos mundiais desembolsados para o financiamento do desenvolvimento (i.e., dos 9.2 bilhões de dólares em 1963) não fica abaixo de 15% e nem passa de 20%.

A proporção de 15 a 20% se aproxima da proporção do que representa a população da América Latina no total da população dos países que recebem assistência, a qual é de 15% aproximadamente. Em outras palavras, a América Latina recebe agora "sua cota *per capita*" de assistência, ou até mais, se levarmos em conta um longo período, nas décadas de 1940 e 1950, quando recebia muito menos. Os países africanos estão recebendo cifras muito superiores à média *per capita* e o mesmo acontece com os países da Europa Meridional (pelo menos assim ocorreu até há dois anos). O subcontinente indiano densamente povoado, sobretudo a Índia, recebe menos do que a média. A China Continental muito provàvelmente não recebe assistência externa alguma. O mesmo acontece com outra área pobre densamente povoada: o Arquipélago Indonésio.

Esta recente distribuição internacional do financiamento para o desenvolvimento — um aumento na cota latino-americana, em relação ao nível inferior precedente — pode ser um resultado acidental de muitas decisões isoladas, sôbre empréstimos não relacionados entre si. Pode ser apenas um reflexo de algumas das mais recentes viradas da política internacional. Mas também pode representar um nôvo padrão de distribuição, que vem surgindo com sua própria lógica econômica. Voltaremos à questão no capítulo final dêste trabalho.

B. *Entrada bruta de capital, entrada líquida de capital e transferência de recursos: conceitos*

A descrição acima reflete o quadro conceitual convencional dos movimentos de capital: as receitas líquidas de capital são iguais às entradas brutas menos as despesas correntes (renda). Todavia, um outro quadro conceitual é igualmente concebível, podendo-se argumentar que êste outro é pelo menos tão significativo e possìvelmente mais significativo ainda. Se eu devo dinheiro e mantenho em dia o serviço da dívida, o que sobra para mim, para meu próprio uso — para meu consumo e investimento — é a diferença entre a soma de meu salário mais novos empréstimos (bruto) de um lado; e a soma das amortizações da dívida velha *mais* os pagamentos dos juros da dívida, de outro lado. Além disso, se eu transaciono com credores inteligentes, sagazes, não sei nem mesmo, precisamente, o que é amortização e o que é juros: êles costumam englobar as duas parcelas. A única coisa que sei é quanto me sobra: é só sôbre esta importância residual que eu tenho comando. A distinção conceitual entre capital e despesas

correntes é decisiva para os emprestadores: êles partem do pressuposto de que serão reembolsados (do contrário não fariam o empréstimo) e sua preocupação máxima se concentra na taxa de juros (remuneração do capital) que poderiam receber de outros usos alternativos de seus recursos. Esta diferença conceitual é muito menos importante para os devedores, particularmente aquêles que se lançam no mercado à procura de empréstimos, a fim de aumentar a soma global dos recursos para os quais têm aplicação: sua preocupação máxima se concentra na diferença entre os novos empréstimos brutos e o total do serviço da dívida (amortizações e juros) dos velhos empréstimos, porquanto é apenas esta diferença que serve para aumentar os recursos que podem aplicar em investimentos.

Podemos agora passar das contas pessoais para as contas nacionais. Um país em desenvolvimento que contrai um empréstimo obtém, a qualquer tempo, um acréscimo líquido de seus recursos sòmente na medida em que a entrada bruta de capital ultrapassa o total das suas obrigações com o serviço da dívida: juros, lucros, rendas e amortizações do capital. Na terminologia da balança de pagamentos, essa transferência de recursos é igual ao *deficit* da balança comercial mais o *deficit* relativo a transportes, seguros, viagens e outras despesas governamentais que não as da dívida. Do ponto de vista de uma verdadeira disponibilidade de recursos, êste conceito de transferência de recursos é o único relevante: êle é o "líquido verdadeiro", diferençando-se do "líquido contábil" empregado na Seção A acima.

Para os países em desenvolvimento como um todo, as receitas brutas dos financiamentos externos montam atualmente a cêrca de 13 bilhões de dólares por ano. Cêrca de 4 bilhões são utilizados para amortização do principal, deixando um "líquido contábil" de perto de 9.2 a 9.7 bilhões de dólares (ver parágrafo 2 acima). O montante global de juros e lucros pode ser estimado, em números redondos, em 4,5 bilhões de dólares. Isto deixa, como transferência de recursos (líquido verdadeiro), perto de 5 bilhões: 9.2 a 9.7 bilhões de "líquido contábil" *menos* 4 a 5 bilhões de juros e lucros. Essa transferência de recursos se reflete no *deficit* da balança comercial de pagamentos dos países em desenvolvimento, de 1 a 2 bilhões por ano e em seu *deficit* por outros serviços (transportes, viagens, seguros, outros pagamentos governamentais que não os da dívida) de outros 3 bilhões. O conceito de transferência de recursos serve para explicar o quebra-cabeça que freqüentemente intriga os economistas e os não economistas: como é que o *deficit* comercial dos países em desenvolvimento é de apenas 1 a 2 bilhões de dólares [2], quando os países da OECD e as organizações internacionais põem à sua disposição assistência no valor de 9 bilhões (6 públicos e 3 particulares) e ainda existe a ajuda soviética de meio bilhão? O quebra-cabeça se explica fàcilmente: metade das entradas lí-

2) Em 1965 o *deficit* foi de meio bilhão de dólares, apenas.

quidas de capital (líquido contábil) é usada para financiar o fluxo em sentido inverso, de juros e lucros; e do restante uma parte substancial é usada para financiar o *deficit* de outros serviços — transporte, viagens, e o numeroso serviço diplomático dos países em desenvolvimento.

De modo mais generalizado, quanto maior a dívida internacional de determinado país ou região, e quanto maior o capital acionário de propriedade estrangeira, tanto maior será o montante de amortizações e serviços de *juros e lucros, e, conseqüentemente, tanto menor a* transferência efetiva de recursos por unidade do capital bruto que entrou no país. Isto de modo algum significa que importar capital é uma política incorreta, que os países que vêm importando grandes massas de capital e incorrendo em pesado débito com o serviço das dívidas estão em conseqüência em pior situação do que os paises que se têm mantido afastados do financiamento internacional. *Na medida em que a produtividade e as poupanças se elevaram, como* resultado da importação de capital, e cresceram mais do que os juros e lucros que o capital externo exige, o país recipiendário fica em melhor situação: sua dependência atual da continuação das transferências de recursos é menor do que a de um país cuja produtividade ficou para trás, embora o primeiro tenha substanciais compromissos externos e os últimos não *os tenham. A Colômbia e o Chile, por exemplo, com vultosas dívidas e* grande capital acionário de propriedade estrangeira estão em melhor situação, em têrmos de renda *per capita,* do que a Birmânia e o Nepal: êstes não têm dívidas mas tampouco têm desenvolvimento algum; sua renda *per capita* representa um sexto da renda da Colômbia e da do Chile.

Pesadas obrigações decorrentes de anteriores entradas de capitais, no entanto, apresentam sérias conseqüências: uma enorme proporção das atuais entradas brutas de capital tem de ser empregada no serviço da dívida contraída no passado; e pode acontecer que não haja transferência de recursos, a despeito de grandes entradas de capital, brutas ou mesmo "líquidas contábeis". O que pode se afigurar como uma "eqüitativa" distribuição internacional do financiamento para o desenvolvimento, em têrço de entradas "líquidas contábeis", pode de fato ser uma distribuição inadequada, em têrmos de transferência de recursos.

C. *Receitas de capital e receitas efetivas de recursos na América Latina: uma visão não convencional.*

O endividamento público internacional da América Latina é proporcionalmente muito maior do que o de outras regiões em desenvolvimento e o investimento de capital privado estrangeiro na América Latina é maior do que em qualquer outra área em desenvolvimento. No final de 1964, dos 33 bilhões de dólares do endividamento público global dos países em desenvolvimento, quase dois quintos se referiam à dívida dos países latino-

americanos.[3] No mesmo ano, dos 14 bilhões de investimento, mais de dois terços se localizaram na América Latina.[4]

QUADRO II

América Latina: Fluxo de Capital e Transferência de Recursos
1951—1964 (em milhões de dólares)

ANO	Entrada bruta de capital (1)	Entrada líquida de capital (2)	Transferências de Recursos (líquido real) (3)
1951	1.196	973	460
1952	1.501	1.290	870
1953	475	—144	—577
1954	816	317	— 76
1955	976	435	1
1956	968	443	— 71
1957	2.025	1.304	837
1958	1.998	1.076	565
1959	1.698	689	109
1960	2.632	1.513	831
1961	2.893	1.676	926
1962	3.068	1.576	721
1963	2.502	966	165
1964	(1.650)	(900)	(6)

NOTAS:

a) As cifras que não têm sinal indicam a entrada de capital e a falta de recursos, respectivamente. O sinal de menos indica a saída de capital e o excesso de recursos, respectivamente. A diferença entre a entrada bruta de capital (coluna 1) e a entrada líquida de capital (coluna 2) é igual à amortização do principal e à repatriação de investimentos estrangeiros privados diretos. A diferença entre a entrada líquida de capital (2) e a transferência de recursos (3) é igual aos lucros do capital estrangeiro, i.e., juros, lucros e aluguéis, mais os salários do pessoal estrangeiro (os quais são negligíveis).

b) O agrupamento de dados regionais inevitàvelmente esconde grandes diferenças nacionais. A Venezuela tem um excesso de recursos que é absorvido pelos lucros das companhias petrolíferas, enquanto os países mais pobres do continente — Bolívia, Paraguai, Honduras, Guatemala, Equador — têm falta de recursos que é preenchida pela entrada de capital público (também é o caso do Chile). Se excluirmos a Venezuela, o continente mostrará uma considerável falta de recursos; se excluirmos os países mais pobres, mostrará um excesso. Entretanto, a posição dos países maiores — Argentina, Brasil, Colômbia, México, Peru, Chile — seria a mesma indicada acima: uma pequena falta de recursos.

c) Os dados para 1964 são previsões.

Fonte: Fundo Monetário Internacional, **Balance of Payments Yearbooks**, vários números.

O efeito dêste profundo envolvimento no financiamento internacional — e de muitos empréstimos a curto prazo, a elevadas taxas de juros — é uma grande drenagem de recursos para pagar amortizações e juros da dívida externa, e um grande fluxo de juros e lucros destinados ao capital privado estrangeiro. Outro efeito é que é preciso que haja grandes quan-

3) Dados do Banco Mundial.
4) Departamento de Comércio dos Estados Unidos, *Survey of Current Business*, setembro de 1965.

tidades de entradas de capital (tanto brutas, como "líquidas contábeis"), para poder haver alguma quantidade expressiva de transferências de recursos.

Nos últimos quinze anos, a América Latina sacou recursos do exterior ao ritmo de 333 milhões de dólares por ano, em média, (coluna 3 do Gráfico, Transferência de Recursos, "Líquido Real!"). Para conseguir recursos líquidos desta magnitude, a América Latina contrai anualmente empréstimos no valor de 1,7 bilhões brutos (Coluna 1), Entradas Brutas de Capital e de 930 milhões líquidos (Coluna 2, Entradas Líquidas de Capital, "Líquido Contábil").

Não há uma tendência discernível na série de cifras de transferências de recursos. Há, porém, um fato perturbador: após um forte aumento em 1960-62, as transferências de recursos caíram verticalmente em 1963, desaparecendo completamente em 1964. Fenômeno semelhante se registrou em 1953-56, durante a alta dos preços dos produtos primários, com a diferença que, naquela ocasião, a renda real da América Latina estava subindo ràpidamente, ao passo que nos mais recentes anos ela subia em taxa moderada, sentindo-se uma escassez de recursos por todo o continente.

Até agora não se sabe se o declínio da transferência de recursos, nos últimos dois anos, é um fenômeno temporário: é o que se pode verificar comparando-se os desembolsos previstos para os empréstimos existentes com os prazos fixados para os serviços de dívida, *mais* uma margem para os lucros de capitais privados. De qualquer modo, está claro que agora são necessárias enormes quantidades de entradas de capital, bruto e líquido, para se conseguir transferências de recursos de magnitude significativa.

QUADRO III

América Latina — Transferências de Recursos em Relação à Entrada de Capital Bruta e Líquida

A. **Cifras absolutas** (em milhões de dólares — médias anuais)

	Transf. de Recurs.	Entrad Líq. Cap.	Entrad. Brut. Cap.
1951 — 1955	135	575	1.000
1956 — 1960	450	1.000	1.850
1961 — 1964	450	1.280	2.530
1963 — 1964	85	930	2.075

B. **Proporções** (médias anuais)

	Transferências de Recursos como percentagem da entrada líquida de capital	Transferências de Recursos como percentagem da entrada bruta de capital
1951 — 1955	23%	14%
1956 — 1960	45%	24%
1961 — 1964	35%	17%
1963 — 1964	9%	4%

Várias complicações surgem como resultado dessa diminuta transferência de recursos, em relação ao montante bruto e líquido de capitais estrangeiros encaminhados para os países em desenvolvimento. Empréstimos diretos, para cobrir o componente importado de "projetos", destinados a suprir a falta de divisas externas, tornam-se cada vez mais difíceis: os problemas de liquidez, em virtude das obrigações do serviço da dívida, exigem que grande proporção das entradas brutas de capital estrangeira se faça à base de "programas" e não de "projetos". Provàvelmente, não é por acaso que têm crescido nos últimos anos os empréstimos para programas, feitos aos países da América Latina. Isto também pode refletir uma mudança de atitude na filosofia do financiamento internacional. Não há meios para se saber qual foi o fator primordial: suspeito que seja o primeiro.

Grande parte da responsabilidade pela percentagem cada vez menor das transferências de recursos em relação às entradas de capital, brutas e líquidas, cabe às práticas financeiras dos governos latino-americanos. Grande parte da dívida dêsses países foi contraída com prazos de vencimentos e taxas de juros que alguns outros tomadores de empréstimos não teriam aceito. Por outro lado, conhecemos a velha verdade de que em última análise são os credores — e não os devedores que decidem sôbre as condições dos empréstimos. Pode-se argumentar, com mais ou menos persuasão, que foi a falta de instituições e políticas adequadas, por parte dos credores, que levou os países tomadores de empréstimos a contrair em excesso créditos de fornecedores e dívidas a curto prazo e juros altos, inclusive dívidas para compensar insuficiências temporárias nas exportações. Os argumentos e contra-argumentos podem prosseguir indefinidamente.

O que interessa ao futuro, porém, não é tanto saber quem tem razão relativamente ao passado, mas quais as lições que dela se podem tirar. Se a discussão é colocada neste plano, provàvelmente ambos os lados concordarão em que houve, excessiva e desnecessàriamente, má administração por parte dos países tomadores dos empréstimos, além de falha política e falta de instituições adequadas, por parte dos países doadores.

Seja qual fôr, porém, a explicação para o atual montante do fluxo de amortizações, mais juros, mais lucros, o fato é que as transferências de recursos para a América Latina têm sido pequenas nos anos recentes, qualquer que seja a forma de aferi-las, e também é um fato que os empréstimos brutos agora terão de ser um múltiplo muito elevado do total dos recursos a serem transferidos.

Os fatos desagradáveis não deixam de ser fatos, por serem desagradáveis.[5]

---

5) *The Economist*, Londres, em 1947, discutindo a situação econômica da Europa.

CAPÍTULO III — AS QUESTÕES

Levantamos ainda, neste documento, as seguintes questões:

a) Serão as transferências de recursos, tal como aferidas no capítulo precedente, o máximo que os países latino-americanos são capazes de absorver ùtilmente em investimentos, admitida a existência dos fatôres complementares tais como capacidade técnica e de organização da produção, recursos naturais, etc.?

b) Se a América Latina pode absorver — isto é, utilizar produtivamente — as transferências de recursos externos em montante superior ao atual, deverá ela receber êsse incremento? Qual a estratégia de assistência que os países doadores devem adotar (ou qual a estratégia necessária), caso o fluxo de recursos para a América Latina deva ser aumentado?

c) Presumindo-se que sejam afirmativas as respostas às questões a) e b), quais as medidas que se recomendam a fim de utilizar com a máxima eficácia êsses recursos adicionais?

Provàvelmente não é possível, com base no conhecimento atual, responder definitiva e unânimemente à questão a), muito embora se trate, essencialmente, de uma questão factual. Pode-se, no entanto, formular hipóteses: e quando não se dispõe nem de fatos nem de conhecimento, os leitores têm a liberdade de decidir se aceitam ou não as hipóteses. A antiga sabedoria já dizia que quanto menos fatos e conhecimentos, mais animadas são as discussões.

A questão b) é uma questão de política: conseqüentemente, a resposta não pode ser fornecida pela análise econômica. Mas esta poderá elucidar as alternativas e respectivos custos e benefícios prováveis. A questão c) pode ser respondida com relativa facilidade, por se tratar de uma questão técnica.

Os capítulos IV e V discutem a limitação da capacidade de absorção, outros obstáculos ao crescimento, e as metas de crescimento que a América Latina poderá, se quiser, perseguir, isto é, a questão a). O capítulo VI focaliza a estratégia da assistência internacional para o desenvolvimento, i.e., a questão b). O capítulo VII apresenta as condições de eficiência que terão de ser satisfeitas, a fim de que se possa utilizar com eficácia maior soma de recursos externos, i.e., a quetão c). O capítulo VIII, final, procura concatenar as diferentes linhas de argumentação.

CAPÍTULO IV — A LIMITAÇÃO DA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E OUTROS OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO

A. *Capacidade de absorção.*

Podem os países da América Latina absorver mais recursos externos do que os que recebem atualmente? A resposta provàvelmente é positiva, pelas seguintes razões:

a) *Os principais países latino-americanos já dispõem do que se pode* chamar infra-estrutura organizacional. Possuem grandes e modernas emprêsas, nacionais e estrangeiras; e na maioria dêles, como se vê dos exemplos do Brasil e do México, as emprêsas revelaram grande capacidade de adaptação: no decurso de poucos anos, uma firma de exportação de café pode desmembrar-se em vários outros ramos: construção civil, comércio interno e estabelecimentos bancários. Há capacidade de organizar a produção e combinar os fatôres da produção, embora em graus diferentes, de uma região para outra. Os homens de negócios na Argentina, não fôra os fatôres que escapam ao seu contrôle, provàvelmente não são menos imaginativos e capazes do que os da Itália ou da Espanha.

b) Aparentemente, há na América Latina quadros técnicos, freqüentemente em excesso de oferta, em relação ao atual nível de investimento e produção. Refiro-me às técnicas vitais para o crescimento: engenheiros diplomados e mão-de-obra técnica de nível intermediário. Há informações de que o desemprêgo, a emigração e o uso dêsses trabalhadores crìticamente necessários em empregos que não exigem a utilização de seus conhecimentos se tornou um fenômeno bem generalizado nos países mais adiantados da América Latina.

Se as hipóteses acima são corretas, os principais países latino-americanos são capazes — mediante a utilização de maiores somas de recursos externos líquidos e o aumento de eficiência na utilização dêsses recursos — de atingir taxas de investimento e crescimento substancialmente mais elevadas.

O argumento de que os governos da maioria dos países latino-americanos — que terão de desempenhar papel vital na elevação das taxas de investimento do setor público e de estimular o aumento de investimento no setor privado — são lentos, ineficientes, dominados pela política, dominados por personalidades e, às vêzes, até corruptos, não invalida a conclusão acima. Tal como os exemplos dos países desenvolvidos já demonstraram, esta situação pode ser dominada em épocas de emergência, se a sociedade como um todo tem bastante capacidade técnica e talento organizativo, se existe a determinação de mobilizar tal talento e se os empregos para os quais êle foi mobilizado são de natureza a inspirar entusiasmo e capacidade de sacrifício. A eficiência dos governos nos países desenvolvidos, em períodos de paz é, via de regra, muito inferior à eficiência das grandes emprêsas e dos institutos de pesquisas; quanto à corrupção, infelizmente não é monopólio de nenhum país. No entanto, êsses mesmos governos podem se transformar, em tempo de guerra, em máquinas extremamente poderosas e eficientes, tão impiedosas, velozes e talentosas como as melhores emprêsas e os melhores institutos de pesquisas: são forçados pela emergência e pelo instinto de conservação a remover aquêles que são lentos, medíocres, ineficientes, egocêntricos; e a impulsionar a inteligência e a coragem, recrutando-as dentro dos próprios quadros, se existentes, de fora, se necessário. Não existe uma razão intrínseca pela qual os governos latino-america-

nos devam comportar-se de maneira diferente, desde que: *a*) às tarefas do crescimento econômico seja dada prioridade número um, e *b*) exista disponibilidade de talento, dentro ou fora dos quadros governamentais, em quantidade suficiente para empreender e dirigir os níveis superiores do investimento e da produção.

Voltamos, assim, às hipóteses *a)* e *b)* do parágrafo 1 acima, sôbre a disponibilidade de técnicos e talento organizacional. Todavia, levantamos também dúvida quanto à capacidade dos governos latino-americanos para dar prioridade número um à aceleração do crescimento. Esta última questão, essencialmente sociológica, será retomada no final dêste capítulo, depois de examinarmos os outros principais obstáculos técnicos ao crescimento, além da limitação da capacidade de absorção.

B. *Outros Obstáculos*

Em poucas palavras podemos assim arrolá-los: falta de projetos de investimentos adequados e lentidão na sua execução; exigüidade do mercado interno; freqüentes recessões industriais; desincentivos causados pela inflação; desincentivos causados por políticas incorretas de preços, que provocam queda na eficiência marginal do capital. Pode-se, porém, argüir que tais obstáculos são superáveis desde que se pague o seu preço e fique claro que a sua remoção é um pré-requisito para o sucesso de um esfôrço de desenvolvimento de grandes proporções, firmemente planejado.

a) *Atraso nos Projetos*

Não há dúvida de que a utilização de recursos para projetos já aprovados tem sido, em muitos casos, dolorosa e desnecessàriamente lenta, em virtude do excesso de burocracia nos países beneficiados, América Latina incluída. Também não há dúvida de que muito maior quantidade de projetos terá de ser apresentada para financiamento, a fim de que se materialize um aumento de investimentos. Por outro lado, também se pode indagar se os atuais processos adotados por alguns órgãos financiadores têm capacidade para suportar a carga extra representada pelo aumento dos projetos. Também êles têm sua própria burocracia; e suas preferências por determinado tipo de projetos, às vêzes e até freqüentemente, não se coadunam com as prioridades do país beneficiado: êste por exemplo pode preferir assistência para a agricultura e a indústria, enquanto os órgãos financiadores têm predileção por estradas e mais estradas.

b) *Mercados exíguos*

Só se pode curar os desincentivos e as ineficiências causadas pela exigüidade dos mercados nacionais da América Latina se houver um movimento acelerado e sistemático no sentido da integração regional. A ques-

tão é importante até para o Brasil, conquanto êste tenha um grande mercado interno; e até para o México, embora êste se situe perto do enorme mercado dos Estados Unidos; ela é crucial para todos os outros países latino-americanos. O movimento de integração tem sido dolorosamente lento, até agora: há exemplos de conflítos burocráticos e políticos mesmo em setores da infra-estrutura em que não existem sérios problemas causados por interêsses adquiridos.

Constitui matéria de julgamento político decidir se os governos latino-americanos são ou não capazes de convencer-se uns aos outros de que devem subordinar os interêsses de cada um ao interêsse coletivo; mas à economia cabe tirar o máximo possível da decisão a que se chegar. A integração da América Latina seria mais fácil de realizar-se e o incentivo para investir seria maior, se todo o continente, ou a sua maior parte, objetivasse atingir uma taxa de crescimento substancialmente mais elevada do que a registrada nos últimos anos. Quando a acumulação de capital nôvo prossegue em ritmo acelerado, por tôda a parte, é mais fácil destinar investimentos a determiandos setores, segundo esquemas regionais sensatos: o investimento em um país não se faz à custa do investimento em um outro país, mas ambos se completam e a uma taxa de investimento mais elevada. Foi esta, acredito, a idéia original do Prof. Rosenstein-Rodan, em seu famoso artigo de 1943.[6]

c) *Recessões*

As recessões industriais na América Latina — o triste fenômeno recidivo de capacidade subaproveitada, diante de uma forte disputa de recursos — têm a raiz no desequilíbrio da oferta de determinados bens e sobretudo de divisas estrangeiras, o que faz tôda a máquina parar, reduzindo as margens de lucros, a despeito da contínua expansão da oferta de dinheiro. São êstes os fenômenos das "recisões inflacionárias" do sr. Macrae:[7] a seqüência de evento sem que a América Latina passe constantemente de um "crescimento desequilibrado" para uma "estagnação desequilibrada" e assim por diante. Estas interrupções do processo de crescimento não podem ser eliminadas ou mesmo atenuadas se não se aumentar a flexibilidade das economias; e esta não pode ser aumentada se não se acelerar a taxa de crescimento; o que não se pode fazer, se a taxa de investimento não fôr elevada; e esta não pode elevar-se se não houver mais recursos para financiar o aumento de investimentos.

6) P. N. Rosenstein-Rodan, *Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*, *The economic Journal*, Londres, junho-setembro de 1943.

7) Norman Macrae, *The Economist*, Londres, 25 de setembro de 1965.

8) Tal como citado por Macrae. Ver também *Inflation and Growth in Latin America*, conferência do Rio de Janeiro de 1963, editada por *Economic Growth Center*, Yale, Irwins, 1964.

d) *Inflação*

Já se escreveu tanto sôbre inflação latino-americana que não se consegue encontrar nada de nôvo para acrescentar, por mais que se procure. Um fato, contudo, pode ser apresentado:

QUADRO IV

Valor das importações "per capita", 1948—1963
(em dólares)

ANO	Total das regiões em desenvolvimento	Oriente Médio	Ásia (exceto Japão)	África (exceto Af. do Sul)	América Latina
1948	18.7	23.5	10.8	19.4	44.8
1949	19.1	27.1	12.0	20.3	40.3
1950	16.8	24.2	10.1	17.3	37.8
1951	23.3	28.4	14.5	23.1	53.1
1952	23.1	28.6	14.0	25.0	51.7
1953	20.1	27.5	11.9	22.0	43.7
1954	20.6	29.2	11.0	22.4	48.7
1955	21.8	33.9	12.1	24.0	48.1
1956	23.1	37.0	13.4	24.5	49.5
1957	25.6	39.8	14.9	26.5	55.7
1958	23.3	40.5	12.7	25.5	49.9
1959	22.6	42.5	12.8	24.4	46.0
1960	24.4	45.6	14.6	26.0	47.2
1961	24.5	47.1	14.5	25.9	47.6
1962	24.1	46.0	14.8	23.9	46.6
1963	23.1	44.1	14.5	23.6	42.5

Fonte: Fundo Monetário Internacional. **International Financial** Statistics e U. N. **Demographic Yearbook**, vários números.

"Nos países do Oriente Médio as importações *per capita* quase duplicaram. Esta região representa apenas uma pequena parcela da população que vive em países menos desenvolvidos. As importações *per capita* da Ásia subiram apreciàvelmente; o incremento foi financiado pela assistência externa. As importações *per capita* da África subiram só moderadamente, e as da América Latina têm-se mantido constantes".[9]

E uma interpretação: "Via de regra, não se pode esperar que a renda total suba ràpidamente a longo prazo se há uma limitação severa ao volume de importações que pode ser financiado. A história econômica registra casos em que o rápido crescimento da produção ocorreu sem que tivesse havido aumento nas importações; alguns dêsses casos ocorreram desde a guerra" (Brasil). "Mas tais exemplos de substituições líquidas de im-

9) Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, Departamento Econômico, *The Commodity Problem*, mimeografado, 1964 (a ser publicado) pág. 9.

portações não foram numerosos e só se registraram durante curtos períodos de tempo.[10] (União Soviética em 1930, Austrália no final do século XIX).

"A capacidade para importar influencia a taxa de aquisição do equipamento de capital indispensável ao aceleramento do crescimento à diversificação da produção e das estruturas de exportação cresçam a uma taxa suficientemente rápida, ou a menos que elas sejam suplementadas por uma entrada líquida de empréstimos e auxílios externos (a expressão correta seria *entrada líquida de recursos)*, os processos de acumulação de capital e diversificação tendem a perder velocidade. Alternativamente, o pêso do ajustamento pode ser transferido para o consumo governamental e pessoal; e, ainda alternativamente, a pressão da diputa pelos investimentos e pelo consumo, diante da estagnação das importações, pode conduzir à inflação, a qual, por sua vez, tenderá a agravar a situação do balanço de pagamentos.[11]

Despidas de verbosidade, estas palavras significam que qualquer país cuja oferta de bens importados, *per capita*, estagnasse ou mesmo declinasse durante o período de 15 anos, ficaria em sérias dificuldades, assim como qualquer indivíduo ou família, cujas compras não crescessem durante 15 anos, sentir-se-ia mal, particularmente se, ao mesmo tempo, o padrão de vida de seus vizinhos exibisse constante elevação. Dizem, ainda: quando um nível estacionário na capacidade de importar tem de suportar mais compras de bens de capital, mais despesas estatais com a assistência social aos pobres, maior procura de consumo pessoal da classe média e da classe inferior, maior desperdício das autoridades governamentais, mais obras públicas para ganhar eleições — de alguma fonte tem que surgir recursos. E esta fonte tem sido a guitarra de impressão de papel-moeda: a saída fácil durante um ano ou dois e, numa etapa mais avançada da inflação, durante uma ou duas semanas.

Acredito que existam falhas teóricas na última e extremamente interessante análise da inflação e do clima inflacionário da América Latina, feita pelo Sr. Macrae.[12] Tal como eu entendi, o argumento é quase keynesiano: as economias latino-americanas apresentam grande desemprêgo e também capacidade ociosa; conseqüentemente, uma expansão da procura efetiva elevaria a produção e o emprêgo internos; e o único fator que impede esta política é a aguda escassez de divisas estrangeiras, i.e., a ausência de qualquer reserva para fazer face às importações, presumìvelmente bem moderadas, que seriam conseqüências de demanda monetária. Tenho dúvidas de que a capacidade ociosa apresente tanta importância, logo, tenho dúvidas de que a expansão monetária, por si mesma, levasse a níveis

---

10) *Ibid*, pág. 9. Ver também Johan Froland, *Demand for Imports in the Process of Growth and Structural Change*, publicado em BIRD, *Economic Growth and External Debt*, the John Hopkins Press, 1965.

11) *Ibid* (1), pág. 9.

12) Macrae, *op. cit.* Sua análise tem o título: *No Christ on the Andes, An Economic Survey of Latin America by the Economist.*

internos de produção e emprêgo mais elevados; penso, baseado na experiência passada, que grande parte da procura ou aumento escoar-se-ia para importações, induzindo freqüentemente à conversão maciça de ativos monetários internos em divisas estrangeiras, i.e., a evasão de capital, também. (A fuga de capital pode ocorrer mesmo que — ou porque — se deixe a taxa de câmbio flutuar, a fim de conter a procura de importações dentro de certos limites).

A política aconselhada por Macrae é que basta prover a América Latina com uma reserva de dívidas estrangeiras para que ela possa expandir a procura efetiva e atingir o pleno emprêgo; e então, segundo parece, basta mudar as regras do comércio internacional e dos sistemas monetários mundiais de modo a permitir que a América Latina recupere periòdicamente suas reservas cambiais a fim de poder continuar expandindo o emprêgo. Eu argüiria que a América Latina precisa urgentemente de mais recursos para investimento, de modo a aumentar substancialmente seus bens de capital; então ela poderá empregar produtivamente muito mais gente e também fornecer a essa ràpidamente crescente mão-de-obra empregada muito mais capital *per capita,* de modo a se transformar num moderno sistema industrial diversificado capaz de competir no mercado mundial não apenas em café, cacau, banana e algodão, mas também na produção de calçados, plásticos e automóveis. Para poder levar avante esta formidável tarefa de transformação estrutural, sem dificuldades intoleráveis, a América Latina (e outros países em desenvolvimento) precisam de uma mudança nas regras do jôgo, especialmente no tocante aos mercados de produtos primários: isto, porém, não bastará. Só quando o potencial da produção fôr fortemente expandido mediante investimentos muito maiores do que os atuais, será possível controlar a causa primordial da atual inflação latino-americana: a incapacidade do sistema político de distribuir recursos de maneira ordenada, entre os crescentes desmandos de grupos sociais concorrentes, porque a soma global dos recursos é pequena e de lento crescimento.

Qualquer que seja a tese, ambas requerem maior volume de recursos: na tese de Macrae, talvez um volume menor, mas exclusivamente oriundo do exterior; na minha, provàvelmente recursos maiores, mas tanto internos como externos, para as metas do investimento. Em têrmos de necessidade de maior assistência externa, a diferença pode não ser nada grande: o Sr. Macrae prefere falar em mudança nas regras do jôgo, eu, em maior transferência de recursos, facilitada, na medida das necessidades, pela mudança das regras do jôgo.

e) *A loteria das divisas estrangeiras*

Independentemente do argumento acima, é difícil discordar de outra das principais teses de Macrae: sua teoria da loteria de divisas estrangeiras. Os paises latino-americanos, assim como outros países em desenvol-

vimento, necessitam terrìvelmente de divisas estrangeiras *qua* divisas estrangeiras: sem uma satisfatória oferta delas, quer obtidas através de empréstimos, quer provenientes das exportações, é impossível fazer funcionar o sistema de produção de qualquer país relativamente pequeno, em vista de sua dependência das mercadorias importadas. A maior parte das divisas estrangeiras provém das exportações do próprio país; atualmente é uma questão de acaso no terreno dos recursos naturais, se um país tem a sorte de produzir petróleo e gás ou tem o azar de produzir juta, café ou chá. No primeiro caso, como ganhador da loteria de divisas estrangeiras, êle não tem problema de intercâmbio comercial (embora ainda possa ter um problema muito sério, quanto ao orçamento ou capacidade técnica); no segundo caso, como perdedor na loteria, o país tem que enfrentar a grave limitação de divisas estrangeiras, o que dificultará seu crescimento, mesmo que tenha resolvido o problema orçamentário (de recursos) e possua a maior parte da capacidade técnica de que necessita para crescer.

"O principal gargalo no caminho do desenvolvimento, na América Latina, é o das divisas estrangeiras... A maioria dos europeus ainda não começou a perceber que a América Latina ainda está sofrendo desesperadamente, quarenta anos passados, por causa da crise mundial ocorrida ao fim da década de 1920. Entre 1928 e 1932 as exportações latino-americanas caíram quase 60% e *desde então nunca mais se recuperaram em base per capita* (O grifo é de Macrae).[13]

"Nada do que aqui se disse nega que há também outros pré-requisitos internos a um sadio desenvolvimento: bom govêrno e suficientes quadros gerenciais, boas instituições para treinamento de técnicos, uma política agrícola bem orientada, etc. Mas estamos em condições de argüir que, mesmo que um país situado nos dois terços pobres do mundo progrida e consiga obter todos êsses pré-requisitos em medida adequada, nem assim, no momento atual, atingirá um desenvolvimento sadio, se não tiver sorte noteria que decidirá se êle tem ou não acesso a uma suficiente oferta de divisas estrangeiras. A conclusão é que urge abandonar tais regras de loteria. É preciso substituí-las por outras regras baseadas na boa ciência econômica;... a regra segundo a qual "recursos para o desenvolvimento serão semeados nos campos em que o desenvolvimento tem suas melhores possibilidades". E a América Latina, como o setor mais maduro para o desenvolvimento, no sul pobre do mundo, é a área em que esta necessidade se tornou mais aparente".

"Nossa tese é a seguinte: não é algo de vago no homem latino-americano, em sua cultura, que no presente o impede se se transformar em homem verdadeiramente moderno. É algo de duro e específico nos sistemas monetários e comerciais mundiais em sua forma atual, que impede países como os da América Latina de progredir tão ràpidamente quanto podem e devem; a fim de se juntarem às fileiras dos países afluentes; e

13) Ibid, pág. X.

continuarão a impedir torturantemente, até que o observador médio e responsabilidades humanas bem como os perigos mortais da atual fase a que chegou a *história econômica do nosso planêta*".[14]

Como prova de sua tese — a limitação na capacidade de importar é a causa da maioria das dificuldades na América Latina, inclusive a inflação — Macrae cita a marcante diferença na história econômica recente e no padrão de comportamento do México, de um lado, e do Brasil e da Argentina, de outro. O México não sofreu de inflação ou de irresponsabilidade em sua política econômica, enquanto a Argentina e o Brasil sofreram. Se houvesse algo de especial na mentalidade latino-americana, algo que os tornasse particularmente suscetíveis às tentações inflacionárias, deveria ter havido inflação tanto no México como de fato houve na Argentina e no Brasil. Ou então será possível alegar que o México não é um país latino-americano? Como isso não pode ser alegado, e como o quadro institucional é, *grosso modo*, o mesmo, somos levados à tese de Macrae, sôbre a loteria das divisas estrangeiras.

Pois bem, é possível argumentar — e alguns de fato o fizeram — que a diferença no padrão de comportamento do México comparado com a Argentina e o Brasil, decorre do fato de que o México já realizou sua revolução política e social, ao passo que a Argentina e o Brasil ainda não o fizeram. Ignoro até que ponto êste argumento é històricamente correto. Mesmo que o seja, a questão renitente continua de pé. O Peru teve um grande surto de exportação na década de 1950 e princípio de 1960, baseado em metais e farinha de peixe; e sua política monetária e cambial era muito responsável. Também êsse sucesso se deve a que o Peru já tinha realizado sua revolução política e social? Ou porque os políticos peruanos são por natureza mais responsáveis que os brasileiros ou argentinos, e vendo as vantagens das políticas sadias, as aplicaram sem piedade? Ou talvez a chave esteja nos fatos concretos do cobre e da farinha de peixe, e no fato adicional de que a população índia do Altiplano Andino é ainda mais dócil do que os trabalhadores urbanos e rurais do Brasil e da Argentina, de modo que houve um razoável ingresso de moedas estrangeiras (9% ao ano de crescimento) de um lado e não muita pressão nas despesas públicas para a assistência social, de outro lado?

As respostas a essas perguntas não podem ser fornecidas pela análise econômica. Talvez o sejam pela teoria política e a sociologia. Por enquanto, até prova em contrário, parece que Macrae tem razão: e êle está em boa companhia. A idéia de que a falta das divisas estrangeiras é o mais grave empecilho ao crescimento foi sustentada, pela primeira vez, em sua formulação contemporânea, pelo Dr. Raul Prebisch, em seus numerosos escritos sôbre a América Latina e os países em desenvolvimento em geral. A teoria do Dr. Prebisch sôbre as fôrças que determinam o processo de crescimento dos países "na periferia da economia mundial" e sua análise

14) Ibid, pág. XI.

da estagnação e do desenvolvimento desequilibrado em conseqüência da insuficiência da capacidade de importar e de suas flutuações sob o impacto de vicissitudes dos mercados mundiais de produtos primários, foram esposadas pela Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL), e pelas Nações Unidas em geral; serviram de base à Conferência sôbre comércio e desenvolvimento (UNCTAD) realizada pelas Nações Unidas em 1964; e culminaram com a recente criação de um órgão permanente da Conferência, sinal de apoio à teoria. A teoria foi trabalhada e desenvolvida pelo Dr. Dudley Seers e muitos outros altos especialistas ligados aos estudos das Nações Unidas; e os autores de sua mais recente formulação durante o período em que trabalharam para a AID são os professôres Chenery, Vanek e Strout. Cada um dêsses especialistas provàvelmente expressaria as próprias idéias de modo diferente do de Macrae. Mas há certos pontos fundamentais difíceis de contestar:

a) A limitação que a escassez de divisas estrangeiras impõe ao crescimento pode ser muito séria; sua origem está nos mercados de produtos primários que determina a procura de divisas, de outro lado; os dois processos se desenvolvem a um ritmo que não é necessàriamente idêntico.

b) O problema dos produtos primários não existe para um produto cuja procura cresce ràpidamente e em que a oferta é controlada porque são poucos os produtores. Não há problemas de procura para o petróleo, nem existe, nos principais países produtores de petróleo, problema que possa ser atribuído a dificuldades de exportação: a procura aumenta ràpidamente e os preços dentro de períodos curtos não flutuam muito. Situação similar ocorre no tocante a vários metais e minérios (por exemplo, alumínio, minério de ferro e, agora, cobre) e uns poucos outros produtos.

c) O problema dos produtos primários é imenso para os produtos em que a procura mundial, na atual distribuição internacional da renda, só sobe vagarosamente, abaixo da taxa em que a procura de importações, associada com o rápido crescimento global da renda, tende a subir; onde o número de produtores é muito grande e não diminui porque as oportunidades de emprêgo tem limitadas alternativas, de modo que a produção não fica sujeita a coordenação alguma e há uma tendência recidiva para produzir mais do que o mercado pode absorver a preços inalterados; e onde há peculiares cadeias de reações procura-preço-produção-procura, semelhante no gráfico a uma teia de aranha, as quais levam a flutuações agudas e recidivas nos valôres globais das vendas e, portanto, das receitas em divisas estrangeiras, e as quais também prejudicam a posição de concorrência das matérias-primas diante dos produtos sintéticos, que são estáveis nos preços e algumas vêzes até mais baratos, em média. É o caso da maior parte dos produtos agrícolas; e êste é o setor de que a maioria da população do mundo em desenvolvimento, inclusive a América Latina, tira o seu sustento.[15]

---

15) *Commodity Problem, op. cit.*, págs. 35 e 42.

Em tôdas as loterias há mais perdedores do que ganhadores: eis o princípio fundamental dos jogos de azar. Do contrário os cassinos estourariam: alguns dêles estouram, a maioria, não.

f) *A limitação da capacidade de absorção e outros obstáculos ao crescimento — Conclusão*

Se se argumenta que a América Latina é incompetente para utilizar *mais recursos, o melhor é não continuar a ler êste documento.* Trata-se de uma questão de fatos e da interpretação dêstes, a ser decidida por quem conhece os fatos, a qual gira em tôrno de três pontos:

a) Dispõe a América Latina de pessoas com suficiente imaginação para elaborar grandes projetos de obras públicas e de desenvolvimento industrial e agrícola, para um período de dez anos ou mais?

b) Dispõe a América Latina de talento organizativo, administrativo, gerencial e de engenharia, para montar um esfôrço de investimento muito maior do que o atual?

c) E a América Latina politicamente capaz de se comprometer a subordinar tôdas as outras questões à questão do seu crescimento?

Provàvelmente poucos duvidarão de a). Haverá dúvidas quanto a b). As maiores dúvidas se aplicarão a c), se interpreto corretamente os sentimentos prevalecentes nos países doadores. O ônus da prova cabe à América Latina, pois é *ela* que está pedindo dinheiro. Não obstante tôdas as mudanças neste mundo, a regra fundamental das operações que têm de declarar para que precisam do dinheiro.

CAPÍTULO V — QUAL A TAXA DE CRESCIMENTO?

Num recente estudo dos planos nacionais de alguns países latino-americanos examinados pelos órgãos que concedem assistência, chamou a minha atenção o fato de que muitos dêles esperavam a completa cessação da sua *escassez de recursos num futuro muito próximo, i.e., efetivamente uma* restauração do equilíbrio do balanço de pagamentos. Além disso, todos se propõem a combater a inflação. Finalmente, a maioria dos planos propõe como meta taxas de crescimento em tôrno de 5% a.a. Esta corresponde à meta da Década de Desenvolvimento das Nações Unidas, e se afigura uma meta bem respeitável.

Êsses três objetivos — eliminar a escassez de recuros, atingir uma taxa de crescimento de 5% e liquidar a inflação — se recomendariam à maioria das instituições credoras, exceto os muito cautelosos. Êstes últimos fa-

riam uma pergunta relativa a uma possível quarta meta dos planos nacionais: qual a situação de emprêgo que provàvelmente resultaria dos três objetivos relacionados acima?

"...a América Latina apresenta a mais elevada taxa de crescimento demográfico do mundo. Possuía 200 milhões de habitantes em 1960 e em 15 anos terá 360 milhões. (Tem agora uma população estimada em 235 milhões). Em dez anos haverá mais 38 milhões de pessoas incorporadas à fôrça de trabalho, mas com a atual taxa de "crescimento da taxa de emprêgo", só será criado um número limitado de empregos".[16]

"... a insuficiência dinâmica do sistema para absorver, com produtividade satisfatória, a fôrça de trabalho disponível é um fato extremamente sério, para o qual venho chamando a atenção insistentemente nos últimos anos — um verdadeiro diálogo com surdos".[17]

Ora, um banqueiro cauteloso não emprestará dinheiro a um país que se defronta com o agravamento de sua já séria situação de emprêgo. O desemprêgo é o pior de todos os males que podem afetar um indivíduo, família ou país: não só conduz à fome, mas também ao desespêro e à violência, situação em que as obrigações contratuais tendem a ser esquecidas. Alternativamente, se é feita uma tentativa, num país em desenvolvimento, de combater o desemprêgo mediante a expansão das despesas governamentais, surge a inflação que interfere com o processo de crescimento e, através de seus efeitos no balanço de pagamentos, com o pagamento pontual das dívidas.

A meta de uma taxa de crescimento de 5% não é muito superior à que a América Latina já atingiu no período de pós-guerra. Como seus atuais planos nacionais pressupõem maiores aumentos de produtividade e maior eficiência de investimento do que no passado, infere-se que o emprêgo crescerá menos ràpidamente do que no passado: e a anterior taxa de absorção da mão-de-obra já era insuficiente para evitar grandes aumentos do desemprêgo urbano. Segue-se, então, lògicamente, que a tríplice meta — 5% de taxa de crescimento, eliminação da escassez de recursos e eliminação da inflação — levará ao agravamento do problema social, com riscos crescentes de violência social e política. E é natural a relutância em emprestar se êste é o risco que o emprestador corre.

Deve haver uma saída para êsse dilema. Como a inflação já demonstrou não ser muito eficiente para curar o desemprêgo, não se pode cogitar de mais inflação: logo, nada há de errado nas metas antiinflacionárias dos planos latino-americanos. Mas pode haver algo de errado com a meta de 5% de crescimento e com a meta conseqüente, cessação da escassez de recursos, num futuro imediato.

É possível reformular estas asserções em têrmos mais técnicos. Recentemente fizemos experimentos com dois modelos contrastantes de cresci-

16) Walter Lippmann, *A look at South America*, coluna publicada a 14 de dezembro de 1965.

17) Dr. Raul Prebisch, carta particular datada de 25 de maio de 1966.

mento: um dêles pressupunha, convencionalmente, como meta, uma taxa de crescimento constante, ao passo que o outro não predeterminava uma meta de crescimento, deixando a economia crescer tão ràpidamente quanto fôsse capaz. Ao último modêlo, denominei "Modêlo de crecimento de capacidade de absorção". *As diferenças básicas entre êste último modêlo e os* modelos mais convencionais são:

a) As projeções setoriais foram substituídas por projeções globais;

b) Não se prefixou nenhuma taxa de crescimento na produção global, nem como meta, nem como teto; o crescimento da produção global resulta do crescimento "espontâneo" de cada um dos setores e das conseqüentes modificações setoriais na composição da produção global.

c) Como resultado de a) e b), as taxas de crescimento anuais da produção global são variáveis. Como os setores que crescem ràpidamente adquirem maior pêso, a taxa de crescimento na produção global se acelera *durante um certo período de tempo no "modêlo de capacidade de absorção".*[18]

A taxa de crescimento não só se acelera no tempo, e é em média mais *elevada no modêlo de capacidade de absorção do que no modêlo de taxa* de crescimento prefixado, mas também acaba se revelando um caminho mais barato para o desenvolvimento. A longo prazo, um teto na taxa de crescimento pode acabar sendo um caminho mais dispendioso: os empréstimos e a dívida atingirão níveis mais elevados. A razão é que a uma taxa de crescimento constante da renda, a taxa marginal de poupança, embora superior à média, também tenderá a ser constante; ao passo que se se permite que a taxa de crescimento da renda se acelere, como no modêlo de capacidade de absorção, é lógico supor que a taxa marginal da poupança também tenderá a subir. Da mesma forma, a relação capital-produto declina (a produtividade do capital aumenta) no modêlo de capacidade de absorção, enquanto ela permanece inalterada no modêlo de taxa de crescimento prefixada: se não se exploram tôdas as oportunidades de investimento, surgirão escassez e gargalos, tendendo para reduzir a remuneração global do capital. O corolário é que se atingirá mais depressa o crescimento autosustentado se tôdas as oportunidades de investimentos forem esgotadas, à medida que se apresentarem. Assim como é errado, do ponto de vista econômico, fixar um teto para o crescimento de uma firma eficiente, também é errado fixar um teto para a taxa de crescimento de uma economia que pode atingir níveis mais altos, e sem um substancial decréscimo na remuneração do capital, se há maior disponibilidade de recursos investíveis.

---

18) *Nigeria: Debt Servicing Burden and Terms of Borrowing, a Study in Method,* BIRD, 1966 (mimeografado). A Sta. Fe Villafuerte, do corpo técnico do BIRD, conceb eu aidéia do modêlo de capacidade de absorção e fêz a revisão de todos os cálculos.

Por outro lado, se as oportunidades de investimento são limitadas dentro de certo período, será dispendioso e ineficiente forçar no sentido de uma meta global de crescimento irrealística. Melhor seria concentrar inicialmente no alargamento da capacidade de absorção, mediante a elaboração acelerada e sistemática de projetos e programas de desenvolvimento. Feito isso, pode-se passar eficazmente ao investimento, e em escala crescente.[19]

A taxa de investimento aceita como meta, na América Latina, foi fixada, ao que parece, em um nível incapaz de assegurar aquela taxa de crescimento da produção que as economias podem ter capacidade para sustentar. Provàvelmente a escolha dessa meta visava a eliminar a escassez de recursos no menor prazo possível, i.e., visava a assegurar um crescimento com base em recursos gerados apenas dentro do país, nos moldes da mais freqüente experiência passada. A conseqüência será o desemprêgo crescente, com crescentes ameaças à estabilidade social e política — mais uma vez nos moldes da experiência passada. Outras conseqüências serão o adiamento do crescimento auto-sustentado e, em última instância, maior custo do desenvolvimento, para os países doadores. Dois fatôres podem evitar esta triste seqüência de acontecimentos:

a) Podem os países latino-americanos fazer mais investimentos produtivos do que atualmente? — a hipótese básica do capítulo precedente;

b) Caso afirmativo, haverá disponibilidade de recursos? — problema a ser examinado no próximo capítulo.

CAPÍTULO VI — QUAL A ESTRATÉGIA DA ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO?

Os elementos básicos de qualquer estratégia — seja militar, seja política, econômica ou de mercado — são, primeiro, uma clara definição do objetivo e, segundo, a prévia fixação de um calendário aproximado, para os principais avanços no sentido do objetivo. Utilizados êsses dois critérios, talvez seja justo dizer que, no presente, ainda não temos uma estratégia da assistência para o desenvolvimento. Será seu propósito elevar os níveis de renda por tôda a parte, de uma certa percentagem ou de certo montante absoluto; e dentro de quantos anos? Ou a estratégia consistirá em selecionar um certo grupo de "ganhadores" e nêles concentrar todos os recursos? Quem são os selecionados? E para atingir o quê? Em que período de tempo?

Essas mesmas questões foram levantadas em recente documento preparado pelo secretariado da OECD/DAC:

"Deverá o cálculo do atraso basear-se numa taxa de crescimento uniforme para todos os países em desenvolvimento? Essa meta é uniforme para todos os países em desenvolvimento? Essa meta uniforme de crescimento

19) *Ibid*, pág. 55.

poderia parecer eqüitativa, no sentido de que todos os países em desenvolvimento estariam recebendo o mesmo tratamento. Por outro lado, uma meta de crescimento uniforme *per capita*, visaria a manter a existente "diferença" proporcional entre os países mais pobres e aquêles que são um pouco menos pobres, o que poderia ser considerado não eqüitativo. Do mesmo modo, uma meta uniforme, para a renda total, poderia parecer não eqüitativa, ao "punir" os países com elevadas taxas de crescimento demográfico".

"O argumento principal contra uma meta uniforme de crescimento é que ela não leva em conta a eficiência relativa com que os diferentes países convertem a assistência externa em crescimento econômico. Uma meta uniforme de crescimento econômico para todos os países exigiria para os países menos desenvolvidos maior assistência *per capita* do que para os países mais desenvolvidos. Neste sentido, ela "premia" a ineficiência, a exigüidade de recursos, a má localização geográfica e todos os fatôres que tornam o desenvolvimento econômico dispendioso para a assistência externa; e "castiga" a eficiência, etc.[20]

A concentração de assistência em países selecionados, qualquer que seja o critério de seleção, envolve o risco do grande fracasso, se a seleção acabar se relevando errada. A dispersão da assistência um pouco por tôda a parte significa que os recursos distribuídos na base de um pouco a muitos e se tornam ineficazes. Estamos entre a cruz e a caldeirinha — e assim temos estado desde o início dos primeiros esforços internacionais em prol do desenvolvimento.

Evidentemente existe uma solução, uma saída. A segunda opção — estratégia de dispersão — certamente falhará: a recente insatisfação generalizada com a assistência externa, e os seus resultados, constituem uma advertência séria. A primeira opção — estratégia de concentração de recursos — está cheia de riscos, mas traz em si a promessa de que pelo menos em certos países o processo de crescimento terá bom êxito, e isto num futuro previsível.

A complicação é que o argumento acima é irrealístico. Enquanto o montante global da assistência continuar no nível atual, há grandes dúvidas de que se possa mudar muito a sua distribuição atual. Quem estaria disposto, dentro de uns dois anos, a reduzir à metade, digamos, a cota da África, a fim de aumentar a cota da América Latina? Ou a reduzir à metade a cota da América Latina, a favor da Ásia? Os riscos de perturbações e deslocamentos são graves demais para que alguém pense sèriamente nessas medidas. A alteração na distribuição só pode ocorrer na base de aumentos: Se se decidir aumentar o nível da assistência, digamos de 5 bilhões de dólares, êste incremento pode ser distribuído de maneira diferente, em

20) OECD-DAC, *"Gap" Estimates — Calculation and Significance*, Paris. 1964 (mimeografado). Grande parte dêste capítulo se baseia em discussões que se estenderam durante anos com o autor do estudo da OECD-DAC, o Sr. J.P. Hayes.

relação ao nível atual do financiamento do desenvolvimento, sem riscos exceto o desprazer daqueles cujas cotas proporcionais fôssem reduzidas (embora seu montante absoluto permanecesse inalterado ou talvez até crescesse ligeiramente).

A questão crítica, assim, acaba sendo: quais são as possibilidades — e os meios — de obter mais recursos para a assistência dos países doadores? Agora, após a UNCTAD, todos estão de acôrdo, em princípio: o volume da assistência terá que ser aumentado. Todavia, ainda não se acha em andamento nenhum plano concreto, e há grande inquietação nos países desenvolvidos, em relação à eficácia do esfôrço de assistência. Além disso, os países desenvolvidos estão se lançando, êles próprios, pela primeira vez de maneira sistemática, à tarefa de erradicar a pobreza em suas próprias sociedades. Conseqüentemente, em matéria de assistência os países menos desenvolvidos concorrem não só entre si, mas também com os grupos mais pobres e destituídos que ainda existem nas sociedades desenvolvidas. A falta de uma estratégia na assistência internacional ao desenvolvimento, a sensação de que os esforços precedentes foram ineficazes e a crescente consciência de que há necessidade de assistência também aos pobres dos países desenvolvidos — eis as causas fundamentais da estagnação nos recursos concedidos para assistência, nos últimos tempos.

Pode-se, é claro, argüir que a assistência externa e a assistência interna podem ser aumentadas simultâneamente: os sistemas industriais do Ocidente podem produzir muito mais, se necessário — por exemplo, sob condições de guerra ou de ativa peparação para a guerra. Também se pode argüir, como de fato já foi argüido, que a tarefa de desenvolvimento dos países pobres é análoga, ou devia ser considerada análoga, à guerra, para tôdas as partes interessadas: "O desenvolvimento, para ter bom êxito, exige dedicação e unidade de propósito. No entanto, até agora, ainda não se inventaram meios capazes de agitar profundamente as emoções patrióticas em prol de um desenvolvimento econômico maciço e intensivo, na agricultura ou nas indústrias extrativa, manufatureira ou de serviços. Não obstante, o desenvolvimento deveria ser combatido como uma guerra — uma guerra contra condições de vida intoleráveis, a ser travada com a determinação de vencer todos os obstáculos".[21]

É verdade que o desenvolvimento econômico, infelizmente, não é capaz de despertar tanto entusiasmo como as guerras, ou pelo menos não despertou até agora. Mas houve um período, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando uma tarefa semelhante — a reconstrução da Europa — de fato suscitou emoções. Aquêles que participaram do Plano Marshall se recordam com nostalgia daqueles dias de entusiasmo e fervor. Por que a situação é diferente, no tocante à assistência para o desenvolvimento das áreas pobres? Será porque existem dúvidas quanto à sua capacidade? Será

21) George D. Woods, *Address to the Board of Governors, World Bank International Finance Corporation and International Development Association*, 27 de setembro de 1965.

porque há dúvidas de que sejam capazes de se desenvolver? Ou será porque o período de tempo da assistência parece indefinido ou, mesmo, infinito?

Não adianta negar que existem dúvidas, de fato. Afinal, se o problema do desenvolvimento fôsse fácil, de há muito teria sido resolvido. Deve haver algo de tremendamente errado com as sociedades e os sistemas que mantiveram uma renda de 50 dólares *per capita* através de séculos; e até que não se saiba o que é êste "algo", não faremos progressos. E como não sabemos a causa da pobreza-com-estagnação, como podemos ter certeza de que os países pobres algum dia chegarão a ser ricos?

Acontece que nem todos os 80 países em desenvolvimento se acham em igual situação de pobreza e estagnação: um bom número de países subiram consideràvelmente na escala da renda. É lógico supor que os obstáculos fundamentais ao crescimento, quaisquer que sejam êles, são menos severos em paíes com um nível de renda de 400 dólares *per capita* do que nos de 50 dólares. Também é lógico argüir que se um país passou de 50 para 400 dólares *per capita* e só aí parou, êle de fato já transpôs os piores obstáculos: falta de educação, falta de organização, limitações institucionais à mobilidade das classes sociais; e depois estacou em virtude de razão ou razões específicas que, uma vez removidas, permitiriam ao país reassumir a tendência ascendente para o crescimento e isso a uma taxa acelerada, pois já agora êle deveria ser capaz de incorporar o progresso tecnológico, em doses maciças e livre de despesas. Em outras palavras, o problema do crescimento na Argentina deveria ser mais fácil de resolver do que o do Nepal. A Argentina não era muito diferente da maior parte da Europa em 1914, estava mesmo à frente da Itália e de alguns países da Europa Central. Os últimos avançaram, nas décadas de 1940, 1950 e início de 1960, em ritmo muito rápido; sua estagnação durou apenas um quinto de século, de 1914 a 1946. A estagnação da Argentina já agora dura metade de um século, e o país ficou para trás. Mas o problema fundamental do crescimento não deveria ser muito mais difícil na Argentina (ou no Uruguai) do que na Itália; se houver diferença, deveria até ser mais fácil, porque a base de recursos é mais favorável. E já que o México demonstrou nada haver de errado na mentalidade latino-americana no tocante à propensão para o crescimento, o problema da Argentina não devia ser impossível de resolver-se, assim como o problema do crescimento da Espanha está sendo resolvido, após 30-40 anos de estagnação.

Podemos usar um outro exemplo: o Brasil. Como resultado do desenvolvimento de pós-guerra, um têrço do Brasil — o triângulo Rio-São Paulo-Belo Horizonte emergiu como o coração industrial e comercial de um país que é metade de um continente. Um país que conseguiu criar suas próprias indústrias de máquinas e ferramentas, siderúrgicas, produtos químicos, automóveis — no período de uma década, aproximadamente, deveria ser capaz de levar o desenvolvimento ao Nordeste: o problema dêste é grave, mas muito menos do que o problema que já foi resolvido, isto é,

o de soerguer o país como um todo, transformando-o de exportador de produtos primários, exclusivamente, em produtor diversificado e importante da maioria dos produtos industriais. Por que propor para o Brasil uma taxa de crescimento de 5%? Por que não 7%, ou mesmo 10%? A 5%, não haverá necessidade de tranferências de recursos, bastam os recursos para cobrir o serviço da dívida externa existente, e isso será mais barato num período curto. Mas a uma taxa de crescimento de 5% o desemprêgo aumentará e as tensões sociais se agravarão. E, o que é mais importante, o Brasil continuará pobre muito mais tempo do que o necessário; e o custo do desenvolvimento será muito maior, a longo prazo.

O mesmo se aplica a todos os países que se acham num nível de renda de 300-400 dólares *per capita*, sejam da América Latina, da Europa Meridional ou de qualquer parte. Êles dispõem da maior parte das técnicas e a tradição organizativa necessárias a um crescimento rápido. Mas a maioria não tem planos firmes para o investimento e diretrizes firmes para o crescimento, e não tem financiamento.

Não existe razão intrínseca pela qual tais países não sejam capazes, com a assistência técnica externa, caso necessário, de elaborar planos analíticos de investimento a longo prazo, com metas claras, globais e setoriais detalhadas; e no caso dêsses países, tais metas devem visar a um substancial nôvo avanço para o desenvolvimento, durante um período de, digamos, 10-15 anos. Tais planos a longo prazo devem visar à criação de uma moderna sociedade industrial. Os planos têm de basear-se em metas específicas de investimento em determinados setores, em grandes projetos concretos, baseados em projeções plausíveis da situação de emprêgo e de outros fatôres. Tais planos deveriam ser acompanhados pelo firme compromisso de que o país se esforçaria por contribuir com uma certa percentagem de seus recursos para o próprio desenvolvimento.

Não acredito que seja possível aumentar a assistência do desenvolvimento, sem que se elaborem tais programas para serem submetidos à comunidade internacional. Tem de haver uma espécie de repetição das ambições, do *comprometimento*, da *psicologia* e do *fervor* do Plano Marshall. O êxito do Plano Marshall reside, pelo menos na maior parte, em sua concretividade, na clareza de seus objetivos e na determinação empregada na sua execução. Por que não seria possível elaborar um plano semelhante para o Brasil e vários outros países da América Latina e de outras partes do mundo, forçando até ao limite de sua capacidade de absorção, tendo em vista um período de 10 anos, a ser seguido por um outro período de 10 anos ou talvez apenas 5, se êsse prazo se revelar suficiente? Existirá, por acaso, uma outra estratégia para o desenvolvimento mundial?

Um esfôrço dêsse vulto não seria feito à custa de outros países em desenvolvimento, isto é, aquêles que são mais pobres ainda, porquanto os *recursos globais para a assistência seriam aumentados*. Além disso, à medida que se adquirir mais experiências, resolvendo o problema de desenvolvimento de um país com 350 dólares de renda, será mais fácil abordar

mais sistemàticamente o tremendo problema do desenvolvimento naquelas áreas que só têm 50 dólares *per capita* — o cerne do subdesenvolvimento. Além disso, uma vez que se torne claro, talvez após uns poucos anos, que um esfôrço de vulto em prol do desenvolvimento pode ser montado em uma parte (ou duas partes) do mundo, talvez seja possível convencer os países desenvolvidos de que esfôrço semelhante deveria ser montado, em escala muito maior, na maioria das áreas em desenvolvimento.

A vantagem de começar com os países que estão mais maduros para o desenvolvimento é a oportunidade de demonstrar, nos planos e em sua execução, que o problema do desenvolvimento tem solução *dentro de um determinado período de tempo.* Talvez o maior obstáculo aos programas de assistência, nos dias de hoje, seja a ausência de um prazo para os esforços exigidos dos países desenvolvidos. Demonstrando que pelo menos um grupo de países pode se tornar independente da assistência de govêrno a govêrno, dentro de 10-20 anos, talvez se restaure a confiança no esfôrço de assistência; e restaurando esta, será mais fácil atacar o problema do desenvolvimento por etapas, no princípio, e depois talvez em tôda a parte. No momento, não temos noção do espaço de tempo, nem a mais remota idéia de quanto custará tôda a tarefa, nem mesmo para um só país. Nessas circunstâncias, inevitàvelmente temos dúvidas, pelo menos ocasionais, se os esforços algum dia serão coroados de êxito, em qualquer parte do mundo. Como disse uma das mais destacadas personalidades consagradas à assistência ao desenvolvimento, "nesta tarefa, a coisa mais difícil é manter a contagem. Nunca se sabe qual será o resultado, se vitória, se derrota".[22]

Uma outra estratégia de assistência ao desenvolvimento seria concentrar recursos, pressupondo-se sempre o aumento dêstes, nos países que melhor souberam utilizar a assistência, no passado, independentemente do seu nível de renda *per capita:* se de 300 dólares ou de apenas 50. A dificuldade dêste critério é definir a frase "que souberam melhor utilizar a assistência, no passado". Os que atingiram mais alta taxa de crescimento no Produto Nacional Bruto global? Ou as mais elevadas taxas marginais de poupança? Ou a melhor remuneração do capital? Ou o melhor equilíbrio social? Ou crescimento combinado com estabilidade? Outra dificuldade é que uma boa *performance,* não importa a definição que se lhe dê, durante dez anos, pode ser resultado de acaso e sorte, e não de esforços e sabedoria. A terceira dificuldade é que se o país escolhido estiver num nível de 50 dólares *per capita,* será impossível especificar tanto o limite no tempo como o custo total da transformação da economia — e isto, creio eu, é uma pré-condição para obter mais recursos dos países desenvolvidos, nos dias de hoje.

O número de países em que concentrar recursos depende do montante dos recursos disponíveis. Do ponto de vista humanitário, seria melhor que tivéssemos bastante dinheiro para levar o esfôrço de desenvolvimento ao ponto de saturação, por tôda parte do mundo em desenvolvimento — desde

22) George D. Woods, setembro de 1965, numa conversa particular.

que fôssemos capazes de organizar êsse esfôrço em frente tão ampla. Mas se não o fazemos, temos de escolher entre os países. Além disso, a tese básica dêste documento é que pràticamente nenhum país desenvolvido decidirá, hoje, empenhar o dôbro dos atuais recursos para assistência, a menos que se lhes mostre para que o dinheiro será usado e exatamente quais os resultados que serão alcançados? Por poucos que possam ter sido os recursos concedidos no passado, em relação às necessidades, a sua concessão exigiu sacrifícios da parte dos países desenvolvidos: e o dinheiro foi dado em confiança e não à base de planos concretos para as metas de desenvolvimento econômico que seriam de fato atingidas. Um fato desagradável tem que ser encarado de frente: os legisladores nacionais estão insatisfeitos, com razão ou sem ela, tanto com os resultados obtidos quanto com os métodos de obtenção dos recursos. A única maneira de sair do impasse é, a meu ver, apresentar planos concretos e ambiciosos, para investimento e crescimento, tendo em vista a transformação estrutural dentro de um limite de tempo prefixado. Só os países com nível de renda de 300-400 dólares estão em condições de preparar planos dêsse teor, por definição; e é por êste motivo que a primeira concentração de recursos deve recair sôbre êles. A segunda concentração deve descer um degrau na escala. Quanto tempo decorrerá entre a primeira e a segunda concentração, e assim por diante, é exclusivamente questão da disponibilidade de recursos, da capacidade dos países em desenvolvimento para elaborar planos concretos a longo prazo, e da capacidade dos órgãos de financiamento nacionais e internacionais para absorver, a tempo e a hora, uma carga de trabalho muito superior à que estão acostumados atualmente.

CAPÍTULO VII — SOB QUAIS CONDIÇÕES DE EFICIÊNCIA?

Não estou suficientemente familiarizado com o quadro latino-americano para poder propor, detalhadamente, quais as condições de eficiência que teriam de ser satisfeitas, caso se decida aumentar as transferências de recursos, atendendo a programas a longo prazo claramente elaborados pelos países latino-americanos. Mas é possível identificar seis grandes áreas. Três delas são exclusivamente internas; uma é inter-regional e duas são de alcance internacional.

A. *Medidas Internas*

a) *Liberalização*

A liberalização da política econômica interna é medida de extrema necessidade. Os contrôles físicos, o contrôle de preços etc., podem ser inevitáveis quando há escassez de recursos; mas usualmente são ineficazes, mesmo em sociedades adiantadas e disciplinadas. Nos países em desenvol-

vimento medidas são ineficientemente administradas, são fonte de corrupção e matam os incentivos. Os pressupostos para a eliminação de contrôles, porém, é o aumento do montante global dos recursos disponíveis, isto é, o assunto substancial das transferências de recursos. Além disso, a liberação dos contrôles não deve significar renúncia à proteção às indústrias ou que os acôrdos comerciais existentes devam ser abolidos ou que não se firmem novos acôrdos. A proteção é necessária: cumpre, porém, que ela resulte de um bom conhecimento dos fatos e se subordine à política nacional e não aos interêsses adquiridos; e também que se subordine às metas e à estratégia do crescimento regional.

b) *Reforma Financeira*

A contribuição nacional ao desenvolvimento deve ser aumentada, como meio de reduzir o custo para a comunidade internacional. Não há nada que eu possa acrescentar ao debate erudito sôbre a necessidade de melhorar e reorganizar os sistemas tributários. Devo acrescentar, porém, que sou um tanto cético quanto ao realismo das expectativas de que a reforma tributária produzirá ràpidamente substanciais recursos novos. Os especialistas em tributação e os países doadores talvez estejam inclinados a pensar que os principais obstáculos a um esfôrço tributário talvez não sejam tanto a falta de conhecimento da teoria e da prática fiscais mas a dura realidade da vida. Não se pode tributar a atividade econômica produtiva sem afetar os incentivos para investir, incentivos êsses que são muito necessários; e não se pode tributar mais os consumidores, sobretudo os que são pobres, sem correr o risco de aumentos de salários, algumas vêzes greves e distúrbios nas ruas. Isto não significa que se devam abandonar os presentes esforços de reforma tributária e monetária, ou que não se devam tomar novas iniciativas neste sentido: há necessidades de ambas. Significa apenas que os assessôres estrangeiros devem pesar cuidadosamente os seus conselhos, a fim de evitar a repetição dos desagradáveis incidentes do passado, nos quais um progresso razoável foi sacrificado em vãs tentativas para pôr em prática modificações radicais do dia para a noite, os quais terminaram em quedas de ministros da fazenda, distúrbios e ódio aos órgãos e assessôres estrangeiros, apesar de suas boas intenções.

Por outro lado, se há limites ao aumento de impostos, também deve haver limites ao aumento das despesas públicas de custeio. Ninguém discutiria a necessidade de aumentar as despesas de custeio para a extensão agrícola ou para a manutenção de estradas. O que se alega é que os países em desenvolvimento simplesmente não podem se dar ao luxo de manter o nível e o crescimento das despesas administrativas, inclusive despesas militares (e diplomáticas) em que agora estão comprometidos. Cumpre levar em conta que os problemas econômicos dos países em desenvolvimento são do tipo Smith-Ricardo; e os preceitos de Smith-Ricardo têm de prevalecer. As despesas administrativas têm de ser contidas; esta é a via não dolorosa

— ou pelo menos a via menos dolorosa — de provocar sucessivos *superavits* orçamentários, em benefício do desenvolvimento.

c) *Reforma Monetária*

Cumpre manter a inflação sob contrôle e restaurar a integridade da moeda nacional. Isto deveria ser possível caso os recursos totais fôssem aumentados mediante transferência de recursos substancialmente maiores; caso os emprestadores concordem em financiar as despesas em moeda local até o limite necessário para manter o equilíbrio orçamentário; e caso as flutuações nos preços dos produtos primários fôssem eliminadas ou pelo menos substancialmente atenuadas. Mas nenhuma dessas medidas será suficiente, a meno que se mantenha sob contrôle o aumento das despesas governamentais de custeio, que se eliminem ou reduzam consideràvelmente os prejuízos das emprêsas públicas e se promovam os necessários aperfeiçoamentos na administração fiscal e na política financeira. Acima de tudo, deve haver uma determinação política para enfrentar decididamente os conflitos na disputa de dotações orçamentárias e para fazer uma distribuição ordenada entre os vários fins, no processo orçamentário, em vez de transferir o ônus da distribuição aos resultados problemáticos da inflação e da especulação. Não é fácil satisfazer a tôdas essas condições, mas não é impossível — a menos que se alegue que as "Nações Latinas sofrem de infecção inflacionária". Os exemplos do México — e da Itália e da França com a sua recente acumulação de dólares e de ouro — mostram como são perigosas tais superficialidades sociológicas.

B. *Medidas Inter-regionais: Integração da América Latina*

Ao elaborar os planos nacionais a longo prazo cumpre situá-los no contexto regional. "... Nas condições vigentes, as nações principais não são muito mais que povoamentos ao longo da costa. Elas estão tão efetivamente isoladas umas das outras que cada uma tem maior facilidade para se comunicar com o mundo exterior, através do oceano — com a América do Norte, a Europa e até a Ásia — do que umas com as outras. Esta fragmentação do continente é a razão por que as nações sul-americana, comparadas com a Europa e a América do Norte, são econômica e socialmente atrasadas e pòliticamente instáveis".[23]

"... Embora no mapa a América do Sul seja um continente, de fato ela não é apenas um continente não desenvolvido mas um continente subdesenvolvido inacessível. Os países da América Latina são um colar de ilhas cercadas de um lado por oceanos e do outro pela mataria impenetrável. É mais fácil e mais barato, para essas ilhas, comerciar com a Europa e a

23) Walter Lippsnann, *Towards the Making of a Continent*, coluna de 16 de setembro de 1965.

América do Norte do que comerciar umas com as outras. Assim, por exemplo, encontrei em Lima um peruano pioneiro que tinha aberto uma mina num vale do outro lado das montanhas. Há uma grande floresta a apenas 75 milhas de distância da mina. Apesar disso, segundo êle me disse, é mais fácil e mais barato êle importar a madeira de que carece na mina, de Seattle no Estado de Washington, do que da vizinha floresta peruana. O motivo é que não existe estrada através das brenhas.

"A situação hoje — e como se neste nosso continente houvesse duas faixas de povoamento, uma ao longo do Pacífico, a oeste das Montanhas Rochosas, e outra ao longo do Atlântico, a leste dos Aleganes — com tôda a terra entre o grande sistema fluvial do Mississipi, do Missouri e do Ohio inaproveitada, sem rodovias, ferrovias, canais, energia elétrica e telecomunicações. Se nos Estados Unidos houvesse apenas mato entre as Rochosas e os Aleganes, não haveria união política, não haveria um grande sistema industrial, não haveria uma base econômica para a estabilidade política.

"O não desenvolvimento da área central do continente sul-americano e a fragmentação das nações periféricas constituem, eu me arrisco a acreditar, a deficiência suprema. Até que se remova esta deficiência vital, a assistência financeira e técnica concedida pela Aliança para o Progresso e as corajosas reformas dos governos mais esclarecidos são, sinto dizer, nada mais que paliativos para as dores de sociedades que de fato estão doentes".[24]

Não existe razão intrínseca por que a maioria das novas indústrias de base — nas quais a economia de escala é decisiva — não sejam planejadas em base regional, cada país recebendo uma ou mais dessas indústrias básicas, deixando-se o comércio multilateral dos novos produtos livre de restrições. Refiro-me à indústria siderúrgica, fertilizantes, papel e celulose, químicos pesados, produção de automóveis, produção de aeroplanos. Assim como não há razão intrínseca por que as obras de infra-estrutura — usinas elétricas, estradas de rodagem, projetos polivalentes — não sejam planejados, onde necessário, em base regional.

C. *Medidas Internacionais*

a) *Reorganização da Dívida Externa*

Vários dos principais países latino-americanos sofrem de agudas dificuldades de liquidez, em virtude das elevadas despesas com o serviço da dívida externa e empréstimos garantidos pelo govêno. Esta é a situação, há anos, e não há perspectivas de melhoria. Na Argentina, em 1964, as obrigações da dívida pública se elevaram a 37% das receitas da exportação, no Brasil provàvelmente a mais. Êsses dois países, assim como o Chile (cujo serviço da dívida representa 22%) durante anos vêm mantendo negociações com os seus credores. As medidas de alívio que obtiveram con-

24) Walter Sippmann, *A Book at South America*, coluna de 14 de dezembro de 1965.

sistiram normalmente do adiamento do pagamento de algumas dívidas por uns poucos anos, e a crise de liquidez sempre ressurge, com sua melancólica monotonia.

Êsses países latino-americanos são *par excellence* exemplos de "apertura financeira" nas finanças internacionais contemporâneas. Uma solução radical para o seu problema da dívida consistiria em uma completa reorganização de dívida. Até agora os credores se recusaram a examinar esta solução, em parte por motivos institucionais, em parte por mêdo de que novas dívidas a curto prazo se acumulariam, tão logo fôssem adiadas as obrigações das dívidas existentes a curto prazo.

Dificilmente se conseguirá lançar um esfôrço substancial para o desenvolvimento, tal como o discutido neste documento, se não se resolver o problema da liquidez. Êle pode ser resolvido sem a reorganização da dívida, se os credores estiverem dispostos a fornecer recursos livremente utilizáveis, que possam ser aplicados no pagamento de dívidas. Qual a solução mais fácil, é matéria institucional. Qualquer que seja a solução a adotar, está claro que é necessária uma ruptura radical com as práticas do passado. Os países latino-americanos não podem esperar que os organismos financiadores — e amanhã os mercados de capital — lhes concedam novos empréstimos, se êles continuadamente adiam, ou ameaçam adiar, os pagamentos das dívidas antigas. Por outro lado, devia-se ajudar os devedores a pagar: o fato tem de ser encarado: a presente situação, qualquer que tenha sido sua origem, é não só malsã mas pràticamente incontornável. As duas partes — os devedores e os credores — devem elaborar um plano financeiro para o futuro, capaz de evitar a necessidade de contrair, em escala que se aproxime da utilizada no pasado, empréstimos a curto prazo ou de solicitar crédito de fornecedores. Talvez se tornem necessários mecanismos de contrôle e de coordenação, tanto nos países devedores quanto nos credores, durante um prazo curto, se possível, e durante um período mais longo, se necessário. Ninguém gosta de contrôles: êles são ferramentas grosseiras na administração de recursos financeiros. Os contrôles internacionais, além disso, são desagradáveis. Acontece que às vêzes êles são inevitáveis, quanto mais não seja por motivos psicológicos. Todavia, os contrôles sôbre a contratação de dívidas a curto prazo estarão antecipadamente fadados ao fracasso, se ao mesmo tempo não se fizer ampla provisão de capitais disponíveis a prazo longo, a fim de satisfazer a todos os investimentos legítimos e às necessidades de divisas externas, de modo coordenado. Não se pode fechar a torneira que está pingando, a menos que uma torneira que feche bem possa fornecer tôda a água de que se carece.

b) *Estabilização dos Mercados de Produtos Primários*

A maioria dos países latino-americanos sofre de uma dupla pressão em suas contas externas. Estão expostos a constantes flutuações violentas em suas exportações de produtos primários. A maioria sofre também de lentidão

no crescimento da procura mundial de seus produtos, dada a contínua pressão da oferta. Êste segundo problema se reflete no lento crescimento das receitas externas e na deterioração a longo prazo de suas relações de troca. O primeiro problema se reflete num contínuo oscilar dos preços e das quantidades vendidas.

É duvidoso que os países em desenvolvimento, inclusive a América Latina, sejam, num futuro previsível, compensados de um modo automático qualquer, da deterioração a longo prazo em suas relações de troca. A questão é teòrica e estatìsticamente controvertida; no momento está carregada de emoção de ambos os lados. De fato, se os países desenvolvidos concordam em ajudar a financiar o grande esfôrço de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, êles terão, ao mesmo tempo, de ajudar a financiar qualquer deterioração previsível nas relações de troca, no *futuro*. Importará tanto assim o nome que se dá ao financiamento, desde que êle se efetive e que haja certeza de que não cessará?

A outra questão — a estabilização dos produtos primários — tem melhor oportunidade de ser explìcitamente tratada e resolvida. Hoje já se reconhece quase universalmente que nenhum país em desenvolvimento pode planejar convenientemente, nem executar os planos nos prazos previstos por causa de sua contínua sujeição às vicissitudes dos mercados mundiais. Também já hoje se aceita, conquanto menos universalmente, que há necessidade de novas iniciativas, a fim de enfrentar o problema das flutuações.

A América Latina é particularmente vulnerável ao comércio dos produtos primários. Seu principal produto de exportação — o café — exibe, de muitas maneiras, as piores características do problema dos produtos primários. O preço e as receitas em divisas estrangeiras dos países produtores flutuam largamente em períodos curtos, em função dos saltos anuais na produção, típicos das safras agrícolas e das manobras especulativas nos estoques dos países consumidores. Tais flutuações anuais se sobrepõem a prolongados movimentos cíclicos na economia mundial do café, de cêrca de 20 anos cada. Períodos relativamente curtos de escassez e altos preços se alternam com longos períodos de excesso de produção e mercados deprimidos. Finalmente, também há um problema estrutural. Como o café pode ser cultivado fácil e lucrativamente em vastas áreas do cinturão tropical, e como são limitadas as outras oportunidades de investimento nessas áreas, na atual fase de seu desenvolvimento, novos produtores de café têm entrado no mercado mundial com quantidades substanciais. Como concomitantemente não ocorreu nos países produtores de café mais adiantados econômicamente, um desenvolvimento suficientemente rápido das alternativas de investimento e das oportunidades de emprêgo, tem havido uma permanente luta de concorrência entre os novos e velhos produtores. Competem por um mercado cuja capacidade de absorção circunscrita em parte por tôda sorte de restrições: tarifas, impostos e quantidades — tem crescido a longo prazo mas em taxa inferior à capacidade mundial de produção.

Cada um dos principais produtos primários apresenta um problema. A peculiaridade do café que é que êle é um complexo de problemas. Em muitos poucos outros produtos os efeitos das inevitáveis perturbações naturais são tão poderosamente ampliados pelas reações do mercado e particularmente pelas dos produtores; em número ainda menor de produtos as resultantes oscilações de preços são tão violentas; e nenhum outro produto dos principais produtos do comércio internacional é tão fortemente influenciado pelas díspares políticas de produção e venda particulares por tantos governos. Estamos aqui na presença de uma teia de aranha gigante; e estamos longe de ter a certeza de que não se trate de uma teia de aranha de tipo divergente, i.e., a economia mundial do café pode estar continuamente se afastando do equilíbrio, em virtude de determinada constelação das elasticidades da procura e a oferta, pelo menos acima de certos níveis de preços. Caso afirmativo, estamos na presença do mais pernicioso de todos os possíveis desequilíbrios.[25]

Durante oito anos, de 1957 a 1962, as receitas oriundas da produção e das exportações de café vieram caindo, ano após ano. Uma calamidade natural de grandes proporções que destruísse quase tôda a sua safra exportável, tinha de afetar o Brasil, onde ainda se concentra metade da produção mundial; e as receitas globais em divisas estrangeiras, produzidas pelo café, começaram a subir em 1963. Em 1965, é certo que as receitas do café cairão novamente. O trágico paradoxo das economias de produtos primários é exemplificado pelo fato de que os países cafeeiros produzem agora, para exportação, em volume que é quase o dôbro do nível que existiu na metade da década de 1965; e apesar disso suas receitas em divisas estrangeiras ainda são menores do que as de dez anos atrás. E uma grande interrogação pende sôbre o futuro, a menos que se tomem urgentes medidas coordenadas: introduzir certa ordem no investimento e nos planos de produção das diferentes nações produtoras e tentar estabilizar o preço mundial em níveis suportáveis. Do contrário o Acôrdo Internacional do Café — que, ajudado pelas péssimas safras brasileiras dos últimos anos salvou os países produtores de café de uma catástrofe certa — não tem diante de si um futuro brilhante.

Urge tomar medidas para aplacar a violência do ciclo cafeeiro. Ao que parece, êle se descontrola quando se permite que o preço suba violentamente e permaneça em nível elevado durante certo tempo: como o custo da mão-de-obra é baixo e não cresce com rapidez graças à ampla oferta de

25) O têrmo "teia de aranha" foi empregado porque as alterações no tempo, dos preços e da produção podem ser gràficamente representadas de forma que se assemelha a uma teia de aranha. Os dados disponíveis, sôbre as elasticidades dos preços da oferta e da procura de café, e a evidência *prima facie* de que o ciclo cafeeiro de fato pode ser uma teia de aranha divergente, figuram em IBRD *The Commodity Problem,* Anexo I, *Cobweb Theorem, op. cit.* O Anexo foi elaborado por Flora White, economista e especialista em análise de produtos primários, do quadro técnico do IBRD. Esta secção tôda se baseou fundamentalmente no trabalho original de Flora White, em seu assessoramento e assistência.

mão-de-obra; e como a mão-de-obra é o principal componente dos custos totais, o aumento de preços se reflete sobretudo numa múltipla expansão dos lucros, e tal inflação de lucros conduz a um investimento maciço na cultura cafeeira, o qual, por sua vez, conduz vários anos após uma avalanche de oferta e a desastrosas quedas no preço e no valor das vendas. O problema do café tem de ser atacado no ponto inicial do ciclo cafeeiro: e êle só pode ser atacado se houver café armazenado, para ser vendido no caso de escassez incipiente, com as vendas prosseguindo durante todo o tempo em que houver ameaça de escassez. Para que esta estratégia funcione, torna-se necessário formar um estoque internacional de café; e a acumulação dêste estoque custa dinheiro.

Outro exemplo de produto primário é o cacau — outro produto agrícola de que depende totalmente a África Ocidental, mas que também desempenha papel significativo na produção da América Latina para a exportação. As flutuações do preço do cacau, a curto prazo, foram ainda mais violentas que as do café.

Não são só os saltos de ano para ano que são violentos. No espaço de um único ano o preço caiu de 23 centavos por libra em janeiro, para 12 centavos em julho, subindo novamente para 22 centavos em dezembro.

O preço do cacau tem flutuado mais, a curto prazo, do que a maioria dos produtos primários, durante as últimas duas décadas; e para piorar as coisas, as flutuações giraram em tôrno de uma tendência para baixa, mais pronunciada do que na média dos produtos primários. A curva do preço do cacau se assemelha a uma montanha russa de tipo peculiar, deslizando por um despenhadeiro abaixo.

"Falharam até agora tôdas as tentativas de se firmar um acôrdo internacional do cacau, prolongando-se as tentativas durante os últimos dez anos, em meio a um debate azêdo entre os produtores e os consumidores quanto ao preço em que se fixaria a estabilização. Até que se encontre a solução para o problema do preço do cacau, os países produtores terão de continuar a sofrer violentas modificações nas rendas dos produtores e nos vendas de exportação; e a manter pagamentos fixos pelos serviços da dívida, diante dessas alterações no valor da exportação; e a contrair novas dívidas a fim de compensar os ocasionais declínios das exportações, as quais por sua vez conduzem a despesas mais elevadas com os compromissos do serviço da dívida. Um economista do Banco Mundial que visitou um dêsses países em meados da década de 1950, disse que o país tivera sorte naquele ano: a safra tinha sido pequena. Esta verdade ainda está de pé".[26]

O problema da estabilização dos preços dos produtos primários ainda está em aberto. No fim da década de 1930 e início de 1940, J. M. Keynes, fundador do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, advogou a sua solução na forma de um "estoque de compensação"... os produtores de produtos primários tinham uma queixa; as oscilações de

---

26) Nigéria, *op. cit.*, pág. 45.

preços tinham sido excessivas, em relação ao normal funcionamento dos movimentos de preços. A idéia do plano de Estoque de Compensação consistia em atender às legítimas exigências de maior estabilidade, por parte dos produotres primários, assegurando, ao nosso tempo, que a longo prazo os preços se mantivessem... de acôrdo com as fôrças econômicas"... "Se a procura a prazo longo estivesse caindo, a ocorrência seria atendida, não por restrição organizada, mas pela eliminação dos produtores mediante aviso prévio e de maneira ordenada, que produzissem a custos elevados. Além disso, o plano do "Estoque de Compensação" apresenta o mérito essencial de que tenderia a aplainar o ciclo da atividade econômico em geral. A acumulação de estoques teria um efeito expansivo nas depressões e provocaria um efeito de *damping* nos períodos de abundância".[27] Keines, evidentemente, sabia do que estava falando: não só êle conhecia intimamente os mercados de produtos primários na qualidade de teórico da economia e estadista mas também êle ganhará dinheiro no mercado a têrmo dos produtos primários.[28]

Até agora os progressos no sentido da estabilização dos preços dos produtos primários tem sido fragmentários apenas, e a maioria dêles na direção restricionista, i.e., uma solução de segunda ou terceira ordem. A questão dos estoques de compensação é difícil e os erros poderão ser dispendiosos, pelo menos durante certo período de tempo, como o demonstram os esquemas nacionais de acumulação de estoque. Por outro lado, pode-se pôr em dúvida a seriedade dos esforços feitos para encontrar soluções internacionais. Os esquemas financeiros de compensação constituem uma forma de abordar o problema das flutuações: êles ajudam a isolar os processos de desenvolvimento das vicissitudes dos mercados internacionais de produtos primários; e são um remédio eficaz nos casos de quedas nas safras e outras deficiências na produção destinada à exportação. Ao mesmo tempo, êles deixam as flutuações de preços entregues a si mesmas, nada fazendo para contrabalançar seus efeitos perturbadores sôbre os produtores e consumidores, e o seu impacto adverso sôbre o uso dos produtos primários, êles põem em movimento a acumulação de novas dívidas e de modo recidivo; e são mais dispendiosos. É mais caro compensar as perdas no valor das vendas em decorrência do lançamento de excedentes da produção num mercado fraco, do que reter as excedentes até que o mercado entre em recuperação — desde que, naturalmente, não se pague um preço excessivo não razoável pelos produtos que se armazenam. Mas, o que é preço

27) Roy F. Harrod, *The Life of John Maynard Keynes*. New York, Harcourt, 1951, págs. 531-532. As citações constam de um documento que Keynes submeteu em Cambridge, em 1938, advogando estoques de compensação de produtos primários, e de um memorandum oficial sôbre *Estoques de Compensação* que Keynes elaborou no outono de 1941 para o Govêrno do Reino Unido, propondo uma organização intermunicipal para "estoques de compensação", paralelamente a sua proposta de uma União Internacional de Compensação que acabou se transformando no Fundo Monetário Internacional. Não conheço o texto original do memorandum.

28) Harrad, *op. cit.*, págs. 299 e 303.

razoável? Esta questão provàvelmente hoje já pode ser respondida, com uma margem tolerável de êrro graças à econometria. Mas pode-se confiar na econometria? Pode-se confiar nos computadores? Parece que os homens de negócios confiam nêles.

D. *Condições de Eficiência — Conclusão*

As condições de eficiência a que nos referimos acima — liberalização da política econômica interna, freio no crescimento das despesas de custeio e reforma tributária, liquidação da inflação, critério regional quanto a investimento e crescimento, solução do problema de liquidez decorrente das excessivas obrigações com o serviço da dívida, e estabilização dos mercados de produtos primários — são indispensáveis para que qualquer nôvo esfôrço de vulto em prol do desenvolvimento da América Latina obtenha bom êxito.

CAPÍTULO VIII — CONCLUSÃO

No momento presente a América Latina recebe recursos apenas desprezíveis do mundo exterior, pois os capitais que recebe são usados quase exclusivamente no pagamento dos serviços de empréstimos e da remuneração do capital acionário ali investido. Êste documento apresenta a hipótese de que os países latino-americanos são, em princípio, capazes de crescer muito mais depressa do que no presente, se obtiverem substanciais transferências de recursos do exterior: o pressuposto é que êles dispõem de capacidade técnica e organizacional para lançar um nível de investimento substancialmente superior ao atual. Outra hipótese é que êles podem realizar uma transformação siginficativa de suas economias, no sentido de transformá-las em sociedades industriais, dentro de 15 a 20 anos, porquanto já superaram a maior parte dos obstáculos fundamentais ao crescimento: do contrário não teriam alcançado um nível de 300-400 dólares *per capita.* O pressuposto é que a estagnação em alguns países latino-americano durante a última metade de século, o crescimento desequilibrado e intermitente em outros, e a inflação em quase todos, resultam de causas específicas e identificáveis, e não de um complexo sociológico insensível, que poria um freio absoluto no progresso a um nível de 400 dólares de renda. Outro pressupoto é que os países que ficaram para trás podem absorver ràpidamente o progresso tecnológico, como já ocorrem em outros países.

Para poderem conseguir esta transformação econômica substancial, e atrair os recursos externos que são indispensáveis ao seu financiamento, os principais países latino-americanos têm de apresentar planos gerais de investimento, cobrindo inicialmente um período de dez anos, a ser seguido por outros 10 anos, (ou talvez menos), com metas específicas por setores e projetos, acompanhados de políticas claramente elaboradas em função do

crescimento, bem como do total comprometimento político, ao crescimento, como o único objetivo da geração atual. Argumenta-se neste documento que só assim poderão os países desenvolvidos — decepcionados com a "ajuda externa" como estão no momento — preparar-se para aumentar consideràvelmente o desembôlso de recursos e a ajudar de todo o coração os esforços da América Latina. Tais planos gerais de investimento, para que possam conseguir bom êxito, em sua execução e no subseqüente funcionamento, devem ser acompanhados de uma série de medidas atinentes à reforma tributária e monetária, tendo em vista liquidar a inflação, remover as agudas ameaças a liquidez e estabilizar os mercados de produtos primários.

Argumenta-se também, neste documento, que a única estratégia fadada ao sucesso, na deistência ao desenvolvimento, a única que é possível, com o presente conhecimento dos fatos e da sociologia, é empreender um esfôrço concentrado de meter uma cunha nos países que estão mais maduros para o desenvolvimento. Aí é possível não só determinar metas específicas, de investimento e crescimento, que significarão uma transformação econômica, mas também determinar um escalonamento no tempo que se calcula necessário para a consecução das metas — e de situad êsse ecaolnamento específico dentro de um futuro previsível. O segrêdo do sucesso do Plano Marshall foi a natureza bem concreta de seus objetivos, a concentração de esforços nesses objetivos e um calendário predeterminado em que se realizaram as tarefas. A menos que se apliquem êsses elementos básicos de qualquer estratégia, no campo da assistência, há muito pouca esperança de bom êxito. Como, no momento presente, tais elementos podem ser formulados com tolerável precisão apenas para os países que se acham mais maduros para o desenvolvimento, serão êles que terão de travar a primeira batalha sistemática e organizada contra o subdesenvolvimento. Essa concentração de esforços não será feita à custa dos outros países em desenvolvimento, pois neste documento já nos referimos ao aumento da assistência, e não à redistribuição do atual montante de recursos. Além disso, conseguido o primeiro êxito nos países mais maduros para o desenvolvimento — e esperamos que isto aconteça assim que os esforços se organizarem — deveria ser possível atacar o subdesenvolvimento em outras regiões menos maduras para o desenvolvimento; e então, com total concentração de recursos e experiência, tanto dos países desenvolvidos como daqueles que já estão sendo ajudados a sair do impasse, atacar a grande cidadela da pobreza, da miséria e do sofrimento do homem, no Sul e no Leste da Ásia.

Se os recursos para o desenvolvimento fôssem muito mais abundantes e se a capacidade de organização fôsse maior do que no presente, podia-se arriscar, desde o início, um ataque muito mais maciço à pobreza. Mas se nenhuma das duas condições existe — e parece que de fato não existe mesmo — então é muito melhor partir de uma frente mais estreita, primeiro, com menos risco e na intenção de adquirir experiência para o

próximo e mais maciço ataque. Mesmo um avanço decisivo numa frente mais estreita representará um efeito formidável, que desafia a imaginação. Se fôsse fácil, já teria sido empreendido há muitos anos.

A meu ver, não existe outra alternativa. O continuar com a atual dispersão de recursos estacionários para a ajuda externa, espalhando-os um pouco por tôda a parte do globo, é uma pseudo-alternativa. Como êsses recursos estão sendo tragados pelos serviços da dívida; e como a população dos países em desenvolvimento cresce ràpidamente; e como há insatisfação com os atuais resultados, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento — temos diante de nós a segura perspectiva de um contínuo declínio na assistência *per capita*. As implicações desta conclusão são aterradoras. A generalização da fome coletiva da Índia para o resto do mundo em desenvolvimento é, na minha opinião, a única alternativa real a uma estratégia de assistência sistemática. E a regra fundamental de qualquer estratégia é concentrar o ataque primeiro e no ponto em que o inimigo está mais fraco. Acontece que o inimigo — o subdesenvolvido — está mais fraco, por definição, nos países de 300-400 dólares de renda *per capita*. Iniciada esta batalha, novos escalões podem ser atacados em seus pontos mais fracos, e assim por diante, até que tôda a frente se engaje, com total comprometimento de recursos na batalha final.

Em guerra alguma há garantia de vitória: se fôsse possível esta garantia, as guerras jamais começariam.

O BNDE E OS FINANCIAMENTOS EXTERNOS

Jayme Magrassi de Sá

O esfôrço de desenvolvimento requer apreciável volume de investimento. Para tanto, exige-se da coletividade razoável sacrifício, expresso pelo ato de poupança. Em países de baixo nível de renda *per capita*, êsse sacrifício tende a ser penoso em função dos modestos índices de consumo da grande maioria. Para incrementar a taxa de inversão sem ampliar excessivamente e renúncia ao consumo busca-se a cooperação da poupança externa, especialmente através do sistema de financiamentos promocionais, de prazos longos e semilongos e juros suportáveis na aplicação de capital fixo aos regimes de produção.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, criado com a finalidade precípua de ser o principal agente executor da política de desenvolvimento do Govêrno Federal, tem, ao longo de seus 16 anos de atividade, desempenhado um papel importantíssimo em nossa economia, apoiando e estimulando a iniciativa privada e agindo de forma pioneira naqueles setores onde a infra-estrutura mais tem carecido de investimentos substanciais do setor público.

Para atingir êsse objetivo, o Banco lanç amão de recursos internos e externos. Os recursos internos de que dispõe constituem-se na sua maior fonte de disponibilidade, atendendo a cêrca de 90% de seus investimentos. Mas, como o próprio título dêsse artigo indica, trataremos aqui apenas dos recursos externos do Banco, que, embora relativamente modestos, ajudam a ação empreendedora da Entidade. Trata-se dos financiamentos obtidos no exterior, em especial, embora também contem os acôrdos tipo-quadro, que possibilitam ao empresário nacional linhas de crédito nos principais mercados do mundo, para a importação financiada de equipamentos não produzidos no País.

Na medida em que o conceito e a experiência do Banco foram ganhando expressão, a agência pôde robustecer a captura de recursos externos. Nada menos de US$ 384 milhões em empréstimos diretos foram obtidos

pelo BNDE até esta parte, como demonstra a especificação contida no anexo a êste artigo.

A utilização dêsses créditos diretos tem sido caracterizada pelo aspecto primordial de atender a economias fundamentais.

Assim, os empréstimos obtidos no Banco Mundial — vide anexo — *destinaram-se a ajudar o reequipamento* de nossas ferrovias, tão desgastadas tècnicamente na quadra do pós-guerra.

Os recursos que provieram do Eximbank fluíram para a implementação mecânica da agricultura e para equipamento portuário, duas iniciativas que, à época, representaram movimento pioneiro no sujeitar a aplicação de recursos a projeto tècnicamente elaborado.

Num momento seguinte surgiram os contratos destinados a financiar projetos industriais no País. Com o Eximbank do Japão, com o Eximbank dos EUA e com a USAID foram firmados contratos de vulto, num esfôrço sensível de ativar as aplicações de capital fixo no setor secundário, cuja dinâmica é relevante, e mais do que isso, decisiva para o desenvolvimento da economia.

Mais recentemente, inaugurou-se um tipo de captura de recursos externos cuja natureza merece ser comentada. Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — e o Kreditanstalt ajustaram-se empréstimos no montante de US$ 68 milhões destinados ao financiamento de capital fixo para a pequena e média emprêsas do País. Da AID, através de acôrdos de Govêrno a Govêrno, obtiveram-se US$ 17.580 mil para financiamento da importação de bens de equipamento não fabricados no País e recursos em dólares conversíveis em cruzeiros para financiamento da fabricação e venda de bens de equipamento nacionais. Em ambos os casos, o veículo de aplicação é a FINAME, agência especializada do BNDE.

Em períodos anteriores, tentaram-se alguns acôrdos financeiros com entidades oficiais externas, mas que não ofereceram experiência muito válida, por isso que, internamente, os importadores de equipamento não revelaram disposição de usar o mecanismo. Em 1967, porém, retomou-se êsse tipo de contato, já agora dentro de equema nôvo, comumente denominado de *acôrdo-quadro.* Foram firmados os seguintes convênios, ao longo do tempo, com vista a êsse tipo de captura de recursos:

1. Acôrdo de Cooperação Econômica e Financeira com o INSTITUTO MOBILIÁRIO ITALIANO (IMI), da Itália, firmado em Roma, a 12 de junho de 1956. Êsse acôrdo vigorou de 12-6-56 a 31-12-62, e possibilitou operações no montante de US$ 64 milhões, dos quais US$ 61 milhões beneficiando o setor de energia elétrica e siderurgia e US$ 3 milhões para o setor de transportes.

2. Ajustes de Cooperação Econômica e Financeira com:

— o NARODOWY BANK POLSKI, da República Popular da Polônia, firmado em 14-3-1959;

— o BANCO IUGOSLAVO DO COMÉRCIO EXTERIOR, firmado em 2-12-1959;
— o DEUTSCH NOTENBANK, da República Democrática Alemã, firmado em 15-12-199;

— o BANCO DO ESTADO DE TCHECOSLOVÁQUIA, firmado em 29-6-60.

3. Na fase mais atual registram-se os seguintes: convênios com entidades estrangeiras e internacionais:

a) Govêrno da Dinamarca, em 8-7-66
Valor: US$ 3 milhões;

b) URSS, em 9-8-66
Valor: US$ 100 milhões;

c) FERROSTAAL, em 21-11-67
Valor: DM 50 milhões;

d) CIAVE — Compagnie Industrielle et Agricole de Vents à l'Etranger, em 5-5-67
Valor: NF 90 milhões;

e) SOCIETÉ GENERALE, em 26-9-67
Valor: não estipulado;

f) MAGYR KULKERESKEDELMI, BANK RT, da Hungria, em 15-12-67
Valor: US$ 5 milhões;

g) BANK HANDLOWY W WARSOWIE (Varsóvia), em 1-3-68
Valor: US$ 10 milhões:

h) CAMER INTERNATIONAL (Espanha), em 17-1-68
Valor: 700 milhões de pesetas (equivalente a US$ 10 milhões);

i) PARIBAS — Banque de Paris et des Pays Bas, em 30-5-68
Valor: NF 15 milhões;

j) OTTO VOLFF (Alemanha), em 16-7-68
Valor: DM 50 milhões.

Prosseguindo em sua ação mobilizadora de recursos para acelerar suas atividades e diversificar os financiamentos de importação de bens de capital e serviços técnicos, o Banco estuda novas linhas de crédito como, por exemplo:

1. com a INDUSTRIAL DEVELOPMENT CORPORATION, da África do Sul, no valor equivalente a US$ 5 milhões;

2. com o BANQUE DE BRUXELLES, no valor de FB. 50 milhões;

3. com o CRÉDIT COMMERCIAL DE FRANCE, no valor de US$ 20 milhões;

4. com a PROMOPÊCHE, no valor de Fr.Fr. 30 milhões.

Mas o BNDE como instrumento de captação de recursos externos tem ainda um elenco maior de serviços prestados. É que atuando também na forma de avalista de créditos estrangeiros obtidos por emprêsas instaladas no País, presta à capitalização da economia nacional importante contribuição. E tem outorgado tais avais em nome próprio e como agente do Tesouro Nacional.

De 1952 a 31-12-1967, concedeu o Banco avais no montante de US$ 626,6 milhões, em nome próprio, e no montante de US$ 188,8 milhões em nome do Tesouro. Acham-se em vias de contratação outorgas num total de US$ 92 milhões.

Ao conceder seu aval, o Banco torna possível à emprêsa nacional obter *poupança do exterior, que de outra forma não seria possível, atendendo a* unidades instaladas em setores vitais da economia do País (vide quadros V, VI, VII e VIII).

A ampliação do campo de ação do Banco e o prestígio interno e externo que angariou indicam que, de seu lado, estaria em condições para ampliar significativamente as possibilidades de captura, bem como de espargir os recursos respectivos por sôbre vários setores de atividade econômica nacional.

Ocorre, porém, que a cooperação financeira internacional vem revelando problemas cuja ação não facilita um rendimento maior nos esforços do BNDE em busca de maior volume de recursos investíveis.

O Banco Mundial, por exemplo, tem mantido, em relação ao Brasil, campos restritos de operação. Em 1964/5 acenou com a possibilidade de um financiamento de certo vulto para a expansão do setor siderúrgico. Com base nisso, estudos dispendiosos foram feitos, cuja conclusão revelou ter o setor nacional de siderurgia tôdas as condições para desenvolver-se e expandir razoàvelmente seus níveis de produção. Apesar disso, o Banco Mudial não concretizou sua disposição, de modo, até certo ponto, bastante curioso.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem revelado outros tipos de dificuldades, talvez por escassez relativa de recursos, talvez por pletora de postulações para seus pedidos, ou possìvelmente, por não ter ainda percorrido a trajetória funcional que seria de desejar.

O Eximbank é de operação mais definida, muito ligada ao movimento exportador norte-americano e muito dependente da situação do balanço de pagamento dos E.U.A.

Do ponto de vista dos países da Europa Ocidental, a cooperação financeira se mede por dimensões relativamente modestas, ainda. Naturalmente condicionada que está pelas exigências da própria evolução econômica dêsses países.

Do Leste europeu, o auxílio não tem podido ser de vulto maior. De um lado por enfrentarem os referidos países problemas peculiares à escassez relativa de capital. De outro, por ser superavitário o balanço de comércio do Brasil com quase todos êles.

Avançam bastante as relações financeiras do BNDE com o Japão. Os financiamentos nipônicos para a implantação da USIMINAS, representaram um primeiro e grande passo para a cooperação que se espera e que deverá agora ser incrementada com a colaboração que os japonêses deverão prestar para a expansão dessa usina até o nível de produção de .... 1.400.000 toneladas.

A distribuição das inversões com a cooperação de recursos externos obtidos pelo Banco, pode ser medida pela conjugação dos quadros em anexo a êste artigo. O quadro I indica os empréstimos externos diretos. Os quadros II e III a distribuição das operações da FINAME, alimentadas em boa parcela pela cooperação originária da AID. O quadro IV, as aplicações do FIPEME, cujos recursos maiores provieram do BID e do KREDITANSTALT.

Pode ser afirmado, com tranqüilidade, que o BNDE é excelente instrumento tanto para a captura de recursos externos, quanto para a aplicação dêstes na evolução da economia brasileira.

Tem desenvolvido grande esfôrço no mobilizar tais recursos, apresentando excelente recorde nesse sentido. Tem ampliado e diversificado suas linhas de operação, cobrindo hoje um campo vastíssimo, compatibilizando sua atuação com os requisitos do desenvolvimento econômico do País. Para aumentar ainda de modo mais significativo a obtenção de poupanças externas destinadas a incrementar o movimento nacional de inversões flexibiliza seu regime operacional, mas esbarra, infelizmente, com insuficiências, ineficiência e imperfeições do sistema internacional de cooperação financeira, além de defrontar-se com as próprias dificuldades de outros países em matéria de disponibilidade de capital e de balanço de pagamentos

A COOPERAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

Fábio A. da Silva Reis

A cooperação financeira internacional está, hoje em dia, institucionalizada em organismos internacionais e nacionais. Êsses organismos que se caracterizam pelas suas atividades no campo monetário, ou pelas suas operações de financiamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento.

Dentre os organismos monetários, é o Fundo Monetário Internacional o único de âmbito mundial, atuando os demais sòmente em áreas regionais. A mais antiga dessas instituições é o Banco de Ajustes Internacionais (ou Banco de Liquidações Internacionais), fundado em 1930 e que se reúne em Basiléia na Suíça. O seu capital, subscrito inicialmente pelos bancos centrais da Bélgica, França, Itália e Grã-Bretanha, conta atualmente com a participação dos bancos centrais de tôda a Europa, com exclusão da Rússia. O Banco é também agente da OCDE, para as transações delativas ao Acôrdo Monetário Europeu.

Na verdade, o Banco de Ajustes Internacionais é, substancialmente, o "banco central dos bancos centrais" europeus e uma de suas importantes funções é promover a liquidação tranqüila dos pagamentos entre os bancos participantes, oriundos das transações de comércio recíproco; receber depósitos em ouro ou divisas e fazer empréstimos a prazz curto aos seus membros. O Banco atua também como controlador do chamado "gold pool", destiando a regularizar o mercado mundial do ouro, de forma a manter a manter a estabilidade de seu preço.

O Fundo Monetário Internacional, por outro lado, é a mais importante organização do gênero e sua atuação se faz sentir de forma preponderante na maioria dos seus 106 países-membros. Com recursos da ordem de cêrca de US$ 22 bilhões, sendo que ,dêsse total, aproximadamente US$ 5 bilhões em ouro e o restante em moedas de seus membros, as transações de venda de moedas em poder do Fundo, nos seus mais de vinte anos de operação, já superaram os US$ 13 bilhões. O total das recompras respectivas se aproxima dos US$ 7 bilhões. O Fundo, em suas transações,

tem-se utilizado largamente do dólar e das demais moedas conversíveis. Entretanto, durante o ano de 1967, foi o cruzeiro empregado pela primeira vez em saques no valor equivalente em cruzeiros a US$ 25 milhões, efetuados pela Colômbia, para atender a suas necessidades de efetuar pagamentos internacionais.

Além dos recursos provenientes das quotas subscritas pelos seus membros, o Fundo, a partir de 1962, efetuou "Acordos Gerais para a Tomada de Empréstimos" com países industriais que, em fins de 1964, deram capacidade ao Fundo para utilizar de recursos equivalentes a US$ 6 bilhões com o fim de criar reservas suplementares, destinadas a atender a eventuais crises do sistema monetário internacional. Os recursos provenientes de tais acordos foram, pela primeira vez empregados pelo Fundo, em dezembro de 1962, para financiar parte de um saque do Reino Unido. O Fundo também tomou empréstimos em liras do govêrno italiano, fora dos Acordos mencionados, porém em têrmos semelhantes, no valor do equivalente a US$ 250 milhões.

Em 1963, o FMI adotou um esquema visando ao financiamento compensatório das quedas de receitas de exportações, mecanismo de especial interêsse para países como o Brasil que sofrem periòdicamente escassez de divisas em conseqüência das flutuações violentas e incontroláveis dos preços das matérias-primas.

Além de prestar cooperação para atender aos desequilíbrios temporarios nos balanços de pagamentos de seus membros, o Fundo age no sentido de orientar a adoção de medidas destinadas a corrigir tais desequilíbrios , servindo, ademais, como um fôro onde se debatem os magnos problemas da liquidez internacional.

No âmbito regional, as duas câmaras de compensação multilateral de crédito de países da América Latina — a Câmara de Compensação Centro-Americana e o Acôrdo de Créditos Recíprocos dos Países da ALALC — destinam-se a facilitar os pagamentos das transações comerciais entre os seus membros, mediante um sistema que visa a compensar os desequilíbrios do comércio intra-zonal. São organismos recentes e a sua experiência ainda é limitada.

Atualmente são membros do Fundo Monetário Internacional 108 países, totalizando um capital de US$ 20.987 milhões. A quota do Brasil é igual ao equivalente a US$ 350 milhões.

O Fundo possui 20 Diretores Executivos, dentre os quais um é eleito pelo grupo constituído pela Colômbia, República Dominicana, Haiti, Paanmá, Peru e Brasil, que lidera o referido grupo. O poder votante do Brasil é de 3.750 votos e o do grupo de 7.640 votos, o que representa cêrca de 1,6% e 3,2% do total, respectivamente.

Em janeiro de 1967, sem qualquer movimentação, expirou-se o prazo para a utilização de crédito proveniente de acôrdo de "stabd-by", no valor de US$ 125 milhões, contratado pelo govêrno brasileiro em princípios de 1966. Em fevereiro foi novamente contratada operação semelhante, no to-

tal de US$ 30 milhões, cujo prazo de utilização findou em fevereiro de 1968.

Como mencionamos acima, em março de 1967, foi o cruzeiro, pela primeira vez, negociado no Fundo, através de operação de compra feita pela Colômbia, no equivalente a US$ 5 milhões. A transação foi complementada por duas outras, em abril e setembro, de US$ 10 milhões cada, totalizando os cruzeiros utilizados um montante equivalente a US$ 25 milhões.

Conforme entendimentos entre as autoridades monetárias brasileiras e os dirigentes do organismo, as compras de moeda nacional tiveram o efeito de compensar dez amortizações de US$ 2,5 milhões, devidas no período abril 67, janeiro 68, referentes ao saque por conta do financiamento compensatório das quedas de receitas de exportação, feito em junho de 1963, no valor gçlobal de US$ 60 milhões. Dessa forma, o atual saldo devedor do compensatório se expressa pelo montante de US$ 11,9 milhões, os quais serão amortizados no período fevereiro/junho de 68. Êsse débito e mais o das operações ordinárias (US$ 75 milhões) relativos ao "stand-by" de janeiro de 1965) eleva o total de compromissos do Brasil perante o Fundo a US$ 86,9 milhões.

Com a sua negociação no Fundo Monetário, ficou o cruzeiro incluído entre as 21 moedas até hoje utilizadas pela instituição em suas operações, cabendo salientar que, apenas constam as moedas de três outros países latino-americanos: Argentina, México e Venezuela.

Foi um acontecimento digno de ser assinalado a realização, no Brasil em setembro de 1967, da XXII Reunião Anual Conjunta de Governadores do Fundo e do Banco Mundial e instituições afiliadas: Associação Internacional de Desenvolvimento e a Corporação Financeira Internacional. A escolha do Brasil para sede da Reunião — poucas vêzes recaída em países em fase menos avançada de desenvolvimento econômico — evidencia o reconhecimento dos dirigentes das instituições patrocinadoras dos esforços que vem sendo orientados no sentido de ser alcançado um crescimento ordenado e harmônico de todos os setores da economia nacional.

Êsse acontecimento, pelo seu significado no âmbito de uma comunidade de 108 países-membros, fêz convergir para o País as atenções de todo o mundo econômico-financeiro, podendo, por isso mesmo, ser considerado o mais importante fato ligado aos organismos financeiros internacionais durante o ano.

Dentre as decisões adotadas na Reunião do Rio de Janeiro, merece destaque o plano para a criação de nôvo instrumento de crédito internacional, sob a forma de "direitos especiais de saque". O sistema tem por finalidade precípua aumentar a liquidez internacional e representa uma tentativa de eliminação do problema oriundo do crescimento do comércio internacional em nível superior ao incremento dos meios de reservas monetárias. Outro fato digno de realce foi a recomendação aprovada no sentido de que o pessoal do corpo técnico do Fundo e do Banco Mundial faça

um estudo conjunto sôbre a estabilização dos preços dos produtos primários nos mercados mundiais.

Os organismos financeiros multilaterais dedicados ao desenvolvimento econômico, prestam auxílios financeiros aos beneficiários situados em qualquer parte do mundo — como o BIRD, a CFI e a IDA — ou apenas em determinada região ou continente — tais como Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimentos e o Banco Centro-Americano de Integração Econômica. Em todos êsse oragnismos o seu capital pertence a governos tanto dos países beneficiários quanto dos países contribuintes.

Além dêsses organismos multilaterais governamentais, encontra-se agora também, uma instituição privada sob a denominação de ADELA, cujo capital é composto pela contribuição das grandes emprêsas industriais, localizadas nas nações desenvolvidas, e que tem por finalidade aplicar seus recursos em projetos de desenvolvimento nas áreas subdesenvolvidas.

O grupo mais poderoso de tôdas as organizações financeiras multilaterais é o encabeçado pelo Banco Mundial, cujos recursos totais de capital vão, aém dos US$ 22 bilhões.

O volume dos créditos autorizados por todos os organismos financeiros internacionais, multilaterais, dedicados ao financiamento do desenvolvimento econômico, bem como os montantes dos respectivos desembolsos, desde o início de suas atividades até o fim do primeiro trimestre de 1967, cifrava-se pelos seguintes valôres:

ORGANISMOS	*Empréstimos Autorizados US$ milhões*	*Desembolsos Efetuados US$ milhões*
BIRD	10.564	7.845
IDA	1.662	924
CFI	204	136
Total do Grupo do Banco Mundial	12.430	8.905
BID	2.020	860
BEI — Banco Europeu de Investimentos (até dez. 1965)	615	não-disponível
BICE — Banco Centro-Americano de Integração Econômica (dez. de 1964)	1.650	não-disponível
Total Geral	16.715	

Os financiamentos autorizados ao Brasil pelo Banco Mundial até setembro de 1967, totalizaram US$ 536,2 milhões — 5% do total empres-

tado pelo organismo: US$ 10.730 milhões — representados por 21 projetos, com a seguinte distribuição por setores de atividades: energia elétrica (17 empréstimos): US$ 468,2 milhões; rodovias (1): US$ 3 milhões; ferrovias (2): US$ 25 milhões; pecuária (1 — único empréstimo contratado em 1967) US$ 40 milhões. O montante efetivamente desembolsado foi de US$ 280 milhões e as amortizações elevaram-se a US$ 120,4 milhões.

Em ordem decrescente o Brasil coloca-se em quarto lugar entre os países que mais receberam empréstimos do BIRD, aparecendo depois da Índia (US$ 1.022,7 milhões). Japão (US$ 857 milhões) e México (US$ 625,1 milhões). Dêsses apenas o México possui quota de capital inferior à do Brasil: 0,91% do total, contra 1,63% do Brasil. Note-se que, se a comparação fôsse feita em têrmos proporcionais à dimensões da quota, a ordem seria: México (conseguiu empréstimos equivalentes a três vêzes o valor de sua quota); Brasil (1,44 vêzes); Índia (1,28 vêzes); e Japão (1,11 vêzes). Se levarmos em conta, porém, o fator população, os empréstimos passam a apresentar a seguinte ordem: México US$ 14,2 *per capita*), Japão (US$ 8,65); Brasil US$ 6,3) e Índia (US$ 2,40).

O Banco apresentou à Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, estudos para a criação de um organismo internacional destinado a financiar, em caráter suplementar, as quedas de receita de exportações dos países deesnvolvidos. Esperava-se que uma decisão sôbre o assunto fôsse tomada durante a Conferência Mundial de Comércio e Desenvolvimento, a segunda UNCTAD, convocada para Nova Delhi, Índia em 1968.

Embora tendo contribuído com uma quota de capital equivalente a US$ 18,8 milhões (representando 1,88% do total) para o capital da Associação Internacional de Desenvolvimento, não obteve o Brasil, até o momento, qualquer financiamento dêsse organismo, mas o Govêrno brasileiro e o bloco latino-americano vêm envidando esforços no sentido de modificar o sistema operacional da instituição, que não atende aos interêsses de países de renda *per capita* semelhante à nossa. A maioria dos financiamentos da IDA têm se destinado à Índia e ao Paquistão, com alguns empréstimos pequenos para alguns países africanos. No momento, estudos se processam para que, na próxima reunião do Banco e da IDA, se consiga a reformulação das normas da Associação a fim de atender às reivindicações, sobretudo da América Latina.

O Brasil na Corporação Financeira Internacional, participa com a quota de capital de US$ 1,2 milhões, ou 1,17% do total. Até setembro de 1967, sob a forma de empréstimos e de investimentos diretos em ações de capital, já tinham sido desenvolvidas operações com o organismo no montante de US$ 21,2 milhões (US$ 15,9 milhões efetivamente desembolsados e US$ 3,2 milhões amortizados), cobrindo indústrias de papel (52,4% do total emprestado), metalurgia (24%), veículos (10%), material elétrico, material plástico e cimento. Essa cifra representa 10,5%

do total das operações do organismo: US$ 200,1 milhões, o que significa ser o Brasil o principal País beneficiado com a Corporação Financeira Internacional, em têrmos absolutos ou relativos.

Em 1967, foi de US$ 3,3 milhões o total dos desembolsos relativos à operações feitas no Brasil e as amortizações elevando-se a US$ 0,2 milhão.

Os empréstimos autorizados ao Brasil pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento totalizaram, em 1967, o montante de US$ 124,4 milhões, contra US$ 98,7 milhões durante todo o ano anterior. Desde o início de suas operações, 1961, o referido organismo já aprovou financiamentos a entidades nacionais pelo valor equivalente a US$ 493 milhões, sendo US$ 243,6 milhões com recursos do Capital Ordinário, US$ 196,3 milhões por conta do Fundo para Operações Especiais e US$ 62,1 milhões pelo Fundo Fiduciário de Progresso Social. Êsse total representa 22,85% do montante até hoje emprestado pelo BID (US$ 2.157,8 milhões), vindo a seguir a Argentina (13,04%), México (11,04%), Chile (9,82%), Colômbia (7,93%) e os demais (35,2%).

Dos 56 projetos brasileiros já aprovados pelo Banco, 12 destinaram-se a água e saneamento (US$ 111,2 milhões); 16 a indústria (US$ 125,8 milhões) e 10 a energia elétrica (US$ 125,3 milhões). Os restantes 18 projetos, num total de US$ 130,7 milhões, destinaram-se ao financiamento de exportações, refinanciamento à pequena e média emprêsa, programas regionais de deesnvolvimento, assitência técnica, transportes, agricultura, habitação e educação.

Entre os organismos bilaterais, dedicados ao desenvolvimento econômico incluem-se as entidades governamentais, cujos recursos representam, na verdade, a maior parcela de contribuição para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Entre estas, encontram-se algumas que atuam em todo o campo internacional, sendo o principal o "Export-Import Bank of Washington" que tem a seu cargo o financiamento das exportações norte-americanas. No campo regional, destaca-se a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), do Govêrno dos Estados Unidos da América, que atua na América Latina através do denominado projeto "Aliança para o Progresso".

Considerável parte dos recursos financeiros proprocionados pelos órgãos governamentais das nações industrializadas da Europa Ocidental e dos países do leste europeu, bem como do Canadá, do Japão e dos EUA, flui para os países em vias de desenvolvimento, sob a forma de exportações financiadas, a médio e longo prazos.

Relativamente à cooperação bilateral, é oportuno referir o relatório preparado pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da OCDE, em 1966, intitulado "Development Assistance Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Commitee" (steembro 1966).

No relatório fica demonstrado que o fluxo total líquido dos capitais oficiais e privados, no quadriênio 1962/1965, provenientes dos 15 países-

membros do CAD — que engloba pràticamente a totalidade das nações exportadoras de capitais — aproximou-se bastante do nível de 1% da renda nacional de cada país. Cinco membros, França (1,88%, Bélgica (1,81%), Holanda (1,53%), Reino Unido (1,17%) e Portugal (1,08%), ultrapassaram, em 1965, o nível de 1%, ao passo que os EUA (0,98%) ficaram bastante próximos do mesmo. Nenhum dos demais, exceto a Itália em 1962, quando o fluxo de capitais privados italianos alcançou os 0,96%, conseguiu atingir o alvo de "um por cento" mencionado na Recomendação sôbre "Crescimento e Ajuda" adotada pela Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD), em 1964.

A corrente de recursos financeiros, quer oficiais quer privados, oriunda dos países-membros do CAD, que se dirigiu para os organismos internacionais e os países em desenvolvimento, no decênio 1955/1965, alcançou o montante de US$ 81,5 bilhões. Dêsse total, os recursos oficiais foram da ordem de US$ 51,5 bilhões e os capitais privados de US$ 30 bilhões, o que, em têrmos percentuais representa 63% e 37%, respectivamente, ao total para o decênio em exame.

Além dêsses recursos provenientes dos membros do CAF, estima-se que em 1965, os países subdesenvolvido tenham recebido recursos adicionais, oriundos da Suíça, Nova Zelândia e dos países socialistas da Ásia e da Europa, cêrca de US$ 675 milhões. Por outro lado, os países em desenvolvimento ajudam uns aos outros em parte através de instituições multilaterais, em parte sob a forma de assistência técnica e, em alguns poucos casos, sob a forma de empréstimos, como ocorre com o Kwait.

O setor privado dos países-membros do CAD concorreu com cêrca de 37% dos recursos financeiros que, na década 1956/1965, se destinaram aos países em desenvolvimento, quer aplicados diretamente, quer através de organismos internacionais. Os investidores dêsse setor se compõem de uma grande variedade de empreendimentos que abrange bancos de investimentos emprêsas industriais, bancos e emprêsas comerciais.

A partir de 1958, tornou-se freqüente os banqueiros privados das grandes nações industriais se consorciarem com os organismos financeiros multilaterais, para o financiamento de projetos de vulto considerável, localizados nos membros subdesenvolvidos dêsses organismos. Consórcios dessa natureza têm sido realizados com empreendimento financiados pelo Banco Mundial, a Associação Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Geralmente, os vencimentos que têm lugar nos primeiros anos, ficam a cargo dos banqueiros provados, reservando-se aos organismos internacionais os de prazo mais longo.

As perspectivas atuais e futuras da cooperação financeira internacional se vêm muito afetadas pela crescente impaciência dos países menos desenvolvidos pela lentidão e escassez de recursos financeiros internacionais, de um lado, e pela hostilidade cada vez maior, à ajuda externa, por parte dos órgãos legislativos dos países industrializados.

UMA INTERPRETAÇÃO DO SISTEMA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

Celso Lafer

"The substantial welfare of the state is its welfare as a particular state in its specific interest and situation and its no less special foreign affairs, including its particular treaty relations. Its government therefore is a matter of particular wisdom, not of universal Providence" — Hegel — Filosofia do Direito (trad. de Knox § 337)

1. Neste artigo tentaremos analisar a política externa do Brasil a partir de uma perspectiva de sistema começando por aceitar como hipótese de trabalho e definição de Easton de um sistema político: "interações através das quais valôres dotados de autoridade são alocados para uma sociedade".[1] Aceitaremos também a utilidade desta definição para o estudo do sistema das relações internacionais que se diferencia dos sistemas políticos nacionais "ùnicamente pelo fato de que as unidades componentes do sistema internacional consistem em grandes e poderosos subsistemas que chamamos de sistemas políticos nacionais e agrupamentos regionais dos mesmos".[2] A análise pretende abranger três níveis: o *global*, o *regional* e o *nacional* e mostrar as conexões existentes nestes três níveis. A tônica no estudo das conexões será o relacionamento entre sistema político nacional e a política exterior até o fim do govêrno Castelo Branco com especial atenção para com as relações Brasil — EUA dentro do esquema da bipolaridade russo-americana.

2. Dadas estas definições cabe dizer que para um entendimento adequado das relações atuais entre o Brasil e os EUA se faz necessária uma apreciação do desenvolvimento histórico das mesmas. Êste ponto de vista se justifica porque as relações entre os dois países se iniciaram antes mesmo da Independência do Brasil e certas tradições, certos hábitos, certos in-

1) David Easton — *A System's Analysis of Political Life* — N. York, J. Wiley, 1965, p. 21.
2) Idem, ibidem, p. 486.

terêsses se criaram, institucionalizaram-se e passaram a justificar políticas mesmo quando o fundamentoo oobjetivo e racional das mesmas já tenha desaparecido.

3. A política exterior do Império deve ser estudada em dois níveis de análise: o do sistema internacional e o do subsistema regional. Em relação ao primeiro nível poder-se-ia dizer que o Império tentou uma política independente, jogando com as grandes potências com o objetivo de defender a sua soberania. Apesar de dominado pelas potências européias o sentimento geral era o de evasão dêste domínio tanto que após a caducidade do tratado com a Inglaterra, em 1844, não se assinaram, como norma, tratados com nações mais forte.[3] Evidentemente os resultados desta política não foram perfeitos e uma pequena alteração na conjuntura mundial ou regional podia trazer conseqüências indesejáveis. Haja visto a célebre questão Christie que alguns autores entendem que assumiu a gravidade que assumiu porque os Estados Unidos, imersos na guerra civil, não estavam atuando no cenário mundial e regional.[4] Entretanto parece lícito concluir que o domínio inglês não foi pacìficamente consentido e que o país, na medida do possível, reagiu e defendeu a sua independência.

Em relação ao segundo nível, isto é a questão do subsistema regional, o Império praticou uma política de balanço de poder como objetivo de impedir supremacias, sobretudo a da Argentina e neste sentido devem ser estendidas as intervenções na região platina. É útil salientar que bàsicamente o subsistema regional da política exterior do Império foi a América do Sul. Vale dizer que aquilo que hoje se entende como subsistema regional, isto é as Américas, estava dividido em vários sistemas, a maior parte dêles do tipo balança de poder e cada um com o seu centro de gravidade.[5] O Brasil estava num centro que não incluía os EUA e é por isso que as relações com êste país, são, neste período, de difícil conceituação pois no ponto de vista teórico trata-se das interações entre diversos subsistemas regionais, interações estas que só depois resultaram num único subsistema regional, que naquela época apenas se esboçava.

4. A proclamação da República não alterou imediatamente a política exterior do Brasil porque não implicou imediatamente numa mudança substancial da estrutura social e do sistema político nacional e as modificações nos sistemas regionais e internacionais ainda não tinham ocorrido. As mo-

---

3) José Honório Rodrigues — *Interêsse Nacional e Política Externa* — Rio, Civilização Brasileira, 1966, p. 24, 49 e passim, cf. também Alan K. Manchester, *Brittish Preeminence in Brazil,* (1933), N. York, Octagon Books, 1964, passim, Nelson Werneck Sodré, *As Razões da Independência,* Rio, Civilização Brasileira, 1965.

4) Richard Graham — "Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1862: A Questão Christie", *Revista de História,* 49-50 (1962) p. 117-138; 359-402.

5) Cf. Robert N. Burr — "The Balance of Power in Nineteenth Century South America: An Exploratory Essay" *Hispanic American Historial Review* — XXXV, (feb. 1955) — pp. 37-60.

dificações se virificaram alguns anos depois, na época da gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912). Rio Branco compreendeu a importância crescente dos Estados Unidos e hàbilmente a colocou a serviço do Brasil. Rio Branco percebeu que os Estados Unidos estavam expandindo a sua zona de influência diplomática e econômica e que a aliança Brasil-EUA dentro de um subsistema regional alargado para abranger as 3 Américas serviria tanto para consolidar as fronteiras nacionais (posição dentro do subsistema anterior[6] quanto para minorar a influência européia (maior autonomia em relação ao sistema internacional). De fato a aliança dentro de um subsistemo maior permitiu a Rio Branco acrescentar em várias ocasiões o apoio americano às suas inteligentes manobras diplomáticas e aos seus sólidos argumentos jurídicos, solucionando desta forma o problema das fronteiras do Brasil e superando os problemas de poder na região do Prata, até então os que mais tinham preocupado a diplomacia imperial.[7] Concomitantemente não negligenciou Rio Branco o interêsse geral da América Latina pois tentou refrear o caráter unilateral das intervenções americanas — sobretudo na América Central — fundamentadas na doutrina Monroe ao propor a multilaterização desta doutrina que, segundo êle, deveria ser incorporada ao Direito Internacional Público americano para ser aplicada através da ação conjunta das principais repúblicas do continente.[8] Conforme se verifica Rio Branco ajudando os Estados Unidos a consolidar o seu subsistema maior permitiu a Rio Branco acrescentar em várias ocasiões o teiras e posições neste mesmo subsistema e não descuidou do interêsse a longo prazo do Brasil ao propor um contrôle multilateral naquilo que antes era exclusivamente um fundamento para ingerência unilateral. Ao mesmo tempo é inegável que a americanização da política exerna do Brasil foi uma forma de minorar a influência inglêsa e, portanto, de conceder maior autonomia ao Brasil dentro do sistema internacional, que naquela época continuava sendo o concêrto europeu.

A americanização da política externa brasileira, depois da gestão Rio Branco, se consolidou com o decorrer dos anos, sobretudo depois da 1.ª Guerra Mundial quando decresceu a hegemonia econômica da Inglaterra e os Estados Unidos passaram a ser o fator fundamental da nossa balança de pagamentos. É compreensível portanto que a esta altura, a participação do Brasil no sistema internacional — até o fim da 2.ª Guerra Mundial concentrado na Europa — diminuísse e tivesse um caráter mais ornamental do que real.[9] Por outro lado, percebe-se a importância do subsistema in-

6) Cf. Barão do Rio Branco — "O Brasil, os Estados Unidos e o Monroismo in *Estudos Históricos* (vol. VIII — das Obras do Barão do Rio Branco), Rio, Ministério das Relações Exteriores, 1948 p. 151.

7) Cf. Bradford-Burns — *The Unwitten Alliance — Rio Branco and Brazilian American Relations* — N. Y., Columbia University Press, 1966.

8) Donald Marquand Dozer (ed.) *The Monroe Doctrine: Its Modern Significance* — N. York, Knopf, 1965, p. 21.

9) Hélio Jaguaribe — *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Rio, ISEB, 1958 — p. 227.

teramericano para a própria vida econômica do país. A política de boa vizinhança de Roosevelt apagou certas lembranças desagradáveis na América Latina e enquanto o Brasil permaneceu substancialmente um País agrícola, exportador de matérias-primas e importador de manufaturados, com uma estrutura social não diversificada as elites dirigentes mantiveram por inércia e conveniência a política exterior do Brasil ligada aos Estados Unidos.

5. O fim da 2.ª Guerra Mundial assinalou o colapso do antigo sistema internacional. Se quizéssemos utilizar o sistema de Easton e as suas medidas diríamos que mudou a *comunidade* política que de européia passou a ser verdadeiramente internacional, mudou o *regime*, de balança de poder para bipolaridade e mudaram as *autoridades*, caracterizando estas mudanças tôdas o início de uma nova fase de autêntica universalização da História da humanidade.[10] As autoridades, isto é, Estados Unidos e Rússia dividiram o mundo em zonas de influência incontestável e zonas de influência discutível. A América Latina foi evidentemente alocada aos Estados Unidos na primeira categoria e a formalização do sistema interamericano na década de 1940, a partir da ata de Chapultepec tem êste sentido e contrapõe-se à influência soviética na Europa Oriental.[11]

O Brasil, que participou da 2.ª Guerra Mundial do lado aliado, integrando o sistema interamericano liderado pelos Estados Unidos aceitou a tarefa a êle designada o papel tanto na área interamericana, quanto na esfera internacional de defensor dos interêsses americanos no conflito Leste-Oeste. Exemplos dêste empenho no sistema regional podem ser encontrados na participação do Brasil na conferência de Caracas de 1954, que decidiu o caso da Guatemala, e no sistema internacional através do comportamento eleitoral na ONU até o início da década de 1960. Êste papel foi conceitualmente reforçado com o correr dos anos pela ideologia dos militares treinados nos Estados Unidos. Êstes viam — e muitos ainda vêem — a situação mundial em têrmos geopolíticos e compreendem a função dos exércitos nacionais latino-americanos neste contexto como fôrças auxiliares e de suporte dos Estados Unidos numa eventual guerra com a URSS. No dizer do General Golbery do Couto e Silva: "É que, para nós, povos desta outra América ainda embrionária e em luta com a miséria e a fome, o penhor supremo da redenção é o senso das responsabilidades próprias na defesa

10) Cf. David Easton — op. cit. e Raymond Aron "L'aube de l'Histoire Universelle" in — *Dimensions de la conscience historique* (2.ª ed.) Paris, Plon, 1964 — p. 260-295.

11) Isaac Deutscher — Stalin — *A Political Biography*, N. York, Vintage, 1960 — p. 517-518.
Para uma análise da evolução desta formalização; cf. David Eric Green — *Security and Develompment: The United States Approach to Latin America*, 1940-1948 (tese não publicada de doutoramento — Cornell University — Setembro de 1967).

do Ocidente".[12] Esta orientação geral, é uma conseqüência do desenvolvimento do sistema internacional e foi pacificamente implementada durante muitos anos, redundando, quase sempre, no predomínio de posições americanas. Entretanto, sobretudo a partir da segunda metade da década dos 50, começaram a surgir dúvidas sôbre o acêrto desta linha, mormente por parte daqueles que advogavam uma maior dose de autonomia para o Brasil no sistema regional e internacional. Uma compreensão clara dos argumentos invocados exige que se comece por uma investigação nas mudanças do sistema político nacional para apurar as suas conexões possíveis com os outros dois níveis de análise, consoante o objetivo metodológico dêste artigo.

III

6. O sistema político do Brasil tradicional definia-se por uma estrutura social muito simples: os senhores e os escravos. As classes médias que começaram a eurgir no século XIX, como via de conseqüência de uma urbanização incipiente, não tinham papel a desempenhar na vida econômica de um país agrícola que tinha como base a grande propriedade rural. Apesar desta carência de função econômica, mas porque tinham direitos políticos, fazia-se necessária a absorção destas classes médias no processo político e ao mesmo tempo a criação de oportunidades de trabalho para os seus membros. Êste duplo objetivo foi alcançado por processos clientelísticos naquilo que Hélio Jaguaribe denominou o estado cartorial. Em poucas palavras isto significa que as elites dominantes, através de cooptação sugaram a classe média na Administração pública que funcionava para outorgar legitimidade ao sistema.[13] As tarefas práticas dêste burocracia eram de pequeno alcance e limitadas às necessidades de um país que exportava café e açúcar e que tinha a superestrutura monárquica constitucional, democrática apenas em relação a uma pequena minoria.[14]

7. Num lento processo que começa com a abolição da escravidão e com a conseqüente formação de um incipiente mercado consumidor a industrialização foi determinando modificações no sistema político. As Guerras de 1914-1918, e de 1939-1945 e sobretudo a grande depressão dos anos 30 foram fatôres exógenos que através da diminuição forçada de importação, aceleraram a industrialização, pois permitiram que a indústria local

---

12) General Golbery Couto e Silva — *Geopolítica do Brasil*, Rio, José Olympio, p. 257; cf. também Herick Marques Caminho, Ismael da Motta Paes, Paulo Em^alio Souto, "Estratégia Nacional" — *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (N.º 21 — julho de 1966) p. 253. Para uma análise crítica da odutrina da segurança nacional cf. Celso Furtado, Brèsil: de la Republique Oligarchique à l'Etat Militaire — *Les Temps Modernes*, n.º 257, Octobre 1967, p. 590 e seg.

13) Hélio Jaguaribe — "Pol^atica Ideológica e Política de Clientela" *Digesto Econômico*, n.º 68, julho de 1950 ,ano VI) — *Condições Institucionais na Atualidade Brasileira*, cit., p. 40 et seq.

14) José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 1965.

se consolidasse sem a pressão da concorrência estrangeira, sustentando concomitantemente neste processo o nível de demanda.[15] As vicissitudes dêste fenômeno e seus impactos no sistema político são muito complexos para serem aqui enumerados. Em suas linhas gerais no entanto, pode-se afirmar que a industrialização ampliou as bases do sistema político pela incorporação de diversos grupos que até então dêle não participavam.[16] Esta ampliação por sua vez tornou impossível a manutenção do sistema tradicional pois não havia recursos para satisfazer uma clientela potencialmente tão grande. O arrefecimento da importância da política de clientela, que até hoje persiste com maior ou menor intensidade em diversas áreas de acôrdo com o grau de desenvolvimento econômico, trouxe consigo uma política ideológica e uma política de populismo [17] e estas desafiando as lideranças tradicionais, desafiaram também a sua política exterior. Analisemos com maior cuidado e detalhe os argumentos que começaram a ser apresentados. Durante muito tempo e por mecanismos peculiares da economia brasileira que os sustentaram (defesa do preço do café — taxa de câmbio etc.) os interêsses das elites tradicionais, exportadores de café para os Estados Unidos, foram pacìficamente confundidos com o interêsse geral. A partir de um determiando momento, no entanto, a burguesia industrial atingiu uma certa importância — importância essa ligada à expansão do mercado interno e passou a exigir protecionismo alfandegário e recursos para a importação de equipamentos, reivindicações essas que conflitavam com o interêsse do exportadores. Através da transferência de recursos do setor exportador *para o setor industrial estas exigências foram atendidas o que* também ocasionou o fortalecimento do nôvo setor que passou a exercer maior ifluência no processo político. Enquanto as elites tradicionais tinham interêsse na manutenção do Brasil como país exportador de matérias-primas e comprador de manufaturados, como condição inclusive para a persistência de sua liderança política, a burguesia industrial queria a independência econômica do País através da industrialização. Ora, à burguesia industrial

---

15) Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil,* Rio, Fundo de Cultura, 1959, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento,* Rio Fundo de Cultura, 1961, — Cap. VI, Raul Prebisch, *Towards a Dynamic Development Policy for Latin America,* 1963, E/CN/12/680/Rev.I.

16) Guerreiro Ramos, *A Crise no Poder no Brasil,* Rio, Zahar, 1961.

17) Cf. Francisco C. Weffort, Estado y Masas en Brasil, *Revista Latino-Americano de Sociologia,* vol. I, n.º I, 1965 — p. 53-71;
"Raízes Sociais do Populismo em São Paulo", *Revista Civilização Brasileiro* (N.º 1 — Maio 1965) p. 39-60; "Política de Massas" in *Política e Revolução Social no Brasil,* Rio, Civilização Brasileira, 1965; Juarez Brandão Lopes "Some Basic Developments in Brazilian Politcs and Society" in *New Perspectives of Brazil,* Eric N. Baúlanoff ed. Nashville, Vanderbilt K. Press, 1966; Celso Furtado — "Political Obstacles to Economic Growth in Brazil" in "*Obstacles to Change in Latin America,* Velliz ed., Londres, Oxford University Press, 1965 — p. 145-161, Hélio Jaguaribe "Que é o Ademarismo" — *Cadernos de Nosso Tempo* n.º 2 (Jan-Jun 1954) p. 139-149, "As Eleições de 1962, *Tempo Brasileiro* I (2) — Dez. 1962 — p. 7-38.

somou-se o proletariado urbano já incorporado ao processo político pela industrialização existente daí advindo a teoria do desenvolvimento combinado pela união de trabalhadores e setores industriais. Na realidade êste é o aspecto mais positivo que a aliança PTB-PSD històricamente assumiu,[18] sem que isso implique num desconhecimento de feições cartorial-clientelísticas em ambos os partidos, e na própria aliança. Se a isto se acrescentar que o operariado urbano é permanentemente engrossado por uma contínua migração interna dos campos e que esta migração é uma válvula de segurança para o sistema político pois transfere pessoas de uma sociedade fechada potencialmente revolucionária — como é o Brasil rural do Nordeste — para uma sociedade aberta onde os sindicatos tinham atuação — como era o Sul do País [19] e se além disso fôr lembrada a taxa de crescimento demográfico e a necessidade imperiosa de novos empregos, compreende-se o impacto e a irreversibilidade que caracterizou a política do desenvolvimento econômico .

8. Ora, a situação criada por êste processo de expectativas crescentes provocou tensões e as relações Brasil-Estados Unidos confinadas a um campo político exclusivamente formal foram minadas por conflitos econômico-sociais que naquele nível não encontravam solução pois não abrangiam formas de cooperação econômica capazes de resolvê-las. De mais a mais o Brasil e a América Latina, debaixo do guante dêstes paoblemas, sentiam também que os Estados Unidos, os tomavam como aliados seguros e em vista disto o tratamento dado era residual numa cooperação com a política americana na Europa e na Ásia.[20] O Govêrno Kubitschek, de marcada influência no desenvolvimento industrial e político do Brasil, ofrmulou as euas restrições tao funcionamento do sistema regional interamericano através da *Operação Pan-Americana.* Em síntese a operação asseverava que apesar de estarmos ligados aos Estados Unidos pela fidelidade ao regime democrático esta ligação no campo exclusivamente político era francamente insatisfatória. Era insatisfatória porque, nos têrmos do Aide-Memoire do govêrno brasileiro, de 9 de agôsto de 1958, submetido às Missões diplomáticas das Repúblicas Americanas: "... a luta pela democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subdesenvolvimento. O Subdesenvolvimento reinantes neste Hemisfério compromete moral e materialmente a causa que defendemos. onas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração de ideologias anti-democráticas. A batalha do Ocidente é, sob muitos aspectos e em tôdas as suas implicações, a luta pelo desenvolvimento. As

18) Cf. Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político,* Rio, Fundo de Culutra, 1962.
19) Celso Furtado, *A Pré Revolução Brasileira,* Rio Fundo de Cultura, 1962.
20) Roberto Campos, "Relações Estados Unidos-América Latina, Uma interpretação", *Revista Brasileira de Política Internacional,* II, 1959, p. 24-40 e *Ensaios de História Econômica e Sociologia,* Rio, APEC, 1963, p. 143-184. Para uma comprovação minuciosamente documentada desta atitude americana, durante os anos 40, cf David Eric Green *Security and Development: The United States Approach to Latin America* — 1940-1948, cit.

ideologias materialistas se alimentam da penúria e da miséria de onde se originaram; o combate a estas constitui o único caminho seguro para o efetivo combate àquelas".[21] Uma vez que a industrialização tinha ampliado as bases do sistema político um número cada vez maior de demandas era pôsto no sistema político e estas exigiam soluções que só uma taxa maior de industrialização poderia gerar. Conseqüentemente as relações Brasil-EUA e no sentido mais amplo EUA-América Latina deviam abranger níveis econômicos e sociais até então relegados a segundo plano. Na verdade, como disse em São José da Costa Rica o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Horácio Lafer, na VII reunião de consulta dos ministros do Exterior, em 23 de agôsto de 1960: "A América continuou marchando sôbre um pé só, a solidariedade política, enquanto o outro, o da cooperação econômica se atrofiava caad vez mais".[22]

Por cooperação econômica entendia-se o seguinte: A) auxílio tecnológico e econômico de govêrno para govêrno numa ação conjugada multilateral, a consubstanciar-se na OPA. O Brasil entendia, entendimento com o qual os EUA na época não concordavam, que capitais públicos eram decisivos para o desenvolvimento econômico da América Latina naquela fase do processo econômico. Isto não significava prevenção em relação ao investimento privado estrangeiro, pelo contrário, mas simplesmente uma constatação de que certos investimentos na infra-estrutura econômica do País não atrairiam o capital estrangeiro sem falar no fato de que seu volume seria insuficiente. Nas palavras do Presidente Kubitschek: "A importância maior deve ser atribuída ao aumento de volume de investimentos, provenientes de capitais públicos, segundo estabelece o segundo dos temas propostos. Disto dependerá em última análise a materialização da Operação Pan-Americana, a qual condiciona a solução dos grandes problemas da América Latina a aplicação maciça de capitais, em volume impossível de ser fornecido por investimentos privados".[23] B) O problema da deterioração dos têrmos de troca de matérias-primas e de produtos agrícolas, em virtude da inelasticidade da demanda internacional por êsse tipo de artigos, provocavam sérias dificuldades aos países Latino-Americanos.[24] Em função destas dificuldades o Brasil desejava estudar, apesar da indiferença Americana, alguma forma de estabilização dos preços dêstes produtos pois como argumentava o Embaixador Augusto Frederico Schmidt: "não resta dúvida, hoje em dia, que a remoção ou a redução da instabilidade dos mercados ção para a aceleração do desenvolvimento econômico dos países subdesen-

---

21) *Operação Pan-Americana* — documentário II — Rio, Presidência da República, 1958 — p. 100-101.

22) *Gestão do Ministro Lafer na Pasta das Relações Exteriores*, Rio, Imprensa Nacional, 1961, p. 100.

23) Discurso em 26 de novembro de 1958, no auditório da Escola Superior de Guerra — *Operação Pan-Americana* — documentário IV, Rio, Presidência da Repkblica, 1959, p. 88.

24) Sôbre o problema cf. Raul Prebisch, *Towards a New Trade Policy for Development*, 1964, E/Conf. 46/3.

internacionais para produtos primários representaria uma grande contribui- volvidos".[25] De fato, no caso do Brasil os produtos agrícolas são as exportações mais relevantes do País. Isto não significa que o setor de exportação agrícola seja o mais importante setor da economia brasileira responsável pelo aumento da renda nacional. Significa isto sim que se trata de setor que fornece as divisas para a importação de equipamento, condiçãoindispensável para a industrialização.[26] Aliás, diga-se de passagem que o tópico da deterioração dos têrmos de troca era tão urgente que o Brasil iniciou relações comerciais com a URSS numa tentativa de diversificar a concentração geográfica de seus mercados, rompendo simbòlicamente desta forma a sua relação econômica exclusiva com o Ocidente. O lema era "Onde houver um cliente possível para o Brasil, ali estará vigilante o setor econômico do Ministério das Relações Exteriores".[27]

IV

9. Resumamos a argumentação apresentada até êste ponto. Os conflitos econômico-sociais de um país em desenvolvimento, como o Brasil, na época Juscelino Kubitschek comunicaram-se ao sistema político nacional. Êste articulou estas tensões no campo internacional dentro da órbita tradiciona da política exterior do Brasi, depois de Rio Branco, isto é dentro do sistema interamericano. Como ilustração da maneira pela qual se enfrentou o conflito Norte-Sul dentro da esfera regional cabe mencionar a insistência brasileira e latino-americana, que acabou vitoriosa, na criação de um Banco Interamericano de Desenvolvimento, como forma de resolver problemas de capitais públicas [28] e na integração regional, por intermédio da ALALC, como meio de promover os interêsses da América Latina subdesenvolvida em relação EUA.[29] A resposta do sistema interamericano custou a ser formulada e foi possìvelmente o choque da Revolução Cubana que permitiu as concepções mais amplas da Aliança para o Progresso do Presidente Kennedy. Como se explica então o desdobramento da Operação Pan-Americana na política externa independente dos Presidente Quadros Goulart já que a Aliança para o Progresso tinha sido criada para atender as reivindicações econômicas latino-americanas? Uma das razões importan-

---

25) Discurso em Washington, em 25 de novembro de 1958, na Comissão Especial do Conselho da O.E.A. — *Operação Pan-Americana* — documentário cit. p. 71.

26) Hélio Schliter da Silva, "Comércio Exterior e Desenvolvimento Econômico do Brasil", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, II, 1, 1962 — pp. 107-136.

27) Horácio Lafer, discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores em 4 de agôsto de 1959 cf. *Gestão do Ministro Lafer* na *Pasta das Relações Exteriores*, cit. p. 84.

28) cf. *Operação Pan-Americana* — documentário VI — Rio, Presidência da República, 1960. (Relatório de Cleantho Paiva Leite).

29) cf. discurso de Schimidt citado na nota 25 — doc. cit. p.73.
Sôbre as origens da ALALC cf. Miguel S. Wionczek, "The Latin American Free Association", in *International Political Communities*, N. York, Anchor Books, 1966 — pp. 301-349.

tes parece derivar do fato de que a Aliança para o Progresso teve como origem uma analogia com o Plano Marshall.[30] Embora a Aliança tivesse sido um modêlo revisto dêste Plano ainda assim não levava na devida consideração a diferença essencial entre a América Latina e a Europa do pós-guerra. A Europa possuía quadros técnicos e estruturas políticas, faltava-lhe capital. A América Latina carecia de quadros técnicos, estruturas políticas e capital. Destarte o desenvolvimento econômico a ser feito ùnicamente dentro dos parâmetros da Aliança para o Progresso reforçaria a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, sobretudo levando-se em consideração a problemática tecnológica. De fato, o processo social pelo qual se efetua a inovação tecnológica nos EUA pode ser explicado consoante a análise de Celso Furtado como uma luta entre os trabalhadores e a elite industrial pela participação no produto social. Na medida em que aquêles pressionam para aumentar a sua participação êstes, porque detêm a orientação do contrôle e da inovação tecnológica, amortecem esta pressão introduzindo tecnologia poupadora de mão-de-obra. Neste processo expande-se a economia do país pois avanços técnicos não se conciliam com uma economia estagnada e destarte esta dinâmica beneficia a todos.[31] A técnica é portanto um fator de estabilidade. Nos países periféricos a técnica vem de fora; escapa a um contrôle interno. Ora, em que pese ocaráter inevitável dêste fenômeno, não há como negar que nas economias subdesenvolvidas, com abundância de fator trabalho, tecnologia poupadora de mão-de-obra e que requer alta taxa de investimento (capital) pode não ser a solução ótima. [32] Em vista disto, a tentativa de diversificação multilateral das fontes fornecedoras de tecnologia, mesmo que produza resultados apenas incrementais, é desejável e justifica apreensão em relação a um excesso de deepndência. Ora, o nacionalismo que foi a ideologia aglutinadora da industrialização, por não comportar êste traço de dependência acabou por desejar amortecer a problemática tecnológica. Assim sendo a política exterior do Brasil buscou, no dizer do Ministro Santiago Dantas, universalizar-se.[33]

10. Cabe a esta altura da análise dar ênfase a categoria do nacionalismo como uma categoria fundamental para os três níveis de análise dêste artigo. Para o sistema político nacional foi o nacionalismo o fator de aglutinação pelo qual tôdas as classes foram mobilizadas para a promoção do

---

30) Cf. Lincoln Gordon — "Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil" — *Revista Brasileira de Política Internacional*, IV, — 15 — pp. 13-26 — 1961 e cf. também John P. Powelson, *Latin America: today's economic and social revolution*, N. York, Mc Graw Hill, 1964 — capítulo 9.

31) Celso Furtado — *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* — Rio, Civilização Brasileira, 1966 — Cap. I.

32) Cf. John P. Lewis — *Quiet Crisis in India*, N. York Anchor Books, 1964, pp. 60-61 — Glaucio Ary Dillon Soares — "La nouvelle industrialisation et le système politique brésilien", *Sociologie du Travail* — IX — 3 — 1967 — p. 314-328.

33) San Tiago Dantas — *Política Externa Independente*, Rio, Civilização Brasileira, 1962.

desenvolvimento econômico; conseqüentemente o rompimento de uma estrutura política construída debaixo de sua égide intensificaria o conflito social e desta maneira impediria aquêle mínimo de estabilidade que é necessário para o contínuo desenvolvimento econômico. Para o sistema regional e internacional o nacionalismo foi o estilo diplomático ideal para a obtenção dos objetivos do sistema político nacional. Liska desenvolve êste argumento de ordem teórica quando examina o estilo da diplomacia dogmático-formal-nacionalista que êle vê como sendo compulsiva no desejo de manutenção de prestígio e portanto adequada para países que tendo que afirmar o seu "status" têm também necessidade e direitos que se chocam com os das grandes potências. O argumento se clarifica nas idéias de De Gaulle que Liske sintetiza da seguinte maneira:

"A posição nacionalista, exemplificada por De Gaulle, tem duas premissas básicas. A primeira afirma que a ideologia de cooperação entre aliados é um tênue disfarce que procura esconder os impulsos hegemônicos do aliado ou dos aliados mais fortes. A segunda sustenta que subordinação aos aliados equivale a servidão imposta pelo inimigo. As premissas ditam a conclusão: A luta com o adversário não pode obscurecer o dever de auto-afirmação dentro da aliança".[34]

Das considerações referidas — e a citação do ponto de vista de De Gaulle é relevante oprque eexrceu êle intelectual direta na formulação da política exterior independente,[35] a liderança política brasileira extraiu algumas conclusões que podem ser formalizadas do seguinte modo. Em primeiro lugar para continuar a tradição de Rio Branco deveria seguir-se o espírito que norteou as suas ações políticas e não as ações pròpriamente ditas. Estas tinham sido concebidas para situações diferentes em todos os trê níveis de análise mas com o objetivo de salvaguardar a autonimia do Brasil. Destarte se se quizesse manter a autonomia brasileira novas políticas deviam ser ideadas para enfrentar situações diferentes. Em segundo lugar, e como conseqüência do que vai supra referido, a tentativa de agir autônomamente dentro do sistema regional seria impraticável tendo em vista a presença hegemônica dos EUA. Conseqüentemente, Brasília deveria atuar não só no sistema regional como no internacional porque, como apontava o Ministro Afonso Arinos, e ONU é um campo melhor de atuação que a OEA.[36] Em outras palavras o País deliberou utilizar-se das vantagens da bipolaridade para aumentar o seu poder de barganha e desta maneira reter a possibilidade de autodeterminar-se. Às eventuais vantagens econômicas de relações comerciais com o bloco soviético o Brasil procurou acrescentar também vantagens políticas. Esta decisão, de caráter político, foi possível porque a indústria e os interêsses estrangeiros no Brasil, mormente os americanos, apesar de relevantes, não detinham o contrôle da economia.

---

34) George Liska — *Nations in Alliance*, Baltimore, The John Hopkins Press, 1962, p. 64 — cf. também pp. 68-69 (a tradução é nossa).

35) e 36) Afonso Arinos de Mello Franco — *A Escalada*, Rio, José Olympio, 1965 — pp. 462-274.

Setores importantes da indústria privada pertencem a brasileiros e o govêrno investiu e domina setores estratégicos como petróleo e aço além de exercer contrôles institucionais indiretos na vida econômica do País.

11. A posição do Brasil, portanto, no início da *política exterior independente* pode ser explicitada nos seguintes têrmos: o equilíbrio atômico torna a guerra em larga escala improvável e as categorias de *persuasão* por parte dos Estados Unidos e da União Soviética e a de *subversão* por parte dos subdesenvolvidos são categorias com as quais se pode, segundo Raymond Aron, organizar conceitualmente as relações internacionais.[37] Se isto é assim, os países subdesenvolvidos devem unir-se [38] para fazer do conflito Norte-Sul — e não o conflito Leste-Oeste — o tema básico do sistema internacional. Para assim proceder, com certa dose de eficácia, o Brasil deveria alargar algumas de suas concepções antes confinadas ao sistema regional. Um exemplo seria o problema dos subdesenvolvidos que não poderia mais limitar-se à América Latina e articular-se através de organizações regionais como a ALALC mas sim estender-se nas suas implicações internacionais. Uma ilustração concreta para esta colocação pode ser vislumbrada na participação e influência do Brasil na realização da Conferência de Comércio e Desenvolvimento da ONU em Genebra, durante os meses de março-junho de 1964, sôbre a qual adiante se falará.

Esta perspectiva, caracterizou o govêrno Quadros (1961) e Goulart (1961-1964) como um desenvolvimento lógico da política exterior do govêrno Kubitschek (*1956-1960*). Para explicar a mudança de perspectiva ocorrida depois de 1964 é preciso perquirir qual é o nível de análise que é por ela responsável, o que nos leva ao delicado e difícil problema de fixar as interações dos sistemas.

12. Comecemos por examinar a evolução do sistema internacional, tomando a *Conferência sôbre Comércio e Desenvolvimento de 1964* como exemplo. Os Estados Unidos e os demais países desenvolvidos do Ocidente a ela se opuseram durante muito tempo. A União Soviética que sempre a favoreceu e defendeu no terreno diplomático, quando a conferência acabou por realizar-se amorteceu as suas posições iniciais. Nas palavras de um atento observador: "Surpreendentemente, a atitud dos soviéticos evoluiu no curso de Conferência, procurando êles, no fim dos trabalhos, aproximação com os países ocidentais e, em conjunto procuraram entendimentos que iriam possibilitar acôrdo sôbre diferentes assuntos".[39] Como se explicaria esta convergência de posições? Parece-nos que ela resulta de um interêsse

---

37) Raymond Aron — *Paix et Guerre entre les Nations* — Paris — Calmann — Levâ, 1962.

38) Jânio Quadros, "*Brazil's New Foreign Policy*", *Foreign Affairs* — vol. XL, 1, outubro de 1961.

39) Antônio Patriota, "Razão e Significado da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento" (Conferência no IBC em 27/7/1964 — mimeografada p. 21) cf. também Irving Louis Horowitz, *Theree Worlds of Development*, N. York, Oxford Universaty Press, 1966 — pp. 164-192 e a *Acta Final e Informe da Conferência*, E/Conf. 46/141 — vol. I.

comum, dos países desenvolvidos, em manterem os subdesenvolvidos como exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas de demanda inelástica no mercado internacional. A diversificação através do desenvolvimento, que seria a alterantiva, não convém nem aos Estados Unidos nem à União Soviética. De fato, na medida em que ambos são sociedades industriais ou melhor dito duas espécies de sociedades industriais os dois países passam a ter muitas coisas em comum. Raymond Aron na análise comparativa da União Soviética e dos Estados Unidos e que procedeu verificou que, atingindo um certo grau de desenvolvimento, a tecnologia tende a provocar uma certa convergência apesar das diferenças nos regimes políticos. Vale dizer que estas difeernças caracterizam apenas espécies de um mesmo gênero: a sociedade do tipo industrial.[40] Ora, estas duas espécies do gênero, sociedade industrial têm mais interêsses em comum do que cada uma teria com gêneros de sociedades tipològicamente diferentes delas, como são as dos países subdesenvolvidos. A ser válida esta observação é fácil explicar porque a URSS e os EUA concordaram com a política de coexistência pacífica e porque, no caso específico procuram entender-se na Conferência sôbre Comércio e Desenvolvimento. Os interêsses em comum e as vantagens são imensas e não se reduzem a considerações de ordem meramente militar ou estratégica pois num conflito Norte (desenvolvidos) — Sul (subdesenvolvidos) ambas são Norte.[41]

13. Esta explicação do fenômeno adquire contornos nítidos na segunda metade da década dos 50, isto é, depois de Stalin. Em outras palavras, o sistema internacional evoluiu da bipolaridade rígida da década os 40 que motivou o célebre artigo e Kennan,[42] para um sistema de bipolaridade mais flexível,[43] graças a uma soma de fatôres militares(equilíbrio atômico) e fatôres sócio-econômico-culturais (convergência dos dois paises para o mesmo gênero de sociedade). Esta evolução pode ser percebida com precisão através da aplicação da teoria dos jogos às relações internacionais. Não estamos diante de um puro conflito e portanto, não se trata de um "zero sum game" isto é de um perder ou vencer absoluto. Temos na realidade um "nonzero sum game" ou seja um jôgo de motivo misto que envolve conflito e cooperação e no qual as decisões são interdepen-

---

40) Raymond Aron, *Dix-huit lecons sur le societé industrielle*, Paris, Gallimard, 1962.

41) Cf. Jayme de Azevedo Rodrigues, "A unidade do Mundo Subdeesenvolvido e o conflito Norte-Sul", *Revista Civilização Brasileira*, I, 1, 1965, pp. 89-113; Antonio Houass, Barbosa Lima Sobrinho, Jayme Azevedo Rodrigues, Luciano Martins e Valério Konder, "Mesa Redonda" O Brasil e a América Latina na atual conjuntura mundial — *Política Externa Independente* I, 2, pp. 159-209.

42) Mr. X "The Sources of Soviet Conduct" (1947) reproduzido em George F. Kennan, *American Diplomacy* — 1900-1950, Chicago, University of Chicago, 1951.

43) Cf. Morton A. Kaplan, "Balance of Power, Bipolarity and Other Models of International Systems", "*American Political Science Review*, vol. II (1957) pp. 684-693, reproduzido in *International Politics and Forieign Policy* (a reader in Research and Theory) James N. Rosenau ed. N. York, Free Press, 1961, pp. 343-349.

dentes e o "vencer" se conta através do número absoluto de pontos e não do número relativo de pontos de um jogador com o outro, pois os incentivos se distorceriam se o jôgo fôsse dominado por uma competição estritamente bilateral.[44] Entre os elementos de cooperação cabe mencionar o desejo de manter o conflito Leste-Oeste como a categoria básica de organização das Relações Internacionais pois se a categoria de organização passasse a ser o conflito Norte-Sul, ambos os países (EUA-URSS) veriam ameaçadas as respectivas posições de poder e contrôle. Entre os elementos de conflito está a luta por certas zonas que os dois países entendem de influência contestável. Evidentemente, esta formalização da ordem mundial é esqemática e na prática ela é possìvelmente mais anárquica[45] e menos óbvia. Entretanto nas linhas gerais o esquema parece correto, tanto que, inter alia, vários autores apontam o fortalecimento do Conselho de Segurança da ONU, em detrimento da Assembléia-Geral, como um claro indício de cooperação americano-soviética.[46] Vejamos a utilidade do esquema através de sua aplicação a um caso concreto.

Um bom exemplo da evolução do sistema internacional e do seu impacto sôbre a América Latina é o caso da crise de 1962 dos foguetes nucleares soviéticos em Cuba.[47] Verifica-se neste caso como o sistema internacional funcionou e como os elementos de cooperação a partir daquele momento, reforçaram as características do resto da América Latina como área de incontestável influência americana. Êste acôrdo tácito entre a União Soviética e os Estados Unidos sôbre a América Latina òbviamente reduz o poder da barganha do Brasil em relação aos Estados Unidos. A redução do poder de barganha do Brasil não pode ser compensada recorrendo-se aos novos centros que desafiam a bipolaridade, como França e China, em virtude da distância geográfica dêstes centros e da vinculação de seus limitados recursos em outras áreas. A conseqüência desta situação é tornar a América Latina dependente da boa-vontade americana. Ora, esta boa-vontade, enquanto perduravam as premissas pluralistas da Nova Fronteira do Presidente Kennedy estêve, até certo ponto presente.[48] A partir do govêrno Johnson, no etanto, ela vem diminuindo sistemàticamente pois a *maximização da segurança militar americana*[49] se tornou o objetivo pri-

---

44) Thomas C. Schelling, *The Strategy of Conflitct*, N. York, Oxford University Press, 1963 — p. 102, William A. Gamson, "Game-Theory and Administrative Decision-Making" in *Empathy and Ideology* — Charles Press — Alan Arian — edit. — Chicago, Rand Mc Nally, 1966 — pp. 146-161.

45) Cf. Raymond Aron, "The Anarchical Order om Power" e o relatório de Stanley Hoffmann ao volume da Primavera de 1966 de *Dae dalus*, (Conditions of World Order.

46) Cf. Hermane Tavares de Sá, *The Play withim the Play* (the inside story of the UN), N. York, Knopf, 1966.

47) Magistralmente descrito por Arthur M. Schlesinger Jr., cf. "*A Thousand Days*", Boston, Honghton Mifflin, 1965, pp. 794 e ss

48) Cf. Artuhr M. Schlesinger, op. cit., passim.

49) Cf. Charles W. Tait, "Whatever Happened to the State Departament', *The Nation*, 13 de setembro de 1965 — pp. 134-141.

mordial da política exterior americana, como aliás a intervenção na República Dominicana evidencia. Esta maximização representa um fortalecimento dos contrôles americanos numa área considerada pelo sistema internacional como sendo de incontestável influência estadunidense. De certa maneira poderíamos mesmo dizer que assim como o Ponto IV, que era inicialmente um programa para o desenvolvimento se tornou, enquanto tal, inoperante em virtude da guerra da Coréia[50] a Aliança para o Progresso, por causa das complexidades do envolvimento americano no Viet-Nam perdeu as suas virtualidades desenvolvimentistas.

Até esta altura examinamos a evolução do sistema internacional e as conseqüências desta evolução para o sistema regional. Precisamos agora arriscar algumas considerações para verificar se ela é responsável pela mudança da política exterior do Brasil, ou seja, se houve interações e quando com o sistema política nacional. O nosso ponto de vista é que o acôrdo tácito entre EUA-URSS existia pelo menos a partir da crise dos foguetes soviéticos em Cuba, antes, portanto da mudança na política brasileira e que é preciso examinar as razões de ordem interna do movimento de abril de 1964 para se entenderem as conexões entre a política exterior do Govêrno Castelo Branco e a segurança militar americana.

14. Os conflitos sociais, causados pela modernização do Brasil,[51] retesaram o sistema político. A tensão foi agravada no govêrno Goulart pelo estímulo muitas vêzes sem nacionalidade dada a novas demandas sem a correspondente criação de mecanismos capazes de satisfazê-las. O crescente volume e a complexidade destas demandas acabaram por saturar a capacidade do sistem que entrou em colapso, em virtude da impossibilidade de processar, em tempo hábil, as informações assim recebidas,[52] gerando desta maneira o movimento de abril de 1964. Êste interrompeu o fluxo de demandas suprimindo a articulação das tensões de diversos grupos através de sua eliminação da base do sistema político. Esta obstrução dos canais de comunicação, que é como se pode entender, em têrmos cibernéticos, os diversos atos institucionais,[53] diminuiu o impacto do nacionalismo sôbre as autoridades tornando-as mais receptivas aos interêsses da segurança americana. É a partir desta situação que se configura a complexa e dialética interação dos três níveis de análise.

Comecemos por examinar as implicações no contexto do sistema político nacional. Se internamente o impacto do nacionalismo foi amortecido então estilos diplomáticos diferentes passaram a ser alternativas possíveis. Esta possibilidade, tendo em vista as características do sistema internacio-

---

50) Cf. John P. Lewis — *Quiet Crisis in India*, cit., p. 274.

51) Cf. Pessoa de Morais — *Sociologia da Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Leitura, 1965.

52) É um caso de "content" e "volume stress", de acôrdo com as categorias de David Easton, cf. "*A Systems Analysis of Political Life*" — cit., cf. igualmente, Kart W. Deutsch, *The Nerves of Government*, N. York, Free Press, 1966.

53) Cf. Cândido Mendes, "Sistema Político e Modêlos de Poder no Brasil", *Dados*, vol. 1, 1966 (2.º semestre), p. 15.

nal, aconselharia uma dependência completa em relação aos Estados Unidos porque auxílio econômico e técnico são indispensáveis e os Estados Unidos seriam, no caso, o único supridor concebível destas necessidades. É por isso que a política exterior do Brasil, depois de abril de 1964, adotou, nas palavras do Presidente Castelo Branco a seguinte orientação: "Em relação aos Estados Unidos da América a política externa brasileira removeu antes de tudo, a irreconhecível doutrina de nossas posições ambíguas e, ao mesmo tempo, de postulante. Temos a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-americana cruzam seus interêsses econômicos e comerciais no plano de uma digna política e de uma amizade recíproca. As características da atual situação do Brasil coincidem com os anseios de paz do Continente e, também, com os fundamentos de segurança coletiva, tão da responsabilidade dos Estados Unidos.[54] Orientação essa reafirmada pelo Ministro Juracy Magalhães nos seguintes têrmos: "O Brasil empresta especial importância às suas relações com os Estados Unidos da América, em quem reconhece o *líder do Mundo Livre e o principal guardião dos valôres* fundamentais da nossa civilização".[55] Esta linha de argumentos data vênia, contém uma contradição fundamental. O objetivo atual da política exterior americana é a manutenção da segurança americana ao passo que o objetivo básico do Brasil é desenvolvimento. É um equívoco pensar que existe uma convergência fundamental dêstes dois objetivos pois o desenvolvimento traz consigo, a curto e médio prazo instabilidade[56] instabilidade esta que é incompatível com a maximização da segurança militar americana. Em vista desta incompatibilidade, o auxílio americano há de ter, necessàriamente o objetivo tático de *estabilizar* a situação atual, *acelerando* ou não o processo na medida direta da sua capacidade de *influenciá-lo*.[57] O resultado será o desenvolvimento do País por critérios estranhos ao próprio País, subordinado a um objetivo (a segurança americana) que não mede com acuidade os nossos problemas pois as tensões que ofram eliminadas do sistema político em 1964 continuam presentes no meio ambiente e não podem ser abafadas permanentemente sem serem resolvidas, sob pena de atingirem num grau de ebulição capaz de ameaçar o futuro do regime.[58] Ora a falta de sincronia entre o ritmo desejável para o atendimento destas tensões e o ritmo necessário para o atendimento dos objeti-

54) Discurso em 31 de julho de 1964, aos candidatos aprovados por concurso à carreira de diplomata in "*A Política Exterior da Revolução Brasileira*, Ministério das Relações Exteriores — secção de publicações — 1966.

55) Discurso ao assumir a Pasta das Relações Exteriores em 17 de janeiro de 1966 in *A Política Exterior da Revolução Brasileira*, cit.

56) Cf. Melvin Richter "Toqueville's Contribuitions to the Theory of Revolution" in *Revolutions* (Nomos VIII) N. Y., Atherton Pressa, 1966, pp. 75-121. Samuel P. Huntington, "Polícial Development and Political Decay", *World Politics*, vol. XVIII — abril de 1963, n.º 3, pp. 386-430.

57) Sôbre o sentido tático do auxílio norte-americano, John D. Montogmery, *Foreign Aid in International Politics*, N. York, Prentice-Hall, 1967 — Capítulo 3.

58) Cf. Celso Furtado, *Estagnação e Subdesenvolvimento na América Latina*, cit., pág. 2.

vos americanos, que constituem uma opção por segurança a curto prazo, provoca graves conseqüências. Se vingar êste último ritmo, o que é possível dada a sua fôrça hegemônica, e provável enquanto no sistema político nacional prevalecer uma obstrução dos canais de comunicação pode-se aventar a hipótese de imobilização das estruturas nacionais.[59] De fato, enquanto a segurança americana exigir a segregação das tensões existentes nas áreas menos desenvolvidas do País o sistema político manterá o "status quo" e desta imobilização, se ela se prolongar, resultará a inviabilidade futura do sistema pela sua incapacidade de processar informação do meio ambiente, pelo desaparecimento de memória e pela destruição da capacidade de reorganização parciais e totais dos problemas, para nos utilizarmos das categorias de Deutsch quando examina as probabilidades do fracasso de um sistema político.[60] É por isso que podemos também dizer que a integração latino-americana, para ser válida deve ter como objetivo máximo evitar as probabilidades da inviabilidade dos sistemas políticos nacionais latino-americanos e não servir como guarda pretoriana dos interêsses da segurança americana.[61] Por outro lado, a única alternativa dentro do sistema político nacional, de evitar esta potencialidade de inviabilidade é a sua abertura. Vale dizer que na medida em que êle se abrir, com a devida capacidade de absorver informações, reincorporando na sua base os grupos que dêle foram eliminados estendendo a participação aos grupos que dêle nunca participaram, baixará a receptividade aos interêsses da segurança militar americana. Em vista disto cabe em parêntesis arriscar o seguinte prognóstico sôbre a política exterior do Govêrno Costa e Silva, a respeito da qual ainda nada se pode dizer de definitivo. Na medida em que êle venha a significar por si ou por outros uma abertura real do sistema político haverá uma tendência para a consolidação de uma perspectiva diferente da que caracterizou a política externa do Govêrno Castelo Branco; por outro lado, se esta abertura não ocorrer qualquer modificação será mais simbólica do que efetiva, desssultória mesmo, pois não terá condições de institucionalizar-se.

As implicações da política exterior do Govêrno Castelo Branco para o sistema regional e internacional também são importantes. O sistema regional perdeu a sua autonomia incipiente. Isso pode ser exemplificado se contrastarmos o comportamento do Brasil na Conferência de Punta del Les-

---

59) Cf. Hélio Jaguaribe — *Problemas do Desenvolvimento Latino-Americano* Rio, Civilização Brasileira, 1967 — Cap. I e passim.

60) Karl W. Deutsch, *The Nerves of Government,* cit. pp. 223 et seq.

61) Cf. as ponderadas formulações contidas em: "*Factores para la integración latino americana* (edicion preparada por el BID), México, Fundo de Cultura, 1966. Mormente o relatório redigido por Aldo Ferrer, Eduardo Figueiroas, Hélio Jaguaribe e Raul Ruy Alvarez pp. 12-72. Êste tipo de preocupação está presente nas cogitações européias sôbre o problema da integração cf. *Pour une Politique Etrangère de l'Europe* (Club Jean Moulin) — Paris — Le Seuil, 1966 — cap. II.

te em 1962[62] com as atitudes assumidas por ocasião da intervenção na República Dominicana. Esta ausência de autonomia torna impossível uma frente comum dos subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos na órbita do sistema internacional. Isto convém tanto aos interêsses da União Soviética quanto aos dos Estados Unidos pois esta falta de unidade do terceiro mundo impede uma reorganização do sistema internacional em têrmos do conflito Norte-Sul, que permanecendo subordinado ao conflito Leste-Oeste permite aos dois países a conservação de suas posições hegemônicas.

VI

15. Vamos resumir e sintetizar o fio da argumentação para podermos concluir:

A) A nossa tese é que existe uma correlação entre a situação política interna e a política exterior do Brasil se bem que esta última atue no contexto do sistema internacional e do subsistema regional que lhe fixam os parâmetros.

B) Depois de Rio Branco (1912), da consolidação das fronteiras nacionais e da resolução dos problemas de poder no Prata, o Brasil permaneceu passivamente no subsistema interamericano com uma participação meramente formal no sistema internacional. Os laços que ligavam o Brasil aos EUA eram laços de solidariedade política e de interêsses econômicos *vinculados à exportação do café.*

C) Mesmo depois da II Guerra Mundial e do estabelecimento da bipolaridade esta orientação não foi modificada, daí podermos afirmar que se os parâmetros ofereciam alternativas para a política exterior do Brasil o sistema interno ainda não estava em condições de aceitá-las.

D) A industrialização do País que vinha se processando desde o início do século foi adquirindo crescente importância e gerando impactos para o sistema político, impactos que desafiavam as lideranças tradicionais ligadas ao café. Como a industrialização já tinha provocado modificações no sistema político pela incorporação de novos grupos à sua base, a velha política de clientela não teve mais recursos para satisfazer as novas demandas. O resultado foi que tanto a burguesia industrial quanto o operariado urbano pressionaram irresistìvelmente o sistema para que nêle se operassem modificações econômico-sociais através de maior índice de industrialização.

E) O maior índice de industrialização exigiu, no entanto, auxílio econômico e tecnológico e o Brasil dentro da órbita do subsistema interamericano articulou estas necessidades, aglutinadas no Plano de Metas, através da Operação Pan-Americana.[63] Esta procurou fazer ver aos Estados Unidos que a segurança para a América Latina é um problema interno de re-

62) San Tiago Dantas — op. cit. pp. 105-192.

63) *Programa de Metas* — Relatório das atividade do Conselho de Desenvolvimento em 1958 — Rio — Presidência da República — 1959, p. 31.

forma e não um problema externo de comunismo. A reação americana foi demorada e só consubstanciada na Aliança para o Progresso do Presidente Kennedy depois do agravamento da crise cubana.

F) A Aliança para o Progresso, ao contrário do Plano Marshall na Europa, não encontrou na América Latina nem técnicos nem quadros em número suficiente. Se a êste fato somarmos o problema da inovação tecnológica, que escape ao contrôle do Terceiro Mundo, e a presença de grandes indústrias americanas no Brasil é perfeitamente compreensível como neste contexto o processo de desenvolvimento aumentaria a dependência do Brasil em relação aos EUA. Ora, êste traço de dependência feria o nacionalismo que era a ideologia predominante e o govêrno, que controla — direta ou indiretamente — setores fundamentais da vida econômica do país, teve condições de tomar a decisão política de atuar no sistema internacional, beneficiando-se de bipolaridade existente para reter o contrôle da sua capacidade de auto-determinar-se.

G) A política etxerior independente procurou articular no sistema internacional uma frente única dos subdesenvolvidos com o objetivo de proteger os preços das matérias-primas e produtos agrícolas e forçar o sistema internacional e responder satisfatòriamente às demandas de industrialização. Entretanto — e como a Conferência de Comércio e Deseinvolvimento de 1964 demonstra — a partir do fim da década de 1950, e seguramene depois de 1962, Estados Unidos e União Soviética têm mais interêsses em comum do que conflitos e a linha divisória não se mostrou Leste-Oeste mas sim Norte-Sul. Isto é um dos sintomasdeque a coexistência pacífica virou um "non zero sum game" e que um acôrdo tácito entre os dois países reforça as respectivas zonas de influência incontestável. Êste acôrdo, embora com limitações às possibilidades da política externa independente, demonstra que esta teve condições de persistência, embora levada a cabo em tempo não de todo propício.

H) De fato a *probabilidade* do Brasil abandonar a coligação Ocidental era pequena, mas as *conseqüências* — caso esta pequena probabilidade se materializasse eram graves do ponto de vista americano, o que permitiu margem suficiente de manobra para a política externa independente. Mutatis mutandis cabe um paralelo com os partidos europeus de extrema direita ou extrema esquerda que pràticamente só podem entrar numa coligação partidária, dentro do espectro político de seus respectivos países, mas que ainda assim experimentaram alternativas possíveis com o objetivo de valorizar a sua participação na coligação inevitável. A reversão da política exterior independente só ocorreu depois de abril de 1964. O movimento de abril foi um modo pelo qual o sistema político, através da obstrução dos canais de comunicação, enfrentou o execsso de tensão causado pela saturação de demandas.

I) Sem sofrer as pressõe políticas itnernas geradas pelo processo de modernização e debaixo da pressão externa dos Estados Unidos da América,

que, reforçada pelo acôrdo tácito, maximiza a sua segurança militar, retornou o Brasil para a órbita do sistema regional interamericano.[64]

J) Isto pôsto, as conclusões do artigo são as seguintes:

1) Do ponto de vista interno, ocorre a tendência à imobilização das estruturas do País e a possibilidade de perigar a viabilidade do seu sistema político na medida em que, atendendo aos objetivos da segurança militar americana, parte ponderável da população foi afastada da base dêste sistema. Enquanto o sistema político nacional não se abrir e desobstruir, nesta abertura, os canais de comunicagão, a política exterior brasileira permaneecrá na órbita do sistema interamericano e, conforme tentamos explicar, com a bênção da letra, mas não do espírito, da obra de Rio Branco.

2) Os dados históricos e a análise efetuada demonstram que a bipolaridade só teve alguma importância para o Brasil durante o período da política externa independente. Antes e depois o Brasil atuou ùnicamente dentro do subsistema regional interamericano. Dentro dêste subsistema os conflitos têm variado de acôrdo com as pressões internas brasileiras e as pressões externas americanas. Concretamente falando não existiu nenhuma bipolaridade mas apenas monopólio de influência americana. Em relação ao Brasil, esta é a situação existente, e portanto é possível fazer uma primeira observação de ordem sistemática: certos traços do sistema regional não podem reduzir-se a categorias do sistema internacional. Destarte um paralelo do sistema regional interamericano com outros sistemas regionais deve ser feito com certa cautela. O fato, por exemplo, de estar o sistema regional do Sudoeste da Ásia sujeito a uma multipolaridade e ter as suas próprias características sistemáticas não nos deve desorientar numa análise da América Latina. Aliás, diga-se de passagem que o sistema regional do Oriente Médio que sempre se supõe estar exposto a um regime de multipolaridade (URSS, EUA, Grã-Bretanha, China, França) numa situação limite de crise, como aquela dêste ano, (1967), viu o seu policentrismo liquefazer-se numa clara bipolaridade.

A segunda observação de ordem sistemática deriva de falta de autonomia do Brasil e da América Latina no sistema internacional nesta fase de *maximização da segurança militar americana. Esta falta de autonomia torna* impossível uma frente comum dos subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos. Conseqüentemente, os Estados Unidos e a União Soviética, com base no "divide et impera" podem manter o conflito Norte-Sul subordinado ao conflito Leste-Oeste e desta maneira obstruir um remanejamento básico do sistema internacional.

São Paulo, dezembro de 1967

---

64) Humberto de Alencar Castello Branco — *Mensagem ao Congresso Nacional*, Brasília — 1966. "Em têrmos específicos, procurará o Govêrno Brasileiro reforçar o sistema interamericano, reformulando-o para maior eficiência dos instrumentos de segurança do hemisfério e adaptando-o a novas tarefas impostas pela evolução dos países membros do sistema."

DOCUMENTOS

DESENVOLVIMENTO — A NECESSIDADE DE NOVOS CAMINHOS

George Woods

O Sr. George Woods fêz um pronunciamento enérgico sôbre a necessidade de mobilizar novos recursos dos países industrializados para o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos na Associação Sueca de Banqueiros, em 27 de outubro de 1967.

Segue-se uma tradução do texto do discurso, retirados apenas três ou quatro parágrafos contendo informações sôbre atividades do Banco Mundial já incluídas noutros documentos publicados neste número da *Revista:*

Estou muito satisfeito de estar hoje aqui nesta reunião da Associação Sueca de Banqueiros para poder-lhes dizer o quanto o Banco Mundial aprecia o apoio que tem recebido da comunidade sueca. Além disso, neste momento tão incerto no desenvolvimento econômico mundial, o apoio da Suécia à Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) tem uma importância e um significado que vão muito além das quantias em dinheiro que colocou à nossa disposição. Acredito que a causa dos povos em desenvolvimento — aquêles dois terços da humanidade que estão lutando para atingir o limiar da modernização — é o grande drama de nossos tempos. Todo o sucesso e a riqueza de uma minoria de países desenvolvidos não podem equilibrar a balança de um mundo instável e desigual, a menos que parte dêstes recursos seja efetivamente usada nos próximos 20 a 30 anos, para

ajudar os povos em desenvolvimento a atingir um avanço significativo em direção às suas metas de moderna produtividade, de educação apropriada e crescimento independente.

A Crise da Ajuda Internacional

Os fundos da IDA estão agora próximos à exaustão. Estamos no momento em negociações com os países que têm contribuído com a maior parte dos fundos da IDA, visando um aumento de recursos, tarefa na qual estou certo de que teremos êxito, de forma a permitir que a IDA continue operando numa escala maior. Certamente nunca houve uma época em que as necessidades dos membros menos favorecidos da IDA fôssem tão urgentes ou tão justificadas.

Em minha opinião, o generoso e positivo apoio sueco ao nosso empreendimento mostra duas coisas. Mostra a fé em que o desenvolvimento é possível, que as diretrizes atuais devem ser seguidas e ampliadas, e que elas prometem uma esperança razoável de sucesso. Mas, ao mesmo tempo, mostra que os empréstimos comerciais ordinários — na base do "negócio é negócio" — não são adequados para solucionar os enormes problemas que as nações em desenvolvimento enfrentam. Se bem que as analogias históricas devam ser usadas com cautela, hoje em dia, em 1967, apenas 20 anos depois do primeiro esbôço do Plano Marshall, devemos nos recordar que naquele verão cheio de tensões não teriam bastado políticas e medidas ordinárias para reviver a Europa. Nossa crise global de hoje pode parecer menos aguda, mas eu lhes posso assegurar que é maior, mais profunda e mais complexa. Está claro que não pode ser resolvida pretendendo-se que não existe ou, admitindo-se que exista, supondo que vá solucionar-se por si própria. E por trás desta possível deterioração está o perigo de crises totais de alimentos, de trabalho, de esperanças, — para mais da metade da raça humana. Se esta não é uma situação grave, não sei mais como classificá-la.

Consideremos mais detidamente dois fatôres — de um lado, a esperança razoável do desenvolvimento, e de outro, a necessidade de políticas excepcionais para promovê-lo.

Não é segrêdo que estamos atravessando um período de desilusão e hostilidade com relação à ajuda econômica. Apesar de as nações desenvolvidas terem aumentado em cêrca de 300 bilhões de dólares o seu produto nacional bruto de 1961 até 1966, o montante da ajuda oficial, excluídas as amortizações, não aumentou muito sôbre os 6 bilhões de dólares anuais que atingiu em 1961. Como parcela de renda nacional, desceu a menos de 6 décimos de 1 por cento. É verdade que o fluxo de capital privado aumentou, em 1963, de US$ 2,4 bilhões, excluídas as amortizações, a quase US$ 4 bilhões em 1965. Depois baixou a US$ 3,4 bilhões em 1966. Além do mais, o grosso dêstes fundos privados tende a concentrar-se em

apenas alguns países em desenvolvimento, principalmente os que possuem recursos minerais.

A razão dêste enfraquecimento do esfôrço de ajuda internacional não reside apenas na pressão normal das prioridades internas que pesam sôbre os governos e povos. Explicam-se também pela crença de que a dilapidação, a ineficiência e inclusive a desonestidade têm freqüentemente desviado recursos da via do desenvolvimento. Tem-se dito que dar mais ajuda agora seria perder dinheiro. São raros os parlamentares que não têm uma história favorita de desperdício de fundos — fertilizantes deixados à intempérie durante as chuvas, cereais devorados por ratos, caminhos pavimentados que levam apenas à casa de campo do Presidente, divisas acumuladas em contas de bancos estrangeiros. Até os críticos mais benévolos duvidam de que haja nos países em desenvolvimento capacidade técnica e administrativa suficiente para absorver mais capital, se a ajuda fôsse mais aumentada.

É importante, pois, tratar de dissipar parte desta espêssa névoa de suspeita e desalento, repetindo constantemente os fatos tal como êles são.

A taxa média anual de crescimento econômico dos países mais pobres, desde o comêço da década de 50 ultrapassou, na realidade, 4,5% — uma taxa que pode comparar-se favoràvelmente com aquela obtida no século XIX pelos países que estavam à frente da revolução industrial na Europa Ocidental e na América do Norte. Em nada menos do que 25 países, muitos dos quais podem ser chamados de "países de renda média", com um produto nacional bruto *per capita* entre 200 e 600 dólares anuais, o produto nacional bruto subiu entre 5 e 10%. Entre estas 25 nações em rápido desonvolvimento se incluem, para mencionar algumas, a Coréia, Israel, Malásia, México, China, Tailândia e Venezuela. Estas taxas relativamente altas se devem, sem exceção, ao aumento das inversões — a percentagem média aplicada em inversões nos países em desenvolvimento subiu a 15 por cento; 80% de todo êste esfôrço foi conseguido com capital oriundo dêstes próprios países.

Os fatos simplesmente não confirmam o quadro de desperdício e fracasso totais. Devemos suspeitar que é relativamente pequeno o impacto das boas notícias na singular mente humana que só retém nìtidamente os desastres e os fracassos. Talvez necessitemos, para ter uma verdadeira perspectiva do esfôrço em prol do desenvolvimento, e como sugeriu o Rei Lear, não apenas conhecer os fatos, mas também "adoçar nossa imaginação".

Precisamente devido ao rápido crescimento que vem se verificando durante as últimas décadas, a capacidade de absorção dos países em desenvolvimento está aumentando significativamente. Quando nós, do Banco Mundial, pedimos o aumento dos fundos da IDA para um bilhão de dólares anuais, quando afirmamos que nos últimos anos desta década os países em desenvolvimento podem usar vários bilhões de dólares por ano além do que estão recebendo atualmente, não estamos falando sem uma base. Êsses números são o resultado de pesquisa longa e cuidadosa. Como qualquer pes-

soa, podemos estar errados. Mas os documentos do Banco sugerem que pelo menos tomamos precauções razoáveis. E estas investigações nos convenceram não apenas de que o fluxo de assistência em têrmos "concessionários" deve ser muito aumentado, mas também de que os países em desenvolvimento estarão técnica, administrativa e gerencialmente aptos a absorver êsse fluxo. Igualmente estamos certos de que um grande risco de graves dificuldades nos espera no futuro, caso permitamos que a atual situação mundial se prolongue.

A razão dêste risco, repito, *não é* a irresponsabilidade dos países pobres. O fato é que os problemas de desenvolvimento neste estágio da história econômica mundial não podem ser resolvidos através dos métodos "normais" de comércio e investimento. Muitos dos problemas atuais não são os que enfrentaram os países em desenvolvimento de outros tempos, quando se estavam estabelecendo as regras básicas da economia internacional. Desenvolver-se em meados do século XIX era, em muitos aspectos, um problema fundamentalmente distinto do desenvolvimento na terceira parte do século XX. O contraste mais intenso e dramático é o ritmo do crescimento demográfico nestes períodos de desenvolvimento, e as conseqüências profundamente diferentes que daí resultam.

No século XIX, os principais países desenvolvidos tiveram sua maior expansão demográfica apenas depois de se haver assentado o processo de modernização. Pode-se pensar na Inglaterra com 6 milhões de pessoas em meados do século XVIII e, no que é ainda mais surpreendente, nos Estados Unidos com apenas 5 milhões e um continente virtualmente vazio em 1789. A primeira fase do aumento rápido da população trouxe uma nova massa de trabalhadores para a indústria, novos mercados para os alimentos e ajudou a povoar as novas cidades industriais. Mais adiante, o saneamento básico começou a alongar a vida e a reduzir a mortalidade infantil. Mais tarde se fêz necessária uma mão-de-obra mais preparada para lidar com as máquinas, que cada vez necessitavam menos trabalho. Nesta altura se haviam reduzido os componentes de cada família e no campo e na cidade era menor a taxa de crescimento demográfico. As nações pioneiras podiam considerar-se triplamente afortunadas. Em geral, suas tendências de crescimento demográfico, urbanização e mecanização, se haviam ajudado e reforçado reciprocamente.

Aquêles que lidam com o desenvolvimento hoje em dia se defrontam com o caso oposto. Todos os elementos — população, tecnologia, expansão urbana — se contradizem e obstaculizam mùtuamente. Nas regiões em desenvolvimento, uma certa atividade por parte do saneamento público precedeu a modernização. O aumento da população está ocorrendo *antes* de contar com os meios para alimentá-la e absorvê-la — num momento em que a agricultura ainda não se modernizou o bastante para fornecer mais alimentos para tôda a população, e num momento em que a tendência da indústria é ocupar operários em menor número e mais especializados. Uma refinaria

em Port Harcourt, Nigéria, pode custar 12 milhões de dólares, mas dará trabalho a apenas 350 homens. Estas infortunadas desproporções não se devem a defeitos, incompetência ou maldade. Devem-se a certa oportunidade histórica, ou, se preferirem, a certo lugar na seqüência do desenvolvimento mundial, no qual os recém-chegados não podem seguir os padrões favoráveis dos pioneiros simplesmente porque o mundo mudou, as condições se alteraram e já não há mais as mesmas vantagens para serem aproveitadas.

Indubitàvelmente, há certos benefícios compensatórios. As tecnologias industriais já estão inventadas, e podemos nos utilizar delas. Existe uma vasta rêde de comércio mundial à qual podem-se ligar as economias. Êstes fatos nos permitem esperar a possibilidade de um rápido avanço futuro.

Mas também existem dificuldades. Em primeiro lugar, a tecnologia moderna não pode absolutamente sobrepor-se à frágil trama do modo de vida tradicional. A verdade é que não se levanta um edifício de 10 andares sôbre os cimentos vacilantes de uma casa construída há séculos. A preparação dos países em desenvolvimento, psicológica e estruturalmente, para suportar o pêso e as pressões da modernização, pode ser um processo delicado e prolongado.

Em segundo lugar, as tecnologias da modernização e as capacidades, as máquinas, a infra-estrutura — exigem capital. A poupança em grande escala frente aos violentos aumentos de população, a contenção das aspirações dos povos expostos — e agora mais do que nunca conscientes da crescente prosperidade dos países ricos — necessitam de um esfôrço realmente poderoso. A mobilização do capital necessário para expandir a economia e passar à frente do aumento demográfico continuará exigindo a mais estrita disciplina interna.

Grande parte do capital necessário terá que ser, também, sob a forma de divisas, já que não se pode esperar que os países em desenvolvimento importem todos os materiais necessários para a produção interna. Já é difícil obter o capital nacional; mas é ainda mais difícil obter divisas suficientes, especialmente se o esfôrço deve realizar-se através dos meios tradicionais da inversão e do comércio. Òbviamente, cabe à inversão privada um papel vital no desenvolvimento. Ela ajuda tôdas as tarefas da modernização, e sua disciplina melhora a eficiência e o emprêgo mais proveitoso dos recursos. Não obstante, o fluxo internacional de capital privado, como já mencionei antes, tende a ignorar os países mais pobres. Os países com renda anual *per capita* de $250 ou menos — os países da IDA — representam pelo menos dois terços dos países em desenvolvimento, e recebem apenas 15% de tôda a inversão privada. De qualquer maneira, os países em desenvolvimento já estão enfrentando os problemas tremendos do reembôlso dos empréstimos. As amortizações, os juros e os dividendos consomem hoje em dia cêrca de $7 bilhões, que, em corrente contrária, vai dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos. Em 1965, essa soma representou cêrca da metade do fluxo bruto de todos os recursos financeiros

dos países ricos para os países pobres. Um caso específico, por exemplo, é o fato de que para atender ao serviço dos empréstimos, seria necessário quase um têrço do fluxo bruto de capital oficial previsto no Quarto Plano da Índia.

Devemos reconhecer, além do mais, que o comércio internacional ainda não constitui o recurso que evidentemente deveria ser. As exportações dos países em desenvolvimento subiram, entre 1959 e 1966, de 27 bilhões para 42 bilhões de dólares e em certo sentido êste foi um passo alentador. Ao mesmo tempo, entretanto, sua quota nas exportações mundiais baixou de 27 para 23%, e as receitas de exportações, no caso de determinados países, continuam flutuando devido a causas que estão fora do seu contrôle. Sei que êstes fatos são especialmente bem compreendidos aqui na Suécia; foi o govêrno sueco, juntamente com o da Grã-Bretanha que na Primeira Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). celebrada em 1964, propôs fôsse feito um estudo pelo Banco Mundial sôbre possíveis medidas para defender os países pobres contra as oscilações desfavoráveis ao seu desenvolvimento, causadas por deficiências imprevistas de suas receitas de exportação.

De certo modo, os países em desenvolvimento de hoje, como as nações da Europa de 1947, são palco de uma série de contradições e obstáculos inter-relacionados que não se podem superar exclusivamente através de medidas convencionais. É necessária uma ação excepcional em grande escala e um movimento contrário no qual o crescimento apóie a poupança, a poupança gere mais crescimento, e os dois juntos ajudem dois terços da humanidade no curso dos próximos dois decênios críticos — críticos porque em seu transcurso (apesar de o ritmo do crescimento da população só começar a diminuir nos próximos 20 anos) podem ser assentadas as bases para uma modernização e uma maior estabilidade até o fim do século, do qual apenas nos separam sòmente três decênios.

A alternativa — estancamento, frustração e esperanças fracassadas — deixará a maior parte dos nossos semelhantes famintos, inquietos e reduzidos a uma espécie de desespêro delinqüente. Por minha parte, não creio que nosso pequeno planêta possa sobreviver com uma metade satisfeita e uma metade faminta. Acho que é o momento de dar respostas excepcionais e adotar medidas igualmente excepcionais.

Abismo entre Pobres e Ricos

Apesar da alentadora atitude da Suécia e de outros poucos governos, inclusive Estados Unidos e Canadá, as nações mais prósperas em geral ainda não chegaram a um acôrdo sôbre as novas iniciativas que a situação mundial exige. Encontramo-nos como em 1947, em um momento de decisão, no qual podemos enfrentar nossos problemas ou fugirmos dêles. Vamos deixar bem claro que não estamos frente a uma questão de recursos. Depois de quase duas décadas de crescimento ininterrupto, as nações desen-

volvidas desfrutam de uma prosperidade econômica e uma liberdade de ação jamais sonhadas na história da humanidade.

Nos países do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (OECD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, o produto bruto combinado cresce à razão de 60 bilhões de dólares por ano, cifra que corresponde a aproximadamente dois terços da renda total da América Latina. Os Estados Unidos, apenas com um crescimento de 5 a 6 por cento ao ano, agregam mais 40 bilhões a um produto nacional bruto anual que passa atualmente dos 730.000 bilhões, adquirindo assim cada ano, como adição, quase tanto quanto o produto nacional bruto da Índia ou da África. Esta ordem de geração de recursos novos dá às nações desenvolvidas a capacidade de atuar em uma escala absolutamente sem precedentes.

É verdade que estas enfrentam dificuldades particulares — pressão sôbre os orçamentos nacionais ou problemas com a balança de pagamentos. Mas sob o aspecto orçamentário não é certamente impossível dar à ajuda econômica uma prioridade maior, quando se pensa que os gastos em armamentos do mundo em geral passam da cifra de 160 bilhões anuais, e que, de qualquer maneira, a norma atual é de um incremento anual da renda nacional de 3 a 4%. No que se refere a considerações da balança de pagamentos, parece que os países mais ricos têm que decidir se aceitarão ou não como um fato imutável reservar uma percentagem definida e adequada de seus recursos crescentes para a ajuda ao desenvolvimento. O efeito da transferência de tais recursos sôbre a balança de pagamentos é, quando muito, uma parte muito pequena do quadro total de pagamentos e receitas externas dos países desenvolvidos. Em todo caso, apenas constituiria um fator pequeno em qualquer *deficit* sério que pudesse ocorrer na balança de pagamentos, dentro da capacidade de absorção dos mecanismos de alívio das dificuldades da balança de pagamentos, que de tempo em tempo afligem os países mais ricos.

Tenho a impressão que a lentidão em fazer frente à escala e natureza da crise econômica mundial nasce não tanto destas dificuldades, como do desalento e do ceticismo com relação à efetividade geral da ajuda ao desenvolvimento. Já manifestei minha convicção de que, na realidade, a atuação das nações em desenvolvimento é muito melhor do que sugere a imagem popular, e tentei delinear as dificuldades e gargalos que impedem um êxito mais rápido e óbvio. Mas talvez o juramento de dez anjos não fôsse capaz de alterar, neste momento, o preconceito das nações ricas ou convencê-las de fatos que não estão acostumadas a ouvir.

Reexame da Ajuda Internacional

O que se pode fazer? Desejaria sugerir que os governos dos países desenvolvidos — de cujo apoio e de cujos recursos dependerá tôda a estratégia mais ambiciosa para o decênio de 1970 resolvam afastar o rumor, a insinuação, os meios fatos e as meias verdades para se colocarem em posição de conhecer os fatos reais. Sugiro que convidem uma dúzia ou mais

de renomados especialistas mundiais em desenvolvimento a reunir-se, estudar as conseqüências de 20 anos de ajuda ao desenvolvimento, analisar os resultados, esclarecer os erros e propor políticas que sejam mais eficazes para o futuro. Em 1947, antes que a Europa e os Estados Unidos pudessem lançar-se realmente à experiência do Plano Marshall, um grupo oficial de especialistas, dirigidos por Lord Franks e provenientes das nações participantes, estudou tôda a gama de programas e políticas requeridas para alcançar a recuperação européia. Hoje chegou o momento de elaborar uma perspectiva similar dos problemas do crescimento dos países menos desenvolvidos, e traçar, para que todos vejam, um quadro verdadeiramente amplo, objetivo e técnico do ponto em que nos encontramos e até onde podemos ir.

No Banco Mundial estamos dispostos, junto com os governos interessados, em ajudar a seleção e o financiamento dêsse grupo de especialistas. Estou pronto a colocar à sua disposição todo o material de informação e estatística que o Banco tem acumulado e, se fôr solicitado, colocar a seu serviço todo o pessoal que seja necessário. Êste "grande tribunal" — para julgar a atuação e as perspectivas do crescimento mundial — deve preceder, de qualquer maneira, qualquer intenção de completar nossa vacilante "Década do Desenvolvimento" com uma genuína formulação de políticas novas.

Tenho fé no bom senso dos governos e na generosidade dos povos. Creio que se fôr apresentada uma estratégia de crescimento elaborada por especialistas de objetividade e honestidade inatacáveis, baseada em um exame absolutamente imparcial dos fatos, dos fracassos e dos triunfos dos últimos 20 anos, e se fôr dada uma garantia razoável de esperança e progresso, sua resposta será a aceitação das conseqüências desta estratégia e a concessão dos recursos, em capital e homens, necessários para o êxito.

Durante muitos anos depois de terminada a Segunda Guerra, as diferenças entre as nações do Leste e do Oeste constituíram a fôrça mais divisória do cenário político mundial. Mas essas diferenças foram diminuindo perceptìvelmente, e a fôrça mais forte que nos divide hoje é a tremenda disparidade entre os níveis de vida dos países ricos do Hemisfério Norte e os países pobres do Hemisfério Sul. Êste abismo econômico — que é tão difícil de eliminar — é o que, em minha opinião, representa a ameaça básica para o nosso mundo. Hoje temos os recursos, a experiência e o conhecimento para reduzir o fôsso que separa os ricos dos pobres. Mas somos contidos pela falta de direção e de vontade. Pode ser que tenhamos roubado o fogo de Prometeu, mas neste momento não fazemos muito com êle, além de nos queixarmos de que nos queima os dedos.

Na verdade, a humanidade pode atuar melhor. Há 20 anos mostrou um caminho para a reconstrução da Europa. Tivemos uma prova do que se pode fazer para recuperar a confiança e a esperança com uma resposta sem precedentes a um desafio sem precedentes. Tenhamos, pois, a audácia de buscar novos caminhos para recuperar nossa capacidade para dominar as dificuldades e métodos mais seguros para afiançar nosso futuro ameaçado.

A Revista Brasileira de Política Internacional publica a seguir os discursos do Presidente Arthur da Costa e Silva, do Presidente do BIRD, do Gerente-Geral do FMI, do Ministro da Fazenda e Governador do FMI pelo Brasil, e do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos na Reunião Anual da Junta de Governadores no Rio de Janeiro em setembro de 1967.

Discurso pronunciado pelo Presidente ARTHUR DA COSTA E SILVA

Aqui estou para cumprir o grato dever de dar aos ilustres participantes desta Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e das instituições filiadas, as boas-vindas do Govêrno e do povo brasileiro.

É um privilégio para o nosso País, oferecendo-se como sede dos vossos trabalhos, concorrer para a continuidade da saudável tradição firmada ao longo dos últimos vinte anos, durante os quais os responsáveis diretos pelos assuntos econômicos e financeiros de tantos povos diretamente interessados no funcionamento dessas instituições, se vêm reunindo periòdicamente para dar conseqüência à verificação das peculiaridades da economia mundial na segunda metade do Século XX.

Prolongamentos do espírito de Bretton Woods, êsses encontros espelham o progresso realizado no campo das comunicações, ao mesmo tempo que refletem a vontade comum de progredir na esfera, ainda mais importante, dos interêsses de cada uma das nações aqui representadas. Alargam êles a possibilidade de entendimento, na medida em que se abrem oportunidades às discussões pessoais entre altos dirigentes da conomia, cujos pontos de vista podem, assim, influenciar-se mùtuamente na busca de soluções para problemas que têm características próprias em cada unidade soberana, mas são, em última análise, problemas da comunidade internacional.

Com efeito, só avançaremos na solução adequada de tais problemas se realizarmos uma apreciação equilibrada dos interêsses globais de nossos paí-

ses. Por êsse método, poderemos chegar, em melhores condições de segurança, a medir as diferenças a vencer entre as áreas mais desenvolvidas e aquelas que reclamam e merecem um tratamento apropriado às suas necessidades de progresso. As nações mais favorecidas já estão, felizmente, advertidas para o fato de que sua tranqüilidade, no contexto da política internacional, depende em linha direta do desenvolvimento das nações mais pobres ou mais pressionadas pelas desigualdades sociais.

Muitas vêzes, importa menos medir, em têrmos absolutos, o progresso já alcançado, do que se ter a certeza de ser o tratamento adotado, em cada caso, capaz de levar a resultados positivos, pela sinceridade e constância de sua aplicação.

Êste, meus senhores, é um momento de maturidade da comunidade internacional. O destino de todos nós está fatalmente ligado ao destino de cada um de nós. É sabido que são as nações mais ricas justamente as que mais negociam entre si. A evolução desimpedida das trocas depende, no entanto, da disponibilidade de moeda. Conquanto houvesse o sistema monetário internacional funcionado com grande eficiência no pós-guerra, existe hoje a convicção de haver chegado o instante em que o nível das reservas internacionais não mais pode ser o resultado imprevisto das contingências da produção do ouro, tampouco de deliberações fortuitas ou de medidas aleatórias, mas deve ser objeto de decisão consciente, tal qual ocorrerá no curso desta Reunião, transcorridos 23 anos dos trabalhos iniciados em Bretton Woods.

Trata-se de colocar nas mãos de um organismo internacional a capacidade de ajustar o nível dos meios para a liquidação das trocas. Mais do que isso, importa observar que se trata de decisão a tomar, não sob o impacto de situações desesperadas, senão como resultante de um exame sereno e objetivo das condições em que estamos todos avançando para o futuro.

Não deve ficar despercebido êsse modo de atuação, sobretudo quando nos recordamos das dificuldades pelas quais passou a economia mundial, nesse terreno, entre as duas grandes guerras. Por outro lado, cumpre salientar que, no mecanismo internacional encarregado de tão importante tarefa, deverão estar representados, de acôrdo com os princípios consagrados para a expressão do poderio econômico das nações, todos os países participantes do Fundo Monetário Internacional, de maneira a assegurar-se que as decisões sejam tomadas em contexto apropriado, tão sèriamente poderão elas atingir a comunidade das nações.

Como resultado dos trabalhos a que se vão dedicar os Senhores Governadores do Fundo Monetário Internacional, nesta reunião deverão ser assentadas as bases de uma solução que importe em atender-se à necessidade de crescimento continuado do comércio internacional. A preocupação com os problemas financeiros não significará que se dê menor ênfase às questões decorrentes da liberalização dêsse comércio, inclusive no que concerne à

abertura de mercados para a colocação de manufaturas dos países menos desenvolvidos.

É ponto pacífico que o esfôrço para a promoção do desenvolvimento recai sob a responsabilidade individual de cada nação. Mas êsse esfôrço interno pode e deve ser suplementado por uma disponibilidade mais ampla de recursos provenientes dos países mais desenvolvidos, a serem utilizadas segundo programas coerentes de govêrno.

É justamente nessa área que se tem revelado pouco satisfatória a experiência dos últimos anos. As dificuldades reconhecidas que temos enfrentado para diversificar nossa pauta de exportações devem ser urgentemente removidas, para que, além de exportadores de matérias-primas, passemos à posição de fornecedores de manufaturas aos mercados mundiais. As limitações que os países em desenvolvimento vêm sofrendo para implementar o setor industrial, não lhes permitem dinamizar o processo de crescimento econômico e são bem conhecidas de todos vós. Esperamos que, em adição às medidas que serão adotadas aqui, relativamente ao problema da liquidez internacional, possam ser estudadas providências para incrementar o fluxo de capitais de investimento e abrir mercados para os produtos que as economias dos países em desenvolvimento estão em condições de oferecer às nações industriais. O Brasil conta com a ampliação dêsses recursos de fonte externa para acelerar o ritmo do progresso de seu povo, em complementação ao esfôrço próprio, bem como para habilitar a América Latina a levar a cabo a tarefa de integração econômica a que se propõe, sem ônus exagerado para os limitados recursos de que dispõe.

As aspirações do desenvolvimento harmônico e auto-sustentável para tôdas as nações só se colocarão em linha de viabilidade, se tivermos presentes os problemas a que me referi.

O mundo precisa renovar e ampliar os recursos à disposição das instituições financeiras internacionais. De igual importância, porém, é o problema do uso que se fará de tais recursos. Temos notado uma evolução favorável, no sentido de atitudes mais flexíveis e inovadoras, e uma tendência salutar, cuja continuação se impõe.

Faço votos para que os vossos trabalhos frutifiquem, na faixa de esperanças dos países que, como o nosso, desejam progredir para tornar mais forte e feliz a nossa comunidade de nações democráticas.

O Brasil vos recebe de braços abertos.

Discurso pronunciado pelo Senhor GEORGE D. WOODS, Presidente do Banco Internacional, da CFI e da IDA

Em primeiro lugar gostaria de fazer minhas as palavras do Presidente desta Reunião ao expressar seus agradecimentos ao Presidente do Brasil pelos seus votos de boas-vindas. Êste País abrange quase a metade da superfície e da população da América do Sul, sendo sua área duas vê-

zes e meia a da Europa Ocidental, inclusive as Ilhas Britânicas e a Escandinávia, e com um quarto da população — cêrca de 87 milhões de habitantes. É rico em minerais e recursos agrícolas. Possui um têrço de tôdas as reservas de ferro conhecidas e ocupa o quarto lugar no mundo em potencial de energia hidrelétrica. Quanto à produção, é o primeiro produtor de café, o terceiro de manganês, o quarto de açúcar e o oitavo de minério de ferro. Apesar de uma longa história de dificuldades econômicas cíclicas, o Brasil conseguiu, nos últimos 20 anos, triplicar seu produto nacional bruto e mais do que duplicar a produção e a renda real *per capita* do seu povo. Êste é um vasto e fascinante País que bem espelha as aspirações e os problemas das nações em desenvolvimento. Sentimo-nos felizes por estarmos aqui.

I

Sr. Presidente, Vossa Senhoria e os demais Governadores dispõem do histórico pormenorizado das atividades do Grupo do Banco Mundial do último exercício financeiro nos Relatórios Anuais do Grupo — do próprio Banco Mundial, da Corporação Financeira Internacional (CFI) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA). Não tomarei o tempo dos presentes repetindo o que já se acha na página impressa. Basta dizer que as operações do Grupo do Banco continuam a desenvolver-se. Mais uma vez os compromissos atingiram a mais de um bilhão de dólares e em transações mais numerosas e variadas do que antes. O crescimento das operações da CFI, nosso ramo empresarial privado, ora recém-apoiado por uma linha de crédito do próprio Banco, foi especialmente acentuado. Os desembolsos do Grupo ultrapassaram um bilhão de dólares. Aumentaram os serviços técnicos aos membros. Tiveram prosseguimento nossas atividades na coordenação de ajuda e podemos sentir que estamos avançando lentamente nesta tarefa complexa e vital. Após vários anos de preparação, criamos o Centro Internacional para o Ajuste de Diferenças em Inversões a fim de estimular o fluxo de investimentos privados para os países menos desenvolvidos e, como os senhores sabem, o Conselho Administrativo do Centro realizará aqui esta tarde a sua Primeira Reunião Anual.

* * *

Pelo segundo ano consecutivo, devo levar ao conhecimento dos presentes que a busca de financiamentos para as operações do Banco e da IDA constitui um problema dominante e contínuo. No caso do Banco, a conseqüência de uma elevada taxa de desembôlso simplesmente deve ser contrair grandes empréstimos. Desde a nossa última Reunião contraímos empréstimos no total de US$ 700 milhões, dos quais US$ 380 milhões foi sob a forma de numerário nôvo e US$ 320 milhões para reembolsos.

No transcurso do ano passado, a IDA estêve em condições de assumir compromissos e levar a cabo suas operações, devido em grande parte ao ex-

traordinário apoio proporcionado à Associação por várias fontes. O Govêrno sueco, pelo sexto ano consecutivo, prestou uma contribuição especial à IDA. O Govêrno suíço pôs em marcha o mecanismo legislativo autorizando um empréstimo à IDA nos mesmos têrmos altamente favoráveis que esta concede aos seus mutuários — um empréstimo que abrirá novos horizontes nas finanças da IDA, constituindo o empréstimo inicial contraído pela Associação. E o Banco, com a aprovação dos Governadores na Reunião Anual do ano transato, efetuou uma transferência à IDA dos seus lucros líquidos resultantes do exercício financeiro de 1965/66.

Êste ano, os Governadores serão solicitados a aprovarem novamente apoio à IDA, mas apenas quanto a uma importância simbólica. Os Governadores devem estar lembrados de que as transferências do Banco à IDA são examinadas, todos os anos, à luz da posição financeira do próprio Banco. A política normativa, aprovada por esta Junta de Governadores em Tóquio, em 1964, é no sentido de que as transferências sejam efetuadas apenas em montantes "não necessários para atribuição a reservas ou de outra forma que devessem ser retidas nos negócios do Banco e (as quais), em conseqüência, pudessem, prudentemente, ser distribuídas como dividendos".

A transferência à IDA, recomendada no ano em curso, assume a forma de uma importância simbólica por um motivo simples: o volume de desembolsos, contra compromissos prèviamente assumidos, vem-se elevando e as necessidades do Banco no tocante a financiamentos, a fim de prosseguir com as suas operações, como já tive ocasião de afirmar, serão correspondentemente mais pronunciadas. Concomitantemente, o Banco não recebeu acesso aos mercados de capital que as suas operações merecem. Ficamos desapontados, mas espero que só temporàriamente, em nossos planos para oferecer condições a longo prazo em vários países-membros europeus. É altamente conveniente que tomemos de empréstimo, naqueles mercados, apreciáveis quantias no atual exercício fiscal, havendo boas provas de que estaremos em condições de fazê-lo.

Seja como fôr, a assistência do Banco à IDA só pode ser marginal; os principais patrocinadores serão sempre os países-membros mais prósperos. Ainda não se chegou a um acôrdo entre os governos no concernente ao montante, cotas ou condições do próximo suprimento de finanças da IDA. No verão passado, contudo, os debates dessas questões tornaram-se tanto mais concretos quanto mais intensos, e julgo-me encorajado a julgar que aqui — na atmosfera desta Reunião — as soluções poderão começar a adquirir forma. Estou certo de que todos os interessados reconhecerão ser essencial haver concordância quanto ao suprimento de recursos da IDA com a maior brevidade possível e que se alcancem resultados que lhe permitam corresponder, em muito maior grau de suficiência do que no passado, às necessidades prioritárias dos países menos desenvolvidos.

II

Quando desviamos a atenção das nossas próprias preocupações e lançamos um olhar em tôrno, vemos um mundo conturbado. Deslocamentos e ajustamentos penosos vêm ocorrendo em nações da África, da Ásia e do Oriente Médio.

No decorrer do ano passado, conflitos, tanto internos como externos, ocuparam de antemão as energias, os interêsses e os recursos das nações, tanto industriais como em desenvolvimento. A tragédia do conflito armado e os preparativos para o mesmo representam mais do que o desvio de mão-de-obra e de recursos escassos de aplicações produtivas. A tragédia reside também na fuga ao desenvolvimento que ela gera em todo o globo. Conflitos, especialmente dentro e entre os países em desenvolvimento, alimentam os profetas da destruição que alegam que o desenvolvimento econômico não surte efeito. Retardam qualquer surto de progresso que possam ter alcançado. Prejudicam não apenas os países diretamente interessados, como também a causa do desenvolvimento por tôda a parte.

Existe uma inquietação social profundamente arraigada, prestes a desencadear-se em conflito direto, em numerosas sociedades, e as soluções não são nem simples nem diretas. Pairando muito acima de todos os problemas econômicos encontra-se o fato do rápido crescimento demográfico — que ora se processa com bastante rapidez para duplicar, numa única geração, a população dos países menos desenvolvidos. Aqui no Brasil, espera-se que ela alcance o dôbro em vinte anos. É encorajador ver alguns países que já começam a realizar progressos no setor do contrôle demográfico, porém as medidas atuais constituem apenas um início.

Afirmam os peritos que, na melhor das hipóteses, a elevação das curvas demográficas não apresentará nenhuma desaceleração pronunciada dentro de 15 ou 20 anos. Quando chegar esta época, os países menos desenvolvidos devem aumentar grandemente tanto a produção como o valor nutritivo dos alimentos: devem produzir mais, tanto para alimentar mais pessôas como para alimentar mais as pessoas. As necessidades de alimentos — para duplicar a atual produção até 1980 e triplicá-la até o fim do século, de acôrdo com a Organização para Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas — parecem desconcertantes.

Contudo, nenhum dos formidáveis problemas com que se defrontam os países em desenvolvimento pode ser atacado isoladamente ou sòmente por meios técnicos. O mundo não vai ser salvo simplesmente por fertilizantes químicos e pela "pílula". As modificações de que carecem os países menos desenvolvidos atingem pràticamente tôda a sociedade. Ocorrerão como parte de maior transformação da organização social e econômica — como parte do processo mais amplo que intitulamos de desenvolvimento econômico.

Nesse processo, a educação deve desempenhar papel abrangente, ensinando novas especializações e cultivando novas atitudes no sentido da modificação social e econômica. Em numerosíssimos dos países menos desen-

volvidos, contudo, os sistemas educacionais ainda não são suficientes para essa finalidade essencial. Ainda não tingiram um equilíbrio adequado entre os vários níveis e modalidades de educação, e em numerosíssimos casos, os currículos adotados não foram formulados nem adaptados ao país onde vêm sendo ministrados. As escolas e as universidades ainda não vêm realizando o suficiente para formar lavradores, engenheiros, administradores, professôres e a legião de outros trabalhadores especializados orientados para as necessidades de desenvolvimento da economia.

Desenvolvimento significa absorção de capital. Quatro quintos dos investimentos que ora se aplicam hoje em dia originam-se dos recursos dos próprios países em desenvolvimento, porém o importantíssimo fermento para o pão deve provir de fora. Com a taxa de investimento internacional privado atualmente baixa, com os órgãos parlamentares de algumas das maiores nações que proporcionam ajuda relutantes em aumentar os programas bilaterais, e com as delongas em ampliar a capacidade de financiamento das agências multilaterais, há alguns motivos para desânimo.

Por outro lado, esta situação não é excepcional. Já decorreram muitos anos em que exatamente essas mesmas observações puderam ter sido feitas na Reunião Anual desta Junta de Governadores. O progresso é sempre lento, sempre difícil. O caminho à frente afigura-se sempre bloqueado por frustrações, postergamentos, erros de comissão e, mais ainda, de omissão. Mas devemos prosseguir em nossa caminhada. Ministros responsáveis e devotados dos países em desenvolvimento não devem perder o ânimo. Parlamentos atormentados pelos problemas que têm diante de si e homens de visão ampla nos países industrializados devem tomar nôvo alento quando nos encontramos no limiar do término da Década do Desenvolvimento de 1960 e estamos prestes a ingressar na década de 1970. Cada um deve, de quando em quando, aquilatar os problemas dos outros. No interêsse do bem-eatrs a longo prazo de ambos, deve haver uma reconciliação construtiva entre a impaciência natural das nações mais pobres e mais novas, por um lado, e os prementes problemas políticos e econômicos com que se defrontam os legisladores e os membros de Gabinete das nações ricas, por outro.

III

Os chineses têm um provérbio que diz que uma viagem de mil milhas deve começar com o primeiro passo. No caso do desenvolvimento econômico, demos não apenas o primeiro passo, porém muitos, muitos outros além daquele. É chegada a hora de reconheecer que no transcurso dos anos, todos êsses passos se somam a uma viagem para a qual não existe nenhum precedente exato na história do homem e da qual, creio eu, não há como retornar.

Que os presentes tenham em mente que, em relação à maior parte da história da raça humana, o destino dos sêres humanos tem flutuado apenas entre graus variáveis de pobreza. Para a maioria da humanidade, a vida tem sido cruel, brutal e efêmera.

Algo de nôvo vem ocorrendo no mundo dos nossos dias. Nos últimos 15 anos, o crescimento econômico nos países menos desenvolvidos, abarcando nada menos da metade da humanidade, vem-se processando com a mesma celeridade que nos países industrializados. Neste período de 15 anos, o produto nacional bruto nos países em desenvolvimento mais do que duplicou e a renda *per capita* — apesar do rápido crescimento da população — aumentou de 40%.

Entre os países do globo, a taxa de crescimento mais rápida, na realidade, vem agora sendo experimentada por aquelas nações na faixa de renda *per capita* de sòmente trezentos a seiscentos dólares por ano. Há pelo menos 25 países,[1] muitos dêles dêsse grupo de renda, nos quais o produto nacional bruto cresceu em 1966 a uma taxa entre cinco e dez por cento, havendo nove [2] nos quais as recentes taxas de crescimento médio, se tiverem prosseguimento, dobrarão o produto nacional bruto ainda na década de 1960-70.

As economias de muitos países em desenvolvimento vêm amadurecendo. O progresso no setor industrial, como todos sabemos, tem sido particularmente rápido, e as exportações de produtos manufaturados, embora ainda tenham origem, principalmente, em um número limitado de países, aumentaram de 70% na década de 1960. As instituições também amadureceram — o que prova um fluxo estimulante de assistência técnica entre os próprios países menos desenvolvidos. Criou-se igualmente uma notável infra-estrutura de facilidades físicas, mormente sob a forma de instalações de energia e de serviços de transporte, representando bilhões de dólares. E — pela primeira vez na história — a melhoria do destino da humanidade é aceita como um objetivo e uma responsabilidade internacional.

Nós que estamos profundamente empenhados nos problemas dos países em desenvolvimento, forçosamente muito pensamos e falamos sôbre as dificuldades com que nos defrontamos. Gostaria de ouvir maior número de relatos sôbre os êxitos alcançados no âmbito do desenvolvimento. É chegada a hora de começarmos a dizer ao público contribuinte e aos órgãos legislativos dos países industriais que o esfôrço desenvolvimentista, cujo apoio lhes foi e lhes será solicitado, poderá ser e tem sido coroado de êxito em alguns setores importantes do globo. Entre os países que constariam da minha lista pessoal para menção especial pelo que realizaram no setor eco-

1) Inclusive a Bolívia, Espanha, Chile, Colômbia, Coréia, Costa Rica, El Salvador, Filipinas, Grécia, Guatemala, Honduras, Jamaica, Quênia, Malásia, México, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Peru, Repkblica da China, Tailyndia, Tanzania, Trinidad e Tobago, Turquia e Venezuela.

2) Coréia, Espanha, Grécia, Israel, Jordynia, Nicarágua, Panamá, Repkblica da China e Tailyndia.

nômico eu incluiria a Coréia, o Irã, Israel, a Iugoslávia, a Malásia, o México, o Paquistão, a República da China, a Tailândia, a Tunísia e a Venezuela.

Os motivos por que alguns países são mais bem sucedidos que outros diferem de caso para caso, mas não são nem misteriosos nem impossíveis de identificar. O Banco é continuamente mantido a par tanto dos progressos como dos reveses do que se realiza em matéria de desenvolvimento pelos seus países-membros. Constitui nossa tarefa saber quando as coisas vão bem e quando vão mal em outros casos. Nossas conclusões acêrca dos fatos relativos ao crescimento econômico e os nossos julgamentos sôbre os efeitos de vários fatôres, inclusive políticas governamentais, no promover ou impedir aquêle crescimento, são regularmente comunicados aos governos-membros, por intermédio dos nossos Diretores Executivos, em nossos relatórios econômicos. Recomendo êsses relatórios a qualquer Governador que, de tempos em tempos, possa carecer de provas para corroborar a alegação de que o desenvolvimento econômico, quando perseguido com vigor e inteligência, é digno do apoio das nações industrializadas.

Não quer isso dizer que o progresso tenha sido bastante rápido, ou que, em todo o mundo menos desenvolvido, as formidáveis barreiras que se antepõem ao crescimento econômico, que encontra em si apoio próprio, estejam prestes a ruir. Mas a marcha para a frente se processa — e numa frente extremamente ampla — marcha esta que tem atingido, de forma tangível, as vidas das gerações atuais nos países em desenvolvimento e promete ainda mais para as gerações do porvir.

IV

Fico cada vez mais impressionado — e às vêzes desanimado — pelo âmbito das transformações que as sociedades tradicionais devem fazer a fim de se modernizarem. Essas modificações têm que atingir o próprio cerne das vidas dos povo nos países menos desenvolvidos. Em contraste, nos *países industrializados, sòmente modificações marginais em suas relações* com os países subdesenvolvidos seriam da maior transcendência.

Tomemos como exemplo o comércio: como sabemos, as exportações — especialmente de produtos primários — constituem a principal fonte de cambiais para os países menos deesnvolvidos. Proporcionam aquelas mais ou menos o quádruplo dos financiamentos oficiais para desenvolvimento e os investimentos internacionais privados. Os lucros oriundos das exportações, històricamente, e para a maioria dos países em desenvolvimento em nossos dias, são a moda vital do desenvolvimento.

As exportações totais dos países menos desenvolvidos, contudo, não vêm crescendo com rapidez suficiente. Para alguns países, o atraso verificado no crescimento das exportaçeõs tem sido causado, em parte, por políticas errôneas — entre elas, taxas cambiais supervalorizadas e demasiada

prioridade à substituição das importações, por mais antieconômicas que sejam. Em parte, deve-se à negligência quanto à qualidade e continuidade de suprimento. Mas certa dose de dificuldade tem sido a falta de cooperação propiciada pelos países industrializados através da eliminação de entraves às exportações dos países em desenvolvimento.

Suponhamos que as exportações dos países menos desenvolvidos, ao invés de declinarem proporcionalmente ao comércio mundial, tivessem podido manter a mesma posição modesta que ocupara cinco anos antes. Nessa hipótese, os países menos desenvolvidos teriam contado com uma cota de um por cento maior das exportações mundiais — e êsse um por cento lhes teria proporcionado muito mais de um bilhão de dólares em cambiais do que as suas exportações realmente lhes proporcionaram em 1966.

Se o ajustamento de um por cento nas cotas de exportação mundial tivesse ensejado a melhoria de um bilhão de dólares na situação dos países pobres, então por certo o assunto merece consideração e ação. A estabilização dos preços para produtos primários selecionados é assunto intimamente relacionado e, de modo semelhante, digno de consideração, muito embora se reconheça apresente difíceis problemas. Se os países menos desenvolvidos forem estimulados — e se lhes fôr permitido — melhorar seus lucros de exportação —, muitos problemas tornar-se-ão de mais fácil solução: as crises acarretadas pela dívida externa serão em menor número, a necessidade de ajuda diminuirá e aumentará a atração de capital privado.

Sôbre o volume do financiamento para o desenvolvimento, meus pontos de vista são bastante conhecidos para que não haja necessidade — e talvez para não suportarem — ser repetidos agora. As transferências oficiais dos países industriais para as nações menos desenvolvidas aumentaram apenas um pouco mais em relação aos últimos cinco anos, enquanto que a produção e a renda dos países industriais vêm vigorosamente atingindo novas alturas.

O volume disponível de financiamento internacional para o desenvolvimento vem se atrasando cada vez mais em relação à capacidade econômica das nações de alta renda para provê-la, e mais e mais se retardando quanto à capacidade dos países em desenvolvimento para utilizá-lo produtivamente. Como proporção do produto nacional bruto dos países industriais, o fluxo de finanças públicas e particulares para os países em desenvolvimento é um centésimo; mas como proporção do que dispõem as nações em deesnvolvimento para investir em desenvolvimento, é um quinto. Mais uma vez, uma modificação que fôsse de caráter marginal para os países industriais seria grandemente ampliado nas finanças dos dotados de poucos recursos.

Independentemente da questão de volume, que no momento apresenta problemas políticos e orçamentários de natureza muito real em certos países industrializados, muito se pode fazer para aumentar o valor dêsse financiamento para o desenvolvimento quando disponível.

Maior continuidade de financiamento de um ano para o outro contribuiria para um esfôrço mais sustentado e efetivo nos próprios países em desenvolvimento. As providências que vários países vêm adotando para formular seus orçamentos anuais de assistência ao desenvolvimento dentro da estrutura de metas plurianuais merecem a melhor acolhida.

A questão, de há muito ventilada, dos têrmos de ajuda, agravou-se. Se o volume de financiamento ao desenvolvimento não aumentar, e se não houver melhoria nos seus têrmos, a ajuda ao desenvolvimento consumir-se-á por si própria. O serviço da dívida oficial anterior, inclusive tanto os juros como a amortização, já compensa dois quintos dos fluxos oficiais de capital para os países em desenvolvimento. Para alguns países proporcionadores de ajuda, a transferência líquida de capital oficial já se reduziu a zero, ou, à base das atuais políticas, logo será zero. Desde 1962, conforme indica nosso Relatório Anual, os pagamentos do serviço da dívida mais do que duplicaram no Leste da Ásia, aumentaram de 90% no Sul da Ásia e elevaram-se de quase 75% na África. O serviço da dívida da América Latina continua a ser oneroso. Quase a metade de tôda a dívida pendente apresenta-se sob a forma de créditos de fornecedores, com freqüência devendo ser reembolsado antes que o equipamento que financiam tenha começado a prestar uma contribuição apreciável à produtividade do país mutuário. Em média, os têrmos do financiamento para o desenvolvimento são, quando os há, um pouco melhores do que há cinco anos. O ponto essencial absoluto consiste, se se quiser que a assistência para o desenvolvimento não se transforme numa prática contraproducente, numa ação decisiva no sentido de prazos de carência e de condições de pagamento muito mais longos, além de taxas de juros iniciais mais baixas.

Com a minha experiência adquirida nos últimos cinco anos, continuo a crer que a assistência proporcionada através de canais multilaterais apresenta vantagens de objetividade, economia e suficiência das quais os países que prestam essa contribuição devem tirar maior proveito. Nesse sentido, muito embora os recursos que são canalizados multilateralmente ainda não sejam suficientes, sinto-me encorajado pelo volume de assistência ao desenvolvimento que ora se projeta no âmbito das estruturas multilaterais — através de dispositivos como consórcios e grupos consultivos.

Finalmente, desejo observar que a eficácia do financiamento ao desenvolvimento seria particularmente fortalecida se os países proporcionadores de ajuda procedessem à evolução de estratégias comuns de assistência. O desenvolvimento econômico seria altamente beneficiado se êsses países tivessem pontos de vista harmônicos e de fortalecimento mútuo quanto aos objetivos que desejam alcançar em suas relações com o mundo em desenvolvimento, sôbre a importância dêsses objetivos para os seus próprios interêsses nacionais e no que concerne ao nível de recursos, aos mecanismos e às técnicas devem ser empregados para a colimação de tais objetivos.

V

Sr. Presidente, é bem provável que Vossa Senhoria se recorde da história de Cassandra, a princesa troiana que há 3.000 anos predisse com exatidão os perigos que pairavam sôbre o seu povo e que, como recompensa pelos seus sacrifícios, foi arremessada das muralhas de Tróia. Mas neste momento permitam-me citar um profeta cujo destino foi menos funesto.

Disse êle:

> "A premente necessidade de um grande esfôrço criador tornou-se evidente nos assuntos humanos. É manifesto que, a não ser que certa unidade de propósitos seja alcançada no mundo, a não ser que se possa evitar a incidência cada vez mais violenta e desastrosa da guerra, a não ser que se possa impor algum contrôle sôbre o desperdício direto da limitada herança do homem ao carvão, ao petróleo e à energia moral que ora se processa, a história da humanidade dentro em pouco culminará em alguma espécie de desastre, repetindo e exagerando o desastre da Grande Guerra, gerando condições sociais caóticas e passando daí por diante por um processo de degenerescência até a extinção".

Êsse profeta foi o escritor inglês H. G. Wells, expondo suas idéias após a Primeira Grande Guerra. Êle tinha razão: a humanidade de fato repetiu e exagerou o desastre da Primeira Grande Guerra na Segunda. Se o resto da sua profecia será cumprido é o que resta ver; mas, certamente, atos criadores se fazem ainda mais necessários em nossos dias do que nos dêle.

No setor do desenvolvimento econômico e da assistência para o desenvolvimento, as políticas e a atuação que eram toleráveis há vinte ou mesmo há dez anos não são bastante boas para os dias atuais — é provável que não sobrevivam amanhã — e isto se aplica tanto aos países em desenvolvimento como aos industrializados.

O passado não constitui um guia suficiente, pois a situação da humanidade, hoje, não encontra precedentes. Jamais no passado uma parcela tão ponderável da humanidade se viu prêsa a um único problema. Jamais a transformação técnica foi tão básica e efetiva. Jamais a transformação social foi tão rápida. Jamais o aumento da população se processou com tal rapidez. Sempre antes, as oportunidades e os problemas mundiais cresceram em progressão aritmética; hoje, crescem em progressão geométrica.

O que começou experimentalmente como o esfôrço para o desenvolvimento após a Segunda Grande Guerra agora se firmou como um empreendimento de âmbito mundial e que preocupa, de certo modo, todos os governantes na face da terra. Quando se escrever a história da nossa época, os historiadores poderão assinalar como sua contribuição relevante a idéia de que o progresso humano pode ser deliberadamente planejado, projetado e concretizado — e além disso, que o progresso não precisa ser confinado à minoria da população mundial que vive em países ricos. Também eu es-

pero que a nossa época se fará notar pelo imperativo moral que tem levado as nações a se organizarem e a trabalharem coesas pela causa do desenvolvimento. Embora algumas vêzes obscurecido, êsse motivo se encontra sempre no cerne de todos os nossos esforços. Na realidade, um dos signos mais esperançosos de hoje em dia é a clarinada dêsse imperativo pelos líderes mundiais que se preocupam pelos padrões morais e pelo destino — pelo Papa Paulo VI em sua encíclica da primavera passada, "Do Desenvolvimento dos Povos", e pelo Concílio Mundial das Igrejas, no início dêste ano, no Relatório da Conferência Mundial sôbre a Igreja e a Sociedade.

Constitui para o Grupo do Banco e para os seus governos-membros uma orgulhosa missão empenhar-se numa finalidade nobre. Existem neste planêta os conhecimentos e os recursos para que se crie um futuro no qual a humanidade possa contar com alimentação, vestuário e habitação condignos e, além disso, no qual homens e mulheres, individualmente, possam dedicar sua capacidade para melhorar a vida de todos os seus semelhantes.

Agora congreguemos todos os nossos esforços e habilidades para que possamos transformar êsse futuro em realidade.

Discurso pronunciado pelo Senhor PIERRE PAUL SCHWEITZER, Presidente do Conselho Executivo e Diretor Gerente do Fundo Monetário Internacional

Sr. Presidente, faço meus os agradecimentos de Vossa Senhoria e do Sr. Woods ao Presidente do Brasil por estas amáveis palavras de boas-vindas. Sentimo-nos não só honrados com o convite do Govêrno brasileiro que propiciou êste nosso encontro, como também sensibilizados com o tratamento que nos tem sido estendido. A mundialmente célebre beleza desta cidade, neste grande país, ultrapassou as expectativas dêste seu visitante, que aqui chega pela primeira vez. . . . .

Ao saudar todos os presentes, desejo expressar meu particular prazer em encontrar os Governadores da Indonésia e da Gâmbia, como também os representantes de Botswana, país que solicitou sua incorporação como membro do Fundo.

É meu privilégio apresentar o Relatório Anual dos Diretores Executivos do Fundo, prestando contas de um ano de intensas atividades no campo das transações, deliberações com seus membros, assistência técnica e liquidez internacional. Durante o exercício findo, os saques sôbre o Fundo ultrapassaram, pela primeira vez, o equivalente a cinco bilhões de dólares. Esta cifra sofreu um decréscimo subseqüente, o que se deve em grande parte a uma importante operação de recompra efetuada pelo Reino Unido.

Na última Reunião Anual, referi à expansão do procedimento de financiamento compensatório do Fundo, destinados principalmente a prestar assistência a países-membros de produção primária, experimentando baixas temporárias em seus rendimentos provenientes da exportação, devido a cir-

cunstâncias que escapam em grande parte a seu contrôle. O mérito dêste procedimento é corroborado pelo fato de, no ano seguinte, haver a êle recorrido sete países-membros. Outro incremento digno de nota foi a ampliação da gama de moedas utilizadas nos saques efetuados contra o Fundo. Sr. Presidente, é realmente auspicioso que as moedas utilizadas pela primeira vez no exercício findo incluíram a de seu país e a do nosso anfitrião.

Após estas observações, voltemo-nos agora para dois tópicos importantes que desejo ressaltar hoje: a situação econômica mundial e da liquidez internacional.

Como bem sabe Vossa Senhoria, o extraordinário desenvolvimento das atividades econômicas mundiais que caracterizaram o período que vai desde 1960 até meados do ano passado, vem, desde então, sofrendo uma interrupção. A queda econômica entre os países industrializados foi a mais pronunciada e vasta de quase uma década. Esta baixa, por sua vez, trouxe conseqüências adversas aos países em vias de industrialização. Durante a primeira metade de 1967 a economia mundial parecia paralisada, apresentando pouco ou nenhum progresso. Já em meados do mesmo ano, era evidente que o movimento descendente cumulativo tem sido repressado através de um deslocamento para políticas de expansão em diversos países industrializados, realizados em fins de 1966 e comêço de 1967. Isto reduziu a questão principal a uma sincronização e fortalecimento de um movimento ascendente. Nas últimas semanas foi confirmado o fato de um movimento ascendente na economia dos Estados Unidos, e há evidências de que há pouco tempo a economia alemã, atingiu o índice mais baixo de retração.

Concentro-me agora na evolução econômica mundial durante 1966 e a primeira metade de 1967. Considerando todos os países industrializados em conjunto, o cerscimento da produção industrial sofreu um retardamento constante após o primeiro trimestre de 1966, e, nos primeiros dois trimestres de 1967, ocorreram verdadeiros, mas pequenos, declínios. Esta quebra de ritmo foi experimentada e refreada por quatro países, quais sejam, os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha e o Reino Unido. Em sòmente dois dos países industrializados — Japão e Itália — conservou-se o equilíbrio na orientação da produção industrial. Não constituiu surprêsa, portanto, o fato de que o coeficiente de expansão das importações totais dos países industrializados tenha decrescido acentuadamente em meados de 1966. Quanto às atividades de exportação internacional, o impacto desta alteração foi marcadamente sentido pelos países com produção pouco desenvolvida. Em conjunto, as receitas de exportação dêstes países, ajustadas com vistas a influências estacionais, aumentaram apenas razoàvelmente na segunda metade de 1966 e parecem ter sofrido um decréscimo diminuto na primeira metade de 1967.

Os antecedentes imediatos desta recente baixa na economia mundial são encontrados nos aperfeiçoamentos e normas adotadas durante fins de 1965 e comêço de 1966. Êste foi um período em que o ímpeto de expansão foi igualmente vigoroso e amplo. Ao término do ano de 1965, tornava-se opor-

tuna e necessária uma atenuação das pressões exercidas pela procura sôbre grande parte do mundo industrial, considerando-se que a intensa procura em diversos países era incompatível com a preservação de uma estabilidade razoável de preços e equilíbrio do balanço de pagamentos. Não lograram êxito, contudo, as tentativas de sistematização das políticas econômicas nacionais para fazer frente a esta situação.

Em primeiro lugar, os países industrializados aplicaram geralmente uma política de contenção financeira quando esta já era impotente; de fato, devido a uma compreensão tardia do problema em alguns casos, estas políticas foram postas em prática sòmente durante a primeira metade de 1966, quando os preços subiam numa proporção assustadora, mas a expansão de produção e as pressõe exercidas pela procura realmente tendiam a declinar. A ação financeira era geralmente adiada ou empregada apenas moderadamente, dedicando-se uma especial atenção à política monetária. Isto contribuiu para uma tensão excessiva sôbre o preço e o mercado de capital, e em diversos países a compressão de crédito reultante teve efeitos funestamente rigorosos em alguns setores especiais da economia interna do país.

De um ponto de vista exterior, a sincronização e combinação de políticas empregadas para sustar a inflação nos anos de 1965-1966 teve um efeito definido sôbre o balanço de pagamentos de diversos países. Não parece, entretanto, duradoura a contribuição destas políticas para a redução no desequilíbrio de pagamentos no sistema internacional em geral. Em particular, foram de utilidade limitada no que se refere ao equilíbrio da circulação do capital internacional, principalmente por uma tentativa geral de contenção monetária por grande número de países de vulto, mormente provocada por motivos internos. Além do mais, as políticas de fins de 1965 e comêço de 1966 não conseguiram evitar diferenças acentuadas entre países importantes no crescimento da produção e nas pressões sôbre as reservas, o que levou a um impacto na atual receita externa, o que em alguns casos foi mal recebido pelas autoridades nacionais.

Devemos reconhecer que o período que abrangeu fins de 1965 foi desusadamente difícil para a formulação de uma política econômica nos principais países industrializados. Não obstante, a experiência dêste período põe em relêvo importantes lições para o futuro. Embora nenhuma delas seja desconhecida, citarei algumas, a fim de acentuar sua importância:

Em primeiro lugar, um exame das realizações recentes servirá para nos recordar as dificuldades inerentes à classificação e projeto econômicos. Ao mesmo tempo, assinala a importância do desenvolvimento da circulação de dados estatísticos indispensáveis.

Em segundo lugar, os recentes aperfeiçoamentos demonstraram claramente que as diretrizes estabelecidas quanto à renda não podem atingir seus objetivos sob as condições de uma demanda excessiva. Tais diretrizes sòmente têm êxito se associadas ao emprêgo adequado de normas monetárias e financeiras, e, quando examinadas sob esta luz, podem representar um importante papel no contexto geral da política econômica nacional. Espero

e acredito, portanto, que as autoridades nacionais farão tentativas incessantes para desenvolverem as normas referentes à renda, de acôrdo com as suas próprias estruturas econômicas e institucionais.

O terceiro aspecto, de particular importância, refere-se à experiência durante os anos 1965 e 1966 que demonstrou que os países industrializados deveriam utilizar com maior flexibilidade suas medidas financeiras, ao ambicionar uma combinação eficaz das normas para atingir seus objetivos internos e externos. Em outras ocasiões, inclusive na Reunião Anual do ano passado, ressaltei esta necessidade de políticas financeiras mais apuradas.

Finalmente, o último registro econômico faz ver a necessidade constante de se conseguir melhor coordenação entre as políticas financeiras dos principais países. Esta necessidade torna-se evidente nesta época quando se encara o problema de promover uma renovação da atividade econômica mundial enquanto atingindo um reajuste satisfatório de pagamentos internacionais. Êste problema exige diretrizes adequadas de sistematização por parte dos países com *deficit* ou *superavit* análogos.

Nos Estados Unidos, como já foi mencionado, está em desenvolvimento um incremento econômico e as autoridades daquele país estão bastante confiantes — na verdade interessadas — na perspectoiva de pedir a aprovação legislativa para um aumento sôbre o impôsto de renda. Após um pequeno acréscimo na produção total real durante a primeira metade de 1967, o objetivo atual dos Estados Unidos é atingir um coeficiente de desenvolvimento de aproximadamente, e não mais do que, 4% ao ano, em conformidade com o potencial calculado não inflacionário de sua economia. Êste objetivo é também do interêsse de outros países devido à necessidade de uma expansão da produção mundial sem ocasionar um ressurgimento das fôrças inflacionárias.

Por outro lado, a realização inicial de seu objetivo de desenvolvimento nacional poderia estorvar os esforços dos Estados Unidos para aperfeiçoar o equilíbrio externo do atual cômputo, se, como parece provável, o crescimento total nos mais importantes partícipes comerciais dos Estados Unidos prosseguir, ainda por algum tempo, a uma taxa anual muito abaixo de 4 por cento. Em vista do problema constante do *deficit* no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, o aparecimento de novas exigências sôbre o balanço do cômputo anual seria bastante inoportuno e seria essencial que as autoridades limitassem o impacto destas exigências sôbre a posição global de pagamentos.

Em vista da situação atual, uma contribuição importante para a sistematização internacional pode também ser efetuada pelos países mais importantes que têm uma posição relativamente forte de reservas e não enfrentam, no momento, qualquer conflito entre objetivos internos e externos. Êstes países, sobretudo a Alemanha, França e Itália, deveriam continuar a adotar normas expansionistas. Estas normas são essenciais à restauração e expansão da tendência ascendente de atividades no mundo industrial, enquanto

atenuam as exigências sôbre posições financeiras externas dos Estados Unidos, do Reino Unido e outros países.

Os países de produção primária seriam muito beneficiados com uma pronta retomada de um coeficiente satisfatório de progresso no mundo industrial. O retardamento das atividades industriais durante os anos de 1966 e 1967, devemos notar, exerceu um impacto severo e inoportuno sôbre êstes países, principalmente no caso dos menos desenvolvidos. No total, o rendimento real dos países em desenvolvimento já conhecera algum progresso um pouco mais lento no período compreendido entre 1960 e 1965, do que nos cinco anos antecedentes, e a realização foi marcadamente menos favorável numa base *per capita.* A produção *per capita* na primeira metade desta década aumentou sensìvelmente em alguns países menos desenvolvidos, mas em outros, no que se refere a quase dois terços da população de todos êstes países, teve um aumento apenas brando ou sofreu um declínio. A situação agravou-se indubitàvelmente durante os anos de 1966-67, devido a uma redução recente da receita de exportação dos países menos desenvolvidos. Em seu contato íntimo com êstes países, o Fundo interessou-se profundamente por suas dificuldades crescentes, e prosseguirá em seus esforços para mitigá-los.

Esta exposição referente aos países em desenvolvimento que acabo de esboçar leva-me mais uma vez a insistir em que os países industrializados desenvolvam o acesso a seus mercados, e que dediquem uma preferência acentuada ao intercâmbio de assistência ao desenvolvimento.

A conclusão bem sucedida do "Kennedy Round", após quatro anos de negociações intensivas e árduas, efetuará uma redução altamente significativa das tarifas numa base ampla. É de lamentar, contudo, que nada mais se possa fazer quanto à eliminação ou na redução de tarifas dos produtos de interêsse especial para os países em desenvolvimento. Para nossa satisfação, prosseguirão os esforços neste sentido, e é importante que produzam resultados satisfatórios. Enquanto isso, os cortes nas tarifas que foram acordados para um vasto grupo de produtos industriais, os quais não são de interêsse imediato para exportação dos países em desenvolvimento, deveriam, não obstante, exercer uma influência propícia sôbre a procura de suas matérias-primas e produtos semi-elaborados.

A utilidade da colaboração internacional numa base geral, como foi exemplificado pelo "Kennedy Round", não deve fazer com que percamos de vista os benefícios que os países possam extrair da colaboração com seus vizinhos mais próximos. Devemos reconhecer, por exemplo, o progresso que a união econômica centro-americana possibilitou entre países daquela região nos últimos anos; e desejo expressar minha mais ardente esperança de que se concretizem as aspirações contidas no texto da Associação de Livre Comércio da América Latina.

Já aludi, Sr. Presidente, à importância de uma cooperação ao desenvolvimento. Constitui-se motivo de preocupação o fato de que o fluxo de re-

cursos financeiros a longo prazo em relação a êstes países menos desenvolvidos nos últimos anos tenha retardado o crescimento da produção no mundo industrial.

A observação dos desenvolvimentos econômicos nos últimos anos revela outras tendências inquietadoras. Observa, por exemplo, que tem havido uma regressão na liberdade de circulação de capitais, embora os países industrializados que introduziram contenções neste particular aspeto, tenham conseguido salvaguardar os países menos desenvolvidos contra seu impacto. Houve também uma crescente insistência em restringir a ajuda estrangeira, o que é pouco proveitoso para sua utilização mais eficaz. Mais generalizadamente, desejo acentuar a necessidade de prosseguir numa base coletiva em direção a uma liberalização do comércio e pagamentos internacionais. Neste contexto, recomendaria que os países fizessem esforços renovados para evitar uma ação unilateral, não importa qual seja sua motivação, para afastar concessões ou impor novas restrições.

Chegamos agora, Sr. Presidente, ao que considero o mais importante desenvolvimento na cooperação financeira, desde Bretton Woods. Refiro-me aos entendimentos propostos visando à liquidez internacional. Tanto o "Kennedy Round" como as próprias negociações para a liquidez nos deram uma valiosa lição de que, por mais difíceis que sejam, os problemas sôbre comércio e finanças podem ser resolvidos, desde que existam. Vimos mais uma vez que os mais diferentes países podem concordar sôbre o que é mais conveniente a seus interêsses econômicos, sejam individuais ou coletivos, e que êles podem realmente ajustar seu ambiente econômico de forma a promover seu bem-estar geral.

Durante quatro anos, o Fundo procedeu a discussões sôbre liquidez internacional, entre os dez países que participam dos Acôrdos Gerais para Empréstimos do Fundo, durante as reuniões conjuntas dos Diretores Executivos e os Oelegados do Grupo dos Dez, e em diversos outros foros.

Como resultado, os Governadores têm agora diante de si, aprovado pelos Diretores Executivos, como base para uma emenda em nosso Convênio, um Esbôço específico para a adoção de um procedimento destinado a atender à necessidade, quando houver, de um suplemento aos capitais de reesrva existentes. Nesse momento, desejo expressar meu real aprêço pela maneira pela qual o longo período de discussões e negociações foi tão esclarecedor e tornado tão agradável, graças ao espírito de cooperação de todos os participantes; e eu gostaria de render especial tributo ao Presidente dos Delegados.

Após alguns anos em que tudo que pude fazer foi informar algum progresso e prometer um estudo intensivo adicional para o próximo ano, sinto-me particularmente feliz de poder apresentar êste Esbôço agora, em nome do Diretores Executivos, e dar meu decidido apoio à Resolução proposta que lhes pede que preparem as emendas necessárias do Convênio para serem submetidas à Junta de Governadores. Uma vez aprovadas pela Junta, as emendas serão encaminhadas aos membros, para ratificação.

O pessoal e a administração do Fundo estão a postos para preparar com a máxima presteza os projetos dos necessários instrumentos e qualquer outro requisito material, a fim de facilitar o trabalho dos Diretores Executivos nas duas tarefas a êles confiadas nesta Resolução: estabelecimento de um nôvo procedimento e possíveis melhoramentos no presente Fundo.

O Esbôço reflete o princípio de que a comunidade internacional deveria estar apta a controlar as reservas, em vez de serem estas que controlam a comunidade. Além disso, inclui acôrdo sôbre a linha de ação a ser tomada em caso de necessidade. A questão sôbre a existência ou não de tal necessidade, e, se houver, a sua magnitude, será deixada para decisão posterior à entrada em vigor do Esbôço. Uma vez terminado e ratificado, o documento final, a comunidade financeira internacional terá podêres para criar acréscimos às reservas, no montante que julgar necessário. Quando um julgamento coletivo decidir que é desejável suplementar as reservas existentes, não haverá mais indecisões para soluções *ad hoc*. Já não existirá o risco, por falta de acôrdos internacionais, dos países adotarem soluções ditadas não pela razão mas por fôrça das circunstâncias.

O Esbôço pôsto agora à consideração é o resultado de um intensivo e mesmo microscópico exame de diversas possibilidades alternativas. Tenho confiança de que êle fornece a base para acôrdos queserão práticos, exitosos na operação e capazes de desenvolvimento futuro.

O nôvo procedimento visa criar liquidez internacional de forma incondicional. Nos últimos anos, houve uma tendência crescente no Fundo e em todo lugar de fazer distinção entre duas categorias principais da liquidez internacional; reservas à disposição incondicionalmente, isto é, a espécie de liquidez que os países podem usar sem estarem sujeitos a compromisso ou discussão como norma, e "liquidez condicional" como a que o Fundo fornece nos têrmos de crédito. É vital para a promoção de um eficiente processo internacional de ajuste que as faixas de crédito condicional continuem a desempenhar papel vital no sistema de pagamentos internacionais. Ficou claro, entretanto, nas discussões realizadas nos últimos anos, que os países vêem distinções importantes entre o acesso a estas facilidades e as reservas à disposição como direito; sendo assim, maiores facilidades condicionais não são encaradas como um substituto pleno para uma acumulação normal de reservas. Um tipo de liquidez internacional a que foi dada grande e crescente importância nos últimos anos é aquêle estabelecido pelos acôrdos de crédito bilateral entre as autoridades monetárias. Êstes provaram definitivamente seu valor em tempos de tensão, e fixaram seu lugar permanente no mecanismo financeiro internacional. Entretanto, dado seu caráter essencialmente de curto prazo são agora encarados como um substituto inadequado das reservas.

O nítido desejo dos membros de que o nôvo ativo da reserva deva ser incondicional e permanente em natureza é plenamente atendido pelo Esbôço. Um membro poderá utilizar os direitos especiais de saque estabeleci-

dos pelo Esbôço sempre que tenha uma necessidade de reserva ou do balanço de pagamentos para fazê-lo, e o julgamento da sua própria necessidade não ficará sujeito a impugnação prévia. Um membro poderá transferir seus direitos de saque a cessionários apropriados, e desta forma poderá ter a certeza de que obterá as modeas de que necessite para fazer face a um *deficit* de pagamento. Os membros que adotarem o esquema ficarão obrigados a aceitar sem discussão o nôvo ativo de reerva quando lhes fôr apresentado por outros membros em consonância com as normas e instruções do Fundo. Essa obrigação de aceitação constitui importante característica do aspecto de reserva do nôvo direito de saque, havendo o seu limite sido fixado a um nível destinado a assegurar que o membros possam utilizar seus direitos de saque quando necessitarem fazê-lo. Naturalmente, qualquer membro pode concordar em manter qualquer montante do ativo que ultrapasse o limite. Os novos direitos de saque serão utilizáveis entre os membros participantes sòmente para liquidações oficiais. Mas provàvelmente serão também utilizáveis, segundo normas ainda a serem elaboradas, para alguns dos tipos de transações que atualmente se verificam entre o Fundo e os seus membros.

Serão dispensados ao ativo outras características a fim de torná-lo um ativo internacional digno de figurar lado a lado do ouro, das moedas de reesrva e das posições de reserva existentes no Fundo, tal como uma garantia da manutenção do seu valor ouro e da remuneração de juros a uma taxa moderada. Por êsses motivos, é de esperar-se queos países desejem manter normalmente os direitos de saque a êles concedidos, adquirir importâncias quando se encontrarem numa posição superavitária de pagamentos e, quando estiverem em *deficit,* utilizar os novos direitos de saque sòmente em combinação com o emprêgo das suas outras reservas. A segunda idéia realmente se reflete no Esbôço, que se refere L conveniência de os países perseguirem, no transcurso do tempo, uma relação equilibrada entre as suas manutenções de direitos especiais de saques e outras reservas. É improvável que um membro que tiver de seguir êste princípio na administração das suas reservas tenha que ajustar suas manutenções de direitos de saque como decorrência da obrigação de reconstituir — obrigação que especifica que no decurso de um período de cinco anos a utilização média de um membro não deve ultrapassar 70% da sua concessão cumulativa média líquida.

Até agora meus comentários versaram sôbre os aspectos mais técnicos do Esbôço, mas certamente de importância não menor é o fato de que êle mantém os princípios da universalidade e da não discriminação que são básicos no Fundo. Todos os membros do Fundo terão o direito de participar dos benefícios, enquanto vinculados às obrigações, do nôvo procedimento. As quantias distribuídas a cada membro basear-se-ão no padrão que tenha sido fixado no Fundo como uma medida de sua posição econômica e financeira no mundo, isto é, a sua cota. O direito de voto de cada membro no nôvo esquema será determinado à base de critérios muito semelhantes aos que ora se aplicam no Fundo. E o direito de utilizar os novos direitos de

saque serão nos mesmos têrmos para todos os membros do Fundo. De tôdas as formas, portanto, a unidade de participação no Fundo tem sido preservada.

No transcurso do longo período de debates e negociações mantive-me confiante de que o resultado final seria satisfatório tanto do ponto de vista técnico como político, e que corresponderia a fortalecer a colaboração monetária internacional e o Fundo. Estou convicto de que, uma vez o nôvo plano seja traduzido numa emenda ao Convênio, o Fundo será grandemente ajudado na busca dos seus objetivos, que abrangem, parafrascando o Artigo I, a expansão do comércio, o desenvolvimento dos recursos de todos os seus membros e um regime de taxas cambiais estáveis.

Ao procurar êsses objetivos no decorrer dos anos, o Fundo tem demonstrado notável capacidade de evolução. Suas políticas e práticas não são estáticas. Têm sido modificadas e adaptadas a fim de atenderem às condições de um mundo em transformação. Podem ser ainda modificadas a fim de permitir que o Fundo desempenhe papel duradouro e efetivo tanto no proporcionamento de liquidez como na promoção da cooperação monetária internacional.

Exposição do Sr. ANTONIO DELFIM NETTO, Ministro da Fazenda do Brasil e Governador do Fundo e do Banco Internacional

Na oportunidade desta histórica reunião na cidade do Rio de Janeiro, meus companheiros da América Latina e das Filipinas confiaram-me o honroso encargo de expressar pontos de vista de que comungamos com relação às atividades e políticas do Fundo Monetário Internacional. Falo em nome da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Filipinas, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Dois decênios depois de Bretton Woods, encontramo-nos no limiar de uma nova era no tratamento dos assuntos monetários internacionais. Durante todos êsses anos, vimos trabalhando continuamente para aperfeiçoar o sistema monetário internacional no sentido de torná-lo um mecanismo eficiente e capaz de promover a expansão do comércio mundial e do fluxo internacional de capitais. A confiança mútua que se solidificou durante êste período entre os países-membros do Fundo permitiu que se chegasse a um acôrdo em tôrno de princípios básicos quanto à criação deliberada de novos ativos de reserva, com isso abrindo amplas perspectivas para a constante melhoria da ordem monetária internacional.

Tomamos nota, nós, os países latino-americanos e as Filipinas, dos aspectos positivos incluídos nas propostas finais que nos submetem os Diretores Executivos do Fundo Monetário Internacional. Observamos, particularmente, que o mecanismo sugerido incorpora certos princípios fundamentais,

tais como a participação universal de todos os países refletida no papel central que nêle desempenhará o Fundo Monetário Internacional — a ausência de discriminação quanto a tipos e formas de liquidez a ser criada, aos procedimentos para tomada de decisões e o caráter incondicional dos novos ativos de reservas. Tais características básicas têm sido constantemente defendidas pelas nações da América Latina e demais países em vias de desenvolvimento desde a Reunião Anual de Tóquio em 1964.

O mecanismo proposto contém a chamada obrigação de "reconstituição" como parte das características necessárias para a fase inicial de operação do nôvo sistema. Assim entendidas, as regras para reconstituição nos parecem aceitáveis. A experiência com o funcionamento do mecanismo indicará em que medida deverão ser elas revistas para o período subseqüente, a fim de que, com essas revisões, se garantam o uso e transferência mais flexíveis dos novos ativos de reserva.

Não há como duvidar da justeza e oportunidade da tarefa que ora empreendemos. Evitar-se-ão as renovadas pressões especulativas no mercado do ouro e ficará garantido o normal funcionamento do sistema monetário internacional, como um todo. Confiamos, em que induzirá os países mais desenvolvidos a seguirem políticas menos restritivas de comércio, de investimentos estrangeiros e de assistência financeira ao desenvolvimento econômico dos demais países, ao infundir aos primeiros maior confiança na formulação de suas políticas de balanço de pagamentos.

Uma vez tomada a decisão fundamental, esperamos que a comunidade dos países-membros do Fundo Monetário Internacional não postergará desnecessàriamente a ratificação do nôvo mecanismo, nem sua oportuna ativação. Se bem que não esteja, afortunadamente, o atual sistema monetário exposto a perigos iminentes, já se podem notar os sinais de uma eventual insuficiência de liquidez internacional. Não devem, pois, tardar as ações adequadas e expeditas para prevenir situações críticas.

Estamos conscientes de que o nôvo mecanismo de criação deliberada de ativos de reserva não proporciona uma solução completa e definitiva de todos os problemas que perturbam o sistema monetário internacional. Conforme já nos manifestamos em outras oportunidades — e aqui ainda uma vez o reiteramos — cabe enfrentar sem demora a questão da melhoria dos processos de ajustamento dos balanços de pagamentos, de modo a fazer recair a responsabilidade pela aplicação de políticas corretivas tanto sôbre os países deficitários quanto sôbre os superavitários. Não se deve prolongar por mais tempo a assimetria hoje existente que leva apenas os países deficitários a assumirem integralmente tal reponsabilidade, pois a manutenção de altos níveis de comércio e investimento é tarefa conjunta da comunidade de nações. Apraz-nos observar que em sua brilhante exposição, o Sr. Schweitzer se referiu enfàticamente à necessidade de melhorar o processo de ajustamento nos balanços de pagamentos. Esperamos que o Fundo dedique atenção especial a êstes problemas, de maneira que se possa progre-

dir efetivamente nessa área tão importante das relações financeiras internacionais.

Confiamos em que o mesmo espírito de compreensão mundial, que permitiu chegar-se a um plano contingente para criação deliberada de novas reservas, continuará a prevalecer quando da consideração de outros aspectos da política econômica internacional, de vital importância para a grande maioria das nações. A melhoria, antes preferida, do processo de ajustamento externo pertence a esta classe de problemas. Existem, contudo, outras áreas, como a regularização justa e eficaz do comércio de produtos primários e a eliminação de práticas restritivas e discriminatórias no comércio internacional que afetam as nações menos desenvolvidas, a política multilateral de financiamento do desenvolvimento e a eliminação de restrição nos mercados de capitais, as quais figuram de modo saliente na lista dos problemas cruciais a serem enfrentados no futuro imediato pelos países em vias de desenvolvimento.

É evidente que, para instituir o mecanismo de direitos especiais de saque, será necessário reformar sob certos aspectos o *convênio* do Fundo. É possível que se pretenda utilizar a oportunidade para introduzir outras reformas nas disposições existentes. Pensamos, contudo, que estas apenas se justificarão na medida em que contribuam para melhorar, de forma apreciável, o funcionamento do sistema monetário internacional. Por exemplo, parece oportuno que o Fundo considere sua provável contribuição para apoiar os movimentos de integração econômica regional.

Concordamos em que se solicite aos Diretores Executivos que considerem devidamente quaisquer propostas de reforma que tenham mérito e proporemos, eventualmente, as modificações, que, a nosso juízo, possam contribuir para fortalecer e ampliar a ação do Fundo. Não obstante, queremos salientar desde já que nos oporemos a propostas de reforma que impliquem na redução da flexibilidade do funcionamento do sistema atual e, em particular, no que diga respeito às políticas relativas ao uso dos recursos condicionais do Fundo.

Igualmente, não somos favoráveis a que se altere a natureza do Fundo como fôro de cooperação monetária internacional, cujas decisões se baseiam no consenso dos países-membros e não em votos formais. Recomendamos, assim, cautela na consideração de propostas de modificação do Convênio de Bretton Woods, que, baseado em princípios simples e genéricos, permitiu ao Fundo evoluir continuamente e adaptar-se às condições cambiantes da economia mundial.

Ainda que reconheçamos a importância transcendental do nôvo mecanismo de liquidez internacional e de possíveis reformas do Fundo, os países da América Latina e Filipinas continuam vivamente interessados nas atuais políticas e atividades da Instituição. Em particular, observamos com interêsse que, no curso do último ano, se intensificou o uso do mecanismo de financiamento compensatório, o que reflete primordialmente a deterioração acentuada no comércio mundial dos produtos primários. Neste

sentido, observamos que foi oportuna a emenda aprovada em setembro de 1966 alterando a decisão original de fevereiro de 1963. Tal modificação deu maior segurança aos países-membros para recorrer à assistência financeira do Fundo. Confiamos em que a experiência do Fundo na aplicação concreta do mecanismo tornará mais flexível sua política de financiamento compensatório.

Faço votos para que o trabalho conjunto desta Reunião represente um grande passo no sentido de ser consolidado um sistema internacional de pagamentos que preveja um volume de liquidez adequado ao atendimento das necessidades do comércio mundial de tal forma que possam ser enfrentados com sucesso os problemas financeiros e cambiais das nações desenvolvidas e em processo de desenvolvimento, estabelecendo-se, afinal, o clima almejado pelo Fundo Monetário Internacional e pelas Nações que dêle participam.

Ao terminar, reitero, em nome do Govêrno brasileiro e em meu nome pessoal, que constitui honra e prazer excepcionais receber em nosso País tão ilustres membros da comunidade financeira internacional.

Discurso pronunciado pelo Sr. HENRY H. FOWLER, Ministro da Fazenda dos ESTADOS UNIDOS

É para mim um prazer especial participar desta Reunião Anual no Rio de Janeiro.

Sou imensamente grato ao Govêrno e ao povo do Brasil por sua simpática hospitalidade nesta ocasião. A beleza desta cidade, o emocionante potencial dêste país gigantesco e vibrante formam um pano de fundo para esta conferência que pode nos inspirar a todos.

A experiência pessoal de verificar, em primeira mão, os problemas e as potencialidades do crescimento econômico no Brasil e em suas nações vizinhas servirá de estímulo, acredito, a nós todos, para ajudar em ulteriores esforços a aumentar a colaboração internacional em apoio ao desenvolvimento econômico.

Muito me alegra ver novamente entre nós os Governadores da Indonésia, representando aquela grande e importante nação, e em ressaltar que tanto o Fundo como o Banco foram capazes, neste último ano, pouco mais ou menos, de desempenhar um prestimoso e construtivo papel, auxiliando a Indonésia a enfrentar um período muito difícil e penoso de estabilização econômica. Sei que todos nós desejamos sucesso às autoridades indonésias nos corajosos esforços que estão envidando.

É também um prazer acolher em nossas organizações Gâmbia, que na semana passada completou as formalidades para sua admissão como país-membro, e também Botswana, cujas resoluções referentes à sua admissão estão em pauta nesta reunião de Governadores.

O Fundo e o Banco tiveram mais um ano altamente bem sucedido, cujos acontecimentos principais estão registrados em seus excelentes relatórios anuais. O Sr. Woods e o Sr. Scweitzer resumiram as atividades do Banco e do Fundo no ano passado e me dispenso de repetir aqui aquilo que êles disseram.

Mas os acontecimentos do ano foram coroados por um fato que fugiu ao padrão habitual, justamente por constituir uma realização sem precedente — a feliz conclusão de negociações objetivas para a criação de um instrumento destinado a atender a necessidade, quando e à medida que surja, de suplementação das reservas ativas existentes.

Esta medida deverá ser adotada dentro da moldura do Fundo e está corporificada nas linhas gerais de uma facilidade de direitos especiais de saque, que é o principal assunto desta reunião.

No ano passado instamos por reuniões conjuntas dos diretores executivos representativos dos países-membros do Fundo e dos suplentes do Grupo dos Dez. Era nossa esperança e confiança que dessas reuniões surgiria um plano específico para a deliberada criação de uma reserva que viesse a ser objeto de ação por parte dos Governadores do Fundo nesta Reunião Anual. Esta esperança e esta confiança foram concretizadas. As reuniões conjuntas produziram resultados que excederam às expectativas e os Estados Unidos são gratos a todos Ministros e Suplentes do Grupo dos Dez, aos Diretores Executivos, ao Diretor Administrativo e ao funcionalismo do Fundo.

Assim, em última análise, chegamos nesta reunião ao forum final e lógico de uma conferência monetária internacional a fim de decidir que etapas devemos vencer juntos para assegurar a melhoria substancial dos convênios monetários internacionais, visando à criação de um meio para prover, quando e onde necessário, as reservas existentes. Apesar dos vinte e dois anos de progresso constante, desde Bretton Woods, necessitamos assegurar um sistema monetário mundial conducente a uma ordem econômica mundial mais racional e construtiva.

Será um grave êrro, no entanto, pensar que um sistema monetário internacional, forte, flexível e adequado, começa e termina com a certeza da suficiência da reserva global. Existem outros elementos essenciais que exigem tanto a cooperação internacional quanto um enfoque responsável das autoridades monetárias nacionais. Dois dêles, particularmente, merecem menção, e a certeza de meus colegas Governadores é de que os Estados Unidos cumprirão totalmente a sua parte.

A manutenção da conversibilidade do dólar e do ouro para fins monetários internacionais é também essenciail a um regime de taxas de câmbio estáveis, o qual é o principal objetivo do Fundo, que nos foi relembrado ontem pelo Diretor Administrativo em seu notável discurso.

Nada nos novos acôrdos de liquidez está previsto para alterar as atuais relações entre o ouro e o dólar. O compromisso norte-americano de conversão do dólar em ouro, a US$35, continua firme. Isto tem sido e continuará a ser um fator central no sistema monetário.

Outro elemento que merece comentário é o processo de ajustamento dos desequilíbrios de pagamentos. A cooperação internacional é aqui importante, também, por ser difícil sem ela fazer êsse processo funcionar efetivamente no complexo mundo de hoje. A contínua expansão do comércio e dos investimentos mundiais traz consigo uma tendência correspondente, no sentido de um nível absoluto mais elevado de desequilíbrio internacional. Um processo de ajustamento melhorado pode servir para moderar essa tendência e, especialmente, para reduzir ou eliminar *deficits* persistentes ou excedentes persistentes ou excessivos.

O relatório do Fundo chama a atenção para algumas dificuldades encontradas na melhoria do processo de ajustamento. No momento atual, os problemas econômicos internos enfrentados pelas nações industriais revelam considerável diversidade. Em meu país, há clara necessidade de aplicar restrições fiscais ao que de outro modo pode converter-se logo numa expansão tão excessiva a ponto de criar sérias tensões inflacionárias e um crescente *deficit* no balanço de pagamentos. Entrementes, muitas nações da Europa continental ainda necessitam de incentivos para restaurarem taxas mais satisfatórias de crescimento econômico. Isto também reduziria os *superavits* dos seus balanços de pagamentos e conseqüentemente promoveria o processo de ajustamento internacional.

Uma taxa perfeitamente equilibrada de crescimento não deve ser esperada, quer nas economias nacionais, quer no comércio mundial. A recente situação foi prejudicada por lentos progressos na produção — e em alguns casos, por reduções — em várias nações industriais importantes. Se esta situação tivesse de continuar, ou, pior ainda, de se intensificar, as tensões sôbre o mecanismo internacional dos pagamentos certamente se tornariam rigorosas. Em particular, as nações produtoras de matérias-primas suportariam uma parcela onerosa do trabalho de ajustamento.

Em muitas das nações industriais, um progresso mais vagaroso na produção foi conscientemente defendido como medida de política nacional, a fim de reduzir pressões inflacionárias. Concluído o ajustamento, estava também lançada a base para uma expansão mais duradoura. Conquanto êsses ajustamentos sejam essenciais nos países isoladamente, políticas de redução nos países superavitários não devem continuar até o ponto de prejudicarem as perspectivas de uma expansão do comércio mundial, agravando severamente os desequilíbrios nos pagamentos internacionais. Um volume de comércio em constante expansão, bem distribuído regionalmente, é essencial para que sejam mantidos níveis aceitáveis de bem-estar nos países desenvolvidos e promovidos êsses mesmos níveis nos países em desenvolvimento do mundo.

Um tema comum na recente experiência de muitas nações industriais tem sido as tensões monetárias que são conseqüências de expansão interna demasiado rápida e de confiança demasiado tênue nas restrições fiscais. Em geral suavizaram-se durante êste ano muitas das mais rigorosas tensões financeiras. Mas, por seu turno, apenas se conseguiu, de modo geral, uma

redução moderada da pressão ascendente sôbre os mercados de dinheiro internacionalmente, junto com uma redução do crescimento da produção em algumas importantes nações industriais abaixo das taxas desejáveis e exeqüíveis de um ponto de vista a longo prazo. Apesar disto, as taxas de juros a longo prazo permaneceram altas.

Haverá necessidade de harmonizar as políticas econômicas e financeiras nacionais no interêsse não apenas de uma expansão doméstica equilibrada, mas também de uma expansão equilibrada do comércio internacionalmente. Todos sabemos que tanto as nações deficitárias como as superavitárias têm em comum a responsabilidade por contínuos esforços no sentido de melhorarem o processo de ajustamento. *Deficits* e *superavits* são, afinal, duas faces da mesma moeda. Não deve haver a presunção de que uma nação, por apresentar *deficits* ou *superavits*, seja faltosa. É essencial a ação cooperativa de ambas as partes.

II

Voltarei, agora, ao assunto de principal interêsse — do lado do Fundo — nesta Reunião Anual.

Esta XXII Reunião Anual tem significado especial para todos os membros do Fundo. Após quase um quarto de século de experiência com os Artigos de Acôrdo preparados em Bretton Woods, em 1944, pedem-nos agora que aprovemos um processo conducente à primeira emenda àqueles Artigos.

O plano de Direitos Especiais de Saque é importante para tôdas as nações-membros. Não há área do mundo que não tenha interêsse vital na expansão do comércio internacional. Além disso, o fluxo de capital público e privado através das fronteiras nacionais é do maior interêsse para o mundo em desenvolvimento, e êsses fluxos podem ràpidamente sentir os efeitos adversos das reservas inadequadas. Em fins de agôsto, o Presidente Johnson, comentando a reunião de Londres, disse:

"Sem êsse esquema, a crescente inadequação do suprimento de moeda mundial tornará cada vez mais difícil para os governos nacionais seguir políticas liberais de comércio e emprêgo. A subsistência e até as vidas de pràticamente milhões de pessoas, dentro de uma ou duas décadas, seriam duvidosas, especialmente nos países menos desenvolvidos".

Desde a guerra, ouro e dólares têm fornecido um fluxo de novas reservas. Mas o ouro não está aumentando, agora, as reservas totais, nem se pode concluir com segurança que êle o faça em grande escala, no futuro. Os estoques totais de ouro monetário, inclusive os possuídos pelo Fundo e outras instituições financeiras internacionais, não são significativamente maiores, hoje, do que o eram no fim de 1964.

Os dólares, as libras esterlinas e as reervas temporárias criadas pelo Fundo segundo os processos existentes estão, por enquanto, mantendo o

crescimento das resrvas. Mas é claro que o crescimento da reserva no futuro não pode repousar, como no passado, nos *deficits* de pagamento dos Estados Unidos.

É contra êsse pano de fundo que as negociações sôbre o Plano Preliminar se processaram. E o Plano deixa absolutamente claro que é possível chegar a acôrdo sôbre um procedimento específico, a despeito de diferenças no tratamento dos problemas do sistema monetário e a despeito das posições e políticas amplamente variáveis da reserva nacional. Progredimos no sentido do acôrdo com espírito pragmático, reconhecendo que ninguém que participe dessas negociações poderia esperar que o resultado coincidisse totalmente com suas próprias idéias.

O julgamento e a boa vontade de grande número de funcionários responsáveis de governos e bancos centrais combinaram-se para conseguir êsse resultado depois de alguns anos de trabalho intenso.

O Plano Preliminar está agora diante de nós. Temos a responsabilidade — e a oportunidade — de aprovar a Resolução para iniciar o processo de trazê-lo à vida. Esta é nossa oportunidade singular, reunidos como instituição, para trabalhar no Plano Preliminar, antes de apresentado a nossos diretores executivos para redação final, depois a esta Junta para aprovação e aos governos para aceitação.

O Plano Preliminar tem o pleno apoio de meu país. Êle fornece a moldura para uma estrutura efetiva e exeqüível capaz de atender as futuras necessidades globais de reservas.

Embora haja muitos aspectos do Plano a merecer menção, restringir-me-ei a umas poucas observações:

1. O Plano Preliminar é um plano universal. Está aberto a todos os membros do Fundo, e eu espero que todos queiram dêle participar.

2. A facilidade destina-se a atender a necessidade, como e quando surgir, de suplementar as reservas existentes. Embora cada país tenha sua própria decisão, espera-se que êsses direitos especiais de saque sejam tratados como reservas de primeira linha. Os Estados Unidos assim pretendem fazer.

3. A nova reesrva deve oferecer segurança contra a excessiva pressão cumulativa e competitiva no sentido de restrições à finança internacional e às transações comerciais — as desacreditadas políticas de mendigar ao vizinho, do período entre as guerras. Pode também agir como barreira às iniciativas nacionais interligadas no sentido de taxas de juros excessivamente altas produzidas por ações competitivas dos países que protegem suas reservas. Ao mesmo tempo, permitirá o crescimento das reservas mundiais e reforçará a confiança na estabilidade de todo o sistema financeiro mundial. Numa palavra, deve funcionar para afrouxar sensìvelmente alguns estrangulamentos desnecessàriamente dolorosos na finança internacional, que resultam dos receios de escassez real ou iminente de reserva.

4. O endôsso dêste Plano Preliminar deve, por si mesmo, fornecer curso mais suave nos mercados de dinheiro e câmbio do mundo. A previsão do futuro é um poderoso fator atual em tôdas as coisas financeiras. Os mercados de ouro e de câmbio devem refletir um nôvo sentido de confiança na adequadação dos futuros suprimentos de reserva.

5. Somos gratos pelo Plano Preliminar reconhecer que a liquidez internacional é a incumbência do Fundo. Êle dá claramente ao Fundo um papel contra e estabelece que a Junta de Governadores, onde todos os membros do Fundo são representados, terá a responsabilidade final pela decisão vital de criar novos direitos especiais de saque.

Entretanto, quanto ao papel do Fundo no uso dos direitos especiais de saque, o Plano sàbiamente deixa campo para o desenvolvimento por meio da experiência. O papel do Fundo pode tornar-se de orientação geral mais do que de operação detalhada. Embora algumas regras básicas tenham de ser mantidas, elas não precisam ser numerosas ou complexas. A parte essencial do papel do Fundo parece repousar menos na área das transações específicas do que no processo de tomar decisões para criar direitos especiais de saque e esclarecer e manter as regras básicas que guiam êsse uso.

6. Um montante muito considerável de reconstituição de posse de direitos especiais de saque pode resultar dos processos normais de oscilação do balanço de pagamentos. Todavia, foi acordado que algumas provisões de reconstituição explícita eram necessárias. Ao mesmo tempo, era importante evitar comprometer a qualidade dos direitos especiais de saque como suplemento às reservas existentes. Os princípios para reconstituição adotados para os cinco primeiros anos garantem que os direitos especiais de saque não serão malversados, todavia não interferem com o *status* de sua reserva.

Em acréscimo à utilização média líquida, provisão aprovada como a regra inicial de funcionamento, estabelece-se também que "Os participantes darão a devida atenção à utilidade de prosseguir além do prazo, uma relação equilibrada entre sua posse de direitos especiais de saque e outras reservas". Esta provisão destina-se a encorajar um uso equilibrado de tôdas as três reservas além do prazo, mantendo, assim, a estabilidade, de modo geral, em posse relativa da nova reserva e reservas existentes, assim como para promover equivalência entre a nova reserva e as reservas tradicionais.

Meu país subscreve vigorosamente a opinião de que a nova facilidade se destina a assegurar uma taxa de crescimento satisfatória nas reservas globais. Não se destina a enfrentar os problemas do balanço de pagamentos de um país individualmente.

Deixai-me tornar claro que a nova facilidade não deveria, em sentido algum, ser encarada como uma solução para o problema do balanço de pagamentos dos Estados Unidos ou para o correspondente problema de *superavit* da Europa Continental. Isto é um assunto que recai sob o título do esfôrço contínuo para melhorar o processo de ajustamento. Conforme o Comunicado de Haia, do Grupo dos Dez, de julho de 1966 assinalou, "os

requisitos prévios para a verdadeira criação de reservas deveria incluir a consecução de um melhor equilíbrio no balanço de pagamentos entre os membros e a probabilidade de um melhor trabalho do processo de ajustamento no futuro".

Sem dúvida, ao determinar sua visão das necessidades globais de reservas, presumìvelmente o Diretor Administrativo levará em consideração futuras adições em perspectiva para as reservas, na forma de dólares ou outra divisa, bem como numerosos outros fatôres e desenvolvimentos, tanto quantitativos quanto qualitativos. Duvido de que uma esmerada ou minuciosa lista de critérios e prioridades relativas possa ser estabelecida, porque mudam as condições e muda a importância relativa dos critérios. Creio que não seria útil incorporar uma lista fixa de critérios no acôrdo ou no relatório.

A Delegação dos Estados Unidos tem grande prazer em dar o seu apoio à Resolução que concita os Diretores Executivos a propor as emendas necessárias aos Artigos de Acôrdo.

É minha firme recomendação que o trabalho dos Diretores Executivos para êsse fim seja completado com presteza.

Esperamos propor legislação ao Congresso dos Estados Unidos no início da primavera de 1968.

A Resolução diante de nós requer que um relatório seja feito a respeito de tantas outras emendas possíveis quantas possam ser recomendadas ao mesmo tempo. Encontramo-nos, certamente, bem no início de um estágio de nossa considerapção de outras propostas para alterações nos Artigos e Regulamentos. Não obstante, minha Delegação concorda com o procedimento visando ao exame de tais propostas.

As propostas terão que ser julgadas em seus próprios méritos e aceitas, alternadas ou rejeitadas nessa base, no relatório a ser submetida pelos Diretores Executivos. Algumas sugestões poderão parecer relativamente fáceis, seja para aceitação ou rejeição. Se, entretanto, algumas sugestões forem consideradas complicadas e/ou controvertidas, não se poderia esperar que os Diretores Executivos levassem avante, no próximo ano, proposições específicas de mudanças, baseadas em tais propostas. Tempo adequado deveria ser porporcionado a fim de permitir uma reunião amadurecida, ampla e certa de idéias. Esta é a maneira como temos abordado a questão dos direitos especiais de saque.

Pelas razões expostas, acredito que decisões substantivas específicas a respeito de todos êsses assuntos não deveriam ser encaradas como uma pré-condição para a adoção de medidas quanto à emenda dos direitos especiais de saque.

III

Volto-me agora para assuntos relativos ao desenvolvimento econômico a longo prazo. Os melhoramentos que estamos agora pondo em movimento

no mecanismo monetário internacional são, acredit, essenciais para o bem-estar a longo prazo dos países em desenvolvimento. A interdependência econômica dos países desenvolvidos e em desenvolvimento é uma realidade do presente e do futuro, que deve ser um princípio norteador da direção que dermos às políticas econômicas internacionais.

Parece um paradoxo que o problema do desenvolvimento, ainda que infinitamente complexo em suas ramificações econômicas, sociais, culturais e até morais, seja também ofuscadoramente simples em seus elementos essenciais. Êstes podem ser reduzidos a três: (a) política de auto-ajuda interna, pelo país em desenvolvimento, suficiente para (b) atrair recursos externos, públicos e privados, sacados contra países capazes de fornecê-los, resultando numa (c) aplicação diligente da combinação de recursos internos e externos, conducentes ao desenvolvimento a longo prazo, mais que o exaustivo consumo imediato. O principal fator na história dos empréstimos para desenvolvimento concedidos com êxito pelo Banco Mundial bem pode ser sua devoção a êstes princípios. O Banco visìvelmente reflete isso hoje.

A reposição dos recursos da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), conquanto não conste formalmente de nossa agenda, é sem dúvida alguma o mais importante assunto pendente de decisão ante os Governadores da família de instituições do Banco. Deve inferir-se, de minhas observações de hoje, que o Presidente Johnson apóia plenamente os esforços do Banco Mundial para conseguir um reabastecimento para o IDA em escala substancialmente grande. Estou esperançoso de que, em suas declarações aqui, outros governadores partilharão esta atitude.

Dois fatos do ano passado são especialmente dignos de nota para nós aqui, em relação ao objetivo de encorajar maior participação de capital privado estrangeiro e local no processo de desenvolvimento.

O uso inicial da autoridade concedida por anteriores emendas à Carta foi feito pelos Diretores Executivos, aprovando uma linha de crédito no valor de 100 milhões de dólares, do Banco Mundial, para a Corporação Financeira Internacional.

Como resultado, poderemos, mesmo, esperar acréscimos mais substanciais no financiamento, por parte da Corporação Financeira Internacional, do setor privado — e maiores volumes de capital privado estrangeiro e local a êle associados.

Em segundo lugar, a inauguração de uma nova e útil facilidade dentro da estrutura do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — o Centro Internacional para o Ajuste de Diferenças em Inversões — através de serviços de arbitramento e de conciliação contribuirá materialmente para uma melhoria do clima no qual o investimento privado internacional tem lugar. Ao fazê-lo, êle ampliará a área que pode se beneficiar do investimento privado. Êle merece o apoio integral dos membros do Banco.

Não posso superestimar a importância de políticas conducentes a um setor privado forte e dinâmico, oferecendo oportunidades tanto ao capital estrangeiro quanto ao local, e servindo como marcador do ritmo da economia.

Ao ressaltar o papel das finanças privadas, estou, sem dúvida, ciente da necessidade da mobilização de recursos públicos e de sua eficiente aplicação. Ouvimos nos discursos de abertura, ontem, e ainda aprenderemos mais, nos próximos dias, sôbre a necessidade urgente de encontrarem os países desenvolvidos os caminhos e os meios de promover aumentos no volume de recursos reais disponíveis para o desenvolvimento. Nós já nos demoramos demasiadamente no chamado "plateau" de ajuda. Já é tempo de demandar terrenos mais elevados. A família do Banco Mundial e os bancos regionais representam um instrumento promissor para a obtenção dessa meta.

Eu estaria tendo uma visão irrealística do mundo se não reconhecesse, contudo, que, deixando de lado o problema orçamentário que todos enfrentamos, há pelo menos dois outros óbices que tendem a retardar a firme disponibilidade crescente de recursos para essas instituições multilaterais de empréstimos.

a. *Mercados de capitais em tôda parte encontram-se sob pressão* por parte de múltiplas exigências internas. O preço do capital em muitos mercados está alcançando alturas históricas.

O Banco Mundial não deveria ser forçado a colocar excessiva confiança em qualquer mercado isolado para suas crescentes necessidades de capital. Um mecanismo contínuo para proporcionar recursos de desenvolvimento ao Banco através de mercados privados exige uma partilha eqüitativa da totalidade dos esforços — e o conceito de eqüidade abrange têrmos razoáveis bem como montantes adequados. Certamente, os países superavitários deveriam contribuir positivamente para o processo de ajustamento através da concessão de acesso preferencial e substancialmente aumentado aos seus mercados de capitais por parte do Banco e outras agências de empréstimos multilaterais.

b. *Fatôres do balanço de pagamentos são o outro óbice especial.* Ao invés de admitir nossas sérias e contínuas dificuldades com o balanço de pagamentos — tornadas ainda mais complexas pelo custo em divisas de nosso esfôrço no Vietname — nós, nos Estados Unidos, encontramos meios de manter um alto nível de ajuda através da transferência de recursos reais para o mundo em desenvolvimento. Nós preferíamos, em um mundo ideal, tornar nossa assistência disponível na forma de recursos financeiros. Entretanto, quando as realidades do balanço de pagamentos se nos deparam, nossa escolha é clara: empenhamo-nos em não reduzir o nível de nossa assistência — mas ao invés disso, em tornar nossa assistência disponível através da transferência de recursos reais. Êste enfoque requer que recur-

sos reais representem uma adição, e não um substituto, para bens e serviços que se movem pelos canais comerciais normais.

Se dificuldades sérias e contínuas do balanço de pagamentos constituem um obstáculo nos meios pelos quais os Estados Unidos podem dar assistência, os *superavits* persistentes no balanço de pagamento constituem um imperativo para os países que gozam de situação capaz de expandir sua assistência em forma de recursos financeiros. Uma política sensata para tais países, e uma política que pode contribuir para o processo geral de ajuste do sistema internacional de pagamentos é a de aumentar o volume, facilitar os têrmos, ampliar o escopo geográfico e eliminar as limitações de compras ao fluxo de fundos de desenvolvimento.

Êsses pensamentos são importantes para a questão ainda sem solução da reposição dos recursos da IDA.

Em março passado, fui autorizado pelo Presidente Johnson a apoiar a reposição dos recursos da IDA em nível substancialmente aumentado, desde que se levassem em conta os problemas do balanço de pagamentos dos países doadores deficitários, decidindo como os novos recursos da IDA seriam postos em disponibilidade. Isto de fato acelerará acôrdo conducente à transferência de recursos para os menos desenvolvidos através da IDA. Para que as próprias agências multilaterais alcancem nossas esperanças para si, precisam ter cada vez mais fundos *comprometidos* pelos doadores *por um período longo.* As salvaguardas do balanço de pagamento ajudarão a assegurar que as contribuições a longo prazo sejam feitas, visto que só com sua proteção os Ministros das Finanças estarão em posição de garantir a seus parlamentos que as incertezas do futuros foram levadas em conta.

Referindo-me assim brevemente à discussão sôbre o suprimento da IDA, eu gostaria de esclarecer mais um ponto.

Nada no plano dos Estados Unidos exigiria que a IDA fizesse quaisquer mudanças em suas atuais políticas com respeito à distribuição de seus recursos a países e projetos, ou à concorrência internacional nas compras, e nenhuma mudança é prevista nesta proposta.

A magnitude das tarefas futuras exige que nos esforcemos para melhorar a qualidade dos esforços de desenvolvimento tanto dos países adiantados quanto dos em desenvolvimento. Assim fazendo, precisamos reconhecer que certos setores econômicos exigem maior concentração dêsses esforços melhorados. Os problemas gêmeos de alimento e população devem ocupar agora o primeiro plano de nossa atenção. Os Estados Unidos estão dando ênfase à ajuda para o melhoramento agrícola — inclusive a reforma agrária, do mesmo modo que o melhoramento da produção direta — em seus programas. Por sua vez, as instituições internacionais estão dando, por sua parte, crescente atenção. Nada menos que a mais alta prioridade a êsses problemas fornecerá a base para evitar o desastre potencial que se vislumbra na corrida alimento-população.

Terminando as minhas observações, gostaria de citar as palavras do representante brasileiro, Sr. Souza Costa, que, ao apresentar uma resolução de agradecimento na sessão final da Conferência de Bretton Woods, disse: "Quando o conhecimento dêsses resultados se tornar mais difundido, um aumento correspondente se verificará entre os que, compreendendo a grandeza dos objetivos buscados, desejarão ser incluídos entre os partidários dêste empreendimento".

Quão correta esta profecia tem sido com relação ao Fundo e ao Banco! Esperemos que nossos sucessores digam o mesmo do trabalho que iniciamos nesta Reunião Anual.

VIII ASSEMBLÉIA DE GOVERNADORES DO BID EM WASHINGTON

(*Abril de 1967*)

Felipe Herrera, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, declarou hoje (25 de abril) que os recentes acôrdos dos chefes de Estado do Hemisfério para formar um Mercado Comum Latino-Americano exigem, agora, uma rápida definição e ajustamento de políticas nacionais e regionais que conduzam a soluções para um crescimento econômico e social equilibrado.

Em sua exposição ante a Oitava Assembléia de Governadores do Banos Interamericano, que se celebrou em Washington, Herrera destacou a urgência em dar conteúdo às fórmulas propostas de cooperação dentro do marco de referência adotado pelos chefes de Estado com o fito de lograr um Mercado Comum Latino-Americano para 1985.

Medidas Imediatas

Herrera referiu-se, especìficamente, aos três campos nos quais é mister proceder de imediato para obter soluções concordes com o objetivo de um Mercado Comum equilibrado: o financeiro, o comercial e o institucional.

"No financeiro, disse Herrera, se a América Latina não se capitaliza de forma mais vigorosa, continuará afetada pelas lentas tendências de seu crescimento, com a inerente seqüência de estagnação econômica e de frustração social. Ao observar que a América Latina só destina agora 16% de seu produto regional bruto anual para investimentos, enquanto países com grande dinamismo econômico destinam 25% ou mais, Herrera declarou que esta tarefa de mais rápida capitalização não se cumprirá mecânicamente em um regime de maior integração econômica, mas exigirá que se continue aperfeiçoando os sistemas do processo poupança-inversão, com todos os estímulos concomitantes que isto implica".

"No comercial, acrescentou, dadas as debilidades que prevalecem no comércio exterior da região, deve pensar-se na organização de indústrias regionais capazes de competir no mercado mundial, tendo em conta o

objetivo de diversificar a estrutura das exportações latino-americanas e de aproveitar a eventual generalização das preferências nos países industriais para colocar em seus mercados manufaturas e semimanufaturas de países em desenvolvimento.

"No institucional, manifestou Herrera, os acôrdos para um Mercado Comum não devem consolidar nem ampliar uma "comunidade de miséria". Antes, a tendência para a regionalização, embora contenha em si elementos geradores de uma melhor distribuição de renda e de uma maior fluidez social, obriga, em todo caso, a enfrentar com decisão inadiáveis mudanças estruturais.

Unificação Econômica e "brecha tecnológica"

"A unificação econômica da América Latina, nos campos comercial, financeiro e institucional, disse Herrera, é um pré-requisito que nos habilitará para enfrentar as dificuldades próprias dos atuais desequilíbrios do futuro hemisfério. Trata-se, também, da única resposta pragmática que torna viável que nossas sociedades não fiquem à margem do atual processo de tecnificação do mundo contemporâneo. Se a denominada "brecha tecnológica" se tornou aguda e perigosa entre os próprios países desenvolvidos, ela se transforma em aguda interrogação para os países denominados do "Terceiro Mundo".

A contribuição do Banco Interamericano

Herrera disse que a contribuição do Banco para a capitalização e a aceleração do crecimento da América Latina, que supera atualmente os 2.000 milhões de dólares, destinados a projetos que representam uma inversão total de 5.000 milhões de dólares, desenvolveu-se não só na forma de financiamentos complementares do esfôrço interno de cada país, como também em um plano regional, o qual converteu a instituição no "Banco da Integração da América Latina". Observou que os empréstimos do Banco, em 1966, elevaram-se a cêrca de 400 milhões de dólares, o montante anual mais elevado alcançado desde o início de suas operações em 1961.

No plano nacional, disse Herrera, o Banco deu prioridade ao desenvolvimento de setores tão vitais e estratégicos como a agricultura e a indústria e para a fomação da infra-estrutura econômica e social. Destacou que mais de 22% da atividade creditícia do Banco ,ou seja, 427,6 milhões de dólares, foram destinados a projetos de crédito agrícola, irrigação e colonização.

Prioridade para a agricultura

Esta alta proporção de recursos destinados à agricultura, disse Herrera, coincide com os critérios manifestados pelos países-membros da instituição

de forma a outorgar ao setor agropecuário uma definida prioridade no quadro das políticas regionais e nacionais de desenvolvimento. Anotou que, conjuntamente com a Assembléia de governadores, se está levando a têrmo uma mesa-redonda sôbre "O Desenvolvimento agrícola da América Latina na próxima década", na qual participam peritos de diversas instituições, com vistas a buscar novas soluções para os problemas dêste setor. Por esta razão, observou, talvez no futuro a Oitava Reunião dos Governadores será conhecida como "A Assembléia da Agricultura".

Outros 21% do financiamento total do Banco foram destinados a projetos industriais, prosseguiu Herrera, já seja por meio de empréstimos diretos, para fábricas de grande porte nos setores públicos e privado, já seja por intermédio de empréstimos globais destinados a entidades de fomento, que canalizam os créditos para pequenos e médios empresários.

Os projetos de infra-estrutura econômica e social em campos como o da energia elétrica, transporte, habitação e saneamento receberam outros 49% dos financiamentos do Banco. Os novos campos de financiamento internacional nos setores da educação e da pré-inversão e o financiamento das exportações de bens de capital, receberam o resto, disse Herrera.

Banco da Universidade da América Latina

Ao referir-se às atividades do Banco no campo da educação avançada, Herrera disse que os resultados de 1966 constituem, proporcionalmente, os mais significativos na expansão da atividade do Banco. Descrevendo a instituição como o "Banco da Universidade da América Latina", Herrera disse que essas inversões podem ter profundos efeitos multiplicadores ao impulsionar a aplicação científica e tecnológica para os fins do progresso econômico e cultural da região.

Em suas operações no plano nacional, Herrera declarou, o Banco procurou não só diversificar as economias mas, também, fortalecer as zonas de menor desenvolvimento relativo, com o fim de obter um crescimento econômico equilibrado em seus países-membros, política que foi reconhecida na Declaração de Punta del Este.

Operações no Nordeste do Brasil

Citou a propósito as operações do Banco no Nordeste do Brasil, que constituem os 25% dos 417 milhões de dólares que a instituição destinou a projetos dessa nação. Assinalou que na vasta zona do Nordeste, cujo nível de desenvolvimento é inferior ao do resto do País, as atividades do Banco compreenderam campos como o da energia elétrica, o crédito industrial e agrícola, obras de água potável e de esgotos e habitação. Com esta ajuda, somada ao próprio esfôrço do país, a região, nos últimos anos, logrou superar a taxa de crescimento da economia brasileira em seu conjunto.

Na Bolívia

Herrera referiu-se, também, às atividades do Banco na Bolívia. Disse que por meio da chamada "Operação triangular", com a participação dos Estados Unidos, da Alemanha Ocidental e do Banco, a Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL), que tem a seu cargo a mineração nacional do estanho, conseguiu reabilitar suas instalações e fortalecer sua estrutura administrativa. Como resultado dêste programa e de melhores cotações dos preços do estanho no mercado mundial, a COMIBOL obteve, pela primeira vez, nos últimos dez anos, lucros líquidos em 1966. Ao mesmo tempo, prosseguiu Herrera, o Banco apoiou os esforços para diversificar a estrutura monoprodutora da Bolívia, com financiamentos nos campos do crédito agrícola e industrial, na colonização e na construção de uma central hidrelétrica.

Na América Central

Herrera, também, colocou em relêvo as atividades do Banco na América Central. Assinalou que estas se projetam em dois níveis: de um lado foi concedido um empréstimo no total de 200 milhões de dólares para projetos de alcance local e nacional em cada um dos cinco países-membros do Mercado Comum Centro-Americano, e, de outro, foi outorgado um crédito de 35 milhões de dólares para o Banco Centro-Americano de Integração Econômica, para projetos de alcance regional. No primeiro caso, disse Herrera, o tipo de projeto financiado abrange tôda a gaba de atividade do BID: industrial, agrícola, energia elétrica, transportes, água potável, habitação, pré-inversão e financiamento de exportações de bens de capital. No caso do Banco Centro-Americano de Integração Econômica, prosseguiu, os financiamentos do Banco estão ajudando essa instituição a financiar programas regionais de crédito para projetos industriais e de infra-estrutura e na preparação de estudos de pré-inversão.

O Banco e o processo de integração

Referindo-se à atividade do Banco em apoio da integração econômica da América Latina, Herrera disse que se pode estimar em 130 milhões de dólares o montante que a instituição destinou ao processo de integração na forma de empréstimos para projetos e operações de assistência técnica. O largo trabalho preparatório para ajustar as práticas operacionais do Banco a novas responsabilidades neste campo, prosseguiu, permite, hoje, contar com um organismo financeiro técnico amplamente capacitado para atuar nesta nova dimensão do desenvolvimento regional.

Citou entre as operações do Banco com impacto regional as linhas de crédito para financiamento de exportações de bens de capital entre os paí-

ses latino-americanos, concedidas a seis países, e empréstimos para transportes, entre outros um financiamento, em 1966, para melhorar o trecho chileno da estrada transandina, que unirá o pôrto de Valparaiso, no Chile, com a cidade de Mendoza, na Argentina, e vinculará zonas produtoras e consumidoras de ambos os países, com uma população de 5 milhões de pessoas.

Fundo de Pré-inversão

Referindo-se, também, à criação, em 1966, do "Fundo de Pré-inversão para a Integração da América Latina", ao qual foi destinada a importância de 16,5 milhões de dólares para o preparo de estudos que sirvam para o financiamento de obras básicas, que contribuam para o desenvolvimento da região. Lembrou que, recentemente, foi aprovado o primeiro empréstimo dêste Fundo, no montante de 225.000 dólares, o qual ajudará o Paraguai a efetuar os estudos destinados a ampliar a central hidrelétrica do rio Acaraí, agora em construção com a ajuda do Banco, e possibilitar que forneça energia a zonas vizinhas da Argentina e do Brasil. Disse que, em dias recentes, o Banco aprovou ainda uma operação não reembolsável, a cargo do Fundo de Pré-inversão, para financiar um estudo preliminar sôbre os requisitos básicos para estabelecer a Rêde Interamericana de Telecomunicações (RIT), que interligará os sistemas terrestres dos países latino-americanos e facilitará a utilização do sistema de comunicações por satélite.

Também frisou que os países ribeirinhos da Bacia do Prata encomendaram ao Instituto para a Integração da América Latina, que o Banco instalou em Buenos Aires em 1964, a preparação de um estudo preliminar para determinar um desenvolvimento integrado dos vastos recursos dessa Bacia.

Ao destacar a importância que reveste para o processo de integração o mencionado Fundo de Pré-inversão, Herrera recordou que na reunião de chefes de Estado resolveu-se adotar, entre as decisões de imediata realização, a de prover o Fundo com recursos suficientes para levar a cabo estudos similares, que permitam identificar e preparar projetos de alcance multinacional em tôdas as áreas que sejam de importância para promover a integração regional.

As necessidades adicionais de financiamento

Referindo-se ao volume de recursos que envolverá o processo de integração da América Latina, Herrera manifestou que qualquer que seja a velocidade dêsse processo, no campo do financiamento ir-se-ão criando novas e adicionais demandas, à medida que se vá liberalizando o intercâmbio re-

gional. Dita liberalização, acrescentou, cria as condições necessárias para facilitar o processo de industrialização, aproveitando as economias em escala regional, particularmente em indústrias de bens de capital e produtos intermediários.

Neste sentido, disse Herrera que a industrialização em escala regional deve projetar-se na organização de indústrias regionais capazes de competir no mercado mundial, tendo em conta o objetivo de diversificar a estrutura das exportações da região e aproveitar a eventual generalização de preferências nos países industriais, para colocar em seus mercados manufaturas e semimanufaturas dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, a liberalização do comércio intra-regional trará preparada uma demanda por financiamentos adicionais a curto prazo, prosseguiu Herrera. Esta demanda resultará, por um lado, na expansão das correntes internas de comércio da região, na adoção de margens de preferência com respeito a terceiros países e na diversificação das estruturas das economias.

"É verdade que uma parte apreciável do incremento do comércio inter-regioanl provirá de uma mera derivação do comércio exterior com outras áreas, mas, se concebermos a integração como um esfôrço para o desenvolvimento das economias, é evidente que haverá salutares efeitos criadores de comércio como conseqüência do desenvolvimento mais acelerado das mesmas", declarou Herrera.

Outro elemento importante das novas exigências, disse Herrera, provirá dos ajustes a que estão submetidas as emprêsas latino-americanas ante a liberalização do comércio intrazonal, as quais requererão inversões de modernização e expansão para fazer frente à maior concorrência gerada pela redução das tarifas e demais restrições do comércio intra-regional.

Herrera disse que, frente às necessidades dos novos financiamentos requeridos, é indispensável contar com um ou mais mecanismos com o objetivo específico de promover as exportações, compensar desequilíbrios transitórios nas balanças de pagamento e financiar os reajustamentos industriais e de treinamento de mão-de-obra, para dar maior firmeza e segurança à criação do Mercado Comum.

"A experiência da Europa, em especial através da União Européia de Pagamentos, constitui um valioso antecedente para esta ação. Nossa entidade, em sua trajetória de "Banco de Integração", acreditou estar em condições de assumir um encargo dessa natureza, assinalou Herrera.

Incremento dos recursos do Banco

O presidente do Banco referiu-se logo à proposta da diretoria executiva da instituição, relativa ao aumento dos recursos próprios do Banco, que a Assembléia considerará durante a reunião. Esta proposta compreende um aumento de 1.200 milhões de dólares nos recursos do Fundo para Opera-

ções Especiais e de 1.000 milhões de dólares no capital exigível de recursos ordinários.

A serem adotadas essas medidas, disse Herrera, "estaremos em condições de expandir, razoàvelmente, a média anual com que o Banco veio satisfazendo as necessidades de crédito que lhe são apresentadas. Quiséramos sublinhar que, à luz da experiência, êstes fundos de financiamento externo para o desenvolvimento econômico e social da América Latina satisfazem só em parte as solicitações de projetos adequados".

Neste sentido, assinalou que a capacidade dos países latino-americanos em absorver financiamentos externos aumentou, notàvelmente, nos últimos anos, como conseqüência das melhores condições sob as quais se está efetuando o processo geral de programação do desenvolvimento e a preparação de projetos específicos, junto com uma maior eficiência institucional e gerencial. O Banco, prosseguiu, colaborou ignificativamente com os países-membros na tarefa geral de programação por meio de seus programas de assistência técnica, em particular através da outorga de empréstimos globais para a preparação de estudos de pré-inversão de projetos específicos.

Referindo-se, especìficamente, às operações dos recursos ordinários do Banco, Herrera manifestou que a conversão da capacidade de garantia de capital exegível em recurso, mediante a emissão de bônus nos mercados de capital do mundo, se viu obstaculizada por dificuldades de livre acesso a ditos mercados. Disse que o Banco, em 1966, prosseguiu vigorosamente em suas atividades de captação de recursos completamentares de países não membros, anotando que, desde o início de suas atividades, conseguiu obter 200 milhões de dólares nesses países, mediante diversas modalidades e técnicas. Assinalou que, em 1966, o Banco obteve fundos em administração do Canadá, Suécia e Reino Unido e colocou emissões de bônus na Itália e na Suiça, obteve um empréstimo direto do Japão e vendeu parte de uma emissão a curto prazo a entidades da Espanha e de Israel, que representam um montante total de 80,8 milhões de dólares.

Mencionou também que, em 1966, o Banco, pela primeira vez, obteve a autorização dos governos da França e da Bélgica para entrar em seus respectivos mercados de capital, indicando que ainda estão pendentes as negociações para utilizar eventualmente essas autorizações, atendidas as condições que prevalecem nos respectivos mercados.

Finalmente, recordou que, ontem, o govêrno canadense anunciou que trará 10 milhões de dólares adicionais, os quais se somarão aos recursos do Fundo Canadense que o Banco administra. Esta nova contribuição eleva a um total de 55 milhões os recursos que êsse país destinou ao desenvolvimento da América Latina por intermédio do Banco.

Herrera anotou que o Banco prosseguiu, em 1966, seu contato com o Mercado Comum Europeu, com o objetivo de colocar nos mais altos níveis dessa organização as perspectivas de uma colaboração mais estreita

de natureza financeira e técnica, centrando sua posição em tôrno da criação de um fundo multilateral europeu para a América Latina, no aperfeiçoamento do regime de "operações paralelas" e em iniciativas de cooperação técnica de promoção da integração regional.

Herrera instou junto aos países exportadores de capital para que sigam utilizando o mecanismo multilateral do Banco para canalizar recursos adicionais para a América Latina. Assinalou que êste delineamento não só se justifica pela declarada intenção daquelas nações de destinar até um por cento do seu produto nacional bruto anual para a cooperação com os países em desenvolvimento, mas, também, pelo fato de que parte dos recursos emprestados, utilizados pelo Banco, serão empregados na aquisição de bens e serviços em seus mercados.

Herrera fêz uma especial saudação aos representanes de Trinidad e Tobago, país que só em dias recentes foi incorporado ao sistema interamericano e cuja solicitação de ingresso no Banco está sendo considerada pela Assembléia. Exprimiu ainda a satisfação do Banco pelo fato de que já está em pleno funcionamento a mais recente das entidades financeiras multinacionais, o Banco Asiático de Desenvolvimento, em cuja organização colaborou o Banco Interamericano. Uma delegação dessa nova instituição assiste à deliberação da Assembléia.

Discurso de FELIPE HERRERA no Encerramento da Reunião do BID

Na reunião de encerramento da Oitava Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, seu presidente, Felipe Herrera, fêz uma recapitulação das atividades da Assembléia, afirmando que nela haviam surgido várias conclusões fundamentais, que comentou amplamente. Em primeiro lugar referiu-se à funda preocupação dos países-membros pela influência do comércio exterior no seu processo de desenvolvimento. Disse que enquanto alguns países, como a Bolívia e o Chile, tinham sido beneficiados com aumentos de preços dos mercados mundiais, outros, em especial os cafeeiros, haviam sofrido as conseqüências da deterioração constante de outros preços. Disse que, por essa razão, o programa de financiamento de exportações do Banco tem uma grande importância para promover a melhoria do comércio exterior da região e destacou, também, os esforços de diversificação dos países latino-americanos. Citou as exposições *de vários governadores durante* a Assembléia, *que coincidiram em* assinalar a necessidade de ordenar o financiamento internacional de acôrdo com a situação do comércio exterior. Acrescentou que a Assembléia, ao tratar êsse tema, teve uma posição realista e avançou na solução do problema.

Em segundo lugar, destacou as declarações de vários governadores sôbre a vinculação existente entre o financiamento externo e o interno e disse que se alcançou um grande grau de amadurecimento, evidenciado

durante a Assembléia, em virtude do qual já não se pensa que os recursos externos devem realizar por si só a tarefa do desenvolvimento, mas que os próprios países devem trazer a contribuição mais importante. Acrescentou que, com efeito, os países latino-americanos estão fazendo grandes esforços para mobilizar seus próprios recursos e destacou os progressos obtidos no campo da planificação do desenvolvimento.

Aumento de recursos

Ao referir-se ao financiamento do desenvolvimento, o presidente comentou como muito positiva a decisão adotada pela Assembléia de aumentar os recursos da instituição e disse que o aumento aprovado nessa reunião constitui uma das medidas mais importantes tomadas na história do Banco.

"O aumento dos recursos aprovado pela Assembléia assegura ao Banco uma situação financeira firme para os próximos três ou quatro anos, a qual lhe permitirá atender, satisfatòriamente, as necessidade de financiamento da América Latina", acrescentou Herrera.

Disse após que, tal como haviam observado vários governadores, o êxito do trabalho do Banco tem estado baseado na flexibilidade do emprêgo de recursos e acrescentou que a administração do Banco procurará manter essa flexibilidade, para atender as diversas necessidades peculiares da região. Também comentou a apinião da maioria dos governadores sôbre a necessidade de autorizar um maior emprêgo de recursos em gastos locais. Disse que observou na Assembléia uma compreensão muito ampla dos problemas de balança de pagamentos dos Estados Unidos, mas acrescentou que confia em que a instituição poderá manter sua flexibilidade financeira no futuro.

O presidente do Banco comentou, também, o aspecto da obtenção de recursos de países não membros e afirmou estar de acôrdo com vários dos governadores que manifestaram sua preocupação pelo fato dos países industrializados, que se beneficiam com os empréstimos do Banco, não estarem contribuindo, de forma proporcional, para aumentar seus recursos. Ajuntou que confia em que se terá uma resposta positiva dêsses países ao ser negociada a obtenção de novos recursos.

A integração

Em terceiro lugar, o Sr. Herrera abordou o tema da integração latino-americana e agradeceu aos governadores seus elogios pelo trabalho que cumpriu o Banco neste terreno desde a sua fundação. Disse que seria justo, como assinalaram vários governadores, qualificar o BID não só de "Banco da Integração", como também da Universidade e inclusive como um "Banco de Idéias". Recordou, por exemplo, que o Banco foi um dos primeiros a lançar a idéia de executar projetos multinacionais de desenvolvimento na

América Latina, um dos primeiros impulsionadores do Mercado Regional e promoveu também as idéias que acabam de plasmar-se na declaração dos presidentes americanos em Punta del Este. Disse que, por esta razão, está convencido, como o assinalaram vários governadores, de que o Banco cumprirá um papel definitivo no processo de integração.

O quarto ponto ao qual se referiu o Sr. Herrera foi o do desenvolvimento equilibrado da região, que foi comentado por vários governadores em suas suposições. Disse que as declarações dos governadores no sentido de conceedr maior prioridade a alguns setores, não é sentida por êle como um convite para descartar-se de outros setores, mas, ao contrário, para seguir mantendo o equilíbrio que a insttiuição tem conservado na concessão de empréstimos durante seus anos de operação.

Disse que, por exemplo, o Banco está consciente da necessidade de impulsionar de uma forma mais decisiva o desenvolvimento da agricultura na América Latina, não só como fonte de alimentos como, também, de matérias-primas para a indústria e isto não significa que a instituição não conceda suficiente importância ao processo de industrialização do continente.

Assinalou após, como quinto ponto fundamental das deliberações, a urgência de adaptar as estruturas nacionais políticas e administrativas às necessidades do desenvolvimento e comentou, muito favoràvelmente, as exposições dos governadores que tocaram nesse ponto.

A seguir assinalou, como sexta conclusão básica da reunião, o fortalecimento da tese do multilateralismo, sublinhando as intervenções dos governadores que representam a Argentina e a República Dominicana, os quais mostraram a ação do BID como o melhor exemplo dêsse multilateralismo. Acrescentou que as deliberações da Assembléia, assim como a ampla participação de porta-vozes oficiais e privados na sua reunião, são uma amostra da importância que a idéia da ajuda multilateral têm na atividade do Banco.

Por último, o presidente Herrera destacou a escolha de Bogotá como sede da próxima reunião da Assembléia e disse que para o Banco será muito satisfatório, durante as deliberações de sua próxima reunião, entrar em seu contato direto com os esforços que a Colômbia realiza para alcançar seu desenvolvimento. Elogiou muito especialmente o trabalho que o govêrno Carlos Lleras Restrepo adianta, qualificando-o de um dos personagens da integração continental.

FINANCIAMENTO EXTERNO PARA A AMÉRICA LATINA

Em seu relatório sôbre o Fundo Fiduciário de Progresso Social correspondente a 1967, o BID fêz a seguinte análise do problema do financiamento externo para o desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Financiamento Externo

No ano de 1966 registrou-se notável melhora no financiamento externo da América Latina, com relação tanto ao ano anterior como à média correspondente ao período de 1961-1965. Essa melhora foi evidente tanto no fluxo de capital público como no fluxo de capital privado, mas a expansão dêste último foi mais notória do que a do primeiro.

Os desembolsos líquidos [1] de empréstimos de fontes multinacionais de financiamento aumentaram de US$ 280 milhões em 1965 para US$ 330 milhões em 1966; no período compreendido entre os mesmos anos, os desembolsos líquidos correspondentes a empréstimos e doações de fontes bilaterais aumentaram de US$ 310 milhões para US$ 420 milhões; em conjunto, os fluxos líquidos de fontes públicas aumentaram de US$ 590 milhões em 1965 para US$ 750 milhões em 1966. No que diz respeito ao capital privado cumpre consignar, principalmente, a mudança ocorrida na tendência dos créditos de fornecedores e bancos privados [2], que de um fluxo negativo equivalente a US$ (—) 120 milhões em 1965 passaram a um montante positivo de US$ 330 milhões em 1966 [3]; ao mesmo tempo, numa tendência de recuperação que data de 1963, os investimentos diretos [4] aumentaram de US$ 530 milhões para US$ 620 milhões; em suma, a contribuição do capital privado aumentou de US$ 410 milhões em 1965 para US$ 950 milhões em 1966.

Em resumo, concedendo uma margem para inevitáveis erros e omissões estatísticas, nas rubricas referentes ao capital privado, o fluxo líquido de capital na América Latina aumentou de aproximadamente US$ 1 bilhão em 1965 a US$ 1,7 bilhão em 1966.

No tocante ao ano de 1967, existem apenas dados incompletos que não permitiriam fazer uma idéia precisa da situação global do financiamento externo na região. Sabe-se apenas que os empréstimos autorizados para a América Latina, para desenvolvimento econômico, pelas entidades financeiras internacionais (BIRD, IFC, IDA e BID) e do Govêrno dos Estados Unidos (Eximbank, Tesouro Americano e AID) acusaram nôvo aumento, havendo alcançado um montante equivalente a US$ 1.560 bilhão nos primeiros meses de 1967, em contraposição a US$ 1.380 bilhão em igual período de 1966. Entretanto, em conseqüência de diminuição dos desembolsos brutos e de aumento das amortizações correspondentes às mesmas rubricas, os desembolsos líquidos haveriam diminuído de cêrca de US$ 480 milhões nos primeiros nove meses de 1966 para US$ 370 milhões em igual período de 1967.

1) Desembolsos brutos menos amortizações.
2) Avaliados pelos saldos da dívida externa da América Latina, no fim de cada ano, inclusive saldos não desembolsados.
3) Os dados correspondentes a 1966 estão sujeitos a revisão.
4) Inclusive reinvestimentos. Cifras consolidadas das demonstrações do balanço de pagamento dos países latino-americanos.

São examinadas a seguir, de maneira mais minuciosa, as principais rubricas do financiamento externo recebido pela região em 1966. A fim de permitir melhor apresentação dos dados, considerou-se conveniente examinar o financiamento de caráter público em duas partes: a primeira corresponde aos organismos internacionais e dos Estados Unidos, e a segunda ao financiamento público proveniente de outras fontes.

Financiamento Público

a) Organismos Financeiros Internacionais e dos Estados Unidos

Em 1966, os empréstimos autorizados pelos organismos financeiros internacionais (BIRD, IFC, IDA, BID e FMI) e do Govêrno dos Estados Unidos (Eximbank, AID e Tesouro) aos países da Amédica Latina, para fins de desenvolvimento, ajuda compensatória e excedentes agrícolas, alcançaram um montante total de US$ 1.676 bilhões. Tal magnitude foi superior em 8,8% à de 1965 e situa-se dentro da tendência crescente do financiamento público internacional recebido pela América Latina no decurso dos anos da Aliança para o Progresso.

Os desembolsos brutos correspondentes aos citados empréstimos também aumentaram, havendo passado de US$ 1.120 bilhão em 1965 a .. US$ 1.340 bilhão em 1966, o que representou um aumento de quase 20% de um ano para o outro. As amortizações aumentaram de US$ 530 milhões em 1965 para US$ 590 milhões em 1966; em conseqüência, os desembolsos líquidos registrados nos referidos anos elevaram-se, respectivamente, a US$ 590 milhões e US$ 750 milhões. Caberia acrescentar que, tanto em 1965 como em 1966, o aumento registrado nos desembolsos líquidos correspondeu em sua totalidade aos empréstimos para fins de desenvolvimento, dado que no caso de financiamento de tipo compensatório o montante das amortizações superou o dos desembolsos brutos e, portanto, os desembolsos líquidos foram negativos.

Ao examinar os empréstimos autorizados em 1966, de acôrdo com sua fonte de procedência, cumpre assinalar que 47% corresponderam a fontes multilaterais e os restantes 53% às instituições dos Estados Unidos. Se bem que tais proporções sejam semelhantes às registradas, em média, no período de 1961-1965, mister se torna observar que no ano de 1966 os empréstimos de fontes multinacionais decresceram tanto em têrmos absolutos como em têrmos relativos em cotejo com os de fontes bilaterais; essa variação representa uma mudança na evolução da tendência no sentido de mais ampla multilateralização que se observara em anos anteriores. As autorizações de fontes multilaterais decresceram de US$ 900 milhões em 1965 para .... US$ 790 milhões em 1966, o que se deveu, fundamentalmente, ao decréscimo dos empréstimos autorizados pelo Grupo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, o qual não foi totalmente compensado pelo

aumento que se registrou nos empréstimos autorizados pelo Banco Interamericano.

Outra observação que deflui da análise da composição do financiamento público para a América Latina no ano de 1966 diz respeito ao declínio relativo que sofreram os créditos de tipo compensatório e à crescente participação dos empréstimos para desenvolvimento. Os primeiros, que representaram 40% (US$ 695 milhões) do total do financiamento autorizado em 1961, cairam para 12% (US$ 200 milhões) em 1966. O considerável aumento dos empréstimos oficiais para desenvolvimento evidencia-se quando se observa que o volume total das autorizações em 1966 atingiu um montante de US$ 1.390 bilhão. Os restantes US$ 90 milhões corresponderam a empréstimos provenientes das vendas de excedentes agrícolas.

Dos empréstimos autorizados para desenvolvimento no período de 1961-1966, uma proporção de cêrca de 83% correspondeu a empréstimos para projetos específicos, e os restantes 17% foram destinados a objetivos gerais de desenvolvimento. Essas proporções têm variado de ano para ano, sem revelar tendência definida; em 1966, os primeiros representaram 80% do total e os segundos os restantes 20%.

Nos empréstimos autorizados para fins de desenvolvimento no ano de 1966, observa-se certa mudança quanto ao relêvo atribuído aos diferentes setores do desenvolvimento econômico e social beneficiados com os referidos empréstimos. Em contraposição há considerável aumento do financiamento destinado à agricultura, à indústria e aos setores do desenvolvimento social (habitação, saneamento e educação), registra-se acentuada redução no setor de transportes e redução mais moderada no setor da energia. O setor agrícola recebeu em 1966 um montante total de US$ 222 milhões (16% do total), magnitude que quase duplica a correspondente a 1965. O maior relêvo dêste último setor constitui, fundamentalmente, reflexo das atividades do Banco Interameriacno, cujo nível de autorizações em 1966 (US$ 108 milhões) e, de modo geral, no período 1961-1965, representou quase a metade de todo o financiamento público autorizado para a região neste último setor.

Os empréstimos autorizados para o setor industrial se elevaram em 1966 a US$ 177 milhões (13% do total), montante que representa um aumento de 18% com referência ao exercício anterior. Também neste setor o Banco Interamericano teve uma contribuição maior do que as outras instituições financeiras, apresentando em 1966 um nível de US$ 52 milhões, em contraposição a US$ 40 milhões, montante a que corresponderam, aproximadamente, as autorizações individuasi do Grupo do Banco Mundial, AID e Eximbank.

O financiamento autorizado para transportes atingiu em 1966 um montante de US$ 153 milhões (11% do total), o que significou uma redução para menos da metade do nível correspondente ao ano anterior. Bàsicamente, contribuiu para a aludida redução a acentuada contração das autorizações das instituições multinacionais: o Banco Mundial reduziu suas

autorizações de US$ 111 milhões em 1965 para US$ 16 milhões em 1966; as do Banco Interamericano diminuíram de US$ 114 milhões em 1965 para US$ 28 milhões em 1966. Aproximadamente dois terços (US$ 109 milhões) dos empréstimos concedidos para êste setor em 1966 foram autorizados pela AID e pelo Eximbank.

Os créditos autorizados para o setor da energia atingiram em 1966 a soma de US$ 268 milhões (19% do total), o que significou um decréscimo de 9% com relação ao ano anterior. O decréscimo decorreu, principalmente, da contração do financiamento concedido pela AID, que passou de .... US$ 68 milhões em 1965 para US$ 5 milhões em 1966.

No tocante aos setores sociais (habitação, saneamento e educação), o financiamento total autorizado em 1966 atingiu a quantia de US$ 184 milhões (13% do total), havendo ultrapassado em mais de 25% as autorizações do ano anterior. Também neste setor, o Banco Interamericano fêz a contribuição mais alta: em 1966 representou 88% do total autorizado para tais fins, em contraposição a 71% no período de 1961-1965

b) Financiamento público de outras fontes

O financiamento oficial de outras fontes constitui uma parcela muito pequena do financiamento público total recebido pela América Latina. As cifras consolidadas dos empréstimos oficiais bilaterais concedidos à América Latina pelos países da Europa Ocidental, pelo Canadá e pelo Japão mostram em 1966 um montante de desembolsos líquidos equivalente a apenas US$ 17 milhões, em contraposição a US$ 47 milhões em 1965 e a uma média anual de US$ 81 milhões no período de 1961-1965. As doações da mesma procedência atingiram em 1966 o montante de US$ 27 milhões, em contraposição a US$ 22 milhões em 1965 e a uma média de US$ 9 milhões no período de 1961-1965. Em conjunto, os fluxos líquidos correspondentes a empréstimos e doações atingiram um montante de US$ 69 milhões em 1965 e de US$ 44 milhões em 1966.

Com exceção do aumento registrado na rubrica das doações, a tendência geral dos referidos fluxos de capital bilateral para a América Latina, no período de 1961-1966, foi no sentido decrescente em têrmos absolutos e relativos. O fluxo total líquido dêsses capitais recebido pela América Latina em 1966 representou 2% do total do financiamente bilateral oficial destinado a todos os países em desenvolvimento, em contraposição a 3,2% em 1965. As maiores contribuições em 1966 corresponderam à Alemanha Ocidental (US$ 45 milhões), ao Japão (US$ 17 milhões) e à França (US$ 7 milhões). A Itália, em contraste, recebeu no citado ano pagamentos líquidos no montante de US$ 38 milhões. Os restantes US$ 13 milhões corresponderam ao resto dos países doadores. Do ponto de vista do destino dêsses capitais, os países da América Latina que receberam maior ajuda foram o Chile (US$ 40 milhões), o Peru (US$ 18 milhões), o

Brasil (US$ 17 milhões) e o México (US$ 6 milhões). Em contraste, a Argentina realizou pagamentos líquidos no montante de US$ 46 milhões. O resto dos países recebeu, em conjunto, US$ 11 milhões.

Financiamento Privado

O exame do influxo de capital privado estrangeiro na América Latina concentrar-se-á nos investimentos diretos e nos créditos de fornecedores e bancos privados, que constituem as duas rubricas mais importantes.

Em têrmos globais, ambas as rubricas mostraram em 1966 notável melhora com referência ao ano anterior. O fluxo líquido total atingiu um montante aproximado de US$ 950 milhões, superior à contribuição do capital público (US$ 750 milhões) para o financiamento externo da região no citado ano. Os montantes correspondentes ao ano de 1965 foram de .... US$ 410 milhões e US$ 590 milhões, respectivamente.

Em grande parte, o extraordinário aumento do fluxo de capitais privados recebidos pela América Latina no ano de 1966 foi influenciado pela mudança registrada nos créditos de fornecedores e bancos privados. Ao passo que em 1965 a região realizou pagamentos líquidos correspondentes a essas rubricas num montante de US$ 120 milhões, em 1966 recebeu ela um fluxo líquido equivalente a US$ 330 milhões. Esta última quantia ultrapassa a média registrada no período de 1961-1965 (US$ 250 milhões), mas é bastante mais baixa do que o montante registrado em 1961 (US$ 800 milhões).

O fluxo de investimentos diretos tem apresentado nos últimos anos sintomas de recuperação cada vez mais firmes, o que tem permitido e poderia permitir no futuro notável melhoramento no financiamento do desenvolvimento e na situação do balanço de pagamentos da região. Do montante mínimo de US$ 192 milhões a que chegaram em 1962, tais investimentos aumentaram para US$ 337 milhões em 1964 e para US$ 530 milhões em 1965. Em 1966, o montante elevou-se a US$ 620 milhões, ou seja, 17% mais do que em 1965. Sem dúvida, êsse aumento contínuo dos investimentos diretos nos últimos anos é prova de maior confiança dos capitais estrangeiros nas perspectivas do desenvolvimento econômico da região, bem como da ampliação das oportunidades de investimento em conseqüência do avanço do processo de integração econômica.

Nas rubricas de capital privado que são examinadas nesta seção a contribuição dos países da Europa Ocidental, do Canadá e do Japão é muito mais importante do que nos fluxos bilaterais de capital público. A maior parte dos créditos de fornecedores que recebe a América Latina provém dos referidos países e, no que diz repeito aos investimentos diretos, a participação de tais países no total da rubrica é cada vez maior, se bem que ainda predominem na região fluxos de investimentos norte-americanos. Em conjunto, os dados disponíveis correspondentes ao período de 1961-1965 indi-

cam que a participação relativa dos Estados Unidos e dos outros países industrializados da OCDE nos fluxos de capital acima mencionados tem sido mais ou menos equivalente em têrmos absolutos.

Dívida Pública Externa

No decorrer dos anos do Programa da Aliança para o Progresso tem ocorrido, no processo de acumulação da dívida pública externa da região, um crescimento muito rápido De um saldo pendente [5] de US$ 6,58 bilhões em fins de 1960, aumentou para US$ 11,9 bilhões em 1965 e para US$ 12,6 bilhões em 1966.

A participação cada vez maior que tem tido o financiamento de caráter público no total da dívida se tem refletido na melhoria paulatina da estrutura dos vencimentos futuros da aludida dívida. Apesar disso, segundo os dados em 31 de dezembro de 1966, 48% da dívida tinham vencimento programado para os próximos cinco anos, 23% tinham vencimento dentro de 5 a 10 anos e 29% tinham vencimento de 10 anos ou mais. Essas proporções não diferem em grande medida das que se apresentavam em fins de 1964.

O ônus que essa estrutura da dívida representa para o balanço de pagamentos da região é demonstrado pelo fato de que o montante anual de seu serviço, a título de amortização e juros, aumentou de US$ 1.170 bilhão em 1960 para US$ 1.807 bilhão em 1965, o que representa um aumento de 54,4% entre as duas datas; e em 1966 atingiu a soma de US$ 1.940 bilhão. A relação entre essa cifra e o valor das exportações da região acusou um aumento de 14,7% em 1960 para 17,7% em 1966.

De outro ponto de vista, estima-se que o serviço da dívida pública externa está absorvendo atualmente cêrca de 75% dos fluxos brutos de capital compreendidos na rubrica, com acentuada tendência para aumento. Isso significa que a América Latina estaria chegando a uma situação de verdadeiro estrangulamento em seu financiamento externo, na qual se tornaria impossível a transferência líquida de recursos reais do exterior para contribuir para o desenvolvimento econômico da região. Nesse caso, ou teriam de aumentar os fluxos brutos em grande escala. ou deveriam melhorar os têrmos de endividamento quanto a prazos e taxas de juros.

5) Sòmente a dívida pagável em dólares a prazo de mais de um ano inclusive saldos não desembolsados.

LIVROS:

LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL

BRASIL. Tratados etc. — Convenção sôbre asilo territorial — Rio de Janeiro — Ministério das Relações Exteriores, 1967.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores — The American contribútion to Brazil; publication of the Cultural & Information Department of the Brazilian Ministry of Foreign Relations on the occasion of the First Festival of Negro Arts, Dakar, 1966. Rio de Janeiro — 1968.

CORBISIER, Roland — Reforma ou revolução? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968 (Coleção Respectivas do homem, Série Política, 28).

ETZIONI, Amitai — Organizações modernas. Trad. de Miriam L. Moreira Leite. São Paulo, Livraria Pioneira, 1967. 51 p.

HOFSTADTER, Richard — O anti-intelectualismo nos Estados Unidos. Trad. de Hamilton Trevisan. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. 545 p.

KENNEDY, Robert — O desafio da América Latina. Trad. de Álvaro Valle. Rio de Janeiro, Laudes, 1968, 190 p.

LIMA, Nestor dos Santos — A terceira América; ensaio sôbre a individualidade continental do Brasil. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1967. 195 p.

RUSSEL, Bertrand — História da Filosofia Ocidental. Trad. de Brenno Silveira. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1967.

WEBER, Max — Ensaios de sociologia. Org. e introd. de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967 530 p.

BANDEIRA, Moniz at alli — O ano vermelho; a revolução russa e seus reflexos no Brasil — por Moniz Bandeira, Clóvis Melo e A. T. Andrade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 418 p.

BEZYMENSKY, L. — Na pista de Martin Bormann. Trad. de Eduardo D'Almeida. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967 206 p. (Col. Documentos da História Contemporânea).

BOSCO, Santa Helena & JORDÃO NETTO, Antônio — Migrações; estudo especial sôbre as migrações internas para o Estado de São Paulo e

seus efeitos. São Paulo, Departamento de Imigração e Colonização, 1967. 240 p.

BOXER, Charles Ralph — Relações raciais no império colonial português, 1415-1825. Trad. de Elice Munerato. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. 163 p.

FERNANDES, Raul — Conferências e trabalhos esparsos. Introd. de José Magalhães Pinto. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1967. 267 p.

HENRIQUES, João — Kremlin ou Vaticano? Rio de Janeiro, Ed. Jornal das Môças, 1967. 191 p.

LASKI, Harold Joseph — O manifesto comunista de 1958. Trad. de Regina Lúcia F. de Moraes. Em apêndice: a significação do Manifesto Comunista na sociedade e na economia, de Joseph A. Schumpeter. Trad. por Cassio Fonseca. Rio de Janeiro, Sahar Ed., 1967. 148 p.

LIMA, Alceu Amoroso — A experiência reacionária. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. 421 p.

MEMMI, Albert — Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Trad. de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. 126 p.

MONTORO, Franco — Ideologia em luta; resposta ao desafio do subdesenvolvimento. Pref. de Alceu de Amoroso Lima. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1966.

OLIVER, Carlos Moacir Andrade Munis — Panorama internacional, 1967, *de Carlos Moacir Andrade Munis Oliver, Paulo Barbosa Costa et alli.* Coordenador Prof. Alberto Goulart Poes Filho. Salvador, 1967.

PERKINS, Dexter, 1889 — A diplomacia de uma nova era; principais acontecimentos na política dos Estados Unidos desde 1945. Rio de Janeiro, Record, 1968.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste — Introdução à história das relações internacionais. Trad. de Hélio de Souza. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. 542 p.

RODRIGUES, José Honório — Interêsse nacional e política externa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 232 p.

SARTRE, Jean-Paul, 1905 — Colonialismo e neocolonialismo. Trad. de *Diva Vasconcelos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. 207 p.*

SCARABOTOLO, Héleio A. A. — A cooperação internacional em educação, ciências e cultura. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1968. 89 p.

SERVAN-SCHREIBER, Jean-Jacques — O desafio americano, Trad. de Álvaro Cabral. Pref. de José Sette Câmara. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1968. 327 p.

SILVA, Golbery do Couto e — Geopolítica do Brasil. Introd. de Afonso Arinos de Melo Franco. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1967. xvi, 266 p.

AKTGYSSER, Louis — Análise crítica da teoria marxista. Trad. de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967. 220 p.

ASSOCIAÇÃO dos diplomados da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro. — Cruzada Amazônica; documento elaborado pelo grupo de trabalho da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Imp. do Exército, 1967. 75 p.

BRASIL. Fundação Getúlio Vargas. Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda — Arrecadação dos tributos federais pela rêde bancária. Rio de Janeiro, 1967. 152 p.

BRASIL. Ministério do Interior. SUDAM — Análise preliminar da problemática desenvolvimentista da Amazônia. Belém, 1967. 35 f.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar, pres. do Brasil, 1900-1967 — Operação Amazônia; discursos. Manaus, Govêrno do Estado do Amazonas, 1966. 34 p.

CORRÊA, Luiz de Miranda — A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial. Pref. de Arthur Cesar Ferreira Reis. Manaus, Ed. Govêrno do Estado do Amazonas, 1967. 126 p.

COSTA, José Marcelino Monteiro da & CAPELLA, José das Neves — Acre e Rondônia, diagnóstico econômico. Belém, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 1968. 27 p.

ELLSWORTH, P. T. — A economia internacional. Trad. de José Luiz Silveira Miranda. São Paulo, Ed. Atlas, 1968. 355 p.

FERREIRA FILHO, Cosme — Fronteiras do desenvolvimento. Pref. de Arthur Cezar Ferreira Reis. Manaus, Ed. Govêrno do Estado do Amazonas, 1967. 126 p.

FURTADO, Celso — Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 127 p.

GACHOT, R. et alli — Desenvolvimento florestal no vale do Amazonas; relatório do govêrno do Brasil (FAO Report n.º 171) por R. Gachot, M. M. Gallant e K. P. McGrath (do Expanded Technicel Atsistence Program) Trad. de A. de Miranda Bastos. Rio de Janeiro, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, 1966. 87 p.

JASPERS, John Carl et alli — As esquerdas ervolucionárias nos Estados Unidos. Ed. responsável: Duarte Lago Pacheco. São Paulo, Sinal Ed. e Distr., 1967. 71. p.

PEREIRA, Osny Duarte — Ferro e independência; um desafio à dignidade nacional... Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 591 p.

RABELO, Genival — Ocupação da Amazônia. Pref. de Encida e Arthur Cezar Ferreira Reis. Rio de aJneiro, Emp. Jornalística PM, 1967.

RIBEIRO, Benedito & GUIMARÃES, Mário Mazzei — História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil. Rio de Janeiro, Pro-Service, 1967. 439 p.

SARTRE, Jean-Paul — O fantasma de Stalin. Trad. de Roland Corbisier. Rio de Janeiro — Paz e Terra — 1967. 118 p.

SÁ, Hernane Tavares — Nos bastidores da ONU. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, oJsé Olímpio, 1967. xiv, 233 p.

SUYin, Han — China no ano 2001. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1968. 252 p.

BRASIL. Tratados, etc. — Convenção sôbre privilégios e imunidades das Nações Unidas. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1966. 13 p.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque — Curso de direito internacional público. Pref. de M. Franchini Netto. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1968. 672 p.

TRATADO Americano de soluções pacíficas (Pacto de Bogotá) Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1967. 36 p.

CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar, pres. do Brasil, 1900-67 et alli — Operação Amazônia e a integração nacional, por Humberto de Alencar Castello Branco, Arthur César Ferreira Reis, João Gonçalves de Souza, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Alacid da Silva Nunes. Apresentação de Arthur César Ferreira Reis. Manaus, Ed. do Govêrno do Estado do Amazonas, 1967. 76 p.

CIGS e a Amazônia (O) — Apresentação de Arthur César Ferreira Reis. Manaus, Ed. Govêrno do Estado do Amazonas, 1967. 24 p.

BRASIL. Comissão de Marinha Mercante — Aspectos da navegação marítima brasileira. Rio de Janeiro, 1967. 29 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento Econômico — Principais eventos no comércio internacional de produtos primários. Rio de Janeiro, 1967. 57 f.

BRASIL. Tratados, etc. — Brasil-Hungria, acôrdo de comércio, pagamentos e cooperação econômica. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1967. 28 p.

BRASIL-Iugoslávia, ajuste de comércio e pagamentos. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1967. 21 p.

BRASIL-Romênia, acôrdo de comércio, pagamento e de cooperação econômica. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1967. 26 p.

GALBRAITH, John Kenneth — O triunfo. Trad. Carlos Lacerda. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1968. 311 p.

RUSSEL, Bertrand — Crimes de guerra no Vietnã. Trad. de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. 216 p.

SCHLESINGER JR., Arthur M. — Vietnã, herança trágica. Trad. de Avdano Arruda. São Paulo, Ibrasa, 1967. 117 p.

SHIRER, William L. — Ascensão e queda do II Reich. Trad. de Pedro Tomar e Leonidas Gontijo de Carvalho. 5 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 4 v.

SIMÕES, Raul Mattos Almeida — A presença do Brasil na II Guerra Mundial; uma antologia. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967. 213 p.

VIANNA, Hélio — História do Brasil. 6 ed. rev. e atual. São Paulo. Melhoramentos, 1967. 2 v.

BRASIL. Tratados, etc. — Brasil-Honduras, convênio cultural. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1967. 8 p.

BAR-SOHAR, M. Michel. — Ben Gurion o profeta armado. Trad. e apresentação de Maurício Tragtenberg. São Paulo, Ed. Senzala, 1967. 386 p.

CARVALHO, Estevão Leitão de, 1881 — Memórias de um general reformado. Rio de aJneiro, Imp. do Exército, 1967. 114 p.

WERTH, Alexander, 1901 — De Gaulle. Trad de Brenno Silveira. Rio de aJneiro, Vivilização Brasileira, 1967. 399 p.

BOFFA, Giuseppe — Depois de Kruschev (as origens do conflito sinosoviético) Trad. de Célia Neves, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 279 p.

DIAS, Manuel Nunes — O descobrimento do Brasil (subsídio para o estudo de integração do Atlântico Sul) Pref. de Joaquim Barradas de Carvalho. São Paulo, Liv. Pioneira, 1967. 159 p.

DONAVAN, Roberto John, 1912 — et alli — A II Guerra, por Roberto J. Donavan e a equipe do Los Angeles Times. Trad. de Araújo Neto, Carlos Eduardo Martins, Carlos Leonam e outros. Pref. de Alberto Dines. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1967. 195 p.

PINHEIRO, Raimundo Teles. — Aspectos políticos da Guerra do Paraguai; palestra proferida pelo Gen. Div. R1. . . . Fortaleza, Imp. Universitária do Ceará, 1967. 40 p.

LIVROS PUBLICADOS NO ESTRANGEIRO

The United States and China in world affairs. Robert Blum. Ed. A. Doak

— The United States and China e in World affairs. Robert Blum. Ed. A Doak Barnett. New York: McGraw-Hill, 1966.

— Onálise das relações entre a China e os Estados Unidos, preparada para o Council on World Affairs.

— The Atlantic ides and its european rivals. Harold Van B. Cleveland. New York: McGraw-Hill. 1966.

— Os principais problemas das relações dos Estados Unidos com a Europa, as modificações que ocorreram desde a 2.ª Guerra, os problemas da integração européia e as conseqüências da estratégia nuclear para as relações internacionais.

— The dynamics of modernization: a study in comparative history. C. E. Black. New York: Harper and Row, 1966.

— Uma publicação do Centro de Estudos Internacionais da Universidade de Princeton, onde se defende a tese de que a modernização é o problema básico das crises da história contemporânea.

— Three Worlds of development: the theory and pratice of international stratification. Irvin Louis Horowitz. New York: Oxford University Press, 1966.
— A interação dos três mundos (Estados Unidos e Ocidente, União Soviética e seus Aliados, e o terceiro mundo da América Latina, Ásia e África) e as características do processo de desenvolvimento.
— *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peassant in the* making of the modern world. Barrington Moore, Jr. Boston: Beacon Press, 1966.
O Professor de Sociologia da Universidade de Harvard examina a transformação das sociedades agrárias e industriais, e o papel dos donos da terra e dos camponeses no processo político contemporaneo.
— Histoire de la guerre froide. I: de la Révolution D'Octobre à la guerre de Corée 1917-1950. André Fontaine, Paris: Fayard, 1966.
Primeiro volume da história da guerra fria pelo Redator Diplomático do "Le Monde".
— Blueprint for pesce. Richard N. Gardner. New York: McGraw-Hill, 1966.

Vários autores escrevem sôbre problemas internacionais contemporâneos entre os quais a corrida amamentista, a explosão populacional e o financiamento internacional.
— International peace observation: a history and forecast. David W. Wainbouse and Associates. Baltimore: John Hopkin Press (in cooperation with the Washington Center of Foreign Policy Rsearch), 1966.
Estudo completo da experiência dos grupos de observação utilizados pelos organismos internacionais nos conflitos a partir de 1920.
— Annihilation and utopia: the principles of international poltics. Errol E. Harris. New York Humanities Press, 1966.
Impacto dos armamentos nucleares sôbre a política internacional e a necessidade de um "Govêrno Mundial" para assegurar a paz.
— Federalism and supranational organizations. Peter Hay. Urbana: University of Illinois Press, 1966.
Ensaios sôbre o papel dos organismos supra-nacionais, especialmente da comunidade européia, na estrutura jurídica dos países membros dêstes organismos.
— Modern international negotiation: principles and practice. Arthur Lall. New York: Columbia University Press, 1966.
O antigo representante da Índia na Onu escreve sôbre as técnicas e processos das negociações internacionais nos últimos anos.
— Hammarskjold. Emery Kelen. New York: Putman, 1966.
Biografia em estilo jornalístico do Secretário-Geral da ONU.
— Change and habit: the challenge of our time. Arnold J. Toynbee. New York: Oxford University Press, 1966.
Conferências do Professor Toynbee na mema linha de pensamento do seu monumental "Study of History".

— Peace and war: a theory of international relations. Raymond Aron. Garden City: Doubleday, 1966.
Tradução da obra fundamental do grande ensaísta francês sôbre teoria, sociologia e história das relações internacionais. A edição original francesa é de 1962.

— The conflicted relationship: the west and the transformation of Asia. Africa and Latin America. Theodore Geiger. New York: McGraw-Hill (para o Council on Foreign Relations). 1967.
As relações dos Estados Unidos e do mundo ocidental com a Ásia, África e América Latina.

— Ironies of history: essays on contemporary communism. Isaac Deutscher. New York: Oxford University Press, 1966.
Coleção de ensaios, alguns publicados desde 1965, sôbre problemas de comunismo, relações internacionais e culturais da União Soviética.

— Nonalignment and the Afro-Asian States. G. H. Jansen. New York. Praeger. 1966.
A posição neutralista dos países da África e da Ásia analisada por um jornalista indu.

— International communism and american policy. Bernard S. Morris. New York: Basic Books, 1966.
Vários ensaios e documentos sôbre as crises e a evolução do Comintern.

— Soviet and Chinese communist power in the world today. Edited by Rodger Swearingen. New York. Basic Books, 1966.
Conferência de vários autores sôbre as modificações ocorridas no mundo comunista a partr das divergências entre a China e a União Soviética. Counterrevolution: how revolutions die James H. Meisel. New York: Atherton Press, 1966.
12 episódios da história mundial de caráter revolucionário, desde Cícero até o General De Gaulle.

— UN. administration of economic and social programs. Edited by Gerard J. Hangone. New York: Columbia University Press, 1966.
A organização e coordenação das atividades da ONU no campo econômico e social analisadas por seis especialistas.

— Ombudsmen and others: citizens' protectors in nine countries. Walter Gellhorn. Cambridge: Harvard University Press, 1966.
Estudo sôbre a estrutura dos organismos destinados a proteger as liberdades e interêsses dos cidadãos, em diversos países.

— Sovereignty. F. H. Hinsley. London: Watts, 1966.
O conceito de soberania e a sua relação com a sociedade e com o Estado.

— Must the West decline? David Ormsby-Gore, Lord Harlech. New York: Columbia University Press, 1966.
Três conferências do antigo Embaixador Britânico nos Estados Unidos sôbre as debilidades e os êxitos da civilização ocidental.

— The era of tyrannies: essays on socialism and war. Élie Halévy. New York University Press, 1966.
Tradução de ensaios escritos entre 1902 e 1936 pelo grande historiador francês. A edição original francesa é de 1938.

2. Assuntos Militares, técnicos e científicos

— The weapons of World War III: the long road back from the bomb. John S. Tompkins. Garden City: Doubleday, 1966.
A influência dos armamentos não nucleares sôbre a tática da próxima guerra.
— Deadly logic: the theory of nuclear deterrence. Philip Green. Columbus: Ohio State University Press, 1966.
Crítica da teoria e dos partidários da dissuassão nuclear.
— War, poltics, and diplomacy. Gordon A. Craig. New York: Praeger, 1966.
— Coleção de ensaios sôbre a guerra e as relações entre civis e militares.
— Sino-Soviet military relations, *ED.* Raymond L. Garthoff, New York: Praeger, 1966.
Coleção de estudos sôbre os aspectos militares das relações entre a China e a União Soviética a partir de 1917.
— Strategie des Kleinstaats. Gustav Daniker, Fraunfeld: Huber 1966.
*Um técnico militar suíço analisa as oportunidades estratégicas que exis*tem para um pequeno país na idade da bomba atômica.
— The day they lost the H-Bomb. Christopher Morris, New York, Coward-McCann, 1966.
Reportagem sôbre a perda e recuperação da bomba de hidrogênio na costa espanhola no começo de 1966.
— Hitler and Russia: the Third Reich in a two-front war, 1937-1943. Trumbull Higgins, New York; MacMillan, 1966.
Uma nova versão da maneira como o govêrno nazista se viu envolvido numa guerra em duas frentes.
— Escalation and the nuclear option. Bernard Brodie. Princeton: Princeto University Press, 1966.
O problema da escalada e do uso do armamento nuclear analisado por um conhecido escritor norte-americano.
— On the uses of military power in the nuclear age. Klaus Knorr. Princeton: Princeton University Press, 1966.
O papel do poder militar nas relações internacionais na época contemporânea.
— The United States in a Disarmed World. Arnold Wolfers and others. O problema do desarmamento examinado por um grupo de especialistas. Baltimore. John Hopkins Press, 1966.
— Containing the arms race. Jeremy J. Stone. Cambridge: M.I.T. Press, 1966.

A contenção da corrida armamentista entre a União Soviética e os Estados Unidos.

— Hitler's strategie: Politik und Friefuhrung 1940-1941. Andreas Hillgruber. Frankfurt/Main: Bernard und Graefe, 1965.
A estratégia e a política de Hitler depois da queda da França e antes do ataque contra a União Soviética.

— The secret surrender. Allen Dulles. New York: Harper and Row, 1966.
As negociações secretas para a rendição das tropas alemãs na Itália contadas por um de seus participantes.

— The atomic bomb and the end of World War II. Herbert Feis. Princeton: Princeton University Press, 1966.
Estudo do impacto da bomba atômica na campanha dos Estados Unidos no Pacífico e outros temas de política internacional.

— 1940. By Lawrence Thompson. New York: Morrow, 1966.
O ano de 1940 na Grã-Bretanha contado por um jornalista britânico.

— Battles lost and won. Hanson W. Baldwin: Harper and Row, 1966.
O redator militar do New York Times escreve sôbre 11 batalhas da Segunda Grande Guerra.

— The St. Pierre and Miquelon affaire of 1941. Douglas C. Anglin. Toronto: University of Toronto Press, 1966.
As repercussões diplomáticas da conquista pelas fôrças francesas livres das ilhas de Saint Pierre e Miquelon em dezembro de 1941.

— World War 1939-45. Brigadier Peter Young. New York: Crowell, 1966.
Um historiador canadense estuda a personalidade do maior general alemão na Primeira Grande Guerra.

3. Assuntos econômicos e sociais

— Internationa financial aid. Wolfgang, C. Friedman, George Kalmanoff and Robert F. Meagher. New York: Columbia University Press, 1966.
A experiência de vários países com os programas de cooperação financeira internacional.

— Maintaining and reatoring balance in international payments. William Feliner, Fritz Machlup, Robert Triffin and eleven others. Princeton: Princeton University Press, 1966.
O problema do balanço de pagamentos examinado por 14 especialistas.

— International aid: a discussion of the flow of public resources from rich to poor countries. I.M.D. Little and J.M. Clifford. Chicago: Aldine Publishing Co., 1966.
O problema da ajuda internacional e as suas conseqüências políticas.

— India and the European Economic Community. Dharma Kumar. New York; Asia Publishing House (para o India Council of World Affairs), 1966.

As conseqüências das atividades da Comunidade Econômica Européia para os problemas econômicos da Índia.

— AID, trade and development: the rich and poor nations. John Pincus, New York: McGraw-Hill (para o Council on Foreign Relations), 1967.
Os interêsses econômicos e políticos dos países subdesenvolvidos e as suas relações com os programas de assistência financeira internacional, especialmente os problemas od comércio e investimentos.

— Accelerating development: the necessity and the means. Lauchein Currie, New York; McGraw-Hill, 1966.
A sub-utilização de recursos como fonte principal do problema do subdesenvolvimento, analisada por um economista do New Deal.

— Economic Policies toward less developped countries. Harry G. Johnson. Washington: Brokings Institution, 1967.
Uma das melhores análises sôbre a política econômica dos países industrializados e dos problemas de cooperação internacional, por um professor da Brokings Institution.

— Public international lending for develpment. Raymond F. Kikesell. New York: Random House, 1966.
A história das instituições internacionais de financiamento por um conhecido especialista no assunto.

— Fical harmonization in common markets. *Ed.* Carl S. Shoup. New York: Columbia University Press, 1967.
O problema da harmonização dos sistemas tributários como condição para o funcionamento adequado do Mercado Comum.

— Functionalism and world politics: a study based on United Nations programs financing economic development. James Patrick Sewell, Princeton: Princeton University Press, 1966.
História dos programas da ONU para o financiamento do desenvolvimento econômico, inclusive do Banco Mundial.

— Taxation of foreig income by United States and other countries. R. Palmer Baker, Jr. e outros. Princeton: Princeton University Press, 1966.
Vários autores discutem o problema da tributação dos investimentos estrangeiros nos Estados Unidos e outros países.

4. Estados Unidos da América

— The national election of 1964. *Ed.* Milton C. Cummings, Jr. Washington: Brokings Institution, 1966.
*Coleção de ensaios sôbre as eleições presidenciais de 1964, em seus vá*rios aspectos.

— Kennedy campaigning. Murray B. Levin. Boston: Beacon Press, 1966.
Um estudo do sistema Kennedy em campanhas políticas, especialmente o de Edward Kennedy na eleição senatorial de 1962.

— The journals of David E. Lillienthal. Volume III: venturesome years, 1950-1955. New York: Harper and Row, 1966.
Neste terceiro volume de seu diário, Lilienthal passa da política para o mundo dos negócios.
— The communist controversy in Washington. Earl Latham. Cambridge: Harvard University Press, 1966.
Um dos estudos sôbre comunismo nos Estados Unidos, trata ad participação dos comunistas no govêrno desde os últimos anos do New Deal até o aparecimento de McCarthy.
— Letters of the League of Nations: from the files of Raymond B. Fosdick. Princeton: Princeton University Press, 1966.
enviadas e recebidas por Raymond Fosdick em 1919 e 1920, sôbre o Volume suplementar do "The papers of Woodrow Wilson", inclui cartas estabelecimento da Liga das Nações e a participação dos Estados Unidos.
— The technical elite. Jay M. Gould. New York: Kelle, 1966.
Um estudo do "status" de elite que foi conseguido pelos engenheiros e cientistas americanos, e algumas de suas implicações.
— The United States and the Philippines. *Ed.* Frank H. Golay. Englewood Cliffs: Princeton-Hall (for the American Assemblk), 1966.
Aspectos passados e presentes das relações Estados Unidos Filipinas.
— Politics, strategy and american diplomacy: studies in foreign policy — 1873-1917 — John A.S. Greenville and George Berkeley Young. New Haven: Yale University Press, 1966.
Um exame de 11 episódios da diplomacia americana, desde a fundação de uma moderna marinha americana até 1917.
— Postwar defense policy and the U.S. Navy, 1943-1946 — Vincent Davis. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1966.
Os esforços da marinha americana durante a Segunda Guerra para se preparar para seu papel de depois da guerra.
— The limits of merican capitalism. — Robert L. Heilbroner. New York: Harper and Row, 1966.
Um ensaio sugerindo que o capitalismo talvez não consiga alargar sua ideologia o bastante para manter o contrôle da aplicação da ciência aos problemas da atualidade.
— United States merchant shipping policies and politics. Samuel A. Lawrence. Washington: Brookings Institution, 1966.
Análise completa da insatisfatória situação em que se encontra a marinha mercante norte-americana.
— America's political dynasties: from Adams to Kennedy. Stephen Hess. Garden City: Doubleday, 1966.
A história das dinastias dominantes norte-americanas desde os tempos coloniais até hoje.
— With Kennedy. Pierre Salinger. Garden City: Doubleday, 1966.
Memórias da administração Kennedy escritas por seu secretário de imprensa.

— The bitter heritage: Vietnam and American democracy, 1941-1966: Arthur M. Schlesinger, Jr. Boston: Houghton, 1967.
Artigos de Arthur Schlesinger esclarecendo seu ponto de vista sôbre a política externa americana, e seu impacto doméstico (traduzido para o português em 1967).
— The artillery of the press: its incluence on american foreign policy. James Reston. New York: Harper and Row (for the Council on Foreign Relations), 1967.
O conflito entre a informação que o público exige e a necessidade governamental de segrêdo. Conclusão: o Presidente influencia mais a opinião pública do que a imprensa pròpriamente dita (traduzido para o português em 1967).
— *George C. Marshall: ordeal and hope, 1930-1942. Forrest C. Pogue.* New York: Viking, 1966.
Segundo volume da biografia do grande general.
— The Pentagon: poltics, profits and plunder. Clark Mollenhof. New York, Putnam, 1967.
Uma análise crítica das fôrças armadas norte-americanas.
— The first New Deal. Raymond With the assistance of Elliot A. Rosen. New York: Harcourt, Brace and World, 1966.
Os primeiros anos da administração de Franklin Delano Roosevelt.
— Rush to judgement, Mark Lane. New York: Holt, Rinehart and wiston, 1966.
Crítica da Comissão Warren, encarregada de examinar o assassinato de John Kennedy.

5. Europa

— European unipication in the sixties: from the veto to the crisis. Miriam Camps. New York: McGraw-Hill (for the Council on Foreign Relations), 1966.
Abordando o veto de De Gaulle contra a entrada da Inglaterra no Mercado Comum Europeu, e a crise de 1965 da Comunidade Européia.
— Winds of change, 1914-1939. Harold Macmillan. New York: Harper and Row, 1966.
Primeiro volume das memórias do ex-Primeiro Ministro britânico, de 1914 a 1939.
— Speaking european: the Anglo-Continental Cleavage. W. Horsefall Carter. New York: Humanities Press, 1966.
Estudo sôbre o abismo existente entre França e Inglaterra, o abismo "do canal". Aconselha os inglêses a falarem "europeu" e a prestarem atenção a De Gaulle.
— Ar army for the sixties: a study in national policy, contract and obligation: Anthony Verrier. London: Secker and Warburg, 1966.

Estudo sôbre o papel do exército inglês no mundo contemporâneo.

— A decade of the commonwealth, 1955-1964. *Ed.* W.B. Hamilton and others. Durham: Duke University Press (para a Duke University Commonwealth Studies Center), 1966.

Simpósio dos desafios e mudanças que o Reino Unido enfrentou desde 1955.

— D'une résistance à l'autre. Georges Bidault. Paris: Presses du Siècle, 1965.

Memórias de 1940 a 1965, na qual Georges Bidault tenta tornar-se um historiador.

— The French army in poltics, 1945-1962. John Stewahd Ambler. Columbus: Ohio State University Press, 1966.

Estudo do problema de contrôle civil sôbre o exército francês durante os anos em que deixou de ser um "servidor dócil do Estado".

— Gesellischaft und demokratie in Deutschland. Ralf Dahrendorf. Munick: Piper, 1965.

Estrutura e atitudes da Alemanha desde 1871, e seu impacto no desenvolvimento da democracia.

— Mussolini il Rivoluzionario, 1883-1920. Renzo de Felice. Turin: Einaudi, 1965.

O primeiro volume de uma série de quatro, sôbre a biografia de Mussolini. O primeiro trata de seus tempos de esquerdista, e sua virada para a direita durante a Primeira Guerra Mundial.

— A political history of postwar Italy. Norman Kogan. New York: Praeger, 1966.

Um trabalho leve e otimista sôbre a Itália de pós-guerra, por um professor de ciências políticas da Universidade de Connectitcut.

— Italy: the politics of planning. Joseph LaPalombara, Syracuse: Syracuse University Press, 1966.

Implicações e aspectos políticos do planejamento econômico da Itália de pós-guerra, pelo conhecido cientista político de Yale.

— Spain 1808-1939. Raymond Carr. New York: Oxford University Press, 1966.

Excelente trabalho sôbre a negligenciada história da Espanha desde o século passado até a guerra civil.

— História del Partido Comunista de España: Abril, 1920 — Febrero, 1936. Eduardo Comín Colomer. Madrid: Editora Nacional, 1965.

História do partido comunista espanhol desde suas origens até a Guerra Civil.

— A new history of Portugal. H.V. Livermore. New York: Cambridge University Press, 1966.

Uma versão revista da conhecida obra, com pouca coisa sôbre o século XX.

— The idea of Europe. Denis de Rougement. New York: MacMillan, 1966.

Como os homens desde o tempo de Homero até hoje em dia pensam na Europa como uma entidade cultural.

— Europe of the dictators, 1919-1945. Elizabeth Wiskemann. New York: Harper and Row, 1966.
Livro bem elaborado e destinado ao leitor comum.

— The troubled giant: Britain among the great powers, 1916-1939. F.S. Northedge New York: Praeger (for the London School of Economics and Political Science). 1966.
Relato da política externa inglêsa desde a metade da Primeira Guerra até o início da Segunda.

— Harold Nicolson: Diaries and letters, 1930-1939. *Ed.* Negel Nicolson. New York: Atheneum, 1966.
Primeiro volume das memórias de Harold Nicolson, editado por seu filho.

— Purpose and power. Harold Wison. Boston: Houghton, 1966.
15 discursost escolhidos do Primeiro Ministro Britânico de outubro de 1964 a novembro de 1965.

— Britain looks to Germany. D.C. Watt. London: Wolff, 1965.
O desenvolvimento da política externa britânica em relação à Alemanha desde a Segunda Guerra.

— De Gaulle ande the world: the foreign policy of the fifth French Republic. W.W. Kulski. Syracuse: Syracuse University Press, 1966.
Aspectos positivos e negativos da politica externa de De Gaulle.

— No laurels for De Gaulle. Robert Mengin. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1966.
Um forte documento anti-degaullista, por um jornalista francês.

— La revanche de 1945. General Beaufre. Paris: Plon, 1966.
Memórias do General Beaufre, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos, sôbre a resistência em França e no estrangeiro.

— Division and cohesion in democracy: a study of Norway. Harry Eckstein. Princeton; Princeton Universit/ Press, 1966.
Estudo de um "caso" na área política comparada.

— A short history of Sweden. Stewart.Oakley. New York: Praeger, 1966.
Uma introdução destinada ao leitor comum.

— The Adenauer era. Richard Hiscocks. Philadelphia. Lippincott, 1966.
Uma análise sóbria e factual da era de Adneuaer, por um diplomata britânico.

— Hitler's social revolution: class and status in Nazi Germany 1933-1939. David Schoenbaum. Garden City: Doubleday, 1966.
O impacto do Nacional Socialismo nos vários setores da sociedade alemã.

— The trial of the germans. Eugene Davidson. New York: MacMillan, 1966.
O relato, feito pelo presidente da Fundação de Relações Exteriores de Chicago, do julgamento em Nuremberg de 22 criminosos de guerra.

— Austria between East and West, 1945-1955. William B. Bader. Sta. ford: Stanford University Press, 1966.
O período pós-guerra de ocupação da Áustria, o ressurgimento de vida política e a eventual retirada da União Soviética.
— Italy betrayed. Peter Tompkin. New York: Simon and Schuster. 1966. Um antigo agente da C.S.S. critica os Aliados por não terem tirado mais vantagem da queda de Mussolino, e critica também a política usada para com Vitor Emmanuel e Badoglio.
— Mattei: oil and power politics. P.H. Franker. New York: Praeger, 1966.
A carreira de Enrico Mattei e sua influência no mercado internacional de petróleo.
— Vatican politics at the Second Vatican Council, 1962-5. George Bull. New York: Oxford University Press (for the Royal Institute of International Affairs), 1966.
Um relato conciso e informativo sôbre o Segundo Concílio do Vaticano.

6. Europa Oriental e União Soviética

— Weimar Germany and Soviet Russia: 1926-1933: a study in diplomatic instability. Harvey Leonard Dyck. New York: Columbia University Press, 1966.
As relações entre a Alemanha e a Rússia entre o tratado de Berlim e o advento de Hitler.
Myron Rush. Chicago: University of Chicago Press, 1966.
— Strategic Power and Soviet Foreign policy. Arnold L. Horelick e Uma análise da inter-relação entre o poderio militar soviético e sua política exterior.
— Khruschev and the arms race. Lincoln P. Bloomfield e outros. Cambridge: M.I.T. Press, 1966.
Análise dos motivos, interêsse e opiniões soviéticos sôbre as questões de desarmamento durante a "década Kruschev".
— On trial: the Soviet State versus "Abram Tertz" and "Nikolai Arzhak". *Ed.* Max Hayward. New York: Harper and Row, 1966.
Relato do julgamento, prisão e condenação dos dois escritores soviéticos em fevereiro de 1966.
— L'U.R.S.S. sans idole: de Staline à rejnew et Kossyguine. Bernard Féron. Paris. Casterman, 1966.
Um jornalista francês analisa a era de Kruschev.
— Sowjetunion: das Wirtschaftssystem. *Ed.* Wener Market. Cologne: Bohlau (for the Arbeitsgemeinschaft fur Osteuropaforschung), 1965.
Pertencente a uma série, êste volume trata do sistema econômico soviético, em seus diferentes aspectos.
— Mezhdunarodnye Otnoshenia Posle Vtoroi Mirovoi Voiny. Moscow
A perspectiva soviética das relações internacionais entre 1945 e 1965.

— Soviet ideology today. Gustav A. Wetter. New York: Praeger, 1966. Análise da doutrina filosófica da ideologia soviética, inclusive materia*lismo histórico e a economia política do capitalismo, pelo notável au*tor jesuita Padre Wetter.

— Yugoslavia — a multinacional state. Jack C. Fisher. San Francisco; Chandler, 1966.

Uma administração local uniforme imposta a um povo econômica e *culturalmente heterogêneo, após a II Guerra.*

— The market-planned economy of Yugoslavia. Svetozar Pejovik. Minneapolis University of Minnesota Press, 1966.

Estudo da posição da economia iugoslava, com a mistura de planejamento central e economia de mercado livre.

— The icon and the axe. James H. Billington. New York: Knopf, 1966. Excelente documento sôbre a história da cultura russa.

— The Soviet Middle East: a communist model for development. Alec Nove e J A] Newth. New York: Praeger, 1967.

Desenvolvimento social e econômico das Repúblicas da Asia Central e Transcaucasiana, por dois conhecidos especialistas.

— Soviet socialized medicine: an introduction. Mark. G Field. New York: Free Press, 1967.

— Estudo introdutório, destinado ao leigo, sôbre o serviço médico soviético.

— Eastern Europe in transition. *Ed.* Kurt London. Baltimore: John Hopkins Press, 1966.

internacional, em 1965. 8ie;e!SETAOIN

— Artigos baseados na Quinta Conferência Internacional de Política internacional, em 1965.

— Poland's politics: idealism versus realismã Adam Bromke. Cambridge: Harvard University Press, 1967.

*O conflito entre idealismo político e realismo político existente na Po*lônia moderna, com ênfase no período após 1945.

— Yugoslavia's revolution of 1941. Dragisa N. Ristic. University Park: Pennsylvania State University Press, 1966.

— Um relato do golpe de março de 1941, contado por uma testemunha e bem documentado.

7. Oriente Médio

— A financial analysis of middle eastern oil concessions: 1901-65, by Zuhayr Mikdashi. New York: Praeger, 1966.

— Análise dos métodos de fixação das taxas de pagamento referentes à concessões de petróleo no Oriente Médio.

— The Third Reich and the Arab East. Lukasz Hiszowicz. Toronto: University for Toronto Press, 1966.

Exame da política nazista no Oriente Médio, que vem preencher a lacuna até aqui existente sôbre a história dêste período.

— Deuschlands Araberpolitik im Zweiten Weltyrieg. Heinz Tilmen. Berlim; Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1965.
Relato de um historiador alemão sôbre a política expansionista da Alemanha no Oriente Médio, fartamente documentado.
— Farewell to Arabia. David Holden. New York: Walker, 1966.
Retrato da Península Arábica por um correspondente do *Times* de Londres.
— Israel: the wiew from Masada. Ronald Sanders. New York; Harper and Row, 1966.

8. Ásia

— The future of the overseas Chinese in Southeast Asia. Lea E. Williams. New York: McGraw-Hill, (for the Council on Foreign Relations) 1966.

Exame das colônias chinesas no estrangeiro, com a verificação de que só invés de retornarem ao seu país, estão assimilando os usos do país em que vivem.

— Stages of industrial development in Asia: c comparative history of the cotton industry in Japan, India, China, and Korea. Sung Jae Koh. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1966.
Um especialista em economia comparada escolhe a indústria de algodão para provar que a adoção indiscriminada de idéias ocidentais, negligenciando a experiência local, nem sempre dá bons resultados.
— India and the future of Asia. Patwant Singh. New York; Knopf, 1966.
Acreditando que a China e a Índia determinarão o futuro da Ásia, Singh estuda a história, cultura, religião e língua indus, e seus problemas.
— The McMahon Line: a study in the relation between India, China and Tibet, 1904-1914. Alastair Lamb. Toronto; University of Toronto Press, 1966.

Um estudo das origens, sucessos e fracassos da Conferência de Silmia, da demarcação da Linha McMahon e sua aplicação às tensões sino-indianas.

— India. Stanley Wolpert. Englewood Oliffs: Prentice Hall, 1965.
Umr eumo dos grandes problemas atuais da Índia, e suas origens.
— Burma — From Kingdom to Republic. Frank N. Trager. New York; 1966.

As características institucionais da burocracia da Tailândia e sua evolução.

— Triumph or tragedy: reflections on Vietnam. Richard N. Goodwin. New York: Randon House, 1966.

Exame dos interêsses americanos no Vietnam, razões de erros nas estimativas de probabilidade, e sugestões para a política futura, por um dos mais íntimos colaboradores de Kennedy.

— China, Vietnam, and the United States. Washington: Public Affairs Press, 1966.
Relatório dos participantes dos "Hearings" de fevereiro e março de 1966.

— The changing face of Soute east Asia. Amry Vendenbosch e Richard Butwell. Lexington: University of Kentucky Press, 1966.
Segunda versão de "Southeast Asia among the World Powers", escrito em 1957.

— Asian bureaucratic systems emergent from the British imprerial tradition. *Ed.* Ralph Braibanti. Durham: Duke University Press, 1966.
Ensaios sôbre "Estrutura da Herança Imporial Britânica", "Recrutamento e Treino de Civís Britânicos na Índia em 1600-1860" e outros.

— Viet Cong: the organization and techniques of the national liberation front of South Vietnam. Douglas Pike. Cambridge: M.T. Press, 1966.
Estudo do caráter e natureza da frente nacional de libertação e suas relações com o comunismo, feito por um norte-americano da U.S.A.

— Dateline: Viet Nam. Jim G. Lucas. New York: Award House, 1966.
Um correspondente de guerra, detentor do prêmio Pullitzer, publica seus despachos cobrindo um período de dois anos.

— Sukarnos Kampf um Indonesiens Unabhangigheit: Werdegang und Ideen AsiaTischen. Bernard Dahn. Frankfurt/Main: Metzner, 1966.

— Chinese communism. Robert C. North. New York: McGraw-Hill, 1966.
Um professor de ciências políticas examina a adaptação do Marxismo-Leninismo às condições chinesas.

— Mao Tse Tung in opposition, 1927-1935. John E. Rue. Stanford; Stanford University Press (para a Hoover Institution on War, Revolution, and Peace), 1966.
Estudo dos anos críticos de Mao, de 1927 a 1935, quando êle conseguiu o o contrôle do Partido.

— Basic tactics. Mas Tse-Tung, New York: Praeger, 1966.
Conselhos para futuros líderes guerrilheiros, publicados em 1938.

— Choia under Mao: politics takes command. *Ed.* Roderick Mao Farquhar. Cambridge: M.I.T. Press, 1966.
Artigos de um jornal chinês que contribuem para a compreensão da história chinesa recente, e os princípios da teoria e prática comunista.

— Formosa: a study in chinese history. W.G. Goddar. East Lansing: Michang State University Press, 1966.
Oficial australiano que viveu em Formosa analisa o passado da ilha e sugere que será o modêlo para tôda a China no futuro.

— Japan's quest for autonomy: naticnal security and foreign policy, 1930-1938. James B. Crowley. Princeton: Princeton University Press, 1669.

— Mudanças de opiniões sôbre segurança nacional e objetivos nacionais no govêrno japonês na década de 30.
— The Philippines: yesterday and today. Delia and Ferdinand Kuhn. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.
Interpretação popular do período filipino de descolonização, em face a seu passado americano, espanhol e pré-espanhol.
— Peking and people's wars. Brigadier General Samuel B. Griffith, II. New York: Praeger, 1966.
Traduções oficiais de Long live the victory of the people's war!" e "Commemorate the victory over German Fascism!", ambos documentos básicos, ediatdos em 1965.
— China: empire of the 700 million. Harry Hamm. Garden City: Doubleday, 1966.
Um jornalista conta uma viagem de 6.000 milhas no interior da China.
— I saw Red China. Lisa Hobbs. New York: McGraw-Hill, 1966.
Jornalista australiana que visitou a China em 1965, relata suas observações.
— Die Chinesische Volkskommune im "GrossenSprung" und Denach. Max Biehl. Hamburg: Verlag Weltarchiv, 1965.
Bem documentado estudo sôbzre os sucessos e fracassos do sistema na China Comunista.
— Politik und Herrschaft in Rotchina. Jurgen Domes. Stuttgart: Kohlhamer, 1965.
Informação básica sôbre a política interna, estrutura de liderança e métodos de govêrno da China Comunista.
— Study of North Korea. Hyu Hun. Seoul: Research Institute of International and External Affairs, 1966.
História abrangendo um período de 20 anos, por um diretor do Instituto de Pesquisa de Política Interna e Externa de Seul.

9. África

— African diplomacy: studies in the determinants of foreign policy. *Ed.* Vernon McKay. New York: Praeegr (para a School of Advanced International Studies, John Hopkins University), 1966.
Artigos de sete sociólogos sôbre os processos de formação de política externa na África.
— Creating political order: the party-states of West Africa. Aristide R. Solberg. Chicago: Rand McNally, 1966.
Desenvolvimento de partidos e governos desde a independência do Mali, Guinea, Costa do Marfim, Senegal e Ghana, chamando a atenção para a sua similaridade.
— Histoire générale du Maghreb: Algérie, Maroc, Tunisie, des origines à nos jours. Marcel Payrouton. Paris: Michel, 1966.

Síntese histórica da África do Norte desde os primórdios até a independência.

— Morocco: old land, new nation. Mark I. Cohen e Lorna Hahn. New York: Praeger, 1966.
Uma introdução a um dos novos países independentes do mundo árabe.

— Nigeria government and poltics: prelude to revolution. John P. Macintosh. Evanston: Northwestern University Press, 1966.
Relato das complicadas lutas étnicas e políticas da Nigéria, até o golpe de janeiro de 1966.

— Ghana: end of an illusion. Bob Fitch e Mary Oppenheimer. New York: Montly Review Press, 1966.
Estudo escrito do ponto de vista marxista, sugere que Nkrumah caiu por não ter conseguido eliminar os aspectos principais de uma economia dominada pelo capitalismo estrangeiro.

— A study o contemporary Ghana. Volume one: the economk of Ghana. Directed and edited by Walter Birminghan and others. Evanston; Northwestern University Press, 1966.
Estudo detalhado dos problemas e política de desenvolvimento rural.
Italian colonialism in Somalia. Robert L. Hess. Chigago; University of Chicago Press, 1966.
Um relato cuidadoso das atividades italianas na África Oriental Italiana de 1885 até a independência de 1960.

— L'Afrique peut-elle partir? changement social et développement en Afrique Orientale. Albert Meister. Paris: Édition du Seuil, 1966.
*Um sociólogo francês apresenta um relato sóbrio da economia e desen*volvimento social de Kênia, Uganda e Tanzânia.

— Crisis in Rhodesia. Nathan M. Shamuyarira. New York: Transatlantic Arts, 1966.
O movimento nacionalista na Rodésia até 1965 recebe um tratamento *simpatizante de um jornalista.*

— Dream of unity: Pan-Africanism and political unification in West Africa. Claude E. Welch, Jr. Ithaca: Cornell University Press, 1966.
Análise de várias tentativas de unificação na África Ocidental.

— French aid. Teresa Hayter. London: Overseas Development Institute, 1966.
A relação entre o programa de ajuda da França e o antigo colonialismo, por uma jovem pesquisadora britânica que está preparando outro trabalho sôbre a América Latina.

— Algeria: a revolution that failed. A political history since 1954. Arslan Humbaraci. New York: Praeger, 1966.
Um jornalista veterano cujo entusiasmo pela revolução da Argélia deu lugar à desilusão.

— Itinéraire Africain. Lamine Gueye. Paris: Présence Africaine, 1966.
O político senegalês conta a evolução política, constitucional e institu-

cional dos países africanos de língua francesa desde o princípio do século até 1965.
— Crowth without development: en economic survey of Liberia. Robert W. Clower e outros. Evanston: Northwestern University Press, 1966.
Quatro economistas estudam a economia da Libéria.
— The rise and fall of Kwane Nkhrumah: a study of personal rule in Africa. Henry L. Bretton. New York: Praeger, 1966.
Relato altamente crítico do govêrno Nkhrumah.
— Challenge of the Congo. Kwame Nkhrumah. New York: International Publishers, 1967.
Trabalho completado 6 meses após a queda de Nkhrumah, contém documentos trocados entre o ex-presidente e várias figuras importantes de Ghana.
— The Ghana Coup: 24th February 1966. Colonel A.A. Africa. New York: Humanities Press, 1966.
A denúncia de Nkhrumah por uma das 3 figuras que promoveram o golpe.
— De Lumumba aux Colonels. Anicet Kashamura. Paris: Buchet/Chastel, 1966.
Importante relato de um ex-ministro de Informações e associado de Lumumba sôbre a história das frustrações dos nacionalistas africanos no Congo e em outros países.
— Mau Mau from within: autobiography and analysis of Kenya's peasant revolt. Donald Barnett and Karari Njama. New York: Montly Reviw Press, 1966.
Um antropologista americano e um rebelde Mau Mau colaboraram neste relato do movimento Mau Mau.
— Rhodesia. Judith Todd. London: MacGibbon, -966.
A filha do ex-Primeiro-Ministro Garfield relata os problemas políticos da Rodésia até a declaração de independência em novembro de 1965.
— South West Africa: the last pioneer country. Thomas Molnar. New York: Fleet, 1966.
Um professor de francês faz um relato convencional defendendo a política do Govêrno da União Sul-Africana.

Revista Brasileira de Política Internacional

Assinatura anual: NCr$ 20,00. Número avulso: NCr$ 5,00.
Número duplo: NCr$ 10,00.
Para o exterior: US$ 12,00 — (Dois anos: US$ 10.00).

Distribuição da

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — Caixa Postal 4081 — ZC 05
Telefone: 46-4010 — Ramal 15
Rio de Janeiro — GB



ATENDE-SE PELO REEMBOLSO POSTAL

POSTOS DE VENDA
Livraria — Praia de Botafogo, 186
Livraria — Ed. Darke de Mattos
Av. 13 de Maio, 23 - 12.º - S/1204
LIVRARIA EM BRASÍLIA (D.F.)
SQ. 104 - Bloco A - Lote 11
Tel.: 2-4689

AGENTES:

SÃO PAULO — Capital
Fornecedora de Publicações Técnicas
(M. M. de Oliveira Marques)
Rua Quirino de Andrade, 193 -
7.º andar
Tels.: 36-1187 e 36-6629
CAMPINAS — S.P.
Renato Vaz Pupo
Rua Campos Sales, 890
Conjunto 1 102

BELO HORIZONTE — MG
Sociedade Importadora Ltda.
(Socimp)
Rua Espírito Santo, 341 - Sala 305
Tel.: 4-5083
JUIZ DE FORA — MG
Luiz de Souza
Ed. Santa Helena — Sala 6
PÔRTO ALEGRE — RS
Organização Sulina de Representações
Ltda. — (Livraria Sulina)
Av. Borges de Medeiros, 1030/36
Tel.: 9-1087
SALVADOR — BA.
Livraria Continental
Praça Barão de R. Branco, 51 -
2.º andar.
RECIFE — PE
Almir Viggiano Antunes
Ed. Seguradora - S/202 - (2.º and.)